



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Fernando Goya Maldonado

SEREMOS CAMPEÕES?

O DESENVOLVIMENTO URBANO E A COPA DO
MUNDO FIFA EM UM ESTUDO DA ÁFRICA DO
SUL E DO BRASIL

Agosto de 2018

Faculdade de Economia

SEREMOS CAMPEÕES?
O Desenvolvimento Urbano e a Copa do
Mundo FIFA em um Estudo da África do
Sul e do Brasil

Fernando Goya Maldonado

Tese de Doutoramento em Democracia no Século XXI,
orientada pelos Professores Giovanni Allegretti e Orlando Santos Júnior
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Agosto 2018

Agradecimentos

Os agradecimentos são parte indispensável a essa tese – como imagino que ocorra em todas as teses. Há sempre muito e muitxs a que agradecer.

Escrever uma tese é um diário processo de regar flores em um solitário deserto. O seu resultado deve ser um documento formal, repleto de cerimônias e de protocolos. Todavia, na visão deste acadêmico, essas formalidades não se estendem aos agradecimentos. Neste momento, serei um pouco mais eu: informal, alegre e utópico.

Como primeiro ato utópico de meus agradecimentos, decidi evitar citar nomes, especialmente dxs estimadxs colegxs acadêmicxs. Primeiro, porque nós acadêmicxs possuímos o péssimo vício da vaidade – vício esse que nos distancia e dificulta o avanço da teoria crítica e da transformação social. Segundo, porque nomear restringe o ato à subjetividade e, sob a ausência de nomes, mais de uma subjetividade pode sentir-se contemplada em cada um de meus agradecimentos.

Também como ato utópico, utilizo o “X” como forma de gênero não-binário. Compreendo que o uso do “X” pode dificultar a leitura, em especial, dos softwares para cegos. Minhas antecipadas desculpas, mas é um desafio ser inclusivo em uma realidade formada pela exclusão.

Dito isso, não há como iniciar sem agradecer ao Centro de Estudos Socais/PT, com especial destaque ao Projeto Alice, por levar-me a Portugal, por financiar meu primeiro ano de estudos e, acima de tudo, por ensinar-me muito, muito mesmo. Se hoje ousar considerar-me um sociólogo crítico, muito devo ao Centro de Estudos Sociais e ao Projeto Alice. Registro, assim, meu incondicional muito obrigado xs investigadorxs desse instituto e projeto, sendo que alguxs – gosto de pensar que são várixs – tenho o imenso prazer de chamar amigxs.

Agradeço também xs colegxs de doutoramento e amigxs de Coimbra por terem feito meu tempo nessa cidade mais alegre, visto que não foi, em definitivo, um período

fácil. Igualmente, não posso deixar de mencionar o apoio carinhoso de Fabiana Maldaner durante esse período.

É importante agradecer também a acolhida da Procuradoria-Geral do Município de Canoas. Todo o meu carinho xs amigxs da PGM que, em muito, sobrepõem-se ao estimado grupo de assessorxs jurídicxs e advogadx populares. Não seria possível acreditar nas Ciências Jurídicas e Sociais – e quiçá no mundo – sem vocês.

Do mesmo modo, não posso deixar de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de doutorado pleno no exterior.

Xs amigxs de Lisboa, meu muito obrigado por todo o carinho dispendido durante minha estadia naquela maravilhosa cidade. Fica também o agradecimento à Amanda Zulke pelo companheirismo durante essa etapa e à Maria Pozenato por ensinar-me que sentir saudade é sentir o coração pulsar.

Além disso, agradeço à África do Sul, que tão bem me recebeu em minha investigação de campo. A complexidade desse país encanta-me! Sou muito orgulhoso, e quem sabe irresponsável, de escrever sobre sua realidade. Nesse sentido, não posso deixar de mencionar a maravilhosa acolhida do “Centre for Urbanism and Built Environment Studies” (CUBES) e de sua diretora, Professora Marie Huchzermeyer. Nossas tardes de diálogos sobre Henri Lefebvre foram-me muito alegres.

Axs amigxs de Joanesburgo, Pretória e Cidade do Cabo, não nos afastemos. Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas! O mesmo digo xs estimadx amigxs do Rio de Janeiro. Meus amigxs de Porto Alegre – sem palavras para agradecer. Não há outra coisa a dizer: minha vida é mais alegre perto de vocês.

Meu muito obrigado também ao Dr. Alceu, que me ajudou nos momentos mais difíceis dessa empreitada. Meu muito obrigado à minha amiga e revisora Natália Ledur Alles por ajudar-me a polir a presente tese.

Uma menção especial deve ser feita aos meus competentes orientadores Giovani Allegretti e Orlando Santos Junior por encararem esse desafio e, acima de tudo, dedicarem seu tempo e seu carinho ao longo dessa jornada.

Aos meus familiares, toda minha gratidão e amor. Ter família grande é ótimo.

- À minha madrinha e segunda mãe Elida por todo o amor dedicado.

- Ao meu amado irmão Roberto e seu lindo marido Tiago por tanto me inspiram como casal e como pesquisadores internacionais, mesmo que amar e investigar tenha exigido enormes sacrifícios e distanciamentos físicos.

- Ao meu pai Marco e à minha mãe Marta, que desde muito cedo me ensinaram o que é amar de forma incondicional. Vocês foram fundamentais para a conclusão dessa Tese.

Sem vocês, nada, absolutamente nada, disso teria sido possível.

Financiamento:

Esse projeto foi financiado pelo Conselho Europeu de Pesquisa (ERC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Vi ontem um bicho
Na imundice do pátio
Catando comida entre os detritos.

Quando achava alguma coisa,
Não examinava nem cheirava:
Engolia com voracidade.

O bicho não era um cão,
Não era um gato,
Não era um rato.
O bicho, meu Deus, era um homem

Manuel Bandeira

Resumo

A tese de Doutorado intitulada *Seremos Campeões? O Desenvolvimento Urbano e a Copa do Mundo FIFA em um Estudo da África do Sul e do Brasil* investiga como a Copa do Mundo FIFA contribui para reconfigurar as cidades-sede do megaevento. Sob o suporte dos parâmetros substantivos da qualidade de vida e da justiça social, a presente tese acessa desenvolvimento urbano associativo através das transformações ocorridas no espaço urbano de quatro cidades-sede do megaevento.

Assim, a busca empírica por elementos de transferibilidade associadas as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA conta com uma metodologia de estudo de casos múltiplos e um protocolo específico de coleta e análise de dados provenientes das cidades sul-africanas de Joanesburgo e da Cidade do Cabo, bem como das cidades brasileiras do Rio de Janeiro e de São Paulo. O estudo possui também um recorte investigativo que se estrutura através do eixo temático da Infraestrutura – com enfoque nos Estádios e Mobilidade Urbana –, do Trabalho – com enfoque no Trabalho Informal – e da Moradia – com enfoque na Moradia Precária.

Por meio de uma análise sistêmica dos processos de continuidade e de descontinuidade das políticas urbanas, acaba-se por compreender o desenvolvimento urbano associativo tanto através de uma perspectiva teórico-abstrata quanto por meio de uma realidade concreta e procedimental. Por esse motivo, a investigação busca suporte na literatura direcionada ao planejamento urbano, mais teóricos e abstratos, bem como em investigações da sociologia urbana, mais direcionadas a mudanças e impactos socioespaciais.

Ao longo do estudo, busca-se verificar a hipótese central de que a Copa do Mundo FIFA teria a capacidade de operar como um catalisador de reformas pró-mercado, através do suporte de uma democracia de baixa intensidade que normatiza a acumulação por despossessão da gramática capitalista ao desenvolvimento urbano contemporâneo. Ao se examinar a hipótese central, fez-se também necessário dedicar um capítulo para melhor compreender a Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA.

Duas inquietações guiam a pesquisa. A primeira inquietação consiste em verificar se o fenômeno efetivamente cumpre com sua missão de “proteger e promover o desenvolvimento humano, social e econômico” (FIFA, 2005). A segunda e mais abrangente inquietação baseia-se no fato de que, nesse momento, a maioria da população mundial vive em áreas urbanas que, apesar de também concentrarem boa parte do capital global, ainda carecem de uma mínima distribuição igualitária dos bens sociais. Nesse sentido, o presente estudo possui a fundamental esperança de que, ao investigar-se o fenômeno, em contexto de periferia do capital global, possa-se não somente contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas operativas da opressão social contidas na interação entre Capital, Estado e Sociedade, mas também possa servir como estímulo ao pensamento alternativo e utópico, indispensável a sua própria resistência.

Palavras-chaves

Copa do Mundo FIFA. Desenvolvimento Urbano. Estudo de Casos Múltiplos. Transferibilidade. África do Sul. Brasil.

Abstract

The PhD Thesis named as *Will we be champions? Urban development and the FIFA World Cup in a study of South Africa and Brazil*, investigates how the FIFA World Cup contributes to reconfigure the mega event cities hosts. Under the support of quality of life and social justice substantive parameters, this thesis accesses associated urban development of the transformations suffered by urban space in the four cities that host the mega event.

Therefore, the empirical quest for transferability of elements associated to the cities that host the FIFA World Cup includes a multiple case study and methodology and a specific protocol of data collection and analysis of data coming from the South African cities of Johannesburg and Cape City, as well as the cities of Rio de Janeiro and São Paulo. The study also has an investigative cut that is structured by the thematic axis of infrastructure, analyzing the Stadiums and Urban mobility, Labour, aiming to examine informal employment, and Housing, focusing on precarious housing conditions.

Throughout a systemic analysis of continuity and discontinuity processes of urban policies, it's possible to understand the associated urban development as well as in a theoretical and abstract perspective as in a concrete and procedural reality. That's the reason why investigation searches for support in the literature focused on urban planning, that are more theoretical and abstract, as well as in urban sociology, more directed to changes and socio-spatial impacts.

In the course of the study, we tried to verify the central hypothesis that the FIFA World Cup would have the capacity to operate as a catalyst of pro market reforms by a low intensity democracy that regulates the capital accumulation of the contemporary urban development. When analyzing the central hypothesis, it was also made necessary to dedicate a chapter to better understand what FIFA really consists in.

Two major concerns guide the research. The first one consists in verifying if the event fulfills its aim to "protect and promote the human, social and economic development" (FIFA 2005). The second and in-depth (more important) one, is the realization that the largest part of world population still lives in urban areas lacking the minimum egalitarian distribution of social assets, even if the cities concentrate the most part of the global capital. So, this study is embedded with the hope that investigating this phenomenon, inserted in the context of global capital periphery, it would not only contribute to a better understanding of the operative dynamics of the social oppression present in the interaction of Capital, State and Society, but that could also serve as an incentive in the direction of an utopian and alternative thinking, indispensable to its own resistance.

Keywords

FIFA. World Cup. Urban Development. Multiple Case Study. Transferability. South Africa. Brazil

Índice de Figuras

Figura 1 - Síntese Doutrinas Liberal e Neoliberal.....	88
Figura 2 - Associações Nacionais FIFA.....	111
Figura 3 - Regiões Administrativas Joanesburgo	
Figura 4 - Província de Gauteng.....	150
Figura 5 – Renda por Região em Joanesburgo.....	150
Figura 6 - Níveis de Privação de Joanesburgo	151
Figura 7 - Cinturões de Barreiras Espaciais de Joanesburgo	156
Figura 8 - Rota do Gautrain.....	162
Figura 9 - Rea Vaya	163
Figura 10 - Bertrams Priority Block.....	172
Figura 11 – Placa Bertrams	178
Figura 11 - Província de Cabo Ocidental	
Figura 12 - Distribuição de Renda na Cidade do Cabo	181
Figura 13 - Segregação na Cidade do Cabo	183
Figura 14 - Assentamentos Informais na Cidade do Cabo	183
Figura 15 - Green Point Common Zones	188
Figura 16 - My CiTi.....	190
Figura 17 - Blikkiesdorp Vista de Drone	
Figura 18 - Blikkiesdorp Vista de Fora.....	199
Figura 19 - Regiões Administrativas do Rio de Janeiro.....	209
Figura 20 - Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Família.....	210
Figura 21 - Índice de Desenvolvimento Humano por Região Administrativa.....	210
Figura 22 - Assentamentos Precários nos Bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro em 2010.....	211
Figura 23 - Distribuição Espacial dos Setores Censitários Segundo Tipo de Assentamento....	212
Figura 24 – Regiões Administrativas/Zona Oeste (AP5)	
Figura 25 – Regiões dos Jogos Olímpicos	213
Figura 26 - Corredores de Bus Rapid Transit.....	220
Figura 27 - Mobilidade Urbana: Existente X Realizado para Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos	221
Figura 28 - Regiões de São Paulo	
Figura 29 - Mapa Mundo e São Paulo	231
Figura 30 - Distribuição de Domicílios, por Faixa de Renda dos Distritos do Município de São Paulo 2010.....	232
Figura 31 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2010	233
Figura 32 - Desenvolvimento da Zona Leste, 2012	242
Figura 33 - Moradias Precárias na Região de Itaquera	249
Figura 34 - Perímetro do Parque Linear Rio Verde	252
Figura 35 Catalisador de Reação Química	
Figura 36 Catalisador Desenvolvimento Desigual	293

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Estratégias de Pesquisa.....	28
Tabela 2 – Estudo de Casos.....	40
Tabela 3 – Perguntas da Entrevista	53
Tabela 4 – Quadro de Informações	56
Tabela 5 - Número de Participação por Grupos de Atores.....	56
Tabela 6 - Ações Estruturantes do Programa de Desenvolvimento Econômico para a Zona Leste	239

Índice de Abreviações

AFC – Confederação Asiática de Futebol
ANC – Congresso Nacional Africano
AP – Áreas de Planejamento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT – Bus Rapid Transit
CAF – Confederação Africana de Futebol
CBD – Central Business District
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
COHAB Companhia de Habitação
COHRE – Centre on Housing Rights and Evictions
COL – Local Organizing Committee
CONCACAF – Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe
CONMEBOL – Confederação Sul-Americana de Futebol
COSATU – Congresso dos Sindicatos Sul-africanos
DA – Aliança Democrática
DH – Direitos Humanos
ETEC – Escola Técnica Estadual
FATEC – Fundação de Apoio a Ciência e Tecnologia
FBI - Federal Bureau of Investigation
FIFA – Federação Internacional de Futebol Associado
FNB – First National Bank
IBGÉ - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPP – Instituto Pereira Passos
IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
JDA – Agência de Desenvolvimento de Joanesburgo JDA
NEPHU – Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
OFC – Confederação da Oceania de Futebol
PDE – Plano Diretor Estratégico
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP – Parceria Público Privada
PSD - Partido Social Democrata
PSDB – Partido da Social Democracia
PT – Partido dos Trabalhadores
RJ – Rio de Janeiro
SAFA – Associação Sul Africana de Futebol
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SOP – Secretaria de Ordem Pública
SP – São Paulo
TRC – Temporary Relocation Camp
UEFA – União Europeia de Futebol Associado
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
VLT – Veículo Leve sobre Trilhos
WITS – University of the Witwatersrand
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social
ZL - Zona Leste

Índice

Introdução.....	16
Capítulo Um - O Desenvolvimento Urbano e a Copa do Mundo FIFA: O Método de Estudos de Casos Múltiplos.....	27
1.1 – A Seleção dos Casos e dos Eixos Temáticos	32
1.1.1 – A Seleção dos Casos	33
1.1.2 – Os Eixos Temáticos.....	37
1.2 – O Protocolo de Coleta e Análise de Dados de Estudo de Caso.....	40
1.2.1- Os Documentos Oficiais	42
1.2.2- Os Materiais Específicos dos Eixos Temáticos	44
1.2.3- As Reportagens em Jornal.....	45
1.2.4- As Observações Diretas	47
1.2.5- As Entrevistas Semiestruturadas	51
Capítulo Dois - Do Moderno ao Contemporâneo: Uma Leitura Macroestrutural do Desenvolvimento Capitalista	58
2.1 A Modernidade Ocidental.....	59
2.1.1 A Regulação e a Emancipação Social na Europa Moderna	62
2.1.2 O Sul Moderno: A violência e a Apropriação na Fratura Abissal.....	65
2.1.3 A Ambiguidade do Desenvolvimento Moderno.....	69
2.2 O Desenvolvimento Capitalista: Contributos da Teoria Marxista da Acumulação	72
2.3 A Democracia e o (Neo)Liberalismo	82
2.4 O Papel da Norma no Desenvolvimento Capitalista: A Hierarquia Normativa	96
Síntese do Capítulo	101
Capítulo Três – Para Além da Paixão: Os Agentes Internacionais, o Megaevento e a Maior Competição de Futebol do Mundo	103
3.1 A Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA	103
3.2 A Copa do Mundo FIFA	118
3.3 Os Marcos-Gerais da Copa do Mundo FIFA	128

Síntese do Capítulo	140
Capítulo Quatro – <i>Ke Nako</i>. Celebre a Humanidade da África.	141
4.1 A Copa do Mundo FIFA na Cidade do Ouro	148
4.2 A Cidade do Cabo e o Ponto de Rotação do Megaevento.....	179
Síntese do Capítulo	201
Capítulo Cinco – A Copa das Copas	203
5.1 A Cidade Maravilhosa é Sede de Megaeventos	208
5.2 A Megalópole recebe a Copa do Mundo FIFA	230
Síntese do Capítulo:	258
Capítulo Seis – A Copa do Mundo FIFA e o Desenvolvimento	
Urbano	261
6.1 A Governança Empreendedora Neoliberal	262
6.2 Urbanização Capitalista	270
6.3 Normatização do Abissal	279
6.4 Intensidade Democrática.....	287
Conclusão da Tese.....	296
Bibliografia.....	298
Anexo	308
Anexo I - Tabelas Entrevistados (Data, Categoria, Iniciais e Nomes Fictícios)	309
Anexo II – Garantias Governamentais Copa do Mundo FIFA	312

Introdução

É fácil verificar que o desenvolvimento socioeconômico ocidental constituiu-se por meio de fortes desigualdades ao longo do território. Realidade colonial, matriz da modernidade ocidental e da formação dos Estados-nação, essas dissimetrias socioeconômicas são tanto resultado quanto força motriz para o desenvolvimento capitalista. Desse modo, com a prerrogativa do desenvolvimento do capital com fortes impactos no território, criam-se espaços de opressão e exclusão, os quais, independentemente da escala de análise (local, regional, nacional, global), apregoam uma lógica de hierarquia do desenvolvimento econômico como possível agente instigador do desenvolvimento social.

Como bem expõem os geógrafos críticos, torna-se fundamental para uma teoria social de perspectiva crítica o enfoque espacial, ou seja, uma reflexão analítica que possua como referência a produção e os legados histórico-geográficos, em uma perspectiva de desenvolvimento geográfico desigual (Harvey, 2004, 2006). Assim, conceber o espaço como forma relativa e racional, como alvo de disputa e transformações constantes, constitui-se, nesse trabalho, como o primeiro ponto de ancoragem para a análise.

Todavia, mesmo que o enfoque espacial assuma relevância analítica na sociologia do desenvolvimento, a presente investigação percebe como extremamente importante o impacto temporal no estudo da disparidade do desenvolvimento socioeconômico no espaço, visto que essas dissimetrias, profundamente enraizadas no território, sofrem invariavelmente alterações sob influência do tempo. O estudo, no entanto, não compreende o tempo conforme concebido na modernidade – como algo linear, progressivo e seguro. Busca-se pensá-lo, portanto, em sua pluralidade de formas, como cíclico, glacial, instantâneo. Assim, como expressa Boaventura de Sousa Santos, o tempo configura-se sob distintas gramáticas: tempo cíclico nas plantações, tempo glacial da degradação ambiental, tempo instantâneo nas relações virtuais (B. de S. Santos, 2006a). De tal modo, a própria relação dessas distintas temporalidades pode acarretar a expansão ou constrição das relações sociopolíticas que promovem dissimetrias socioespaciais.

Nesse sentido, o trabalho busca incluir nesses diálogos de intertemporalidades a perspectiva de políticas urbanas catalisadas. A catalisação de políticas urbanas pode constituir-se por meio de diferentes narrativas sociopolíticas, a fim de acelerar/constringir “processos de continuidade e descontinuidades” (Lefebvre, 2004, p. 51/7) do desenvolvimento urbano e, assim, por meio de um tempo curto ou ínfimo, produzir transformações de alto impacto no território. Deste modo, as narrativas catalisadoras formam a expressão inerente da intensidade da produção de dissimetrias socioeconômicas, as quais, sob a prerrogativa de tempo mínimo, reduzem o cânone da negociação política do desenvolvimento desigual. No entanto, a redução do cânone da negociação política fundamental para o desenvolvimento desigual catalisado não é uma dinâmica fácil e, no presente caso, parte de uma “energia de ativação” multiescalar. Assim, o campo de interação entre as categorias analíticas de tempo e de espaço no presente estudo também se ancora em uma base transescalar de produção fenomenológica, que opera simultaneamente em múltiplas escalas e na relação entre as escalas. Através de uma base analítica ancorada, portanto, nas espacialidades, nos tempos e nas escalas, a presente investigação volta-se a investigar o desenvolvimento urbano associado a um fenômeno específico: a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA dos anos 2010 e de 2014 na África do Sul e no Brasil.

A Copa do Mundo FIFA, juntamente com outros eventos de grande porte, como os Jogos Olímpicos, tem sido descrita e teorizada por meio do conceito de megaevento. Os megaeventos, mesmo possuindo características particulares condicionadas a cada um dos eventos, apresentam um padrão, descrito já em 1994 na literatura de perspectiva crítica como "eventos de curto prazo com consequências em longo prazo às cidades que os preparam [megaeventos]. Eles estão associados à criação de infraestrutura e de instalações para os eventos, muitas vezes proporcionando dívidas de longo prazo" (Roche, 1994, p. 01).¹

É possível perceber, portanto, o diálogo entre diferentes temporalidades na realização dos megaeventos, cujo ciclo executivo consiste em um tempo curto de preparação das cidades-sedes, um tempo ínfimo de duração do evento e um tempo glacial

¹ Tradução livre do autor

de resultados e consequências. Assim, através de uma dinâmica de intertemporalidade, o ciclo executivo da Copa do Mundo FIFA catalisa uma série de reformas e inflexões que mudam a cidade-sede. Se, como expressa Marcelo Lopes Souza, o desenvolvimento urbano é, no seu âmago, mudar a cidade (Souza, 2010, p. 60/82), uma teoria social de perspectiva crítica deve invariavelmente voltar sua atenção a diagnosticar possíveis contributos fenomenológicos à produção do desenvolvimento desigual.

Sob essa perspectiva, por meio de uma análise sistêmica dos processos de continuidade e de descontinuidade das políticas urbanas, a presente pesquisa tem como objetivo primário acessar a ideia-força central de desenvolvimento urbano associado à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. Para isso, a tese produz um quadro de casos associados ao fenômeno passível de condensar a ideia-força central das mudanças produzidas e, assim, responder a seguinte questão:

- Como a Copa do Mundo FIFA contribui para reconfigurar a cidade?

No entanto, deve-se destacar que, sob um enfoque analítico do desenvolvimento desigual, responder à questão “Como o fenômeno contribui para reconfigurar a cidade?” implica em conceber, conforme expõe Marcelo Lopes de Sousa, o desenvolvimento urbano através de dois parâmetros substantivos: *qualidade de vida e justiça social*. De acordo com autor, *a melhoria da qualidade de vida* corresponderia “à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais – de uma parcela cada vez maior da população” (Souza, 2010, p. 62).

Por sua vez, o *aumento da justiça social*, conforme apropriada síntese de Boaventura de Sousa Santos, significa que temos “o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades” (B. de S. Santos, 2003b, p. 56).

Os parâmetros substantivos *da melhoria na qualidade de vida e da melhoria na justiça social* são complexos e estão diretamente relacionados a debates sobre a

autonomia individual e a autonomia coletiva. No entanto, em termos introdutórios, vale referir que, para a pesquisa contemplar “Como o fenômeno contribui para reconfigurar a cidade?” foi indispensável compreender o desenvolvimento urbano associativo, tanto através de uma perspectiva teórico-abstrata, quanto por meio de uma realidade concreta e procedimental.

Por esse motivo, a investigação buscou suporte tanto em estudos de planejamento urbano, mais teóricos e abstratos, quanto em investigações da sociologia urbana, mais direcionadas a mudanças e impactos socioespaciais, a fim de responder a outras três questões fundamentais, complementares a questão central:

- Por meio de quais estratégias de desenvolvimento urbano o fenômeno altera a qualidade de vida na cidade-sede?
- Qual o horizonte político-filosófico que suporta tais medidas?
- Qual o contributo para a justiça social que detém a produção normativa associada à Copa do Mundo FIFA?

Assim, guiado pelo objetivo e pelas questões centrais da pesquisa, bem como pela hipótese central de que a Copa do Mundo FIFA teria a capacidade de operar como um catalisador de reformas pró-mercado, através do suporte de uma democracia de baixa intensidade que normatiza a acumulação por despossessão da gramática capitalista ao desenvolvimento urbano contemporâneo, orienta-se o primeiro objetivo específico da presente investigação: buscar um método capaz de testar a hipótese de que o megaevento adensaria a gestão executiva de um desenvolvimento capitalista, sob a auspície da produção de dinâmicas urbanas assentadas não somente na acumulação de capital expandido, mas também sob a perversa lógica da acumulação por despossessão.

Assim, o primeiro capítulo, com o título de “O Desenvolvimento Urbano e a Copa do Mundo FIFA: O Método de Estudos de Casos Múltiplos”, possui como objetivo específico descrever a seleção de uma estratégia de pesquisa condizente com os fins últimos da investigação. Após uma revisão bibliográfica temática, concluiu-se que o método do estudo de casos múltiplos seria a estratégia de pesquisa mais adequada. Dentre

outras justificativas, o argumento preponderante para a escolha de um estudo de múltiplos casos consistiu na compreensão de que tal estratégia de investigação permitiria a coleta de dados analíticos em distintos contextos fenomenológicos e, assim, forneceria a possibilidade de adquirir elementos qualitativos para responder às seguintes questões:

- (i) a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA detém um padrão recorrente de desenvolvimento urbano associativo?
- (ii) Em caso de positivo, o arquétipo fenomenológico confirma um padrão de desenvolvimento urbano eminentemente capitalista marcado por processos de acumulação por despossessão ou refuta a solução hipotética?

Obviamente, o estudo da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA na África do Sul e no Brasil exigia uma seleção na *coleção de casos*, visto que mais de vinte locais sediaram o megaevento nos dois países e, dessa forma, tinham passado por sua gestão executiva. Assim, na busca por definir casos de estudo, compreendeu-se que Joanesburgo, Cidade do Cabo, Rio de Janeiro e São Paulo não eram quaisquer cidades dos países objeto de investigação, mas epicentros do capital regional da América do Sul e da África Subsaariana. Nesse sentido, essas quatro cidades-sedes, por constituírem-se como espaços urbanos de forte acúmulo de capital, em contextos de disparidades socioeconômicas, teriam o potencial de mais facilmente demonstrar dinâmicas que associariam o fenômeno ao desenvolvimento desigual sob a égide do capital.

Ainda como resultado do objetivo específico descrito no primeiro capítulo, realizou-se um recorte investigativo com a finalidade de melhor dissecar as gestões executivas da Copa do Mundo FIFA de 2010 e de 2014. Essa temática merece especial atenção na presente introdução, visto que o realinhamento da pesquisa será descrito somente nesse momento. Ao dar início à construção do fundamental “Protocolo de Coleta e Análise de Dados de Estudo de Caso”, após a defesa do projeto e antes da entrada em pesquisa de campo na África do Sul, percebeu-se uma possível dificuldade para recolher dados qualitativos através da linha investigativa da “regulação dos espaços públicos das

idades-sede, a fim de inter-relacionar com o(s) modelo(s) de desenvolvimento urbano” – que era o antigo objetivo geral da investigação. Em função da África do Sul estar no tempo glacial das consequências do fenômeno e o Brasil estar em tempo curto de preparação, havia uma disparidade de momento investigativo que poderia dificultar a coleta de dados referentes à regulação, especialmente em relação à regulação na África do Sul, pois havia sido conduzida pelo menos quatro anos antes.

Da mesma forma, outra preocupação no início da construção do protocolo de coleta e análise de dados diz respeito a que, durante os estudos efetuados antes da entrada em campo, observou-se que a dinâmica espacial do fenômeno ocorria em uma imbricada interlocução entre público e privado, que, muitas vezes, deixava essa distinção obsoleta. Como o objetivo central era coletar dados analíticos do fenômeno para acessar o desenvolvimento urbano associado, ancorado em uma perspectiva de sociologia urbana crítica, reorganizou-se a investigação a partir de três eixos temáticos, de modo que cada um dos eixos possui enfoques centrais. Mais sobre o tema pode ser visto no capítulo um, mas é relevante ressaltar que o recorte investigativo estruturado através dos eixos temáticos da Infraestrutura – com enfoque nos Estádios e Mobilidade Urbana –, do Trabalho – com enfoque no Trabalho Informal – e da Moradia – com enfoque na Moradia Precária – promoveram uma coleta de dados segura no que se refere à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, bem como forneceram elementos analíticos de destaque para a sua inter-relação com o desenvolvimento urbano.

Superado o objetivo específico voltado à metodologia, que envolvia a estratégia de pesquisa, a seleção de casos, o recorte investigativo e o protocolo de coleta e análise, voltou-se a atenção para o seguinte objetivo específico, desenvolvido no segundo capítulo, com o título “Do Moderno ao Contemporâneo: A Macroestrutura do Desenvolvimento Capitalista”. A partir da hipótese de que as dinâmicas de desenvolvimento urbano associadas ao fenômeno não eram restritas ao tempo, ao espaço e à escala do megaevento, objetivou-se a construção de um marco teórico específico que dissecasse tanto as raízes, quanto a evolução de lógicas associadas ao desenvolvimento capitalista.

Mais uma vez, o objetivo específico foi conduzido por questões investigativas, que são:

- (i) Quais as especificidades do desenvolvimento capitalista periférico dos países investigados?
- (ii) Por meio de quais lógicas e dinâmicas é possível identificá-lo?
- (iii) Como suas especificidades históricas marcam seu desenvolvimento contemporâneo?
- (iv) Quais doutrinas socioeconômicas e qual normatividade podem ser associadas a esse modelo de desenvolvimento?

Assim, através das respostas às questões desse particular objetivo, o segundo capítulo da tese forneceria não somente uma base teórica de suporte à pesquisa, mas também evidenciaria elementos analíticos capazes de fazer um aporte ancorado do desenvolvimento capitalista à realidade da investigação empírica.

Após a seleção metodológica e a preparação teórico-analítica do primeiro e do segundo capítulos, um novo objetivo específico apresentou-se: aprofundar o conhecimento sobre o megaevento. Assim, como terceiro capítulo da tese, apresenta-se “Os Marcos Gerais da Copa do Mundo FIFA”. Ainda sob o aporte de que o fenômeno seria capaz de imprimir padrão recorrente de desenvolvimento nas cidades-sede, questionou-se:

- (i) Como se constitui e evolui a Fédération Internationale de Football Association – FIFA?
- (ii) Qual a organização e a estrutura interna desse ator internacional? Como se organiza a Copa do Mundo FIFA?
- (iii) Quais são as características recorrentes da produção do megaevento?

Dessa forma, para cumprir com o objetivo central da tese, torna-se fundamental aprofundar compreensão acerca do ator internacional detentor dos direitos internacionais de definição, coordenação e execução da Copa do Mundo FIFA, ainda mais após as

alegações de corrupção institucional e a prisão de pessoas do alto escalão da FIFA. Ciente da relevância do ator FIFA, mas também consciente de que o fenômeno não se restringe a sua atuação, também se investigou a evolução histórica do megaevento e suas estruturas associadas para, por fim, sistematizar seu arcabouço normativo e suas características centrais.

Assim, com suporte em dados empíricos e com a finalidade de preparar a compreensão da investigação de campo, descrita nos capítulos quatro e cinco, bem como a reflexão analítica dos estudos de casos, apresentada no último capítulo, o terceiro capítulo avança na investigação fenomenológica a partir de um contexto específico assentado na estrutura, nas dinâmicas e na gestão internacional do megaevento.

Os capítulos quatro e cinco fazem referência aos estudos de campo conduzidos na África do Sul e no Brasil, respectivamente. Com o objetivo específico de acessar, de forma segura, os fatos associados ao fenômeno, especialmente no que se refere aos eixos temáticos, atentou-se para as seguintes questões:

- (i) Quais dados de escala nacional, regional e local devem ser destacados, a fim de contextualizar o caso de estudo?
- (ii) Como o fenômeno dialoga com a divisão socioeconômica da cidade-sede?
- (iii) Por meio de quais estratégias as políticas urbanas associadas ao fenômeno são promovidas na cidade-sede?
- (iv) Como é o acesso e a participação popular no processo decisório da gestão executiva do megaevento?

A partir dessas questões, procurou-se realizar tanto uma coleta quanto um relato de dados capazes de avaliar a hipótese de que a gramática capitalista de desenvolvimento urbano estaria presente em cada um dos quatro casos de estudos. Assim, em função do megaevento possuir obrigações semelhantes em suas edições, foi relevante verificar como, sob as mesmas exigências, distintas medidas eram efetivadas nas cidades-sede.

Por fim, o último capítulo teve como objetivo aferir o desenvolvimento urbano associado com a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. Para tal, os casos foram

acessados com base no marco da teoria urbana crítica e da hipótese apresentada, a fim de, em seguida, construir quatro grupos de síntese analítica do fenômeno nas cidades-sede. O objetivo desse capítulo, todavia, não consiste na simples ação comparativa entre os casos, mas na possibilidade de fornecer elementos analíticos passíveis de aplicabilidade em configurações empíricas semelhantes. Nesse sentido, acessar a ideia-força central de desenvolvimento associativo foi fundamental, pois além de estabelecer o fio condutor entre os casos, permite dissecar dados passíveis de configurações em outros contextos.

Assim, através de seus objetivos, hipóteses e perguntas – gerais e específicas – que se somam a essa introdução e às considerações finais, a presente tese assenta-se a partir de algumas inquietações. A primeira inquietação refere-se às três motivações centrais expostas pela literatura específica para promoção dos megaeventos, conforme sugerido pelo COHRE (Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE), 2007, p. 256):

- A) Colocar a cidade no mapa do mundo (aumentando o turismo);
- B) Aumentar o investimento econômico na cidade e atrair o capital (para melhorias de infraestrutura urbana e redesenvolvimento);
- C) Promover uma "re-imagem" da cidade.²

A primeira inquietação consiste em verificar, portanto, se, baseado nessas motivações centrais, o fenômeno efetivamente cumpre sua missão de “proteger e promover o desenvolvimento humano, social e econômico” (FIFA, 2005). O ponto central que se instiga consiste que a atuação de instituições supranacionais, como a FIFA, as agências econômicas internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional), bem como as instituições de auxílio ao desenvolvimento, com diferentes atuações no espaço internacional, são capazes de impor, não raramente, noção ambivalente de desenvolvimento (2006; Elísio Macamo, 2005, 2010). Essa noção ambivalente de desenvolvimento consiste em fornecer discursos e financiamentos para a redução das desigualdades, dos quais, em sua materialidade, acabam por radicalizar essas dissimetrias. Assim, a presente tese contribui para testar

² Tradução livre do autor

empiricamente se o discurso progressivo da missão da Copa do Mundo FIFA efetivamente promove uma reconfiguração socioespacial condizente com suas motivações ou se a atuação desse fenômeno tende a promover uma “releitura” da cidade fundada em um tipo específico de desenvolvimento – o que nos leva ao debate da segunda e mais abrangente inquietação.

A segunda inquietação baseia-se no fato de que, nesse momento, a maioria da população mundial vive em áreas urbanas que, apesar de também concentrarem boa parte do capital global, ainda carecem de uma mínima distribuição dos bens sociais. As cidades são, nesse início de século XXI, tanto o centro da acumulação do capital quanto os espaços de produção de uma radical desigualdade social. Assim, a hegemonia global do capitalismo contemporâneo, pós-consenso de Washington, demonstra-se incapaz de promover o mínimo de bem-estar a largas parcelas da população e sua espetacularização frequentemente conduz ao consumo de massa e à crença de inexistência de alternativa.

Obviamente, ao investigar o desenvolvimento urbano associado à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, o presente estudo somente tangencia repostas à hegemonia contemporânea do capital e a seus desenvolvimentos associativos. Nesse sentido, o presente estudo possui a fundamental esperança de que, ao investigar o fenômeno, em contexto de periferia do capital global, possa não somente contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas operativas da opressão social contidas na interação entre Capital, Estado e Sociedade, mas também possa servir como estímulo ao pensamento alternativo e utópico, indispensável a sua própria resistência.

Assim, nada melhor ao pensamento alternativo e utópico que a paixão, a qual, nessa singela contribuição, molda-se de forma esférica e sedenta por gols.

Com esse contributo, portanto, espera-se atizar a fome por incremento na justiça social e por melhorias na qualidade de vida.

Bom apetite!

Capítulo Um - O Desenvolvimento Urbano e a Copa do Mundo FIFA: O Método de Estudos de Casos Múltiplos

O primeiro capítulo da tese SEREMOS CAMPEÕES? O desenvolvimento urbano e a Copa do Mundo FIFA em um estudo da África do Sul e da Brasil aporta as definições metodológicas da presente pesquisa³.

Ao promover as definições metodológicas como seu primeiro capítulo, a atual investigação busca não somente estruturar a tese tanto de forma elegante, quanto ousada, mas também o reconhecer a relevância estrutural das definições de método, não somente para essa, mas para a promoção de qualquer tese doutoral. Sob essa perspectiva, é salutar discorrer que as definições metodológicas da pesquisa encontram-se vinculadas aos objetivos e às perguntas da investigação, as quais, na presente investigação, originam-se de uma questão primordial: Como a Copa do Mundo FIFA contribui para reconfigurar a cidade-sede?

A expectativa de que investigar a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA, em diferentes cidades, fornece elementos analíticos para a compreensão do desenvolvimento urbano associativo ao fenômeno acaba por balizar as presentes definições metodológicas da investigação, dentre elas, a estratégia de pesquisa. Conforme coloca Robert Yin, a escolha de cada uma das estratégias de pesquisa (experimento, levantamento, análise de arquivos, pesquisa histórica e estudo de caso) depende fundamentalmente de três condições: (a) a forma da questão da pesquisa; (b) a extensão de controle que o pesquisador tem sobre os eventos comportamentais; (c) o grau de enfoque do acontecimento enquanto histórico em oposição a acontecimentos contemporâneos (Yin, 2001, p. 24). Cada uma das estratégias, assim, apresenta-se mais adequada conforme os objetivos propostos por cada pesquisa, vide quadro de referência abaixo:

³A presente investigação teve grande influência na definição e recorte metodológico da tese doutoral “Norms and Space: Understanding Public Space Regulation in the Tourist City”, de Lucas Konzen (Konzen, 2013).

Tabela 1 – Estratégias de Pesquisa

Estratégia	Forma da questão de pesquisa	Exige controle sobre eventos comportamentais?	Focaliza acontecimentos contemporâneos?
Experimento	Como, Por que	Sim	Sim
Levantamento	Quem, O que, Onde, Quantos, Quanto	Não	Sim
Análise de Arquivos	Quem, O que, Onde, Quantos, Quanto	Não	Sim/Não
Pesquisa Histórica	Como, Por que	Não	Não
Estudo de Caso	Como, Por que	Não	Sim

(Fonte: Cosmo Corporation em (Yin, 2001, p. 24)

Tendo em consideração o presente quadro de referência das estratégias de pesquisa, verifica-se que a forma da questão de investigação apresenta-se através da palavra “COMO”. Como se configura o fenômeno? Ao utilizar a palavra “Como” para a questão de pesquisa, a presente investigação afasta-se do Levantamento e Análise de Arquivos enquanto estratégias de pesquisa.

Ademais, Yin traz outras duas questões relevantes para a escolha da estratégia de pesquisa. A primeira consiste em definir se a investigação exige controle sobre eventos comportamentais. O estudo responde de forma negativa a essa pergunta, pois, mesmo que a gestão-executiva do megaevento seja produto da ação humana coletiva, a abordagem investigativa volta-se ao entendimento da sua configuração, sem pretensões metodológicas de controle analítico de comportamento. Assim, deixa-se também de lado a estratégia de pesquisa do Experimento.

A segunda questão proposta pelo autor consiste em identificar se o enfoque da investigação fenomenológica focaliza acontecimentos sob uma perspectiva de eventos contemporâneos ou de acontecimentos históricos. Sob esse aspecto, a pesquisa encara o fenômeno enquanto um evento contemporâneo, mesmo ciente da possibilidade de seu estudo enquanto acontecimento histórico. Essa escolha de abordagem sustenta-se em função da coleta de dados relativos à gestão-executiva do megaevento acontecer no transcorrer da experiência da Copa do Mundo FIFA no Brasil e poucos anos após a sua promoção na África do Sul. Assim, a perspectiva contemporânea do estudo fenomenológico contribui para compreender as cidades de hoje – que são imensamente diferentes das cidades desde a criação do megaevento na década de trinta do século passado. Essa última escolha estratégica retira a Pesquisa Histórica como opção para o presente trabalho.

Assim, tendo em consideração as proposições investigativas e em diálogo com as três condições de pesquisa apresentadas por Robert Yin, a estratégia do Estudo de Caso apresenta-se como mais adequada à finalidade investigativa. Além disso, existe outra vantagem relevante para a escolha do estudo de caso na perspectiva de Yin. De acordo com o autor, o estudo de caso consiste na estratégia mais adequada para se trabalhar o “COMO” de acontecimentos contemporâneos sobre os quais o investigador possui pouco ou nenhum controle em relação aos fatos envolvidos (Yin, 2001, p. 28). Assim, mais uma vez, a estratégia de Estudo de Caso aparece como apropriada, visto que o investigador definitivamente não possui controle sobre os acontecimentos contemporâneos vinculados, na medida em que os fatos gerados pelos atores envolvidos são totalmente alheios ao controle do investigador.

Nesse sentido, torna-se imprescindível ressaltar que o estudo de caso tem por objetivo apreender a compreensão de um fenômeno específico. Mais uma vez, Robert Yin é preciso ao expor que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real” (Yin, 2001, p. 32).

No presente estudo, portanto, o fenômeno contemporâneo consiste na gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA, o qual é investigado por meio da estratégia de Estudo

de Caso, através da questão de pesquisa “como”, ou seja, busca-se entender “como” se constitui a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, sob a finalidade de prover diálogo entre fenômeno e desenvolvimento urbano em cada uma das cidades selecionadas. O objetivo investigativo consistiu, portanto, em melhor compreender o fenômeno da gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA, sob a prerrogativa de estabelecer uma gramática tipológica do desenvolvimento urbano associado às cidades-sedes.

Sob essa finalidade, a investigação ancora a gramática tipológica através não de um único estudo de caso, mesmo ciente da possibilidade de estudo de caso estendido (Burawoy, 1998; B. de S. Santos, 1983). A decisão metodológica direciona-se a uma investigação de múltiplos casos (Stake, 2006) e parte de um interesse central da investigação: uma análise sistemática do fenômeno. É salutar aprofundar esse ponto.

De acordo com Robert Stake, a relevância do caso [individual] em seu estudo múltiplo consiste em que cada um dos casos pertence a uma *coleção específica de casos* e, nesse sentido, eles possuem condições e características em comum denominadas *quintain* – fenômeno, grupo ou categoria que une os casos (Stake, 2006, p. 04/08). Assim, o autor expressa que é o *quintain* (fenômeno, grupo ou categoria) que une de cada um dos casos individuais da *coleção específica de casos* alvo de estudo. Nesse sentido, o autor frisa que enquanto o estudo de caso único tem como objetivo a percepção fenomenológica através de uma singular experiência, a investigação multicaso detém foco na aparição sistemática do *quintain* dentro da *coleção de casos*. Nas próprias palavras do autor, “a pesquisa de casos múltiplos começa com o *quintain*. Para o melhor compreender o *quintain*, nós estudamos alguns dos seus casos individuais – seus contextos⁴ e manifestações. Mas é *quintain* que buscamos compreender” (Stake, 2006, p. 6).⁵

Assim, o presente Estudo de Casos Múltiplos busca exatamente explorar a recorrência fenomenológica (*quintain*) da gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA, através da seleção de cidades pertencentes a uma *coleção de casos*. Ao fazer isso, a investigação potencializa a percepção sistemática de “como” do fenômeno em diferentes

⁴ A palavra original no inglês é *sites* que representa na tradução literal “seus locais”. Todavia, compreende-se que a melhor tradução do sentido da palavra é “contexto”.

⁵ Tradução livre do autor.

configurações urbanas, fundamental para uma gramática tipológica. A gramática tipológica constitui-se, portanto, em análise sistemática do fenômeno (*quintain*), sob uma perspectiva teórica de desenvolvimento urbano.

Mais uma vez, Robert Yin corrobora com a escolha da estratégia de investigação ao expor que “se você focasse sua investigação em questões do tipo “como” em mais de uma cidade, provavelmente estaria realizando um estudo de casos múltiplos” (Yin, 2001, p. 26). Na visão do estudo, portanto, a pesquisa da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, através do estudo de casos múltiplos, densifica a sistematização fenomenológica e, dessa forma, contribui, de forma mais contundente, para uma gramática tipológica do que o faria uma investigação unitária do fenômeno.

Mais sobre o tema será referido no presente capítulo, que é dividido em duas partes centrais. A primeira parte expõe a estrutura da investigação de casos, enquanto a segunda apresenta as definições de recolhimento e análise dos dados empíricos. Sob esse recorte, a seção 1.1 apresenta a seleção de casos, os objetivos e os enfoques centrais da metodologia de estudo de casos múltiplos. Nesse sentido, em seu subcapítulo 1.1.1, apresenta-se a seleção de cidades alvo dos estudos de campo (Joanesburgo, Cidade do Cabo, Rio de Janeiro e São Paulo), bem como as motivações para essa seleção de estudo de caso. No subcapítulo 1.1.2, expõe-se a perspectiva da análise transversal do fenômeno, indo de um enfoque holístico ao específico do fenômeno em direção a abordagens específicas por meio de eixos temáticos.

Por sua vez, a segunda parte do capítulo (1.2) expõe de forma detalhada cada uma das técnicas de coleta e análise de dados empíricos, visto que o protocolo de pesquisa empírica foi organizado e reproduzido de forma equânime nos quatro estudos de caso. Sob essa perspectiva, utilizam-se cinco técnicas de coletas de dados empíricos: documentos oficiais (1.2.1); materiais específicos (1.2.2); reportagens em jornais (1.2.3); observações (1.2.4) e entrevistas (1.2.5) – que forneceram dados para a investigação da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA.

1.1 – A Seleção dos Casos e dos Eixos Temáticos

Invariavelmente, a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA constitui-se como um fenômeno multifacetado. Todavia, apesar de sua complexidade, não se configura como um fenômeno fora de uma possibilidade de definição de limites analíticos. Dessa forma, delimita-se o recorte analítico da investigação fenomenológica (*quintain*) de multicasos por meio de um duplo empuxo: uma perspectiva holística, que fornece um panorama geral do fenômeno, e uma abordagem específica direcionada aos eixos temáticos da gestão-executiva. Assim, enquanto os marcos gerais promovem uma visão estrutural do fenômeno, os eixos temáticos solidificam as medidas concretas da gestão-executiva. Sob essa delimitação, portanto, pode-se acessar de forma transversal a sistemática configuração do fenômeno que perpassa cada um dos casos selecionados.

Contudo, segundo expõe Robert Stake, o estudo de casos múltiplos não detém por objetivo uma comparação entre casos, mas um melhor entendimento de como o fenômeno ocorre, sem ênfase ao processo comparativo (Stake, 2006, p. 82/84). Nas próprias palavras do autor, o “Estudo multicaso não é desenhado para comparar casos. Os casos estudados fazem parte de um seletivo grupo de exemplo escolhidos para melhor compreender o *quintain*. A maioria dos pesquisadores relata cada caso como um caso [único], sabendo que este será comparado com os outros, mas sem dar ênfase aos atributos da comparação”(Stake, 2006, p. 83)⁶.

O autor complementa que cada caso é singular, mas que pertence a uma coleção particular de casos que possuem características ou condições (fenômeno) em comum (Stake, 2006, p. 4/7). Nesse sentido, o estudo reconhece que cada um dos casos é único e permeado de particularidades, consistindo o objetivo investigativo em uma representação qualitativa da sistemática fenomenológica – o referido *quintain*.

⁶ Tradução Livre do autor.

Dessa forma, conforme já mencionado, o que se objetiva no estudo de casos é a construção de tipologias. Sob essa perspectiva, a investigação não prima por enumerar frequências e generalizações estatísticas da gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA, mas fazer o fenômeno dialogar e expandir teorias (Yin, 2001, p. 21). Assim, não se busca uma generalização de dados, comum em pesquisas quantitativas, mas a sua transferibilidade. Sob esse tema, Lucas Konzen expõe que há um contraste entre o conceito de generalização e o conceito de transferibilidade na literatura dos métodos de pesquisa qualitativa, visto que as conclusões de uma pesquisa de caso não visam a uma generalização dos dados como conclusão, mas à possibilidade de encontrar resultados capazes de serem transferidos a outras configurações empíricas semelhantes (Konzen, 2013, p. 91). Isso ocorre porque o objetivo do estudo de caso é fornecer elementos analíticos da configuração do fenômeno em diferentes conjunturas e, de tal modo, fornecer dados analíticos recorrentes passíveis de serem aplicados a outros casos.

A possibilidade de transferibilidade dos dados da pesquisa se faz de extrema relevância, visto que a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA é uma experiência que se insere dentro de um processo de gestão do espaço urbano. Assim, mesmo sendo um fenômeno particular, a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA fornece elementos analíticos da gestão urbana como um todo e que podem ser estendido, primeiro, às cidades que foram sede ou irão sediar a Copa do Mundo FIFA, segundo, às cidades que serão sedes de outros megaeventos, como, por exemplo, as Olimpíadas e, por fim, às cidades como um todo, visto que refletem lógicas e dinâmicas dos processos de continuidade e descontinuidade de políticas urbanas (Lefebvre, 2004).

1.1.1 – A Seleção dos Casos

A seleção dos casos remete a quatro cidades em dois países. Invariavelmente, o fenômeno por si só já delimita a amplitude das escolhas de casos (*coleção de casos*), na medida em que a pesquisa não tem como objetivo estudar a Copa do Mundo FIFA como

um fenômeno histórico, mas sob a perspectiva de um acontecimento contemporâneo. Assim, no momento de seleção dos casos existe uma temporalidade linear a ser considerada, visto que, apesar da Copa do Mundo FIFA já existir desde 1930, o interesse investigativo reside em explorar o fenômeno – a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA – nos tempos atuais. Deste modo, ciente da necessidade de situar o fenômeno contemporaneamente, delimita-se o estudo da Copa do Mundo FIFA em suas duas últimas edições (2010/2014). A *coleção de casos* sob influência da gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA nas duas últimas edições do megaevento é de vinte e uma cidades,⁷ sendo nove na África do Sul e doze no Brasil.⁸

Concomitantemente à realidade temporal que limita a *seleção de casos*, mas não a transferibilidade analítica, sobreveio o interesse em investigar o fenômeno em países que representam, até certo ponto, uma condição periférica na geopolítica global. Nesse sentido, agregar uma realidade de Sul Global ao estudo do fenômeno traz uma perspectiva interessante, pois tanto a preparação quanto a realização do megaevento exigem um padrão de gestão-executiva muito distinto aos que costumeiramente se encontra em países do Sul Global. Evidentemente, a África do Sul e o Brasil expressam o Sul Global sob uma perspectiva limitada, visto que são países emergentes, com padrão de desenvolvimento socioeconômico superior aos das suas regiões. Todavia, essa condição de hegemonia regional não elimina a realidade interna de uma regulação social opressora, inclusive abissal, às classes mais desfavorecidas. Dessa forma, as contradições entre realidade de Sul Global, desenvolvimento socioeconômico regional e opressão social existentes tanto na África do Sul quanto no Brasil não foram somente reconhecidas pelo trabalho, mas ancoram a escolha dos campos e a delimitação de eixos temáticos a fim de explorar os contributos do fenômeno ao desenvolvimento urbano das cidades-sedes.

⁷ A preparação executiva na África do Sul aconteceu nas cidades-sede de Joanesburgo, Cidade do Cabo, Durban, Port Elizabeth, Bloemfontein, Nelpruit, Polokwane, Rustenburg e Pretoria. No Brasil ocorreu nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

⁸ Cumpre ressaltar, conforme já mencionado anteriormente, que a transferibilidade dos dados fenomenológicos ultrapassa a restrição da coleção de casos, visto se tratar de políticas de gestão do espaço urbano.

Entretanto, não há na literatura específica da temática uma definição da quantidade de casos a serem estudados a fim de se promover uma representação qualitativa do fenômeno. Nesse sentido, promove-se a seleção de quatro casos capazes de fornecer elementos para a compreensão sistemática do fenômeno em diferentes contextos.

Ante essa prerrogativa, portanto, opta-se por estudar o fenômeno em duas cidades em cada um dos países, sendo cada investigação conduzida em separado. Define-se, portanto, como casos de estudo da gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA através das cidades-sede do megaevento as seguintes localidades: Joanesburgo, Cidade do Cabo, Rio de Janeiro e São Paulo. A seleção dessas cidades traz à tona diferentes contextos, mas também traz a realidade das duas maiores cidades, em população e tamanho, de cada um dos países-sede. Logo, a destacada representatividade nacional e internacional de cada uma dessas quatro cidades-sede expõe, invariavelmente, o choque dos interesses hegemônicos em realidades de Sul Global.

Através da definição e da preparação dos campos, também se observa interessantes similitudes contextuais entre Joanesburgo e São Paulo, bem como entre Rio de Janeiro e Cidade do Cabo. Para além da similaridade de constituírem-se nas cidades mais populosas de cada um dos países investigados, Joanesburgo e São Paulo também são polos atrativo para o capital nacional, regional e internacional. Nesse sentido, São Paulo é o maior polo econômico da América do Sul, enquanto Joanesburgo representa o centro econômico da África Subsaariana.

Todavia, apesar de serem cidades com grande circulação de riquezas, com altos índices de oferta de trabalho e imigração local e internacional, ambas as cidades convivem com uma realidade de baixa distribuição de renda e dos bens sociais. Ademais, a configuração socioespacial das duas cidades apresenta similaridades, visto que são cidades fundamentalmente planas, com um adensamento populacional nas áreas centrais e um potencial de expressão da segregação social dinamizada no tecido urbano de forma radial.

Por sua vez, Rio de Janeiro e Cidade do Cabo também se aproximam em aspectos relevantes. Ambas as cidades são polos econômicos da região, mas diferem de Joanesburgo e São Paulo no que diz respeito a sua origem e destinação da representação

espacial e econômica. Enquanto Joanesburgo e São Paulo são cidades de status e economia pungente devido à indústria, inclusive extrativista, diretamente direcionada aos mercados nacionais e internacionais, o Rio de Janeiro e Cidade do Cabo são cidades que se constituem economicamente e representativamente pelo turismo. Nesse sentido, ambas as cidades são destinos globais de visitantes interessados em suas belezas exuberantes e na proximidade ao mar. A Copa do Mundo FIFA, apesar de ser formalmente uma competição de futebol, representa um fenômeno diretamente interligado ao turismo e a escolha dessas duas cidades também expressa o interesse de captar a configuração do fenômeno em cidades de expressividade turística. Ademais, há também similitudes em suas configurações socioespaciais, visto que ambas as cidades possuem uma morfologia montanhosa, o que configura a possibilidade de uma segregação urbana tanto de cunho radial quanto vertical.

Conforme já mencionado, cada um dos campos é único, visto que Joanesburgo, Cidade do Cabo, Rio de Janeiro e São Paulo apresentam muitas diferenças, tanto estruturais, quanto formativas. Contudo, existem determinados elementos que possibilitam uma aproximação analítica dos casos, alguns deles expressados de forma não exaustiva logo acima. É válido, assim, ressaltar que, mesmo tendo em consideração a possibilidade de paridade investigativa – entre Joanesburgo e São Paulo e entre Rio de Janeiro e Cidade do Cabo –, utiliza-se a mesma metodologia investigativa de estudo de casos múltiplos, com protocolos equivalentes de coleta de dados em todas as pesquisas de campo.

Assim sendo, cada um dos países contribui com dois estudos de caso, dos quais, em função da centralidade pragmática necessária para uma pesquisa doutoral, possuem uma única diferença investigativa. A efetiva distinção entre os casos reside somente no tempo (linear) de permanência física do pesquisador em investigação de campo. Sob essa prerrogativa, portanto, promove-se uma investigação presencial de três meses nos campos de Joanesburgo e do Rio de Janeiro e de três semanas nos campos da Cidade do Cabo e de São Paulo.

Também cumpre observar que o estudo de campo no Rio de Janeiro possui interessante particularidade. Essa relevante distinção se dá pelo fato de que metade do

ciclo⁹ da gestão-executiva da Copa do Mundo 2014 ocorre concomitante com a metade do ciclo da gestão-executiva dos Jogos Olímpicos 2016. Há, portanto, uma sobreposição entre fenômenos (gestão-executiva da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos) no campo do Rio de Janeiro entre os anos de 2012 e 2014.¹⁰

Sob esse contexto, a gestão-executiva dos Jogos Olímpicos, apesar de fora do escopo formal da investigação, contribuiu muito para o estudo do fenômeno no Rio de Janeiro, na medida em que permite investigar processos de continuidade de políticas urbanas sob a influência de megaeventos. Essa possibilidade de traçar paralelos entre ambos os fenômenos estimula, portanto, uma melhor compreensão da própria gestão-executiva da Copa do Mundo no Rio de Janeiro. Por esse motivo, ao invés de ter sido tratada como realidade a ser excluída do estudo, a gestão-executiva dos Jogos Olímpicos é abordada como um fenômeno próximo e complementar.

1.1.2 – Os Eixos Temáticos

Da mesma forma que a pesquisa promove uma técnica de investigação que considera os casos como únicos e reconhece que uma investigação doutoral possui limites, o presente estudo enseja um recorte metodológico capaz de fornecer dados qualitativos sobre o desenvolvimento urbano associado ao fenômeno. Dessa forma, ciente da impossibilidade de abranger todas as ações relacionadas à gestão-executiva do megaevento, essa tese vale-se de um prisma de análise tipológica da gestão-executiva das Copas do Mundo de 2010 e de 2014 através de um recorte de eixos temáticos.

A definição dos eixos temáticos busca verificar como se configura a gestão-executiva do megaevento para as classes mais desfavorecidas e, portanto, através de um

⁹ A gestão-executiva da Copa do Mundo, conforme irá se explorar melhor, possui um tempo um linear e um cíclico. O tempo cíclico constitui-se em aproximadamente quatro anos, sendo que meio ciclo consiste no tempo linear dois anos.

¹⁰ Recorda-se que a decisão para o Brasil ser sede da Copa do Mundo ocorreu em outubro de 2007, com preparação executiva de 2010/14. Dois anos depois, em outubro de 2009 o Brasil (Rio de Janeiro) é escolhido para sede dos Jogos Olímpicos, com preparação executiva de 2012/16.

empuxo subalterno. Com o objetivo de observar o desenvolvimento urbano associado ao fenômeno a partir de um olhar contra-hegemônico, destaca-se três eixos temáticos: Infraestrutura, Trabalho e Moradia.

Todavia, também ciente que cada um dos eixos temáticos já é capaz de fornecer elementos analíticos para uma extensa pesquisa e com o intuito de promover ainda mais uma radicalização subalterna à investigação, cada um dos eixos temáticos recebe uma linha de enfoque. Deste modo, o eixo temático da infraestrutura direciona o foco aos Estádios e ao Transporte Urbano, enquanto o eixo do trabalho aborda especialmente o trabalho informal e, por fim, o eixo da moradia centra-se na questão da moradia precária. O eixo temático da moradia precária (vulnerável)¹¹ compõe-se por um somatório de dois fatores: o primeiro fator consiste na moradia não possuir a segurança da propriedade e, nesse sentido, o sujeito deter somente a posse do imóvel; o segundo aspecto contempla que a moradia seja de baixa renda.¹²

Assim, o eixo temático da infraestrutura contribui analiticamente à pesquisa para acessar a produção e a transformação do espaço urbano, visto que o megaevento traz uma série de mudanças ao traçado urbanístico. Invariavelmente, novos instrumentos de mobilidade urbana são implementados (BRTs, VLTs), de modo que verificar a produção, acessibilidade, qualidade do serviço, com especial atenção às populações de baixa renda, torna-se fundamental para se refletir sobre o desenvolvimento urbano associado ao fenômeno. Juntamente com a infraestrutura em mobilidade, há a necessidade de preparação dos estádios para a promoção do megaevento.

No tema dos estádios, a observação do fenômeno é relevante sob duas perspectivas: a primeira consiste em verificar o desenvolvimento urbano promovido nas regiões adjacentes, tendo especial importância as questões da moradia precária e do trabalho informal. O segundo ponto de vista busca analisar a preparação do Estádio em

¹¹ Ainda estou pensando um conceito melhor que Moradia Vulnerável, Moradia Precária pode ser uma opção. Se tiver alguma ideia, fique à vontade. Moradia precária, mas fugiu-se desse conceito pois a ideia não é que ela é precária, mas sim vulnerável as ações hegemônicas da gestão executiva.

¹² Existem muitas habitações no solo urbano de ambos os países sem a segurança da posse, mas que não são de baixa renda e, nesse sentido, fora do enfoque subalterno. Um interessante exemplo consiste nas mansões em Brasília, ao longo do lago Paranoá, em área pública, de modo que esses terrenos estão ocupados de forma irregular. Para mais informações sobre esse caso, acessar: <http://www.ecomapa.com.br/blog/ler.asp?cod=16> (acesso em: 31.05.2016).

si, através de dados sobre a reforma ou construção de um novo aparelho, gastos, dinâmicas público-privadas, a fim de buscar elementos que guiam o desenvolvimento associativo. Inclusive, investigar os estádios também fornece informações sobre desenvolvimento do esporte e, de forma estendida, da cidade como um todo.

A temática da moradia, com ênfase à moradia precária, permite acessar os contributos do fenômeno à gestão da segregação urbana. Friedrich Engels já demonstra, no século XIX, a capacidade que às políticas habitacionais detém, através do reforço da divisão do trabalho e do espaço urbano, em produzir dinâmicas de segregação urbana (Engels, 2015). Dessa forma, investigar a gestão habitacional sob direta influência do fenômeno, em especial nas regiões próximas aos estádios, traz elementos analíticos relevantes para se acessar as tipologias de desenvolvimentos urbanos adjuntas à gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA.¹³

Por sua vez, a temática do trabalho, com atenção ao trabalho informal, representa o empenho analítico em perceber o desenvolvimento fenomenológico associativo com relação a fontes de renda fora do mercado formal. Tanto a África do Sul, quanto o Brasil possuem um mercado informal pujante em seu solo urbano. Em 2011, vinte e dois por cento (22%) da população brasileira detinha no trabalho informal o seu sustento,¹⁴ enquanto em 2012, na África do Sul, trinta e quatro por cento (34%) da economia era informal.¹⁵ Nesse sentido, o trabalho informal é costumeiramente a forma de renda das classes mais populares e aceder a essa realidade é fundamental para atingir os objetivos da investigação.

Portanto, considerando-se a estrutura investigativa do estudo de caso, o emprego de eixos temáticos busca garantir a coerência na verificação do desenvolvimento urbano

¹³ Na definição do eixo temático da moradia, de início almejou-se utilizar condicionantes da moradia de rua como também um indicador da realidade do desenvolvimento urbano. Todavia, a coleta de dados desse grupo é extremamente complexa e exigiria uma especificidade a qual ultrapassava a capacidade de investigação desse estudo. No entanto, aproveita-se o ensejo para se expressar que a moradia de rua enquanto categoria analítica representa outro possível indicador qualitativo das ações hegemônicas da gestão executiva do megaevento ao desenvolvimento urbano das cidades-sedes.

¹⁴ De acordo com os dados do IBGE disponíveis em <http://www.ibge.gov.br> (acesso em: 22.06.2016). Informações também disponível <http://www.valor.com.br/brasil/2919914/pais-ainda-tem-442-milhoes-de-trabalhadores-informais-estima-o-ibge> (acesso em: 22.06.2016).

¹⁵ De acordo com os dados do South African Local Government Associations, disponível em <http://led.co.za/topic/informal-economy> (acesso em: 30.06.2016).

associado a cada uma das cidades-sede estudadas. Os três eixos temáticos – infraestrutura (estádios e transporte), moradia (precária) e trabalho (informal) – são utilizados como indicadores qualitativos, a fim de se acessar primeiramente como se configura a gestão-executiva das Copas do Mundo de 2010 e de 2014 em cada um dos casos. Em um segundo momento, através dos indicadores qualitativos do fenômeno, pretende-se acessar a perspectiva de um desenvolvimento urbano hegemônico ou subalterno (B. de S. Santos, 2003a). Abaixo é possível verificar tabela que resume a espinha dorsal do estudo.

Tabela 2 – Estudo de Casos

Fenômeno: Gestão-Executiva da Copa do Mundo FIFA		
Casos África do Sul: Joanesburgo/Cidade do Cabo		Casos Brasil: Rio de Janeiro/São Paulo
Eixos Temáticos		
Infraestrutura (Estádios e Transporte)	Trabalho Informal	Moradia Precária (Posse + Baixa Renda)

1.2 – O Protocolo de Coleta e Análise de Dados de Estudo de Caso

A presente tese doutoral consiste em um estudo de casos múltiplos. Nesse sentido, para além de definir-se o método e o enfoque analítico da pesquisa, como referido na primeira secção, bem como delimitar os casos e os eixos temáticos de estudo, recentemente expostos, torna-se incipiente arquitetar uma metodologia de recolha e análise de dados empíricos a ser replicada nos casos de estudo. Para isso, utiliza-se como suporte um protocolo de recolha e análise de dados em pesquisas de estudo de caso, a fim de fundamentar o baluarte técnico-analítico necessário a uma investigação com coleta empírica de dados em casos múltiplos.

A realidade factual que materializa o estudo de um fenômeno, porém, pode (e deve) ser com frequência contestada pelo investigador, ainda mais sob a perspectiva crítica adotada nesse estudo. O Estudo de Caso(s) (Múltiplos) deve se valer, portanto, de uma segurança a respeito da verossimilhança dos fatos investigados, a fim de promover não somente investigação de qualidade, mas também passível de crédito. Por esse motivo, a presente tese incorpora ao Protocolo de Coleta e Análise de Dados Empírica o método da Triangulação de Fontes (Yin, 2001, p. 121/9)

O método de Triangulação de Fontes consiste em um procedimento analítico em que a realidade factual é constituída através da sua narração por diferentes meios. Dessa forma, o estudo vale-se da repetição dos fatos promovidos pela pluralidade de fontes como subsídio para uma maior precisão factual, fundamental ao estudo fenomenológico. Nesse sentido, parte-se do princípio basilar de maior confiança aos fatos associados às gestões-executivas da Copa do Mundo 2010/2014 quando aparecem de forma triangular, ou seja, repetidamente através de mais de uma das técnicas de coleta. A presente investigação defende, portanto, a utilização da pluralidade de técnicas de coletas de forma complementar e integrada, considerando a maior credibilidade dos dados empíricos quando repetidos em diferentes técnicas de coletas e, assim, passíveis de uma análise cruzada.

Assim, o protocolo de investigação dos casos conta com, pelo menos, cinco técnicas de coletas de dados empíricos: documentos oficiais; materiais específicos dos eixos temáticos; reportagens em jornais; observações e entrevistas – que seguem também uma ordem programática de recolha de dados.

Inicialmente, promove-se a coleta de dados oficiais, bem como de materiais específicos dos eixos temáticos, inclusive na fase de preparação de campo, mantendo-se essa prospecção de dados durante a permanência na cidade-sede e, quando necessário, estendendo-a após a investigação empírica. Da mesma forma, promove-se o acompanhamento de reportagens em jornais durante a preparação e pesquisa em campo, o que é reduzido depois da visita à cidade-sede. Por sua vez, as observações diretas são conduzidas, sempre que possível, no início da visita à cidade-sede, visto que os dados

observativos, em diálogo com os outros materiais já coletados, contribuem para consubstanciar as questões contextuais a serem exploradas na posterior etapa das entrevistas.

Essa ordem programática segue duas diretrizes: a primeira consiste em preparar o acadêmico para a percepção e recolha de dados empíricos (realidade social e fenomenológica) durante a experiência de investigação de campo; enquanto a segunda consiste em subsidiar o investigador com o máximo de elementos contextuais para o momento das entrevistas, sendo fundamental a coleta de dados. Sob essa ordem programática, portanto, conduziu-se a coleta de dados empíricos – exposta de forma detalhada nas próximas páginas.

1.2.1- Os Documentos Oficiais

A Copa do Mundo produz, invariavelmente, uma quantidade enorme de material documental. A produção documental relacionada ao megaevento inclui novas legislações, protocolos e compromissos, mas também uma gama gigantesca de outros documentos de propaganda e publicidade, programas e guias turísticos, mídias e folhetos. Esse material é produzido e distribuído por meio de variado número de atores que podem ser tanto da esfera pública, de escalas distintas (local, regional, nacional), quanto da esfera privada (FIFA, patrocinadores, comitês, associações).

Nesse sentido, em razão da abundância de materiais produzidos por diferentes atores relacionados às Copas do Mundo, fez-se necessário especial atenção ao protocolo de recolha e análise de documentos para os estudos de caso, a fim de delimitar um escopo de pesquisa documental capaz de fornecer elementos representativos ao estudo do desenvolvimento urbano associado à gestão-executiva do megaevento, mas também que não viesse a ultrapassar a capacidade de recolha sistemática e de análise dos dados.

Assim, tendo em consideração a amplitude de documentação produzida em função do megaevento, delimita-se a coleta documental sob a categoria de Documentos Oficiais

associados à gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA. A definição da categoria de Documento Oficial refere-se essencialmente aos atores que promulgaram tais documentos. Dessa forma, somente os documentos originários do setor público, produzidos em diferentes escalas (local, regional e nacional) e/ou pelo ator FIFA foram considerados oficiais.

A especial atenção no escopo da pesquisa documental acontece porque a Copa do Mundo detém inúmeros “parceiros” e patrocinadores oficiais, como, por exemplo, os tradicionais Coca-Cola e McDonald’s. Esses atores acabam por elaborar diversos documentos que, sob a autorização do ator FIFA, passam a receber o status de “documentos oficiais do megaevento”. Contudo, essas documentações não se relacionam diretamente com o fenômeno e, portanto, detém pouca influência concreta em relação ao desenvolvimento urbano associado, mesmo que possam apresentar definições muito evidentes sobre a visão de cidade e seu desenvolvimento que possui o “parceiro” ou patrocinador. Isso não significa, todavia, que esses atores não operem diretamente na concretude da sua concepção do desenvolvimento urbano das cidades, mas indica que a produção documental não é decorrente da direta gestão-executiva do megaevento.

Nesse sentido, a escolha dos dois atores (poder público e FIFA) tem como justificativa a sua característica de produção de documentos que geram impactos normativos (legais, sociais, morais) no desenvolvimento urbano da cidade-sede. Inclusive, há uma condição cíclica na produção de documentos oficiais pelo poder público e a FIFA. Essa relevante característica de protocolo repetitivo de documentos oficiais em ambas as edições do megaevento (condição cíclica) permite aprofundar estudo sistemático das gestões-executivas das Copas do Mundo.

A coleta da documentação oficial é promovida tanto de forma física, no momento da pesquisa de campo, quanto de forma virtual, por meio de websites. Por sua vez, a análise dessa produção documental oficial segue o enfoque metodológico geral: uma visão holística, de enfoque nos marcos gerais da gestão-executiva, e um estudo detalhado, em especial, sobre as questões relacionadas aos três eixos temáticos. Sob essas definições, portanto, assenta-se o protocolo de recolha e análise de dados nos documentos oficiais

elaborados e divulgados pelo setor público e pela FIFA, a fim de produzir elementos analíticos da gestão-executiva das Copas do Mundo 2010 e 2014 e seu quadro tipológico de desenvolvimento urbano.

Assim, merecem destaque os seguintes documentos:¹⁶ Livros de Concorrências para a Copa do Mundo da África do Sul (2010) e do Brasil (2014); Plano de Garantias e de Investimentos; Relatórios Oficiais de Preparações; Relatórios Finais (governos e FIFA); Relatórios de Impactos Socioambientais; Relatório de Legados.

Os principais websites analisados são:

- <http://www.fifa.com/about-fifa/index.html>
- <http://www.sa2010.gov.za/>
- <http://www.sascoc.co.za/>
- <http://www.joburg.org.za/>
- <https://www.capetown.gov.za/>
- <http://www.copa2014.gov.br/>
- <http://www.rj.gov.br/web>
- <http://www.prefeitura.sp.gov.br>

1.2.2- Os Materiais Específicos dos Eixos Temáticos

De forma a subsidiar a recolha e a análise dos documentos oficiais, adiciona-se ao Protocolo um grupo de materiais específicos. A investigação empírica dos materiais específicos possui direta relação com os eixos temáticos, visto que é necessário aprofundar estudo complementar aos recortes temáticos a fim de melhor conhecer as específicas realidades contextuais das cidades-sede selecionadas. Assim sendo, sob a finalidade de complementar as informações sobre infraestrutura, trabalho e moradia, são utilizados outros materiais, tais como: Planos Urbanos Específicos, Consórcios

¹⁶ Lista de representatividade e não exaustiva.

Estratégicos, Relatórios, Mapas, Projeções de Crescimento Econômico-social, Resultados de Pesquisas, Indicadores Urbanos – uma gama de documentos que ultrapassam o escopo delimitador da relação direta dos documentos oficiais.

Esses materiais específicos são capazes de propiciar elementos para análise de realidade contextual dos eixos temáticos nos quatro casos, bem como uma noção das ações diretivas da gestão-executiva em cada um dos temas. Assim, o diálogo temático entre a realidade contextual e as ações diretivas do fenômeno promove relevante contribuição à investigação do desenvolvimento urbano associado ao megaevento.

Da mesma forma que na investigação dos documentos oficiais, o enfoque analítico é realizado partindo do geral ao específico, em busca de transversalidade fenomenológica. Assim, o protocolo de análise dos materiais específicos parte de uma ênfase holística aos temas gerais da infraestrutura, trabalho e moradia, dirigindo-se, então, ao contexto particular dos subtemas da infraestrutura em estádios e em transporte, do trabalho informal e da moradia precária.

No tema da moradia precária, porém, faz-se necessária ressalva. Para além de uma visão geral do fenômeno, busca-se a inserção transversal na temática através da seleção de uma região ou comunidade. A fim de direcionar a investigação a áreas de intervenção da gestão-executiva do megaevento, direciona-se atenção a regiões/comunidades de substrato de moradia precária no entorno dos Estádios.

Assim, para além da visão sistêmica do eixo temático fenomenológico (moradia precária e megaevento), também se define uma região/comunidade em cada uma das cidades-sede. Durante a coleta de material e análise empírica, intensificou-se a coleta e análise de material específico sobre essa região/comunidade.

1.2.3- As Reportagens em Jornal

É fato notório que existe uma relação muito íntima entre Copa do Mundo e Mídia. A Copa do Mundo é inegavelmente um megaevento global que envolve profundamente os meios de comunicações, publicidade e propaganda dos países-sede. Inclusive, uma parte expressiva da acumulação de capital promovida pelo evento decorre da venda dos direitos de transmissão dos jogos. Tendo em consideração a proximidade entre a mídia – nessa investigação centrada nos meios de comunicação de massas – e a Copa do Mundo, incluiu-se um acompanhamento das reportagens relacionadas ao megaevento em cada um dos casos no protocolo de coleta e análise de dados empíricos. O objetivo central do acompanhamento das reportagens não é produzir uma investigação empírica exaustiva do registro dos meios de comunicação de massas sobre o fenômeno para, dessa forma, colher e apreciar os discursos e narrativas desses atores.

O que se objetiva é complementar os dados sobre a gestão-executiva do megaevento através da cobertura da mídia tradicional. Assim, inquirir sobre as ações da gestão-executiva através das reportagens de jornais fornece diversos elementos analíticos para a triangulação de dados com outras técnicas inclusas no protocolo de pesquisa empírica.

Cabe ressaltar que, com relação às reportagens de jornais, o protocolo de coleta constituiu-se de forma distinta em cada um dos países. Em função da investigação empírica na África do Sul ocorrer em momento posterior à gestão-executiva do megaevento, a coleta das reportagens de jornais aconteceu também de forma posterior e, assim, houve menor acompanhamento no que diz respeito ao dia-a-dia dos registros. Nesse sentido, o Protocolo de coleta optou por investigar dois grandes jornais, de cada uma das cidade-sede.

Entretanto, ao entrar em contato com o Departamento de Pesquisa e Informações do Serviço de Esporte e Recreação da África do Sul,¹⁷ por intermédio de Chals Durand,¹⁸ verificou-se que o material contido no centro forneceria esses dados, inclusive de forma mais completa. O Departamento de Pesquisa e Informações do Serviço de Esporte e

¹⁷ Tradução livre do autor.

¹⁸ Charls Durand é o chefe do Departamento de Pesquisa e Informações do Serviço de Esporte e Recreação da África do Sul.

Recreação da África do Sul detém um apanhado diário, dividido por cada cidade-sede, de todas as reportagens da mídia impressa relacionadas à preparação e à execução da Copa do Mundo na África do Sul. Assim, a coleta desses dados relativos ao fenômeno Joanesburgo e Cidade do Cabo foi realizada através do excelente banco de dados contidos no Departamento de Pesquisa e Informações do Serviço de Esporte e Recreação da África do Sul.

Por sua vez, a coleta de dados no Brasil assume uma perspectiva maior de acompanhamento periódico das reportagens em jornal das ações executivas para preparação e execução do megaevento. Com relação ao Rio de Janeiro, acompanhou-se os jornais O Globo e o Dia, enquanto em São Paulo foram acompanhados os jornais Folha de São Paulo¹⁹ e O Estado de São Paulo.²⁰ Mais uma vez, buscou-se uma visão holística e particular das ações e medidas promovidas pela gestão-executiva da Copa do Mundo.

1.2.4- As Observações Diretas

A compreensão do desenvolvimento urbano associado ao fenômeno na cidade-sede necessita de um aporte investigativo que vá do geral ao particular, mas também do abstrato ao concreto. Dessa forma, ao se estruturar o protocolo de coleta e análise, percebe-se que os instrumentos de coleta previamente apresentados – documentos oficiais, materiais específicos e reportagens em jornais – fornecem dados tanto para uma visão holística, quanto para um olhar específico, bem como são capazes de fornecer subsídios abstratos da gestão-executiva da Copa do Mundo.

Frente a essa realidade, percebe-se a necessidade de incluir no desenho investigativo uma técnica de coleta capaz de contribuir com elementos analíticos sobre a produção e prática do espaço urbano associado ao fenômeno. Portanto, com o intuito de obter dados sobre as ações concretas no tecido urbano que são associadas à gestão-

¹⁹O jornal Folha de São Paulo encontra-se no site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

²⁰O jornal O Estado de São Paulo encontra-se no site: <http://www.estadao.com.br/>

executiva do megaevento que o método de observação é adicionado ao protocolo de coleta análise de dados da presente pesquisa.

O interesse em fazer uso do método de observação também é basilar para a decisão de escolher o estudo de caso e distanciar-se das pesquisas históricas, visto que “o estudo de caso conta com muitas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas” (Yin, 2001, p. 27).

Nesse sentido, a pesquisa vale-se dos ensinamentos metodológicos de José Manoel Mendes, que pontua que a observação, participante ou não, para além de definir prática tanto da sociologia quanto da antropologia, apresenta-se como um método de interação e envolvimento capaz de aprofundar a análise dos fenômenos em estudo (Mendes, 2003, p. 18). A técnica da observação é, assim, relevante método para uma compreensão aprofundada da gestão-executiva.

Nesse sentido, na busca de aprofundar estudo das ações concretas da gestão-executiva do megaevento, utiliza-se o método observativo, por meio da técnica da observação direta. Como bem coloca Lucas Konzen, a ferramenta metodológica da observação direta tem grande importância para a obtenção de dados sobre a produção e prática espacial, já que através dessa ferramenta é possível descrever tanto a realidade física de um espaço quanto o comportamento (ações e discursos) de indivíduos ou grupos sociais (Konzen, 2013, p. 102). Esta pesquisa não se valeu de um instrumento formal de registro de dados, mas teve coleta de dados através de registros fotográficos dos espaços, mapas com cálculo de distâncias, medições de tempo de trajetos, anotações e registros verbais das saídas em observação, recolhimento de informações diretamente com a população local.

A pesquisa não emprega a técnica de observação participante, pois a gestão-executiva da Copa do Mundo na África do Sul aconteceu quatro anos antes da entrada em campo e, nesse sentido, limitou temporalmente a participação no fenômeno. Todavia, mesmo que não existissem as restrições de tempo (linear), a coleta de dados através de um protocolo de observação participativa seria bastante complexa, em função da

dificuldade de pesquisadores ou de qualquer cidadão para aproximar-se das estruturas que centralizam as decisões da gestão-executiva da Copa do Mundo.

Mesmo assim, durante o período investigativo no Rio de Janeiro, o pesquisador participou das reuniões do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Essa participação, contudo, não assume desenho metodológico de uma observação participante, mas se constitui como parte integrante de um enfoque acadêmico-militante. A experiência de participação no Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, grupo que o pesquisador acompanha desde sua criação, é de fundamental auxílio para identificar as principais ações resultantes da gestão-executiva da Copa do Mundo 2014.

Vale ressaltar também que, durante o período investigativo no Rio de Janeiro, por um curto período de tempo, promoveu-se uma coleta de dados através da observação participativa do trabalho de alguns atores do mercado informal. Sem fazer parte efetiva do protocolo de pesquisa de campo, buscou-se com essa experiência uma melhor compreensão da realidade cotidiana do trabalhador informal na grande metrópole.

Assim, as sessões de observação em Joanesburgo concentraram-se na área central da cidade (CBD) e na região de Soweto. A primeira observação direta foi provida na região central, próxima ao estádio de rúgbi Elis Park, situado ao lado da área de intervenção do “bloco prioritário”.²¹ Posteriormente, fez-se uma visita guiada ao Soweto, na qual foi possível verificar, pela primeira vez, o que se denominou como barreiras físicas de segregação entre Joanesburgo e Soweto. Outras duas visitas foram feitas ao Soweto, sendo que em uma delas também se visitou, pela primeira vez, o estádio da final da Copa do Mundo – o estádio FNB, mais conhecido como Soccer City. Uma segunda visita foi realizada ao estádio Soccer City durante a observação investigativa da linha do “Rapid Bus Transport” (BRT) que liga o centro de Joanesburgo (Park Station) ao norte

²¹ Essa observação direta foi conduzida em conjunto com o Doutorando Erick Omena e Prof. Chris Fortuin. Dificilmente teria sido possível uma observação tão qualificada, que incluiu visita interna do estádio Ellis Park, bem como o estádio Joanesburgo, sem o valiosíssimo auxílio do Prof. Chris Fortuin. O Prof. Chris foi também essencial para compreender, dentre muitas outras questões, temas raciais relacionados ao estádio Ellis Park, os quais se estruturam em dinâmicas raciais relacionadas à divisão entre o rúgbi e o futebol na África do Sul. Mais será exposto sobre o tema nos capítulos subsequentes.

de Soweto. Também na temática do transporte, observou-se o serviço da linha de monotrilho (Rea Vaya), inclusive com deslocamento Joanesburgo/Pretoria no momento da visita ao Departamento de Pesquisa e Informações do Serviço de Esporte e Recreação da África do Sul. Utilizou-se também o popular transporte sul-africano de vans. Por fim, uma segunda observação direta foi promovida na região do estádio de rúgbi Elis Park, mas, dessa vez, com especial enfoque na área de intervenção do “bloco prioritário”, na qual também se realizou entrevista com os moradores do local.²²

Por sua vez, as observações diretas na Cidade do Cabo seguiram um protocolo de coleta de dados semelhante ao de Joanesburgo. A primeira observação direta foi conduzida no Estádio Green Point e na região que o circunda, a qual inclui o “Green Park”. Logo em seguida, promoveu-se uma observação do trajeto denominado caminho divertido (Fun Walk), que consiste em um trajeto peatonal criado pelo megaevento a fim de prover uma caminhada dos turistas das áreas centrais da Cidade do Cabo até o estádio Green Point. Também por duas vezes visitou-se o mercado Greenmarket Square, local de transferência de parte dos trabalhadores informais que ocupavam a região onde foi construído o Estádio Green Park. Em uma das visitas também entrevistou-se a uma das trabalhadoras informais mais antigas. Por fim, foi realizada uma visita ao Estádio Newlands, proposto inicialmente como sede dos jogos da Copa do Mundo de 2010, bem como uma tarde inteira de visita área de realocação temporária (temporary relocation camp - TRC), mais conhecido como Blikkiesdorp.²³

A pesquisa de campo no Brasil tem início pela cidade do Rio de Janeiro. A primeira coleta de dados de observação foi promovida na região do Estádio Maracanã. Na visita ao Estádio Maracanã, também se realizou observações no Estádio de Atletismo Célio de Barros, no Parque Aquático Júlio Delamar, no Museu do Índio e na Escola

²²Essa observação direta, bem como a entrevista, ocorreu em conjunto com o Doutorando Erick Omena (vide informações na seção das entrevistas). Mais uma vez, contou-se com o valioso auxílio de sul-africanos, no caso, da equipe de trabalho do “Inner City Resource Center”, sob a coordenação de Shereza Sibanda. A equipe nos acompanhou até o local e nos auxiliou não somente na observação tranquila de região considerada perigosa, mas também com o acesso direto aos moradores – algo que teria sido bastante difícil sem a valiosa intermediação da equipe do “Inner City Resource Center”.

²³ A experiência de conhecer um pouco da realidade de quem vive em Blikkiesdorp não teria sido possível sem o imprescindível auxílio do Jerome Daniels, que é morador do local.

Freundenreich. Logo em sequência, observaram-se as ações promovidas pelo projeto Porto Maravilha. Visitas foram feitas às Comunidades da Vila Autódromo e Metrô Mangueira, bem como aos conjuntos habitacionais Cosmos e Mangueira I, situados na região oeste da cidade do Rio de Janeiro. Acompanhou-se a construção das linhas de transporte BRT, bem como a extensão do metrô à zona da Barra da Tijuca.

As observações em São Paulo precisaram ser, em boa parte, deslocadas para a região de Itaquera, na Zona Leste da cidade. Sob essa perspectiva, fizeram-se duas visitas à região. A primeira teve como objetivo analisar a Arena Corinthians e a sua região circundante, o que incluiu uma primeira exploração da comunidade Vila da Paz. A segunda visita foi especificamente para visitar a comunidade Vila da Paz, com a realização de entrevistas, tendo também se visitado os locais de reassentamento dos moradores removidos²⁴. Utilizou-se também o transporte de metrô até a região de Itaquera.

1.2.5- As Entrevistas Semiestruturadas

Outra técnica no protocolo de coleta e análise de dados de estudo de casos foi a das entrevistas. Para além de triangular os dados coletados, as entrevistas detêm um papel fundamental na pesquisa: o de coletar diferentes discursos, narrativas e percepções da realidade que circunda o megaevento.

Nesse sentido, o objetivo de coletar informações diretamente com atores sobre a gestão-executiva da Copa do Mundo nas cidades-sede demanda uma entrevista com certo roteiro determinado, mas também não totalmente controlada, a fim de permitir ao entrevistador aprofundar detalhes específicos. Sob essa temática, Harrel and Bradley são precisos ao expor que a melhor estrutura de entrevista para quando se possui a

²⁴ Mais uma vez, a experiência de visita a uma comunidade fora foi facilitada através da interlocução de um morador local, que, nesse caso, foi Valter de Almeida Costa.

necessidade de controle das perguntas, mas não uma rigidez absoluta, é a entrevista semiestruturada (Harrell & Bradley, 2009, p. 24/28).

Assim, optou-se por promover entrevistas semiestruturadas, divididas em três categorias de atores:

- A) Acadêmicos com literatura e/ou militância no tema;
- B) Impactados diretamente ou associações civis que os representam;
- C) Servidores públicos e agentes da FIFA.

Em cada um dos casos de estudos replica-se, de forma sistemática, a participação de atores das três categorias, a fim de se coletar, conforme já mencionado, as distintas narrativas envolvendo o fenômeno. Ademais, o protocolo de entrevista também segue um roteiro. O primeiro contato com o entrevistado é feito através de contato pessoal ou e-mail. Nesse e-mail solicita-se uma entrevista, bem como se fornece uma breve apresentação do pesquisador e da pesquisa, seguida, em anexo, de uma carta formal com dados completos do pesquisador e de sua investigação. Os modelos de ambas as cartas fazem parte dos anexos dessa investigação.

Após a concordância do entrevistado em participar, designa-se local e hora conveniente à conversa. No ato da entrevista, solicita-se o preenchimento de um documento de consentimento quanto à entrevista, no qual o entrevistado pode escolher se a entrevista é anônima ou identificada. Parte-se do princípio de que todas as entrevistas são anônimas, a menos que expressamente autorizadas. Nos casos da expressa autorização de citação, toma-se em consideração se a referência do ator efetivamente trazia algum complemento à pesquisa e, acima de tudo, se existe algum possível prejuízo ao entrevistado.

No momento da entrevista, um guia de perguntas semiestruturadas é proposto – conforme tabela abaixo. Apesar de constituído de perguntas semiestruturadas, não se segue um caminho fixo, tendo ênfase em extrair do entrevistado tanto uma visão holística quanto específica em relação aos temas da pesquisa. Sob essa perspectiva, as entrevistas detêm um enfoque para que os entrevistados não somente exponham informações

relativas a cada um dos eixos temáticos, mas também sua visão geral e sistêmica da gestão-executiva.

Observa-se que a dinâmica geral/específico – específico/geral proposta pelo diálogo entre visão holística e eixos temáticos do megaevento torna-se fundamental para coletar dados sobre a própria visão da cidade e de desenvolvimento urbano de cada entrevistado, pois mesmo que o ator possua uma visão mais utópica do megaevento, acaba por ser confrontado pela perspectiva subalterna dos eixos temáticos. Através dessa técnica, o entrevistado obriga-se a reproduzir uma visão geral/específica de perspectiva hegemônica ou crítica ao desenvolvimento da cidade ou acaba por entrar em contradição. Tal situação é possível de ser observada no quadro abaixo, que contém as perguntas da entrevista:

Tabela 3 – Perguntas da Entrevista

Desenvolvimento Urbano	Em sua opinião, que tipo de desenvolvimento urbano foi promovido pela Copa do Mundo FIFA na cidade? (Joburg/Cape/RJ/SP) E no plano nacional?
Pessoal	Qual a sua posição de trabalho durante o período de preparação da Copa do Mundo FIFA 2010/2014 e qual a sua posição atual? - (Acadêmicos) Você participou em alguma pesquisa relativa à Copa do Mundo FIFA 2014? - Qual sua formação?
Objetivos	Quais eram os principais objetivos da sua organização? Ou de sua Pesquisa? - Por quais políticas você era responsável? - Em que áreas da cidade se concentraram as intervenções? - Em termos gerais, as responsabilidades (individual e institucional) ainda continuam as mesmas?
Estratégias	Quais foram as suas estratégias para alcançar tais objetivos? - Por meio de que mecanismo você tentou aproximar o público em geral de tais objetivos? - Essas estratégias modificaram-se com a proximidade do megaevento? - Essas estratégias são as mesmas hoje em dia?
Dificuldades	Quais foram as principais dificuldades que enfrentaste durante a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA 2014? - Alguma parte da cidade em especial apresentou mais dificuldades? - Quem foram os principais causadores dessas dificuldades (local e geral)?
Temporalidade da Estratégia	As estratégias modificaram-se ao longo do processo para enfrentais tais dificuldades?

	Como você verifica hoje as estratégias de resistências as políticas públicas executadas durante a Copa do Mundo FIFA? Modificaria algo na estratégia?
Parceiros	Quem foram seus parceiros no enfrentamento dessas dificuldades? - De que forma essa parceria iniciou-se? - Essa parceria permanece ainda hoje?
Novas Regulações	Você recorda alguma regulação específica aplicada durante a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA 2014? Qual? - Como você ficou sabendo de tais regulações? - Quando? (2 km de perímetro) Essas regulações modificaram em alguma forma o jeito que costumava trabalhar?
Alteração da Cidade	Na sua perspectiva, de que forma da Copa do Mundo FIFA 2014 modificou a cidade? - A cidade modificou-se fisicamente? Como?
Eixos Temáticos	Qual foi a contribuição da Copa do Mundo FIFA 2014 e se essa contribuição vem funcionando apropriadamente hoje: - Na infraestrutura? - Em termos de mobilidade? - Em termos de políticas de moradia? - Em termos de criação e acesso a emprego? - Em termos de acesso a informações sobre políticas públicas?
Perspectiva Críticas	A Copa do Mundo serviu de alguma forma para reduzir desigualdades? A segregação espacial? As inequidades? (Dados empíricos?)
Governança e Novos Atores	A Copa do Mundo FIFA modificou de alguma forma o padrão de governação urbana? - Novos atores surgiram? (Mercado, sociedade civil, governo)

Da mesma forma que o Protocolo de Coleta de Dados Empíricos, o Protocolo de Entrevistas também segue uma ordem programática de atores. Em cada um dos campos, procura-se iniciar prioritariamente as entrevistas com o grupo A - Acadêmicos com literatura e/ou militância no tema, seguidos pelo grupo B - Impactados diretamente ou associações civis que os representam e, por fim, C - Servidores públicos e agentes da FIFA.

Buscou-se essa ordem programática de entrevistas por acreditar-se que os acadêmicos/militantes são capazes de promover já de início uma visão mais técnica e abrangente do fenômeno e, em geral, também uma primeira perspectiva crítica. Tal perspectiva crítica é geralmente complementada pelo grupo B, que em sua maioria

direciona o enfoque nos eixos temáticos. Por fim, busca-se diálogo com o grupo C, formado por servidores públicos e agentes da FIFA.

Essa metodologia de ordenamento das entrevistas funcionou muito bem, na medida em que, na grande maioria das vezes, no momento fundamental das entrevistas com os agentes públicos, já se havia adquirido uma visão ampla, crítica e, acima de tudo, completa dos fatos. Assim, torna-se bastante complexo para os entrevistados desviar-se dos temas mais controversos como, por exemplo, o tema das contribuições do megaevento para a moradia precária, para o acesso a informação e para o trabalho informal, vide as perguntas acima. Obviamente, a ordem dos entrevistados era diretiva e não segue de forma completamente hermética.

Vale fazer, todavia, importante ressalva no que diz respeito aos agentes FIFA. Com relação a esse grupo fez-se exceções quanto a ordem programática, pois os agentes FIFA são facilitadores do trânsito investigativo do pesquisador. Isso porque mencionar sua colaboração com a pesquisa é capaz de abrir portas, em especial, no difícil acesso do setor público. Nesse sentido, a capacidade dos agentes FIFA em abrir portas é especialmente relevante no estudo de caso do Rio de Janeiro, onde se encontra dificuldade no acesso aos servidores públicos.

Vale fazer constar que as secretarias da estrutura administrativa do Rio de Janeiro não detêm telefones com acesso direto ao público. O contato é centralizado em um único número, no qual simplesmente não existe a opção de comunicar-se diretamente com os servidores. Assim, não há telefones disponíveis da secretaria para ligar, não há fácil acesso aos documentos públicos e, quando se consegue contato, dificilmente é possível marcar uma entrevista.²⁵ Dessa forma, o agente FIFA no RJ cumpre um papel fundamental de indicar e facilitar a condução da coleta de materiais e a realização das entrevistas.

²⁵ Nas quatro cidades-sede selecionadas, mas, em especial no RJ, a dificuldade de acesso aos dados públicos foi alta. A Copa do Mundo FIFA é um tema controverso e poucos agentes públicos querem dialogar sobre o tema. Nesse sentido, a coleta de dados torna a vida do pesquisador tão multifacetada ao ponto de ter que pedir favores a amigos de amigos ou furar eventos públicos para conseguir diálogo direto com agentes públicos e, assim, marcar uma entrevista em sua agenda. Vale destacar que na África do Sul, como um todo, foi bem mais fácil o acesso a documentos e agentes públicos que no Brasil.

Abaixo é possível verificar dois quadros com informações: (i) sobre o número de entrevistas, data e tempos de entrevistas em cada um dos casos de estudo; (ii) sobre o número de participação por grupos de atores.

Tabela 4 – Quadro de Informações

Cidades	Joanesburgo	Rio de Janeiro	Cidade do Cabo	São Paulo
Número de Entrevistas	15	15	12	11
Data das Entrevistas	12/08/2015 a 14/09/2015	24/11/2015 a 04/03/2016	27/08/2015 a 08/09/2015	30/11/2015 a 11/12/2015
Total de Tempo de Entrevistas	632 minutos	720 minutos	505 minutos	540 minutos
Média de Tempo de Entrevistas	42 minutos	48 minutos	42 minutos	49 minutos
Menor Tempo de Entrevistas	26 minutos	30 minutos	27 minutos	27 minutos
Maior Tempo	62 minutos	72 minutos	85 minutos	135 minutos ²⁶

Tabela 5 - Número de Participação por Grupos de Atores

Grupo/Atores	<u>Grupo A</u>		<u>Grupo B</u>		<u>Grupo C</u>	
	Acadêmicos (literatura e/ou militância)		Impactados e Associações Civas		Servidores Públicos (C1) Agentes da FIFA (C2)	
Entrevistas (Total = 53)	Entrevistas (18)		Entrevistas (18)		Entrevistas (17)	
Cidades	Joanesburgo	Rio de Janeiro	Cidade do Cabo	São Paulo		
Entrevistas/Atores	Entrevistas (15) Grupo A (4)	Entrevistas (15) Grupo A (6)	Entrevistas (12) Grupo A (4)	Entrevistas (11) Grupo A (4)		

²⁶ Essa entrevista ocorrida no caso de São Paulo apresentou-se tão bem qualitativamente que foi promovida em duas seções de uma hora.

	Grupo B (6) Grupo C1 (4) Grupo C2 (1)	Grupo B (4) Grupo C1 (4) Grupo C2 (1)	Grupo B (4) Grupo C1 (3) Grupo C2 (1)	Grupo B (4) Grupo C1 (2) ²⁷ Grupo C2 (1)
--	---	---	---	---

Assim, sob o suporte da metodologia *supra* descrito que orienta a estratégia de pesquisa, a seleção e o recorte de casos, bem como o protocolo de coleta e análise de dados, avança-se para o segundo capítulo. O segundo capítulo estrutura-se através do objetivo específico de avançar em uma base teórica para compreensão da ideia-força central de desenvolvimento capitalista associada ao fenômeno.

Adverte-se, todavia, que a proposta de retorno histórico aos paradigmas da modernidade ocidental pode parecer, em um primeiro olhar, uma longa trajetória a ser percorrida para a análise de um fenômeno tão contemporâneo quanto à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. Todavia, é visão política e objetivo estrutural da presente investigação produzir elementos analíticos do desenvolvimento capitalista em tecido urbano não somente dentro, mas para além da fenomenologia específica do megaevento e, para tal, torna-se fundamental acumular o debate expostos nas folhas seguintes sobre modernidade e colonialismo no desenvolvimento capitalista, bem como suas inter-relações doutrinárias e normativas.

²⁷ Recordar-se a nota de rodapé anterior que informa que a entrevista com um dos agentes público no caso de São Paulo foi de tanto destaque que se promoveu duas seções de entrevista. Contexto que acabou por reduzir em uma entrevista o escopo da coleta empírica.

Capítulo Dois - Do Moderno ao Contemporâneo: Uma Leitura Macroestrutural do Desenvolvimento Capitalista

É tese central dessa investigação que as dinâmicas de desenvolvimento urbano associadas a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA extrapolam a realidade fenomenológica do megaevento. É, pois, objetivo do presente capítulo, intitulado “Do Moderno ao Contemporâneo: Uma Leitura Macroestrutural do Desenvolvimento Capitalista”, trazer uma ancoragem teórica sobre o desenvolvimento capitalista voltada à realidade da investigação empírica.

Com essa finalidade, no primeiro subcapítulo (2.1) expõem-se dinâmicas modernas e suas ambivalências, fundadas nas lógicas metropolitanas da regulação/emancipação e nas lógicas coloniais da violência/apropriação. Em sequência, através dos contributos da teoria marxista da acumulação (2.2), objetiva-se tanto trazer algumas das características essenciais das economias capitalistas (sistema em expansão, concentração do capital, divisão social do trabalho), quanto expor a manutenção do desenvolvimento capitalista contemporâneo através das dinâmicas de acumulação (primitiva/ expropriação e expandida) da ambivalência moderna.

No subcapítulo seguinte (2.3), são apresentadas algumas das principais características das doutrinas socioeconômicas do liberalismo e do neoliberalismo, sob o argumento central de que ambas as doutrinas garantem uma racionalidade política favorável ao desenvolvimento capitalista. Por fim, centra-se a atenção na teoria normativa, com especial destaque para a hierarquização normativa que reforça o desenvolvimento capitalista (2.4). A partir dessa perspectiva, apresenta-se a legalidade como uma narrativa em que a norma ideológica da acumulação de capital é promovida, através da coerção da norma legal, à norma social.

Cumpre destacar que há forte interdependência entre os quatro subcapítulos e os casos de estudos – o que não significa que o acúmulo teórico descrito no segundo capítulo exponha o desenvolvimento capitalista como um todo. O segundo capítulo apresenta-se, assim, como um recorte fracionado de quatro contextos analíticos do desenvolvimento

capitalista, com intuito de promover posterior diálogo com a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA.

2.1 A Modernidade Ocidental

Inegavelmente, compreender a modernidade ocidental é fundamental, enquanto período histórico e sócio formativo, para entendermos o mundo que vivemos hoje. Esta tese, que busca investigar um fenômeno específico – a gestão-executiva das Copas do Mundo FIFA 2010/14 – inicia esse segundo capítulo percorrendo com a máxima delonga permitida, pela brevidade necessária, dois aspectos da modernidade ocidental: a Regulação e a Emancipação Social na Europa Moderna e o Sul Moderno – o Abissal e o Ambíguo. Esse é, sem dúvida, um singelo recorte de uma realidade extensa, muito mais fragmentada e complexa da proposta nesse momento, mas consiste em um esforço de ancorar parte dos contextos e das dinâmicas sócio-políticas que constituem os *pilares da modernidade ocidental* e, dessa forma, trazer alguns elementos histórico-analíticos relevantes para o debate sobre o desenvolvimento urbano e a Copa do Mundo FIFA.

Essa breve leitura da modernidade ocidental objetiva, portanto, fornecer uma primeira sustentação teórica que servirá de base analítica para as investigações de campo na África do Sul e no Brasil, através de uma visão crítica do paradigma moderno. Todavia, antes de assentar-se estudo sobre os *pilares da modernidade ocidental*, torna-se salutar trazer algumas ponderações sob a formação do paradigma da modernidade. A primeira dessas considerações consiste, como bem expressa Stephen Toulmin, em considerar que o marco histórico temporal de início da modernidade ocidental é complexo e depende de quais eventos-chave são trazidos à tona (Toulmin, 1990, p. 5)²⁸. Não há, portanto, um

²⁸ A centralização dos Estados nacionais como marco da modernidade é controversa, visto que a modernidade é resultado de um longo processo de transformação político-institucional na Europa. No tema, Toulmin defende que o início da modernidade é questionável. Para alguns, seria a adoção de diferentes formas de locomoção por Gutenberg, em 1436; outros afirmam que começaria em 1520 com a rebelião de Lutero contra a autoridade da Igreja Católica; existem aqueles que colocam a guerra dos trinta anos (conforme exposto nesse trabalho); outros fazem esse marco na Revolução Francesa ou Americana, nos

único elemento ou fato constitutivo que marque, pelo menos de forma estanque, a transição para esses novos paradigmas sócio-políticos. É, todavia, a partir da sistemática transição do sistema feudal para o absolutismo europeu que alguns dos primeiros eventos-chaves da modernidade ocidental acabam por ser constituídos.

Essa investigação compreende como relevante destacar um desses eventos-chave da formação moderna, a denominada Paz de Vestfália. A Paz de Vestfália consiste em uma série de tratados que consolidam o fim da Guerra de Trinta anos entre Protestantes e Católicos na Europa central e que inauguram não somente o sistema internacional de relações diplomáticas entre países, mas também o princípio da soberania estatal no território. A formação rudimentar desse princípio da soberania deriva de um princípio contido no tratado de Vestfália (1648) que exprime: *Cuius Regios Eius Religio* – que significa “de acordo com sua religião, sua religião”, ou seja, quem detém o poder de governar, detém a competência para decidir qual será a religião oficial praticada no espaço. Assim, se a competência de estabelecer a religião no território é do Estado, nesse momento, personificado no soberano, passa a ser competência do Estado, através de seus agentes, regular – de forma soberana, sem ingerência dos outros Estados – a maior parte das outras relações sócio-políticas no seu território.

A consolidação da soberania estatal no território, da qual a Paz de Vestfália é um evento-chave, marca uma transição não somente de competência na regulação do espaço europeu, mas também de sua escala, pois é através desses tratados que se reconhece e se consolida o sistema moderno europeu, fundado na escala do Estado-Nação. Assim, as dinâmicas de padronização e de centralização na escala nacional tanto da regulação da ação individual e coletiva, bem como da constituição, controle e extinção de instituições sociais, marcam profundamente o modo de vida pré-moderno. Como coloca Leonardo Avritzer, o período medieval era constituído por uma sobreposição de soberanias, as quais o Estado moderno buscou tornar homogêneas (Avritzer, 2007, p. 448/9). Assim, as estruturas sócio-políticas do poder feudal, sobrepostas por diversas autoridades, bem

anos de 1778 e 1789; sendo que alguns ainda frisam o início da modernidade somente com interpretação Freudiana dos sonhos, em 1895 (Toulmin, 1990, p. 5). Tradução livre do autor.

como fragmentadas em diferentes escalas, passam a ser gradativamente substituídas por uma racionalidade burocrática e legitimidade de poder centralizadas na escala nacional. Inicia-se, portanto, a consolidação de uma nova ordem, fundada na centralidade política e soberania do Estado-Nação.

Essas dinâmicas de centralização nacional do processo regulatório estatal, promovidas em grandes parcelas do terreno Europeu, acabaram distanciando o modo de vida feudal e consolidaram a formação dos Estados Absolutistas Europeus. Todavia, para centralizar o Estatal em escala nacional, foram necessários inúmeros processos de padronização e de unificação de instituições sociais e relações sócio-políticas. A partir do tratado de Vestfália, portanto, iniciou-se a unificação da religião no território nacional, que passou a ser regulada pelo Estado-Nação; a moeda, por sua vez, passa progressivamente a ser padronizada como única na escala nacional e, por consequência, os mercados também assumem essa escala. Há, assim, uma centralização na escala do Estado-Nacional, que passa a ser soberano para decidir o modo de vida em seu território.

Nesse sentido, o modo de vida europeu altera-se pela estruturação dos Estados-Nação. Assim, a modernidade ocidental, como bem expressa Stephen Toulmin, assume padrões de reconhecimento que permitem que a modernidade ocidental seja reconhecida através de um conjunto de ideias apresentadas no renascimento o humanista/iluminista, em espacial na transição do oral para o escrito; do particular para o universal; do local para geral e do temporal para o intemporal (Toulmin, 1990, p. 13/35). Para o autor, a transição do oral para o escrito passou a favorecer da lógica formal em detrimento da retórica. Assim sendo, a partir de Descartes, a qualidade e a validação de uma ideia passam a ser consideradas através da sequência de frases que garantem a lógica do argumento e não mais sua retórica argumentativa.

Por sua vez, a transição moderna do particular para o universal garantiu a construção de princípios gerais, os quais acabam por distanciar-se dos pensamentos cotidianos e particulares. Forma-se, portanto, um interesse em buscar uma lógica universalmente aplicável e não mais preocupada com o caso concreto, com o dia-a-dia. Essa transição, inclusive, facilitou em muito o terceiro conjunto de ideias representadas

pela modernidade, expressos na alteração do local para o geral. Muito relevante para as áreas de humanas, através de etnografias, com a passagem do local para o geral sobreveio a busca por axiomas abstratos em detrimento da diversidade concreta, da pluralidade do cotidiano da vida. Por fim, a transição entre o temporal para o intemporal deixa de lado uma racionalidade prática temporal, ligada ao tempo cotidiano, para mais uma vez buscar a abstração que perduraria no tempo. Nesse sentido, tem-se uma preponderância do permanente sobre o transitório.

Esse novo arcabouço epistêmico trazido pelo ideário renascentista/humanista/iluminista, juntamente com a formação da soberania do Estado-Nação, passa a constituir um novo modo de vida na Europa, fundado em uma gramática moderna, a qual passa a ser formada, na visão de Boaventura de Sousa Santos, através da tensão entre os pilares da emancipação e da regulação social.

2.1.1 A Regulação e a Emancipação Social na Europa Moderna

De acordo com Boaventura de Sousa Santos, o paradigma da modernidade ocidental assenta-se na discrepância entre as expectativas e as experiências sociais, na qual os *pilares da regulação e da emancipação social* tensionam-se. Na visão do autor, o motivo originário de uma nova ordem foi elaborado na medida em que, pela primeira vez no ocidente, largos grupos sociais passaram a deter a oportunidade de concretizar expectativas diferentes de suas experiências. Nesse sentido, inicia-se uma nova gramática, na qual as condicionantes e as amarras sócio-políticas impostas pelos regimes de controle e estamento social do *ancien régime* podem ser ultrapassadas por diferentes grupos sociais. Surge, assim, a possibilidade de expectativas tanto individuais quanto coletivas excederem as experiências até então vividas na Europa (B. D. S. Santos, 2002, p. 1–20; 2009, p. 29–51, 2011, p. 33–60).

Por conseguinte, a fim de satisfazer a previsibilidade da equação, que não é mais equânime, entre experiência e expectativas sociais, um conjunto de normas, instituições

sociais e práticas passam a ser instituídas, muitas delas através da nova estrutura jurídica: o Estado Nacional. A regulação social, portanto, assumiu a perspectiva de estabilizar as expectativas dentro de uma relação política tolerável entre experiências e expectativas. A regulação buscava, então, reduzir a discrepância entre as experiências presentes e as expectativas relativas ao futuro, a fim de promover certa previsibilidade na ação social.

Sob a perspectiva de estabilizar as expectativas sociais dentro de parâmetros das experiências presentes, formou-se o *pilar da regulação social*, que, na visão do autor, é constituído por três princípios centrais: Estado, Mercado e Comunidade. Tais princípios, que também se constituem em três princípios centrais no pilar da emancipação, promovem “significado e orientação a ação social” (B. de S. Santos, 2009, p. 33).

Portanto, o Estado, a partir da necessidade de estabilizar, através de correção e legitimidade, as expectativas a um horizonte limitado, estruturou as obrigações políticas entre cidadão e Estado de forma vertical. Assim, para estipular a relação vertical entre cidadão e Estado, esse ente deve assumir as características do monstro bíblico Leviatã, ou seja, o Estado moderno deve ser o proposto por Hobbes. Por sua vez, o autor exprime que o princípio de mercado consiste em estabilizar, através do mínimo de imposição, as expectativas politicamente estabelecidas pelos agentes de mercado. Assim, o princípio de mercado, centrado nas teorias de Locke e de Adam Smith, estabelece uma obrigação horizontal, mutuamente interessada, dos agentes de mercado. Por fim, Boaventura de Sousa Santos expõe que o princípio de comunidade, fundado na teoria sociopolítica de Rousseau, prega uma obrigação horizontal entre indivíduos, o que estabiliza as expectativas dentro dos limites estabelecidos pelo Estado e fora das obrigações de mercado (B. D. S. Santos, 2002, p. 1–20; 2009, p. 29–51, 2011, p. 33–60).

A modernidade ocidental consolida, portanto, três grandes princípios orientadores do modo regulação da organização social ainda presentes contemporaneamente: O Estado, a Comunidade e o Mercado. Esses três princípios, mesmo que alterando suas formas, intensidades e hierarquias associativas no transcorrer dos últimos cinco séculos,

persistem como pilares da regulação social e assumem destacada relevância nesse trabalho.

Por sua vez, o *pilar da emancipação social* na modernidade diz respeito à busca de alargamento do cânone dessas expectativas a novos horizontes, questionando o *status quo* e a legitimidade das instituições que regulam a discrepância entre expectativa e experiência. Dessa forma, o princípio da emancipação se fundamenta na luta pela transformação social do presente em busca de um futuro melhor e mais inclusivo. Conforme expressa Boaventura de Sousa Santos,

La emancipación moderna es el conjunto de aspiraciones y prácticas posicionales dirigidas a aumentar la discrepancia entre expectativas y experiencias, poniendo en duda el *status quo*, esto es, las instituciones que constituyen el nexo político existente entre experiencias y expectativas. Lo hace al confrontar y deslegitimar las normas, instituciones y prácticas que garantizan la estabilidad de las expectativas – esto es, confrontando la regulación moderna (B. de S. Santos, 2011, p. 35)

O pilar da emancipação, por sua vez, é formado pelas três lógicas de racionalidade identificadas por Weber: a racionalidade estético-expressiva, existente nas artes e na literatura; a racionalidade cognitivo-instrumental, pertencente à ciência e à tecnologia; por fim, a racionalidade moral-prática, na qual se estruturam a ética e o império da lei. De acordo com Boaventura de Sousa Santos, essas três lógicas, cada uma da sua maneira, estimulam a busca por outro futuro possível ao desestabilizarem o horizonte das expectativas possíveis pela possibilidade de mudança social fora do horizonte regulatório. (B. D. S. Santos, 2002, p. 1–20; 2009, p. 29–51, 2011, p. 33–60). Em relação às lutas emancipatórias e sua relação com os processos de regulação, pontua o autor:

El éxito de las luchas emancipatorias se mide por su capacidad para construir una nueva relación política entre expectativas y experiencias, una relación capaz de estabilizar las expectativas a un nivel nuevo, más exigente e incluyente. Para expresarlo con otras palabras, el éxito de las luchas emancipatorias reside en su capacidad de transformarse en una nueva forma de regulación, mediante la cual el orden bueno se convierte en orden. No obstante, es típico del paradigma de la modernidad el que tales

éxitos sean siempre transitorios: una vez que la nueva forma de regulación se estabiliza, nuevas aspiraciones y prácticas de oposición intentarán desestabilizala en nombre de expectativas más exigentes y incluyentes (B. de S. Santos, 2009, p. 32/33).

Nesse sentido, os *pilares da modernidade ocidental*, fundados na tensão entre regulação e emancipação, fornecem um primeiro conjunto de elementos histórico-analíticos relevantes para o debate sobre o desenvolvimento urbano associado à gestão-executiva do megaevento. Assim sendo, é relevante examinar em que nível os marcos-gerais, bem como os eixos temáticos do fenômeno investigado, contribuíram para tipologias de desenvolvimento urbano capazes de avançar e estabilizar expectativas sociais mais exigentes e inclusivas, ou seja, um desenvolvimento que estimula a emancipação social. Além disso, examina-se se o fenômeno reproduziu, ou ainda radicalizou, ainda mais uma regulação vertical entre cidadão e Estado, através de uma submissão – ou não – aos preceitos do mercado.

Todavia, até o presente momento, versou-se somente sobre parte não abissal dos *pilares da modernidade ocidental*, visto que a tensão entre os princípios da emancipação e da regulação não foi, de toda parte, elemento constitutivo da modernidade nas colônias. Assim, para essa visão completa e abrangente do paradigma da modernidade, faz-se necessária uma expansão teórico-analítica que explora também a realidade em locais onde não havia a soberania do Estado-nação. Para tal, nas próximas páginas são apresentadas algumas reflexões relativas ao paradigma da modernidade nos países do Sul global.²⁹

2.1.2 O Sul Moderno: A violência e a Apropriação na Fratura Abissal

²⁹ Com relação ao conceito de Sul global, uso com suporte do conceito a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos que expressa “Refiro-me aqui às regiões periféricas e semiperiféricas e aos países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial” (B. de S. Santos, 2007b, p. 13). Referência também presente em (B. de S. Santos, 1995, p. 506/19).

Os pilares da modernidade não são os mesmos no Sul global. Inegavelmente, as dinâmicas de padronização e unificação do modo de vida europeu na escala do Estado-Nação soberano produziram uma violenta redução da diversidade político-social. Todavia, não se compara ao epistemicídio (B. de S. Santos, 2007b) ocorrido através do processo colonizatório europeu, o qual foi extensamente promovido nos dois continentes pesquisados: África e América.

No período moderno, a inerente necessidade de expansão do sistema capitalista, ainda rudimentar, pré-industrial, mas em ampliação por razão do surgimento e da consolidação da burguesia comercial europeia, acaba por ser satisfeita pela conquista e exploração de colônias através do globo. O desenvolvimento, pois, do sistema mercantil/colonial, do qual o tratado de Tordesilhas é um marco formal e simbólico, acabou por constituir uma fratura abissal na cartografia da modernidade europeia vista até esse momento (B. de S. Santos, 2007b).

Os pilares da modernidade, portanto, não assumem a mesma gramática nas colônias, visto que o mercantilismo permitia uma fratura abissal na regulação dos que detinham categorias identitárias europeias e, portanto, uma diferenciação regulatória dos que eram considerados pertencentes à metrópole e os que não o eram. Assim, através dos Estados-nacionais europeus, definia-se quem participava da regulação da metrópole, através de seus princípios centrais de Estado, Comunidade e Mercado e, portanto, quem detinha as devidas credenciais para ser detentor dessa identidade e regulação nacional. Os que estavam fora das categorias identitárias da metrópole não recebiam esse status e poderiam ter seus corpos, terras e modo de vida apropriados através da violência. Nas palavras do próprio autor:

A dicotomia regulação/emancipação apenas se aplica a sociedades metropolitanas. Seria impensável aplicá-la aos territórios coloniais. Nestes aplica-se uma outra dicotomia, a dicotomia apropriação/violência que, por seu turno, seria inconcebível aplicar deste lado da linha (B. de S. Santos, 2007b, p. 4).

Inclusive a teoria marxista da acumulação e do modo de produção capitalista, também central a essa pesquisa e propriamente referida no próximo subcapítulo (2.2), reconhece a realidade de violência e apropriação da abissalidade colonial. Tal reconhecimento acontece através do conceito da acumulação primitiva. Nas palavras de Karl Marx:

The discovery of gold and silver in the Americas, the extirpation, enslavement and entombment in the mines of the aboriginal population, the beginning of the conquest and looting of the East Indies, the turning of Africa into a warren for the commercial hunting of black-skins, signalized the rosy dawn of the era of capitalist production. These idyllic proceedings are the chief momenta of primitive accumulation (Marx, 1996, p. 527)³⁰.

Inegavelmente, como bem expressa Karl Marx, é através da violência e da apropriação promovidas pela acumulação primitiva que ocorre o “alvorecer da era da produção capitalista”. Todavia, a abissalidade colonial, reconhecida por Marx através da acumulação primitiva, ultrapassa preceitos pré-constitutivos do modo de produção capitalista para uma dinâmica de negação da própria humanidade. Desse modo, a abissalidade colonial que pontua Boaventura de Sousa Santos refere-se à lógica de não reconhecimento do outro enquanto ser, enquanto sujeito de direito e, assim, capaz de ser subordinado à lógica de apropriação e violência. Trata-se da negação da sua própria humanidade, através da constituição, como nos coloca Frantz Fanon, de uma *zona do não-ser*:

Mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem.

Há uma zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer. A maioria dos

³⁰Na presente tese, o autor regularmente traduz as citações em língua estrangeira; a presente citação, todavia, é demasiadamente complexa para uma tradução literal na qualidade exigida, motivo pelo qual se apresenta em sua versão em inglês e se promove, nesse espaço, uma proposta de tradução do parágrafo citado: “A descoberta do ouro e da prata nas Américas, a extirpação, escravização e o sepultamento nas minas da população aborígene, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um celeiro para a caça comercial de negros, assinalou o alvorecer rosado da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são o principal impulso da acumulação primitiva” (Marx, 1996, p. 527).

negros não desfruta do benefício de realizar esta descida aos verdadeiros (Fanon, 2008, p. 26).

A estéril e árida zona do não-ser referida por Frantz Fanon aponta para o processo histórico da escravidão colonial, fundamentalmente negra e africana, em que se promoveu a apropriação e pilhagem não somente das terras, mas da própria existência do outro, de seu corpo, de sua vida.³¹ A escravidão colonial, portanto, ultrapassa uma perspectiva de exploração econômica para constituir uma zona de não-ser, a abissal lógica moderna em que, do outro lado da linha, “há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética” (B. de S. Santos, 2007b, p. 4). Gordon Lewis expõe a temática com precisão:

Cada negro é, assim, ironicamente sem nome, em virtude de ser *chamado* de "preto". Assim, os negros, como Fanon anuncia no início, não são estruturalmente considerados seres humanos. Eles são seres problemáticos, são seres trancados no que ele chama de "zona do não-ser". O que os negros querem não é constituir-se como seres problemáticos, para escapar dessa zona. Eles querem ser humanos diante de uma estrutura que nega sua humanidade (Gordon, 2005, p. 3)³²

Mais do que tentar prover um debate profundo sobre a relevante temática do processo de escravidão colonial, o que se busca expor, nesse momento, consiste na ideia de que, embora a modernidade ocidental tenha permitido a determinadas populações expandir suas expectativas de um futuro melhor, conquistando-o através da pungência da emancipação sobre a regulação, essa possibilidade emancipatória encontrava-se disponível somente para aqueles que se constituíam enquanto pertencentes a metrópole. Sobre os que habitavam o outro lado da linha abissal, a zona do não-ser, imperava somente a lógica de violência e apropriação. Há, assim, uma ambiguidade na promessa

³¹ Inegavelmente, a escravidão não se restringiu às populações negras e africanas, na medida em que houve também, dentro do projeto colonial, escravidão de povos autóctones (indígenas) e de outras populações. Nesse sentido, outras populações também habitaram zonas de não-ser, mesmo que a mão-de-obra escravocrata durante o colonialismo europeu tenha sido predominantemente negra e africana.

³² Tradução livre do autor. Grifo no original.

de desenvolvimento moderno – temática a que se dedica a terceira subparte desse capítulo.

2.1.3 A Ambiguidade do Desenvolvimento Moderno

O primeiro subcapítulo foi iniciado trazendo os pilares da modernidade, fundados no binômio regulação e emancipação. O princípio da regulação se sustentava no Estado, no Mercado e na Comunidade, ainda presentes contemporaneamente, enquanto o princípio da emancipação se sustentava nas racionalidades Weberianas estético-expressiva, cognitivo-instrumental e moral-prática. Todavia, dando sequência a esse subcapítulo, buscou-se fazer emergir que a modernidade não trouxe a lógica de que todos os sujeitos poderiam concretizar suas expectativas para além das experiências, ou seja, a emancipação moderna ficou reservada as pessoas pertencentes ao lado metropolitano da linha abissal. Assim, do outro lado da linha, o colonialismo promoveu a violência e a apropriação não somente de terras, mas também de corpos. Tal império da zona de não-ser é representado, nesse trabalho, através da escravidão negra e africana.

Assim, a promessa de modernidade, a qual promulgava, pela emancipação, superar as experiências pelas expectativas através de narrativas de progresso e de desenvolvimento, restava reservada aos grupamentos sociais de identidade da metrópole. Do outro lado da linha, no mundo colonial, portanto, a modernidade apresentou-se ambígua, pois da mesma forma que prometia o novo, o moderno, a possibilidade de emancipação, negava-os através do pensamento abissal, do recorte com zonas de não-ser, lógicas de violência e apropriação. A promessa do desenvolvimento moderno é, portanto, ambivalente.

Assim, o desenvolvimento moderno constituía de um lado a regulação/emancipação, enquanto, do outro, promovia à zona de não-ser, através da violência/apropriação. A ambivalência do desenvolvimento moderno é muito bem

exposta por Elísio Macamo ao descrever que a experiência social da modernidade na África constitui-se tanto como uma promessa, quanto como uma negação (2006; Elísio Macamo, 2005, 2010). Em debate sobre a reação dos africanos ao cristianismo e colonialismo, o autor expressa:

Os africanos estavam respondendo ao desafio do colonialismo alcançando as promessas que a prática colonial lhes negava: dignidade humana, emancipação e progresso.

A experiência africana da modernidade é ambivalente precisamente nesse sentido. O colonialismo foi a forma histórica pela qual a modernidade se tornou um verdadeiro projeto social no continente africano. O colonialismo, contudo, foi baseado na negação da mesma modernidade aos africanos. Desde o início do colonialismo, a experiência social africana foi estruturada pela ambivalência da promessa e da negação que foi tão constitutivo do colonialismo e, da mesma forma, à medida que nos aproximamos do que alguns chamam de era global, de globalização (Elísio Macamo, 2010, p. 5/6)³³.

Conforme expõe Elísio Macamo, a experiência social africana ainda é hoje, na era da globalização, ambivalente, proveniente de uma promessa de desenvolvimento moderno e de sua conseqüente negação. Sob essa perspectiva, o presente trabalho compreende que a ambivalência do desenvolvimento moderno é também encontrada em outro continente, de colonização predominantemente ibérica, a América Latina. É, assim, uma experiência social constante e constitutiva de ambos os países estudados.

No intuito de prover mais substância a essa ambivalência, Elísio Macamo e Dieter Neubert trazem o conceito de produtos da modernidade (Elísio Macamo & Neubert, 2008), que os autores compreendem “como bens materiais e ideacionais que historicamente emergiram num contexto institucional filosófico e científico europeu e gradualmente se espalharam por todo o mundo sob o disfarce de tecnologia, idéias políticas e arranjos institucionais” (Elísio Macamo, 2010, p. 3).

³³ Tradução livre do autor.

No início desse subcapítulo, fez-se referência a alguns desses produtos da modernidade, como a consolidação da soberania estatal, através da Paz de Vestfália, e, através do renascimento humanista/iluminista, a consolidação do pensamento universal, geral, escrito e intemporal (Toulmin, 1990, p. 13/35). Assim, os eventos-chave e os conjuntos de ideias da transição moderna, anteriormente referidos, não somente transformaram o modo de vida Europeu, mas formaram produtos da modernidade exportados ao mundo colonial. Bjorn Wittrock expõe que a modernidade constituiu também produtos institucionais da modernidade: estados-nacionais democráticos, economias de livre mercado, universidades orientadas a pesquisa (Wittrock, 2000). O autor complementa: “esses projetos institucionais foram premissa sobre novas suposições sobre seres humanos, seus direitos e condições de agência. Essas mudanças conceituais envolveram notas promissórias que passaram a constituir novas afiliações, identidades e, em última instância, realidades institucionais” (Wittrock, 2000, p. 36).

Inegavelmente, esses produtos modernos, já desde o período colonial, permitem emancipações sociais na Europa. Constituem, todavia, epistemologias e experiências sociais bem distintas na África e na América Latina. Nesse sentido, concorda-se com o posicionamento de Elísio Macamo, que postula: “minha reivindicação é que para a teoria social ser relevante para a África, ela deve ser capaz de oferecer conceitos que possam descrever e analisar adequadamente esta ambivalência”. Nesse caso, o presente estudo entende que, para uma investigação que contempla pesquisa de campo na África do Sul e no Brasil, é fundamental compreender os produtos modernos que, com uma mão, prometem emancipação social, mas com a outra, de forma ambivalente, negam a concretização dessas expectativas. Assim, compreender a natureza ambivalente da modernidade é fundamental para a perspectiva de uma sociologia crítica a que se filia essa investigação. Esse autor assume tal posicionamento com imensa responsabilidade, visto que a presente tese parte do pensamento crítico do desenvolvimento urbano, associados ao fenômeno específico da Copa do Mundo FIFA.

Inclusive, a própria concepção de desenvolvimento é um produto moderno, motivo pelo qual é trazido a essa investigação sob uma perspectiva crítica e consciente de sua ambiguidade. Assim, no presente caso, a gramática do desenvolvimento urbano

associadas ao fenômeno da gestão-executiva da Copa do Mundo acaba por ser projetado sob a perspectiva da ambivalência moderna, no qual o fenômeno apregoa expectativas de emancipação social, mas tende a promover experiências de regulação, violência e apropriação.

Esse é, portanto, o primeiro e fundamental marco teórico que baseia a presente investigação, visto ter ciência e consciência do desenvolvimento urbano, ainda contemporaneamente, deve ser concebido através da perspectiva da ambiguidade moderna. Assim, pensa-se que tal desenvolvimento é capaz de produzir para determinados grupamentos sociais um modo de vida associado à emancipação enquanto para outros, através de promessa de um desenvolvimento emancipatório, promove o reforço da regulação ou ainda a abissal lógica da violência e da apropriação. Todavia, afirmar a ambivalência da modernidade não responde a todos os anseios teórico-analíticos do presente estudo. Assim, a próxima seção centra atenção na teoria marxista da acumulação e do modo de produção capitalista, a fim de fazer emergir outros contributos relevantes para investigar o fenômeno.

2.2 O Desenvolvimento Capitalista: Contributos da Teoria Marxista da Acumulação

No subcapítulo anterior, ancoraram-se alguns pontos decorrentes da formação dos pilares da modernidade, relacionados especialmente à regulação e à emancipação social na Europa Moderna, bem como debates de enfoque do abissal e da ambiguidade do desenvolvimento colonial. Essa leitura promovida a partir dos pilares da modernidade ocidental constitui-se como primeiro acúmulo teórico para a investigação da Copa do Mundo FIFA na África do Sul e no Brasil. Assim, enquanto a primeira parte desse capítulo propõe elementos de estímulo a uma leitura de perspectiva crítica de paradigmas modernos, o próximo subcapítulo traz contributos da teoria marxista da acumulação,

relevante tanto para aprofundar a compreensão das dinâmicas associadas ao desenvolvimento urbano, quanto para prover um marco teórico à investigação empírica conduzida nesta tese.

Da mesma forma que o subcapítulo anterior não pôde explorar todos os debates relacionados à modernidade, nessa parte do trabalho não se pretende revisitar a teoria marxista como um todo. A teoria marxista da acumulação contribui para o adensamento analítico necessário para a compreensão de características associadas a um modelo de desenvolvimento: o desenvolvimento capitalista.

Nesse sentido, vale ressaltar que o recorte analítico dessa investigação é formatado, deste subcapítulo em diante, através de uma perspectiva de desenvolvimento capitalista. Esse recorte analítico ocorre porque, mesmo que seja possível perceber uma gramática no desenvolvimento associado ao fenômeno de estudo e, assim, conceber um desenvolvimento passível de variações, essas variantes ainda assim encontram-se dentro de um quadro analítico de perspectiva do desenvolvimento capitalista.³⁴

Assim, uma das características essenciais tanto de reconhecimento quanto de perpetuação do desenvolvimento capitalista consiste na condição indispensável de um modo de produção que permita o processo de acumulação de capital. Ao revisitar a teoria marxista do crescimento sob o capitalismo, David Harvey expõe que, para se compreender a perpetuação desse sistema econômico, torna-se relevante situar a “acumulação de capital no centro das coisas”. Nessa perspectiva, destaca-se a seguinte passagem de David Harvey:

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessante e constantemente, reforma o mundo que vivemos. O estado estacionário de reprodução simples é,

³⁴Alguns dos debates trazidos a esse subcapítulo foram objeto de reflexão no artigo (Maldonado, 2016).

para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção (Harvey, 2005a, p. 44).³⁵

Ao situar a acumulação de capital no centro das coisas, tanto David Harvey quanto Karl Marx expõem uma primeira realidade constitutiva do desenvolvimento capitalista: a acumulação de capital atua como uma engrenagem primordial para a perpetuação do modo de produção capitalista e assume, assim, centralidade operativa no sistema capitalista.

Dessa forma, é necessário colocar a acumulação no centro das coisas para a perpetuação do capitalismo e, assim, conseqüentemente, do seu desenvolvimento enquanto sistema. Assim sendo, no intuito de dar enfoque à acumulação enquanto centralidade operativa do sistema capitalista, revisita-se a distinção proposta por Karl Marx entre acumulação primitiva (histórica ou originária) e acumulação do capital expandido (Marx, 1996, p. vol I, part VIII).

Inicia-se análise da acumulação primitiva, visto que esse método de acumulação é pré-condição para o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, e, assim, do sistema capitalista como um todo. Na visão de Karl Marx, a acumulação primitiva “aparece como primitiva, porque consiste em um estágio pré-histórico do capital e do modo de produção correspondente a ele” (Marx, 1996, p. 501).³⁶ Nas palavras de Tamar Wilson, a acumulação primitiva pode ser resumida em um duplo processo: o primeiro processo consiste na progressiva desestruturação dos modos de produção pré-capitalista com a fundamental separação, muitas vezes violenta, entre produtor e meios de produção; o segundo processo consiste na conversão da força de trabalho em mercadoria (Wilson, 2011, p. 02).

No entanto, conforme pontuado anteriormente, a acumulação primitiva em Karl Marx também compreendia o processo de pilhagem de terras e matéria-prima, bem como os processos de expropriação e de escravização de seres humanos provenientes do colonialismo mercantil. Assim, o já assinalado ponto de convergência entre a acumulação

³⁵ Grifo nosso.

³⁶ Tradução livre do autor.

primitiva proposta por Karl Marx e o “pensamento abissal” em Boaventura de Sousa Santos consiste no fato de que ambas as perspectivas preconizam que terras e seres humanos não-europeus foram apropriados e, assim, trazidos, de forma violenta, ao modo de produção capitalista durante a expansão e consolidação do capitalismo mercantil. Há, assim, o que se pode chamar de uma “perspectiva colonial” da acumulação primitiva no marxismo, que reconhece a lógica abissal da violência e da apropriação, que faz parte do relevante processo de separação entre produtor/meios de produção e da posterior conversão da força de trabalho em mercadoria como pré-condição para o modo de produção capitalista.

A possibilidade de diálogo entre a acumulação primitiva e pensamento abissal faz-se relevante para o presente estudo ao se ponderar que as lógicas de violência e de apropriação são constantes e permanentes contemporaneamente. Sobre esse ponto, existe relevante debate sobre a possibilidade da acumulação primitiva, na concepção de Marx, através de uma perspectiva transhistórica. A concepção transhistórica da acumulação primitiva consiste em compreendê-la como um processo contínuo dentro do desenvolvimento capitalista e, dessa forma, como um componente estrutural da acumulação expandida contemporânea.

Todavia, antes de aprofundar o tema da possível manutenção da acumulação primitiva como dinâmica estrutural ao desenvolvimento da acumulação expandida, é relevante fazer algumas referências à acumulação no capital expandido – que se inicia pela transição promovida pela leitura histórico-materialista da acumulação primitiva à acumulação de capital expandido. Nessa perspectiva, faz-se referência à necessidade de concentração do capital, divisão social do trabalho e mais-valia como condições primordiais para a acumulação no capital expandido. Neil Smith, em passagem no livro *O Desenvolvimento Desigual*, dá início a esse debate:

Marx insistiu em que a acumulação primitiva surge, já como concentração (social) do capital nas mãos de capitalista individuais; de fato, ela é a primeira

concentração de capital como capital produtivo (enquanto oposto ao capital mercantil).

(...) A concentração inicial de capital em algumas mãos oferece meios para o desenvolvimento da divisão do trabalho, para a produção de maior quantidades de produções excedentes em cada investimento e para maior concentração do capital através da acumulação. Esta é a própria concentração onde cada capital cresce pelo reinvestimento de quantidades da mais-valia como capital. De fato, a concentração social do capital é uma necessidade da cumulação ao mesmo tempo que uma premissa para ela (N. Smith, 1988, p. 176/7).

Nesse sentido, é possível perceber que através da “concentração de capital nas mãos dos capitalistas individuais” são fornecidas as condições materiais para o desenvolvimento da divisão social trabalho. Marx, em o Capital I, aponta três escalas distintas em que ocorreu a divisão do trabalho: Divisão do trabalho em geral, divisão do trabalho particular e específica (Marx, 1996, p. 351). A divisão geral do trabalho seria relacionada às divisões entre atividades principais (indústria e agricultura, por exemplo); a divisão particular do trabalho consistiria nas variadas divisões dentro da mesma atividade principal; as divisões específicas ocorreriam dentro das fábricas, de acordo com os distintos processos de produção (N. Smith, 1988, p. 160). Embora as categorias da divisão do trabalho não sejam aprofundadas nesta investigação em função de espaço, ressalta-se desde já que a divisão social do trabalho é ponto de partida e componente fundamental para concentração social do capital e, assim, tanto “necessidade”, quanto uma “premissa” da acumulação. Da mesma forma, cumpre destacar que a divisão social do trabalho é elemento constitutivo da divisão social do território e suporte para a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, na medida em que “a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento” (N. Smith, 1988, p. 152).

Assim, é através da desestruturação dos modos de produção pré-capitalista e da separação violenta entre produtor e meios de produção promovidas pela acumulação primitiva que o capital passa a concentrar-se na mão de poucos que dominam os meios de produção. Esse capital acumulado é reinvestido no processo produtivo, o qual garante,

através da divisão social do trabalho e da mais-valia,³⁷ o processo de acumulação de capital. Assim, de forma resumida, é através da concentração dos meios de produção, da divisão social do trabalho e de constantes reinvestimentos do capital em produção que ocorre a acumulação do capital expandido.

Todavia, certas condições devem ser satisfeitas para a manutenção da acumulação expandida, ou seja, certas forças adicionais para a própria sobrevivência do desenvolvimento capitalista como um todo. Retoma-se a citação inicial desse subcapítulo, proposta por David Harvey, a qual afirma que é condição imperativa para a “perpetuação do modo capitalista de produção” estar em constante expansão e, dessa forma, torna condição *sine qua non* ao seu desenvolvimento a dilatação a novos mercados, a fim de cooptar outros modos de produção que não os capitalistas. Para isso, se faz necessária uma “força permanentemente revolucionária que, incessante e constantemente reforma o mundo que vivemos”.

Assim, sob a égide do desenvolvimento capitalista, não são bem vindos outros modos de produção que não contemplem a prerrogativa primordial da acumulação. Sob essa prerrogativa, o desenvolvimento capitalista acaba por ser muito dinâmico, para que possa estar em constante expansão e modificando o mundo em que vivemos – realidade que invariavelmente necessita de determinadas condições sociais. Mais uma vez, David Harvey é preciso ao consolidar algumas dessas necessidades basilares para a perpetuação do desenvolvimento voltado a acumulação de capital. Segundo ele, estas são algumas dessas condições sociais:

1. A existência de um excedente de mão-de-obra, isto é, um exército de reserva industrial, que pode alimentar a expansão da produção. Portanto, devem existir mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho, mediante, por exemplo, estímulo ao crescimento populacional, a gerações de correntes migratórias, a atração de “elementos latentes” – força de trabalho

³⁷ A referência à mais-valia dentro da teoria marxista da acumulação designa o valor do trabalho não pago ao trabalhador e, assim, acumulado como lucro pelo capitalista. A mais-valia pode configurar-se tanto de forma absoluta – incremento da produção através do aumento do ritmo de trabalho, vigilância e pressão ao trabalhador; quanto de forma relativa – incremento da produção através do avanço e progresso tecnológico.

empregada em situações não-capitalistas; mulheres, crianças etc. – para o trabalho, ou criação de desemprego pelo uso de inovações que poupam trabalho.

2. A existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades de obtenção) de meios de produção – máquinas, matérias-primas, infraestrutura física e assim por diante -, que possibilitam a expansão da produção conforme o capital seja reinvestido.

3. A existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Se não puderem ser encontradas necessidades para os bens, ou se não existir demanda efetiva (a necessidade retraída pela incapacidade de pagamento), então desaparecerão as condições para a acumulação capitalista (Harvey, 2005a, p. 44/5).

É possível depreender como uma necessidade primordial do modo de produção capitalista que se constitua “um excedente de mão-de-obra” que sirva de “exército de reserva industrial”. Há, assim, para o desenvolvimento e manutenção da economia capitalista, a necessidade de “mecanismos para o aumento da oferta de força de trabalho”, a fim de garantir o excedente de mão-de-obra, central para a expansão do sistema que detém o capital no centro das coisas. Um desses mecanismos de garantia dos excedentes de mão-de-obra, conforme nos expõe David Harvey, consiste na atração de “elementos latentes” – forças de trabalho empregadas em situações não-capitalistas, como, no exemplo proposto por David Harvey, mulheres e crianças. Todavia, para além das mulheres e crianças, outra categoria configura-se para esse estudo como elemento latente passível de atração à produção capitalista: o trabalho informal.

Relevante a essa investigação, o trabalho informal é um desafiador da necessária condição social de reserva de mão-de-obra para expansão de produção, na medida em que esse excedente de mão-de-obra necessita estar disponível ao mercado e não vinculado a formas de geração de renda informais. Nesse contexto, torna-se primordial para a produção capitalista que existam mecanismos que reprimam relações informais de trabalho, a fim de extinguir ou, pelo menos, reduzir o trabalho fora dos ditames do modo de produção capitalista. É, pois, através de mecanismos que aumentam a oferta de força trabalho que o sistema capitalista mantém a condição social de reserva de mão-de-obra fundamental para sua expansão de sistema.

Assim, até o presente momento, já foi exposto que o desenvolvimento capitalista, sempre expansivo, detém como engrenagem operativa a acumulação de capital (primária e expandida) no centro das coisas e que há a necessidade de condições sociais (excedente de mão-de-obra, meio de produção e mercado/consumo) para a manutenção da acumulação capitalista. Contudo, para além das condições sociais necessárias para o sustento da acumulação de capital, existem barreiras físicas e imateriais no processo produtivo, de circulação e de consumo que dificultam a acumulação de capital. Eliminar essas barreiras é, portanto, fundamental para esse modelo de desenvolvimento. Dessa forma, não raramente esforços na esfera pública e privada são direcionados para a eliminação desses obstáculos que podem dizer respeito a bens materiais, ou seja, a estruturas físicas na qual o capital encontra-se fixado, ou a barreiras imateriais, como taxas e impostos.

Sobre eliminar estruturas de capital fixo, David Harvey expõe que o “desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção de ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação” (Harvey, 2005a, p. 54). Um dos componentes nesse delicado equilíbrio de avaliar-se se a destruição do capital fixo investido promoverá um novo processo acumulativo consiste em avaliar a energia política despendida a fim de superar essas barreiras. Isso porque o processo de superar tais barreiras não raramente gera resistências sociais, na medida em que destruir uma escola ou reassentar uma comunidade que se apresentam como barreiras físicas à dinâmica acumulativa, bem como eximir de taxas/impostos uma empresa internacional, consistem em posicionamentos de difícil agrado aos que não diretamente lucram com a eliminação desses obstáculos para a acumulação. Assim, ciente do raciocínio inicial de que o sistema capitalista, através de sua força permanentemente revolucionaria, expande-se, cria condições sociais, elimina suas barreiras e reforma o mundo que vivemos, retoma-se o debate sobre acumulação primitiva como um componente contemporâneo e estrutural para o desenvolvimento capitalista.

Mais uma vez, David Harvey, com suporte em Karl Marx, faz-se relevante para o debate ao aprofundar-se no conceito de acumulação primitiva. Segundo Harvey, Marx

concebe a acumulação primitiva como uma gama de processos que incluem: a mercantilização e privatização da terra e expulsão forçada de populações; a redução de uma variada forma de concepções de direito de propriedade (comum, coletiva, estatal) à concepção do direito exclusivo de propriedade privada; supressão de bens comuns; mercantilização da força de trabalho; supressão de formas alternativas de produção e consumo; a apropriação colonial, neocolonial e imperial de bens, incluso de recursos naturais. Para David Harvey “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permaneceram poderosamente presentes dentro da geografia histórica do capitalismo até agora” (Harvey, 2005b, p. 145).³⁸

Corroborando com a perspectiva da manutenção contemporânea e estrutural da acumulação primitiva, Rosa Luxemburgo expressa que o desenvolvimento capitalista busca, invariavelmente, “a destruição sistemática e aniquilação” de todas as organizações sociais que venham restringir o processo de acumulação de capital. Observa a autora:

Uma vez que as associações primitivas dos nativos são a mais forte proteção para suas organizações sociais e para suas bases materiais de existência, o capital deve começar por planejar a destruição sistemática e aniquilação de todas as unidades sociais não-capitalistas que obstruem seu desenvolvimento. Com isso ultrapassamos o estágio da acumulação primitiva; este processo ainda está acontecendo. (...)

A força é a única solução aberta ao capital; a acumulação de capital, vista como um processo histórico, emprega a força como uma arma permanente, não só na sua gênese, mas mais adiante até dias de hoje. (...)

O método da violência, então, é a consequência imediata do choque entre o capitalismo e as organizações de uma economia natural que restringiria a acumulação! (Luxemburg 1951, 350-1).³⁹

Assim, é possível evidenciar, através do pensamento de Rosa Luxemburgo, a inerente condição expansiva do desenvolvimento capitalista que, por meio da violência e da força, aniquila as unidades sociais que se organizam fora dos ditames de acumulação de capital. Por esse motivo, é fundamental a esse modelo de desenvolvimento que a acumulação primitiva mantenha-se como um componente

³⁸ Tradução livre do autor.

³⁹ Tradução livre do autor.

contemporâneo e estrutural, a fim de impor, sob a lógica da violência e da apropriação, a transição de economias não-capitalistas para a realidade mercantil da acumulação expandida. Inclusive, David Harvey expressa que “o Estado, com seu monopólio da violência e definições de legalidade, desempenha um papel crucial tanto no apoio, como na promoção desses processos [de acumulação primitiva]”, nos quais “há evidências consideráveis de que a transição para o desenvolvimento capitalista foi e continua a ser vitalmente contingente sobre a postura do Estado” (Harvey, 2005b, p. 145)⁴⁰.

Assim, mesmo que a Karl Marx tenha conceituado a acumulação primitiva como um processo histórico de pré-formação do modo de produção capitalista, resta evidente que a manutenção da acumulação primitiva tornou-se indispensável para a sustentação e expansão da acumulação expandida. Nesse sentido, a abertura de outras economias ao capital necessita de força, de apropriação e, assim, as práticas extraeconômicas provenientes do desenvolvimento moderno – colonial e ambivalente – expostas no subcapítulo anterior persistem através da manutenção contemporânea e estrutural da acumulação primitiva, mesmo que se possa conceituar como “acumulação primária”(Frank, 2011) ou “acumulação por espoliação”(Harvey, 2005b).

Nessa investigação observa-se, portanto, duas macro-dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo contemporâneo:

- As dinâmicas da metrópole, em que o contexto social é ditado pela acumulação de capital expandido, ou seja, dentro dos princípios da legalidade e formalização estatal, do irrestrito respeito às imposições de mercado e da exploração de classe;
- As dinâmicas da colônia, na qual o contexto social é ditado pela violência/apropriação e a acumulação de capital operada através da acumulação primitiva/primária/espoliação. Sendo constitutivas de zonas de não-ser, não há princípios centrais, lógicas de previsibilidade.

⁴⁰ Tradução livre do autor.

Conforme expõe Rosa Luxemburgo, há o objetivo de “destruição sistemática e aniquilação de todas as unidades sociais não-capitalistas”.

Obviamente, o leitor mais atento irá perceber que existe um infindável número de dinâmicas dentro dessas macro-perspectivas de contexto social e mais uma quantidade fora. A gramática social é, invariavelmente, plural, e frequentemente tranborda suas categorias analíticas; as apresentadas nesse estudo, porém, assumem relevâncias e centralidades não somente teórica, mas empiricamente – motivo pelo qual recebem o presente destaque.

No entanto, o desenvolvimento capitalista, fundado na imbricada relação entre dinâmicas coloniais e metropolitanas, necessita de uma racionalidade política que tanto legitime, quanto forneça poder coercitivo a esse modelo de desenvolvimento; esses acabam por constituir os papéis, respectivamente, da democracia (neo)liberal e da norma legal – pauta para os próximos dois subcapítulos.

2.3 A Democracia e o (Neo)Liberalismo

Nos subcapítulos anteriores, consolidou-se a perspectiva de que o desenvolvimento capitalista pode ser observado, para fins dessa investigação, através de duas macro-dinâmicas: as dinâmicas metropolitanas, fundada nos pilares modernos da regulação x emancipação e executadas através da acumulação de capital expandido, e as dinâmicas coloniais, sustentadas pelo pensamento abissal/ambivalente da lógica da violência x apropriação e executadas através da acumulação primitiva.

Assim, provendo sequência analítica ao desenvolvimento capitalista, já com acúmulo teórico anterior, o presente subcapítulo tem dois objetivos centrais: o primeiro

consiste em trazer características gerais das doutrinas socioeconômicas⁴¹ do liberalismo e neoliberalismo, enquanto o segundo busca promover diálogo entre essas doutrinas e a teoria da democracia. Essa conversão entre (neo)liberalismo⁴² e democracia será fundamental para a compreensão da racionalidade política associada ao fenômeno investigado.

Inicia-se, assim, por discorrer sobre algumas características gerais da formação e da expansão da doutrina socioeconômica do liberalismo clássico. De acordo com Emir Sader, a formação do pensamento liberal enquanto um arranjo estatal encontra-se diretamente interligada com a superação do Estado absolutista e suas amarras a desenvolvimento do capital. Nas palavras do autor:

A forma liberal de organização do Estado surgiu em oposição ao Estado absolutista e aos entraves à livre expansão do capital. O liberalismo foi sendo consolidado conforme foram sendo constituídas formas republicanas e parlamentares de organização do poder político e foi sendo estendido o processo de mercantilização capitalista (Sader, 2002, p. 651).

⁴¹ No presente trabalho, o liberalismo clássico será compreendido como uma doutrina socioeconômica, mesmo que se possa fazer diferenciações do pensamento liberal enquanto filosofia política e doutrina econômica. Apesar de relevante distinção da economia política, o objetivo dessa breve revisão é fornecer as características gerais da doutrina como contributo histórico-político para a ascensão da doutrina neoliberal, a fim de prover diálogo entre a uma doutrina político-econômica e a teoria da democracia.

⁴² Duas observações são necessárias nesse momento: A primeira observação consiste que tanto a doutrina liberal, quanto a doutrina neoliberal são constituídas de um variado número de correntes doutrinárias e, assim, conceber-se-ia de forma mais precisa sua descrição enquanto doutrina(s) liberais e doutrina(s) neoliberais. Todavia, como o objetivo desse subcapítulo é trazer algumas as concepções gerais de ambas doutrinas e, dessa forma, características de recorrência transversais as gramáticas doutrinárias. Por esse motivo, optou-se por uma descrição doutrinária versada ao singular. A segunda observação consiste na utilização da formulação discursiva (neo)liberal, a fim de fazer referência analítica que englobe ambas perspectivas doutrinárias, ou seja, ao se expor a doutrina (neo)liberal se tem como objetivo de fazer referência a ambas doutrinas.

Através do exposto por Emir Sader, é possível perceber que a doutrina do liberalismo clássico foi um componente relevante para fomentar a transição do poder absolutista a outras formas de configuração do poder político. O Estado absolutista detinha a sua gramática comunitária de difícil ascensão social, em função dos estamentos sociais fixos (Nobreza/Clero/Povo), bem como muito restritiva à expansão do capital, em função de sua concentração direcionada quase que exclusivamente à nobreza e ao clero. Assim, portanto, a burguesia ascendente buscava outras formas de organização do poder que resguardassem sua mobilidade social bem como seus processos acumulativos. A doutrina liberal supria ambas as expectativas, através de sua filosofia política e de sua doutrina econômica.

As expectativas de mobilidade social foram asseguradas pela doutrina liberal através da concepção político-filosófica do individualismo e, dessa forma, através da pungência do indivíduo frente a sua condição estamental. Narrativas dos direitos universais dos homens, princípios da igualdade/liberdade/fraternidade, sob o suporte do ideário iluminismo-humanista e do pensamento contratualista forneceram a densidade filosófica para a aplicabilidade política de outros arranjos institucionais do poder. Assim, a noção de soberania individual, de representação política e de divisão do poder decorrentes da doutrina liberal acabavam por contestar a visão absolutista de organização estatal. Para o ideário liberal, portanto, o indivíduo (europeu) deveria ser capaz de gozar frutos de suas conquistas, e, dessa forma, independentemente da sua condição estamental, ascender socialmente. Essa ascensão social, todavia, era promovida através do acúmulo individual de capital e, para isso, tornava-se imperativa a livre acumulação e a expansão dos mercados.

Assim, a satisfação de uma doutrina econômica que permitisse a acumulação e a expansão do capital independentemente da condição social era percebida como indispensável para a burguesia europeia ascendente. Juntamente com a filosofia política do individualismo, o pensamento liberal também fornecia uma doutrina econômica que sustentava o processo acumulativo, através de políticas mercantis de livre-mercado. Nesse sentido, a regulação social para o liberalismo deveria ter como objetivo a organização da produção, o conseqüente transporte e a venda de mercadorias,

preconizados no preceito fundamental liberal/clássico: “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”. Assim, qualquer forma de poder, dentre eles, o poder Estatal, deveria abster-se de regular o mercado, que deveria ser livre e conduzir, através da mão invisível da livre-iniciativa e da concorrência, a nações a sua riqueza.⁴³ Inclusive, sob a doutrina liberal, a expansão e acumulação de capital estavam preconizadas como condições econômicas fundamentais.

Ademais, o pensamento liberal também propagava a garantia irrestrita dos direitos de propriedade privada. Isso porque o direito de propriedade consiste em um instrumento legal fundamental ao processo acumulativo, visto que é através dele que se garante não somente a fixação capital proveniente da acumulação, mas também a concentração dos meios de produção, basilar para o desenvolvimento do capital expandido. Todavia, conforme mencionou Emir Sader acima, o liberalismo clássico não somente promove uma doutrina de oposição às barreiras impostas à expansão do capital pelo absolutismo, mas também uma racionalidade socioeconômica estendida ao processo de mercantilização capitalista.

O direito irrestrito de propriedade demonstra de forma cabal essa realidade, na medida em que aqueles que pertenciam à zona de não-ser poderiam, inclusive, tornar-se também propriedade dos pertencentes à metrópole. Há, assim, imbricada relação entre a doutrina liberal não somente na formação das dinâmicas de acumulação de capital, mas também na ambivalência moderna. Isso porque, através do suporte da dogmática do livre-mercado enquanto doutrina socioeconômica, o pensamento liberal não somente permitiu a acumulação expansiva de capital, mas também a consolidação da abissalidade mercantil. A acumulação e expansão do capital na metrópole moderna, conforme exposto na seção anterior,⁴⁴ foi promovida através da acumulação primitiva, da concentração individual e do posterior reinvestimento do capital acumulado em capital produtivo, gerando divisão social do trabalho (e espaço) e acumulação expandida.

⁴³ Referência ao livro “A riqueza das Nações”, obra de maior destaque do pensador liberal clássico Adam Smith (A. Smith, 2006).

⁴⁴ Referência à seguinte citação: “Marx insistiu em que a acumulação primitiva surge, já como concentração (social) do capital nas mãos de capitalista individuais” em (N. Smith, 1988, p. 176/7).

Contudo, a filosofia política da doutrina liberal no mundo colonial é outra. Mesmo que sua doutrina apregoasse direitos e garantias universalistas, seus preceitos filosóficos e políticos não ultrapassaram a linha abissal. Do outro lado da linha abissal não há iluminismo-humanista, não há contratualismo, não há liberdade, não há igualdade: só existem zonas de não-ser. Assim, o liberalismo clássico promoveu uma doutrina socioeconômica de emancipações através da acumulação – que fora somente reservada ao mundo europeu. No que se refere à teoria do contrato social do outro lado da linha abissal, coloca Boaventura de Sousa Santos:

As teorias do contrato social dos séculos XVII e XVIII são tão importantes pelo que dizem como pelo que silenciam. O que dizem é que os indivíduos modernos, ou seja, os homens metropolitanos, entram no contrato social abandonando o estado de natureza para formarem a sociedade civil. O que silenciam é que, desta forma, se cria uma vasta região do mundo em estado de natureza, um estado de natureza a que são condenados milhões de seres humanos sem quaisquer possibilidades de escaparem por via da criação de uma sociedade civil. A modernidade ocidental, em vez de significar o abandono do estado de natureza e a passagem à sociedade civil, significa a coexistência da sociedade civil com o estado de natureza, separados por uma linha abissal com base na qual o olhar hegemónico, localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efectivamente como não-existente o estado de natureza (B. de S. Santos, 2007b, p. 8).

Nesse momento, vale destacar, portanto, que a doutrina liberal promove o suporte – teórico e prático – para o desenvolvimento do capital e da ambiguidade moderna. Assim, mesmo que a doutrina liberal não consista na única racionalidade socioeconômica, como bem expõe Boaventura de Sousa Santos, em função de o socialismo marxista também ser fruto desse período (B. de S. Santos, 2009, p. 29–33), ela é um arranjo político e econômico que inegavelmente modifica e formata a Europa mercantil/absolutista e, assim, forma as primeiras experiências de Estados Liberais.

Ao longo dos séculos, há uma incorporação da doutrina liberal enquanto modelo de Estado, no qual o Estado Liberal torna-se o padrão. É somente no século XIX, por meio da revolução russa e da crise de 1929, que a hegemonia da doutrina liberal sofre, enquanto projeto global, seu primeiro revés. Mais uma vez de forma precisa, Emir Sader expõe os três modelos alternativos que surgem no período: o “socialismo soviético”, o fascismo e o Keynesianismo (Sader, 2002, p. 651).⁴⁵ O autor evidencia que esses três modelos alternativos, todos antiliberais, em graus e formas distintas, fracassam nas décadas seguintes, abrindo “campo para que o liberalismo político e econômico reaparecessem juntos como um novo projeto hegemônico, associado ao Estado mínimo e extensão inédita das relações mercantis, sob a égide do neoliberalismo” (Sader, 2002, p. 651).

Com uma formação teórica e com aplicabilidade prática posterior à II Guerra Mundial, com aprofundamento no último quarto do Século XX, o neoliberalismo definiu-se através da expansão e radicalização dos preceitos liberais clássicos vistos anteriormente. Perry Anderson sintetiza com propriedade o surgimento e o objetivo desse modelo socioeconômico. Veja-se:

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (Anderson, 1995, p. 9).

É perceptível a nítida reação da doutrina neoliberal ao Estado de bem estar social ou Keynesianismo, como mencionado acima por Emir Sader. Para a ascendente doutrina

⁴⁵ Não serão aprofundadas explicações sobre os modelos antiliberais do “socialismo soviético” e do fascismo, pois se apresentam como doutrinas socioeconômicas muito distantes da realidade encontrada nesse trabalho e, por esse motivo, aprofundar as suas abordagens perde sentido.

neoliberal, a doutrina proposta pela escola Keynesiana, constituída como reação a grande depressão, fruto da crise de 1929, levaria ao colapso econômico das nações. Isto porque a manutenção de um Estado robusto, interveniente na economia e garantidor do pleno emprego, características fundamentais do Estado de bem estar, seria incompatível com desenvolvimento capitalista que necessita, conforme já exposto, de um desenvolvimento voltado ao livre mercado, com garantias das condições sociais de excedente de mão-de-obra, concentração dos meios de produção e acúmulo de capital. Assim, a intervenção Estatal restringido as ações do mercado, central para a manutenção das políticas de pleno emprego, seriam limitadores “à liberdade, não somente econômica, mas também política”.

O receituário neoliberal, portanto, sob a prerrogativa do Estado de bem-estar ou Estado intervencionista limitar o desenvolvimento socioeconômico, prega a atuação estatal acessória e pouco intervencionista na gestão socioeconômica das nações. Nesse sentido, o Estado interventor, ao restringir a liberdade econômica, a livre iniciativa e a competição entre privados, conduzia ao Caminho da Servidão (Hayek, 2010). Por esse motivo, para a doutrina neoliberal são fundamentais os processos de redução da amplitude estatal por meio de privatização, a fim de reduzir a capacidade e poder de manobra estatal. De acordo com a perspectiva neoliberal, portanto, a redução estatal e expansão e um novo fortalecimento da propriedade privada, fundamental à concentração dos meios de produção, fariam ressurgir as condições sociais para o acúmulo de capital e, conseqüentemente, para a abertura necessária para o crescimento econômico.

Obviamente, conforme exposto na primeira nota de rodapé deste subcapítulo, o presente trabalho reconhece que, assim como a doutrina liberal clássica, a doutrina neoliberal constituiu-se através de uma pluralidade de correntes. Sob essa perspectiva, José Francisco Puello-Socarrás expõe uma síntese dessas correntes, dividindo-as entre ortodoxas e heterodoxas, conforme quadro abaixo:

Figura 1 - Síntese Doutrinas Liberal e Neoliberal



Fonte: (Socarrás-Puello, 2008)

No entanto, apesar de reconhecer a pluralidade doutrinária do neoliberalismo, a presente investigação atribui centralidade analítica às principais estratégias e táticas de releitura da também plural doutrina socioeconômica liberal (desregulação estatal, liberdade irrestrita aos mercados, privatizações). Todavia, mesmo existindo uma gramática ortodoxa e heterodoxa do neoliberalismo, há uma centralidade comum entre essas perspectivas, a qual consiste, nas palavras de José Francisco Puello-Socarrás, que “para todos os neoliberais, os problemas da sociedade, as dinâmicas públicas, as tensões e conflitos societários devem ser sancionados e considerados unicamente sob uma ótica *individualista no mercado*” (Puello-Socarrás, 2013, p. 26).⁴⁶

Nesse sentido, é na ótica individualista no mercado, através de estratégias e táticas neoliberais, que se busca a orientação analítica para a presente investigação. Deve se compreender, contudo, que os preceitos (neo)liberais derivam de uma doutrina multidimensional e, nesse sentido, mesmo que provenientes de uma narrativa socioeconômica, promovem impactos energéticos, ecológicos, biológicos, alimentares, epistêmicos, ideológicos, políticos e sociais (Puello-Socarrás, 2013, p. 19/22). Vale ressaltar, portanto, que essa doutrina não monolítica não se constitui sem a atuação de

⁴⁶ Tradução livre do autor. Grifo no original.

inúmeras instituições sociais que agenciam de forma racional e legítima as suas concepções doutrinárias. Veja-se o que aponta Anthony McGrew:

Muito mais significativo, no entanto, tem sido o papel das instituições regionais e globais na consolidação das formas democráticas liberais de governança. Na América Latina, Europa Oriental, Ásia e África, a transição nacional para a democracia tem sido influenciada por poderosas agências externas (McGrew, 1997, p. 239)⁴⁷.

Nesse sentido, compreender que existe um relevante papel dos atores internacionais na consolidação de formas de governo liberais – e neoliberais – torna-se relevante, pois temos como um dos atores centrais dessa investigação a Federação Internacional de Futebol – FIFA – e seu maior produto de exportação, a Copa do Mundo. Entretanto, antes de avançarmos à etapa da concretude fenomenológica, a qual destinamos os capítulos 3, 4 e 5, devem ser ancoradas certas orientações teóricas, em especial, neste subcapítulo relativas à doutrina (neo)liberal e à teoria da democracia.

Já em sua citação de abertura deste subcapítulo, Emir Sader demonstra que a consolidação da doutrina socioeconômica do liberalismo, enquanto forma de organização do Estado, acontece através da transição do Estado absolutista para formas republicanas e parlamentares de organização e divisão do poder político. Nesse sentido, desde a era moderna a doutrina liberal e, posteriormente, sua reinterpretação neoliberal necessitaram do abrigo de um regime político que garantisse suas prerrogativas de individualismo e de pungência do mercado.

Assim, conforme expressam Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer, a expansão e consolidação global de um regime político de suporte à doutrina (neo)liberal, por meio de uma economia capitalista, inicia-se no período posterior à 2ª Guerra Mundial,

⁴⁷ Tradução livre do autor.

intensifica-se no período da Guerra-Fria e consolida-se com a queda do muro de Berlim (Sousa & Avritzer, 2002). Esse regime político, indispensável para a expansão global do capitalismo, é consolidado através de uma concepção redutiva e hegemônica⁴⁸ de democracia: a democracia (neo)liberal.

Assim, o avanço da perspectiva hegemônica da democracia (neo)liberal consolida-se sobre influências das teses do fim da história (Fukuyama, 1992) e com suporte no consenso de Washington, sempre operacionalizados através de agências econômicas, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (Maricato, 2009, p. 195–198), bem como pelas influências dos ajustes estruturais (2006; Elísio Macamo, 2005).

De acordo com Sousa e Avritzer, a tensão entre democracia e capitalismo deriva do potencial redistributivo que possui o sistema democrático, o qual, se deixado sem restrições, entraria em conflito com a inerente condição acumulativa da economia capitalista. Portanto, sob a prerrogativa de evitar essa possível “sobrecarga democrática” (Sousa & Avritzer, 2002, p. 59–60), em especial, com a inclusão social de grupos que forma historicamente excluídos, e, nesse sentido, imprimir aos regimes (neo)liberais um sobrepeso democrático, tornou-se essencial um duplo processo estratégico: o primeiro foi a priorização do acúmulo de capital frente à redistribuição social e o segundo consistiu em limitar a participação cidadã tanto individual quanto coletiva nos processos decisórios, sob “o objetivo de não sobrecarregar demais o regime democrático com demandas sociais que pudessem colocar em perigo a prioridade da acumulação sobre a redistribuição” (Sousa & Avritzer, 2002, p. 59–60).

Nesse sentido, desde as primeiras ondas de redemocratização do período pós-guerra até o fim das ditaduras militares na América-Latina e fim da Guerra Fria, inicia-se um processo de padronização da gramática do sistema democrático, sob a finalidade de restringir seu potencial redistributivo. Através da prerrogativa de limitar a sobrecarga democrática, portanto, uma concepção de democracia foi tornada hegemônica. Nesta

⁴⁸ O conceito de hegemonia trazido Santos e Avritzer tem referência ao pensamento de Antônio Gramsci (Gramsci, 1971)

visão hegemônica e reducionista, não se concebe a democracia como um conjunto de valores, substancializados e participativos, sendo a democracia reduzida a um sistema de construção de um corpo representativo. A gramática democrática, assim, restringe-se ao cânone do processo representativo. Veja-se como Schumpeter expressa essa perspectiva:

A democracia é um método político, isso é, um, certo tipo de arranjo institucional para alcançar decisões políticas – legislativas e administrativas – e, portanto, ela é incapaz de converter-se em um fim em si mesma, sem relação com as decisões que produzirá em determinadas condições históricas (Schumpeter, 1942, p. 242).

Dessa forma, através dessa concepção de democracia há um falso esvaziamento de substancialidade democrática, na medida em que não importariam as decisões políticas, desde que não contrariassem o enfoque do acúmulo frente à distribuição. Assim, a democracia enquanto *método político* para *alcançar decisões políticas* torna-se uma democracia procedimental, na qual seu fim último é de *arranjo institucional*, ausente de qualquer carga axiológica e, portanto, nunca *um fim em si mesma*. Para perspectiva da democracia procedimental, é desejável manter ausente ou irrelevante o nível de participação cidadã ou de representatividade das demandas sociais, na medida em que a “função primária do eleitorado [é] formar o governo (diretamente ou através de um corpo intermediário)” (Schumpeter, 1942, p. 270–283).

Nesse sentido, ao se colocar a seleção dos representantes como único propósito da democracia, ausente de valor axiológico, promove-se um perigoso processo de procedimentalização democrática, na qual os interesses econômicos encontram tanto substrato quanto respaldo para sua expansão, em razão do sistema democrático não possuir responsabilidade e ingerência sobre a atuação do capital. Portanto, a teoria Schumpeteriana da luta por liderança política e competição pelo voto acaba não somente por reduzir a democracia a um procedimento eleitoral, mas fornecer, de certa forma, o respaldo racional ao sistema capitalista.

É possível perceber, mais uma vez, como o sistema econômico capitalista – dinâmico, expansível e revolucionário –⁴⁹ reforma o mundo e acomoda a democracia de acordo com seus interesses de acumulação e expansão. Por conseguinte, é vital para o desenvolvimento capitalista priorizar o acúmulo em detrimento da redistribuição, bem como limitar a participação cidadã ao processo eleitoral, ou seja, evitar possíveis “sobrecargas democráticas”, através da restrição do regime político democrático a sua processualística. Torna-se extremamente perigoso ao desenvolvimento capitalista que a democracia seja uma forma de gestão plural – que conte com mecanismos decisórios da vida comunitária, por meio da participação direta, de consultas populares, de orçamentos participativos, de prestações públicas de contas públicas –, visto que uma expansão da soberania representativa em direção a uma democracia participativa pode permitir que surjam condições sociopolíticas que barrem o desenvolvimento capitalista. E, como exposto nesses subcapítulos, para a doutrina liberal e neoliberal, qualquer possível barreira (física e imaterial) ao desenvolvimento capitalista deve sempre ser eliminada.

Assim, compreender a teoria democrática como procedimento de seleção de representante, não em mecanismos participativos e redistributivos, torna-se uma técnica central para um processo de regulação social promovido “de cima para baixo” e para a formação de um corpo político elitizado, que represente mais o capital e menos as pessoas. Inclusive nos próprios termos utilizados pelo autor em sua “outra teoria da democracia” (Schumpeter, 1942, p. 270–283), como “luta por liderança” e “competição”, é possível perceber lógicas de mercado aplicadas à teoria democrática.

Hans Kelsen não se distancia de tal perspectiva ao compreender a democracia como um “procedimento, um método específico de criação e aplicação da ordem social que constitui a comunidade, do qual é propriamente chamada de democracia”⁵⁰(Kelsen,

⁴⁹ Referência a citação de David Harvey no início do subcapítulo anterior, reproduzida novamente: “A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessante e constantemente, reforma o mundo que vivemos. O estado estacionário de reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção” (Harvey, 2005a, p. 44).

⁵⁰ Tradução livre do autor.

1955, p. 03). Nesse sentido, o autor expressa que a democracia liberal é, em primeiro lugar, “um procedimento” (Kelsen, 1955, p. 04) e, dessa forma, promove também um suporte teórico a essa concepção procedimentalista de democracia. No entanto, o jurista e filósofo estabelece uma interessante divisão conceitual de “governo para o povo” e de “governo pelo povo” (Kelsen, 1955).⁵¹ Em seu entendimento, a palavra “pelo” na frase significaria um governo com a participação das pessoas, não havendo justificativa para a democracia tornar-se um governo “para o povo” (Kelsen, 1955, p. 03-4). Dessa forma, Hans Kelsen, mesmo possuindo um pensamento positivista na teoria do direito,⁵² reconhece a importância da participação como uma “característica essencial da democracia”⁵³(Kelsen, 1955, p. 03) e, ainda mais, afirma o papel restritivo do liberalismo à democracia. Vejamos:

O liberalismo, no entanto, significa a restrição do poder governamental, qualquer forma que o governo possa assumir. Significa também a restrição do poder democrático (Kelsen, 1955, p. 04).

Nesse sentido, resta evidente que, para Hans Kelsen, existe a necessidade do liberalismo de restringir não somente o poder governamental, mas o próprio poder democrático. No entanto, são sempre necessários fundamentos racionais que legitimem a democracia liberal/procedimentalista.

Outra forma de se justificar a redução do escopo democrático pode ser identificada no argumento tecnocrata. Nesse sentido, Norberto Bobbio justifica a redução da participação social no regime democrático ao afirmar que a passagem de uma economia familiar para uma economia de mercado exige um governo técnico, feito de especialistas, para lidar com os problemas que o homem médio não tem capacidade para lidar (Bobbio,

⁵¹ Mais uma vez, o autor sente que a tradução livre perde um pouco de conteúdo, motivo pelo qual expõe as versões das frases no original em inglês: government for the people e government by the people.

⁵² Hans Kelsen, no seu destacado livro “Teoria Pura do Direito” tenta constituir forma positivista do direito como uma ciência pura, neutra e com pouca margem de apropriação de outras ciências ou do capital. Para mais informações, ver Teoria Pura do Direito (Kelsen, 1979) e para sua crítica, ver Raul Fernández (Fernández, 2008, p. 328/9).

⁵³ Tradução livre do autor.

1997, p. 17–41). A democracia representativa, portanto, seria a “única forma de democracia existente” (Bobbio, 1997, p. 27). O autor nos avisa: “Nada ameaça mais matar a democracia que o excesso de democracia”(Bobbio, 1997, p. 27).

Sobre a temática, expõe Nancy Fraser:

Hoje nos Estados Unidos, ouvimos uma grande quantidade de ballyhood sobre "o triunfo da democracia liberal" e até mesmo "o fim da história". No entanto, ainda há muito a que objetar em nossa própria "democracia existente atualmente" e [assim] o projeto de uma teoria social crítica dos limites da democracia nas sociedades do capitalismo tardio permanece tão relevante como sempre (Fraser, 1992, p. 56).

É possível perceber, portanto, que a doutrina socioeconômica (neo)liberal detém uma perspectiva de baixa participação social no regime democrático, pois, de outra forma, poder-se-ia tensionar demasiadamente os pressupostos de acumulação frente à redistribuição. A redução da atuação política ao processo eleitoral fora denominada por Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer como “democracia de baixa intensidade” (B. de S. Santos & Avritzer, 2005; 2002), forma que possui, como visto acima, um modelo econômico bem definido. Seja a partir de concepções de luta por liderança ou de necessidade de governos técnicos, é através da racionalidade (neo)liberal que a redução do cânone democrático ao procedimentalismo se legitima.

É através da racionalidade liberal e sua versão mais recente Neoliberal que historicamente se legitimam a expansão e dominação global do sistema capitalista, de sustentáculo através da acumulação (primitiva/expandida) e do pensamento abissal. Todavia, essa racionalidade legitimadora necessita invariavelmente de mecanismos coercitivos, a fim de fazer cumprir suas prerrogativas e condições sociais. Esse é o papel da norma, debate reservado à próxima subseção.

2.4 O Papel da Norma no Desenvolvimento Capitalista: A Hierarquia Normativa.

Nas páginas anteriores, foram interligadas lógicas modernas com prerrogativas do sistema capitalista, em especial, a necessidade de acumulação, a fim de demonstrar a permanência dessas dinâmicas dentro do desenvolvimento capitalista contemporâneo. Em sequência, contemplou-se a redução do cânone democrático através da influência das doutrinas (neo)liberais, característica que também pode ser associada a esse modelo de desenvolvimento. Até o presente momento, portanto, esses subcapítulos acumularam elementos analíticos, não somente para o reconhecimento do desenvolvimento capitalista, mas também para apresentar uma perspectiva crítica ao mesmo – fundamental para se compreender ações e medidas associadas à gestão executiva das Copas do Mundo FIFA, em suas edições de 2010 e 2014.

Assim, antes do término desse segundo capítulo, objetiva-se promover uma breve reflexão sobre a teoria normativa, a fim de, em sequência, promover diálogo entre a hierarquia de normas e o desenvolvimento capitalista. Destarte, torna-se relevante inicialmente discorrer sobre a teoria das normas, visto que a Copa do Mundo FIFA acaba por produzir uma série de normatizações, às quais os países-sede devem sempre se vincular, a fim de promover a gestão-executiva do megaevento. Esse processo normativo inclui tanto a promulgação de normas legais como, no caso específico estudado mais adiante, a Lei Geral da Copa e outras Leis particulares do megaevento, quanto a própria normatização social que decorre da inclusão de lógicas diretivas relacionadas à Copa do Mundo FIFA. Portanto, para se compreender as lógicas diretivas associadas ao fenômeno, torna-se fundamental entender a dinâmica de hierarquia normativa.

Na presente investigação, a divisão teórica sobre normatividade proposta por Hydén e Svensson possui papel de destaque. Os autores expõem que as normas possuem duas categorias distintivas: seus atributos “essenciais” e seus atributos “acidentais” (Svensson & Hyden, 2009, p. 137)⁵⁴. Através de uma derivação do conceito filosófico de essência, que, na visão dos autores, representaria uma proximidade com os conceitos de eternidade e existência, os atributos essenciais de uma norma consistiriam nas

⁵⁴ No original em inglês “essencial attributes” e “accidental attributes”. Tradução livre do autor.

características fundamentais, extensivas a todas elas: ou seja, os atributos essenciais consistem na propriedade ontológica da norma, algo que estaria presente em todas elas. Nesse sentido, Hydén e Svensson expressam que existem três atributos essenciais às normas: o primeiro é a (a) essência da norma em designar instruções comportamentais, imperativos comportamentais.⁵⁵ Assim, um dos atributos essenciais das normas é fornecer uma linha diretiva de ação ao sujeito, orientar e instruir sua forma de conduta social. Seu atributo essencial continua ainda inerente, mesmo que não produza no sujeito uma ação diretiva, na medida em que, mesmo em descumprimento, a norma continua subjetivamente apontando a um imperativo comportamental.

O segundo atributo essencial da norma versa que (b) a norma só existe em um contexto social e é, portanto, socialmente construída. Dessa forma, não há normatividade até a sua reprodução social. Conforme interessante exemplo citado pelos pesquisadores, “uma decisão judicial que não tenha sido estendida ao contexto social carece, portanto, de um atributo de definição normativa” (Svensson & Hyden, 2009, p. 136).⁵⁶ Nesse sentido, um dos atributos essenciais das normas é a interação desses (a) imperativos comportamentais no (b) contexto social em que ela se insere.

O terceiro atributo essencial às normas expõe que as normas são (c) a compreensão dos indivíduos acerca das expectativas que os cercam sobre o seu próprio comportamento (Svensson & Hyden, 2009, p. 136). Esse terceiro atributo designa, com enfoque na psicologia social, a compreensão individual sobre qual ação deve ter frente à norma. Assim, os atributos essenciais da norma acabam por consistir na (c) compreensão subjetiva do indivíduo (a) da ação comportamental diretiva (b) fornecida através do contexto social. É através da junção desses três atributos essenciais que se constituem os atributos essenciais da norma.

Em sequência, Hydén e Svensson expõem que, se os atributos de orientação essencial das normas acabam por ser as propriedades constantes em todas elas, por sua vez, os atributos acidentais assumem as características normativas que as diferenciam (Svensson & Hyden, 2009, p. 137/41). Por conseguinte, sob uma perspectiva analítica,

⁵⁵ Tradução livre do autor.

⁵⁶ Tradução livre do autor.

os atributos acidentais definem os fatores e os contextos de determinada norma e, nesse sentido, podem ser diferentes sanções, objetivos, enfoques sociais, funções constitutivas, relativas, interventoras, as quais geram um sistema orientativo sobre o que se espera da norma. Logo, os atributos essenciais acabam por ser os imperativos racionais que caracterizam as funções internas e externas da norma para além das suas características essenciais (Sevensson & Hyden, 2009, p. 140/1).

Dando sequência ao pensamento analítico das normas e sem refutar a divisão entre as duas categorias distintas acima expostas, por meio dos seus atributos essenciais e seus atributos acidentais, Lucas Konzen, em sua tese doutoral, inova ao expressar a possibilidade da constituição de três tipos de normas: normas legais, normas ideológicas e normas sociais (Konzen, 2013, p. 80/2). Essas três formas de conceber a normatização sobrepõem os atributos essenciais e acidentais. As normas legais, ideológicas e sociais devem possuir seus atributos essenciais para que sejam consideradas normas, bem como possuem, invariavelmente, atributos acidentais que as distinguem. A proposta de Lucas Konzen consiste em reflexão analítica complementar ao pensamento de Hydén e Svensson e consegue agrupar diferentes atributos (essenciais e acidentais) nas três categorias por ele definidas.

Na visão de Lucas Konzen, a norma legal consiste em um conjunto de enunciados normativos formais que resultam de códigos, decisões judiciais e documentos oficiais. As normas legais acabam, assim, por ser produto de instituições sociais, das quais nada mais são que atores sociais de natureza fictícia, que são igualmente constituídos por um conjunto de normas legais. Veja-se abaixo, nas palavras do próprio autor:

As normas legais são reproduzidas em uma arena particular, através do sistema legal, que inclui não apenas os tribunais, mas também uma ampla gama de instituições da administração pública. Os mecanismos para sua aplicação são muito burocráticos e claramente definidos. Sanções contra violações deste tipo de normas são impostas aos indivíduos pelas instituições. Elas são, em última instância, impostas pela violência coercitiva do Estado (Konzen, 2013, p. 80).⁵⁷

⁵⁷ Tradução livre do autor.

Por sua vez, as normas ideológicas consistiriam em normas muito mais vagas e indeterminadas, mas presentes e extremamente persuasivas na sociedade. As normas ideológicas, portanto, são menos elaboradas e formais, quase invisíveis socialmente, mas com conteúdo normativo explícito. Por esse motivo, tais normas são as ferramentas operativas que podem refletir a dimensão normativa das ideologias e influenciar a ação normativa social. A sua reprodução não é institucionalizada e formal, mas através da cultura de massas e de conhecimentos técnicos, bem como não existem mecanismos formais e institucionais de coerção. Em geral as normas ideológicas são “mecanismos indiretos de sanção comportamental, dos quais dentro do sistema capitalista tendem a assumir restrições econômicas” (Konzen, 2013, p. 81)⁵⁸.

Por fim, o autor expõe o conceito das normas sociais, que, assim como as normas ideológicas, são informais e não institucionalizadas, mas reproduzidas no dia-a-dia. Dessa forma, enquanto as normas ideológicas teriam uma perspectiva diretiva menos perceptível, as normas sociais referir-se-iam a reproduções normativas diárias no trabalho, na família, na comunidade. Assim, na perspectiva do autor, todos seguimos as normas sociais que nos identificam com a comunidade ou com coletivos dos quais fazemos partes, seja nas normatizações sociais relacionadas à família, à conduta no trabalho, à relação comunitária ou religiosa, as quais podem ser sancionadas pelo Estado ou por outra instituição social.

Essas três formas de normatização, juntamente com seus atributos essenciais e acidentais, demonstram a complexidade e abrangência da normatização dentro das sociedades contemporâneas. Por esse motivo, dentre muitos debates e visões dentro da teoria normativa, o recorte proposto por essa investigação centra-se em determinadas hierarquizações da norma ideológica, legal e social que contribuem ao desenvolvimento capitalista.

Como já visto nos subcapítulos anteriores, o desenvolvimento capitalista necessita, antes de qualquer coisa, da garantia de um ambiente favorável a sua expansão e consolidação. Assim, da mesma forma que, sob suporte da racionalidade

⁵⁸ Tradução livre do autor.

socioeconômica (neo)liberal, o desenvolvimento capitalista imprime uma redução do cânone democrático à participação de baixa intensidade e ao procedimentalismo eleitoral, esse mesmo desenvolvimento também busca promover hierarquizações normativas que favorecem a sua expansão e consolidação. Essas assimetrias normativas evidenciam-se quando, através da norma legal, a norma ideológica é imposta e socialmente normatizada. Nesse sentido, é possível verificar essa interação normativa hierárquica promovida pelo desenvolvimento capitalista quando a norma ideológica do capital, racionalizada fundamentalmente através do imperativo da acumulação, é operacionalizada através dos atributos acidentais da norma legal, sob a finalidade de garantir, de forma coercitiva quando necessário, a sua normatização social. É assim que o desenvolvimento capitalista busca, por meio da norma legal, consolidar/impor socialmente a norma ideológica. É, pois, sob o comando da ideologia normativa do capital, que se condiciona a hierarquia da normatividade legal sob a social, restringindo-se, não raramente através da coerção estatal, outras normatividades sociais que contestem ou extrapolem a norma ideológica.

É interessante a esse estudo aprofundar a análise em uma narrativa central à dinâmica de hierarquização normativa: a Legalidade. A narrativa da legalidade e, obviamente, o seu antônimo Ilegalidade fornecem conteúdo operativo à norma ideológica através de sanções a normatizações sociais que afrontem o desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, constituiu-se, ao longo da história, uma discrepância entre a normatização legal e a realidade social. Tal discrepância acontece não somente pela incapacidade da norma legal de abranger toda a interação social que nos circunda, mas também porque é através da norma legal que muito da norma ideológica é imposta socialmente. A insuficiência de garantir, através do desenvolvimento capitalista, as promessas de igualdade, progresso, bem-estar para grande parte das populações metropolitanas e, em toda a sua totalidade, das populações coloniais, constituiu, ao longo dos séculos, uma discrepância entre a normatização legal e a realidade social, na medida em que promessas de emancipações foram somente reservadas a pequenos grupos sociais, em detrimento da grande maioria da população. A norma legal dentro do desenvolvimento capitalista tem, portanto, a prerrogativa de cercear possíveis normas sociais que afrontem os interesses da

norma ideológica do capital e, assim, através do uso legítimo da força, equalizar essas discrepâncias.

Todavia, a redução da normatização social pela normal legal é somente interessante para o desenvolvimento capitalista se instituir uma legalidade favorável a esse sistema. Para isso, deve-se priorizar a acumulação, e não a redistribuição, por meio de democracias de baixa intensidade, em Estado (neo)liberais. Assim, a coerção feita pela norma legal às normatizações sociais contrárias ao imperativo da acumulação consistiu em uma estratégia capitalista histórica e foi amplamente condensada através de narrativas hegemônicas da democracia (neo)liberal. A legalidade, ou seja, a distinção entre o que é legal e ilegal – autorizado ou não pelo poder Estatal –, torna-se resultado da normatização ideológica da produção, reprodução e acúmulo de capital. É, portanto, sob a prerrogativa de hierarquização normativa (ideologia>norma>social) que a legalidade se torna uma narrativa para a garantia e expansão do desenvolvimento capitalista.

Há, portanto, uma hierarquia normativa que estrutura e reforça o desenvolvimento capitalista. Assim, quando for passível de se verificar que normatizações legais voltadas à racionalidade acumulativa estiverem sendo impostas a normas sociais distintas, anteriormente estabelecidas, estar-se-á diante de uma dinâmica de expansão e/ou consolidação do desenvolvimento capitalista.

Síntese do Capítulo

Através do segundo capítulo, portanto, buscou-se acúmulo analítico preparatório para a descrição e a compreensão da investigação empírica. Conforme já mencionado, contudo, não é objetivo do presente capítulo esgotar os debates sobre o desenvolvimento capitalista, muito menos do desenvolvimento urbano como um todo. Apresenta-se, assim, uma análise macro do desenvolvimento capitalista sob quatro grandes temas de central interesse aos próximos capítulos.

No capítulo terceiro, aprofunda-se a compreensão do fenômeno da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, mas ainda sem propriamente fazer um recorte

investigativo em cada uma das cidades-sede estudadas. A proposta do próximo capítulo é, portanto, trazer elementos para compreensões estruturais do fenômeno, a fim de iniciar, desde já, uma análise sistemática de padrões e de lógicas fenomenológicas relevantes tanto para a construção do quadro tipológico do desenvolvimento associativo, quanto para as conclusões abordadas ao fim.

Capítulo Três – Para Além da Paixão: Os Agentes Internacionais, o Megaevento e a Maior Competição de Futebol do Mundo

Inegavelmente, o futebol faz pulsar corações, mas será que esse esporte somente se resume a uma paixão? Na verdade, é difícil precisar se, em algum momento da história, o esporte mais popular do mundo contemporâneo se restringiu somente à paixão. Atualmente, o futebol – para além da paixão – é destacado exemplo global da luta por monopólios, lucros e extorsões socioeconômicas em nossas sociedades.

Ciente dessa realidade e com o objetivo geral de investigar o desenvolvimento urbano associado à Copa do Mundo FIFA, o terceiro capítulo busca discorrer sobre o futebol, pensando-o não somente como esporte e lazer, mas como um produto industrializado, de escala planetária e gerador de muito lucro. Sob essa perspectiva, tendo já dados empíricos provenientes dos estudos de campo, o capítulo três pretende desmistificar alguns temas relacionadas ao futebol e, em especial, a um de seus mais destacados produtos: a Copa do Mundo FIFA.

Sob o objetivo de compreender, portanto, o futebol e sua destacada Copa do Mundo FIFA, para além da paixão, o presente capítulo investiga, por primeiro, a condução do esporte e do megaevento no âmbito internacional. Para isso, o subcapítulo inicial (3.1) direciona os estudos à evolução histórica, à gestão interna e aos principais objetivos da Federação Internacional de Futebol Associado; em sequência, o subcapítulo (3.2) foca nas características estruturais e de produção da Copa do Mundo FIFA, bem como na coalizão de interesses associados ao megaevento; por fim, o último subcapítulo (3.3) aborda os marcos gerais da Copa do Mundo FIFA.

3.1 A Federação Internacional de Futebol Associado – FIFA

Inicia-se o presente subcapítulo com um breve resgate da evolução histórica da Federação Internacional de Futebol – FIFA, que tem início em Paris, no ano de 1904. A FIFA foi criada sob a prerrogativa de constituir uma instituição internacional que unificasse as regras do jogo de futebol e, da mesma forma, expandisse as competições para além dos quadros nacionais (FIFA, History of FIFA - Foundation). A reunião de fundação contou com representantes de associações de sete países,⁵⁹ que elegeram Robert Guérin como seu primeiro presidente. Como um de seus primeiros atos na presidência da nova instituição, Robert Guérin publicou as primeiras regras estatutárias da FIFA, que estipulavam os seguintes pontos:

“O reconhecimento recíproco e *exclusivo* das associações nacionais representadas e participantes;
Clubes e jogadores foram proibidos de jogar simultaneamente para diferentes associações nacionais;
O reconhecimento pelas outras associações da suspensão de um jogador anunciado por uma associação;
A reprodução de jogos de acordo com as Leis do Jogo da Associação de Futebol LDA” (FIFA, History of FIFA - Foundation)⁶⁰.

É possível perceber, portanto, que a Federação Internacional de Futebol Associado teve início na Europa, o que fazia bastante sentido, pois o esporte tinha sua execução promovida majoritariamente nessa região. No entanto, chama a atenção que uma das primeiras regras estatutárias estabelecidas pelo presidente Robert Guérin definia que o reconhecimento e, portanto, a validade e a existência das associações não eram somente recíprocas, mas *exclusiva* das associações nacionais representadas e participantes. Sob essa prerrogativa, o reconhecimento internacional de uma associação nacional ou um clube de futebol passou a ocorrer somente através da autoridade exclusiva dos membros já participantes e fundadores da FIFA e, dessa forma, da própria FIFA.

⁵⁹ Robert Guérin e André Espir representaram a Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques (USFSA) da França; André Espir também representou o Madrid Football Club da Espanha; Louis Muhlinghaus and Max Kahn representaram a Union Belge des Sociétés de Sports (UBSSA) da Bélgica; Ludvig Sylow representou o Dansk Boldspil Union (DBU) da Dinamarca, bem como a Svenska Bollspells Förbundet (SBF) da Suécia; Carl Anton Wilhelm Hirschman representou a Nederlandsche Voetbal Bond (NVB) da Holanda; Victor E Schneider representou a Association Suisse de Football (ASF) da Suíça.

⁶⁰ Tradução livre do autor. Grifo nosso.

Vale constatar, assim, que a representação internacional *exclusiva* das associações nacionais e de clubes de futebol não consistiu somente em um interesse protetivo do estatuto da FIFA, mas em um de seus principais fatos constitutivos. A representação *exclusiva* das associações nacionais e clubes pela FIFA também ocorre em uma clara disputa de poder com as associações de futebol britânicas. Os britânicos foram os que criaram e desenvolveram em muito do esporte, e, por não terem feito parte da fundação, não reconheciam a entidade internacional. A tensão agravava-se porque os britânicos detinham quatro associações independentes e que queriam ser reconhecidas individualmente – as associações de futebol da Inglaterra (Britânica), da Escócia, do País de Gales e da Irlanda do Norte. Essa tensão, todavia, não durou muito.

Em função da FIFA organizar suas decisões diretivas por meio de congressos, no quais se decidia a sua estrutura interna por meio de estatutos. Logo outros países foram aceitos. Assim, um ano depois, em 1905, já no segundo congresso FIFA, as associações da Alemanha, Áustria, Itália e Hungria juntaram-se à FIFA, sendo logo na sequência seguida pelos ingleses e, posteriormente, por Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Como os países mais importantes do futebol na época já reconheciam a representação *exclusiva* de associações e clubes como fato constitutivo da FIFA, consolidou-se, sem delongas, o monopólio institucional da FIFA.

Após a consolidação do monopólio institucional da FIFA, inicia-se uma nova era de organização e expansão do esporte futebol que, agora, encontrava-se sob a direção de um novo presidente da entidade, o inglês Daniel Burley Woolfall. De acordo com a própria FIFA, sob a condução de Daniel Woolfall novas determinações foram estabelecidas, dentre as quais destaca-se:

O primeiro boletim oficial da FIFA foi publicado. Foi acordado para ter o francês como língua oficial. A aplicação das Leis do Jogo, estritamente estabelecido de acordo com o modelo Inglês, tornou-se obrigatória. Uma definição clara foi feita de jogos internacionais – seleções nacionais e interclubes – e estranhos foram proibidos de organizar jogos para fins lucrativos (FIFA, History of FIFA - FIFA Takes Shape).⁶¹

⁶¹ Tradução livre do autor. Grifo nosso.

É possível perceber, assim, como o inicial monopólio de representação das associações nacionais da Federação Internacional de Futebol Associado evoluiu para o monopólio institucional e, em um segundo momento, promoveu o monopólio da exploração econômica internacional do futebol. Assim, ao fomentar a sua padronização, expansão e desenvolvimento internacional, bem como garantir seu monopólio de representação e exploração econômica, a FIFA passou a deter, em poucos anos, o domínio do que viria a ser o maior esporte do planeta.

Até 1909, no entanto, a Federação Internacional configurava-se basicamente em associação de representação internacional do futebol europeu. Tal cenário gradativamente passou a mudar com incorporação das associações nacionais da África do Sul (1909/10), da Argentina e do Chile (1912) e dos Estados Unidos (1913), (FIFA, History of FIFA - FIFA Takes Shape), sendo que o Brasil se filia a FIFA em 1923. Com a expansão da FIFA, nos anos seguintes sua sede transfere-se de Paris para Zurique, na Suíça, o que permanece até hoje.

Mesmo com sua projeção em nível internacional, os primeiros anos da FIFA não foram fáceis, visto que a Primeira Guerra Mundial afetou profundamente a continuidade de seus trabalhos. No entanto, apesar das dificuldades impostas pela Grande Guerra, a Federação Internacional de Futebol conseguiu organizar a primeira experiência de Copa do Mundo FIFA em 1930, no Uruguai. A Segunda Guerra Mundial, todavia, paralisou a segunda edição da Copa do Mundo FIFA, que levou vinte anos para ocorrer novamente. Somente em 1950, portanto, a segunda edição da maior competição de futebol mundial foi executada, tendo o Brasil como sede. Desde 1950, invariavelmente a cada quatro anos, a Copa do Mundo FIFA é realizada, com sua última edição ocorrida em 2014, no Brasil. O próximo subcapítulo irá aprofundar a análise sobre o megaevento, a fim de dar espaço, nesse momento, para a apreciação do ator internacional FIFA.

Ao se verificar a história da FIFA, é possível perceber uma gradativa mudança a partir da execução da segunda edição da Copa do Mundo, em meados do século XX. Essa transição consolida-se na década de setenta, com a ascensão como presidente de João Havelange, que, de acordo com a própria FIFA, “estava pronto para considerar o futebol

não apenas como uma competição, mas também para tentar encontrar novas formas e meios de promover o desenvolvimento técnico em todo o mundo”(FIFA, History of FIFA - A New Era).⁶²

A definição do que seria tal desenvolvimento técnico é imprecisa, mas parece apropriada a ressalva, já nesse momento, do interesse do novo presidente João Havelange em encontrar formas e meios de promover o desenvolvimento do esporte – e quem sabe algo mais – pelo mundo. O presidente João Havelange é, assim, eleito no trigésimo nono congresso FIFA e promove uma significativa transformação administrativa na entidade, orientando-a para uma gestão mais empresarial. Como exemplo, o quadro de funcionários permanentes na administração do ator internacional aumenta de doze para aproximadamente cem funcionários (FIFA, History of FIFA - A New Era).

É com o presidente João Havelange que a FIFA entra em sua chamada “Era Moderna” e o futebol passa a ser um dos principais produtos da indústria do lazer esportivo. Obviamente, a indústria do lazer esportivo não poderia ser obra de uma pessoa, nem mesmo somente de uma instituição internacional. É preciso, assim, compreender a evolução da produção global da indústria do lazer esportivo, da qual o futebol, a FIFA e a Copa do Mundo FIFA são apenas carros chefes.

Sob essa perspectiva, a evolução do esporte e do futebol enquanto produto específico da indústria do lazer encontra-se diretamente interligada com a revolução das telecomunicações e transmissões por satélites. Parte integrante da terceira revolução industrial, a revolução das telecomunicações e transmissões por satélites promove o advento da comunicação de massa com alcance planetário e, através desse avanço tecnológico, cada partida, torneio, competição nacional e internacional de futebol (ou qualquer outro esporte) expande-se da escala local para a transmissão global.

Na era dos satélites de comunicação de massas, portanto, o futebol enquanto parte da indústria de lazer esportivo passa a ser tanto produzido quanto consumido em uma escala global e, por esse motivo, torna-se um produto altamente rentável. Assim, é perceptível que, na era de João Havelange como presidente da FIFA, o futebol torna-se empresarial e, com isso, seu objetivo é evidente: lucro!

⁶² Tradução livre do autor

É relevante ressaltar, todavia, que a compreensão da FIFA como um dos atores, quiçá o maior ator, de projeção do lazer esportivo enquanto uma indústria não é percepção instigada por esse acadêmico, mas uma realidade exposta pela própria FIFA em texto sobre a globalização do esporte. Veja-se:

Ao longo dos últimos 25 anos, o futebol tem reforçado o seu estatuto como principal jogo do mundo, atingindo outros ramos da sociedade, comércio e política. Futebol, mais do que qualquer outro fator, tem envolvido regiões inteiras, povos e nações.

Com cerca de 200 milhões de jogadores ativos que constitui agora um pedaço substancial da indústria de lazer, abrindo novos mercados para si e para o resto do mundo dos negócios.

O potencial ainda não foi esgotado, especialmente na Ásia e América do Norte. Em meados de 2007, a FIFA cresceu ao incluir 208 associações membros, tornando-a uma das maiores e certamente a mais popular federação esportiva do mundo.⁶³

É possível perceber, portanto, que na evolução histórica da FIFA, narrada pela própria, a gestão do futebol internacional é efetivada através do monopólio representativo e institucional, para posterior monopólio na exploração econômica do lazer esportivo que é, pelo menos nas quatro últimas décadas, industrializado. A indústria do lazer esportivo, através das últimas quatro Copas do Mundo, rendeu um lucro médio superior a R\$ 3,5 bilhões de dólares por megaevento para FIFA⁶⁴.

Contudo, antes do término desse subcapítulo dedicado ao ator internacional FIFA, alguns pontos ainda merecem destaque. O primeiro ponto encontra-se bem descrito anteriormente – a FIFA é uma empresa de âmbito internacional voltada ao lucro através da exploração econômica do monopólio internacional do futebol. Sob essa perspectiva, torna-se difícil conciliar eminente ambição lucrativa com a missão FIFA de

⁶³<http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/history/globalisation.html>. Tradução livre do autor. Grifo nosso.

⁶⁴ Com valores nominais de R\$ 5,7 bilhões de dólares de lucro com a Copa do Mundo no Brasil; R\$ 4,1 bilhões de dólares de lucro com a Copa do Mundo na África do Sul; R\$ 2,5 bilhões de dólares de lucro com a Copa do Mundo na Alemanha; R\$ 1,8 bilhões de dólares de lucro com a Copa do Mundo do Japão e Coreia. Dados disponíveis em: <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/mais-lucrativa-da-historia-copa-do-mundo-de-2014-gera-r-18-bilhoes-para-fifa.html> (data de acesso 07/05/2016).

desenvolvimento de países, em especial no que diz respeito aos periféricos, como África do Sul e Brasil. Na verdade, é possível verificar que a atuação do ator internacional assemelha-se em muito com a ambiguidade do desenvolvimento moderno e colonial, que pregou melhorias nas condições de vida e acesso à justiça às populações, mas adjudicou produtos destinados à opressão, monopólio e lucro das metrópoles.

Como segundo ponto, ressalta-se que a evolução histórica da produção global da indústria do lazer esportivo ocorre em sintonia com ascensão do capitalismo globalizado, com início posterior a 2º Guerra Mundial, intensificado durante a Guerra Fria e consolidado após a queda do muro de Berlim e Consenso de Washington. Conforme exposto no segundo capítulo, é característica inerente do sistema capitalista a sua expansão, dinamismo e reforma do mundo em que vivemos. Assim, sob a prerrogativa de expansão do capital e reforma do mundo, o lazer esportivo passou, de forma dinâmica, a ser industrializado.

Obviamente, a indústria do lazer esportivo, da qual o futebol é um de seus produtos mais lucrativos, não assume o molde das tradicionais fábricas do século XIX. O futebol enquanto indústria, impulsionado pelas transformações tecnológicas e sob a prerrogativa de gerar acumulação a determinados atores, assume um complexo sistema de produção e consumo de bens, produtos e serviços relacionados ao lazer esportivo, com especial destaque à venda milionária dos direitos televisivos dos jogos e competições. Com relação à transformação do lazer esportivo em indústria e seu consequente contributo à expansão global do mundo capitalista, a Federação Internacional de Associações de Futebol não é mero coadjuvante, é ator central e protagonista de nível internacional.

O terceiro ponto, mais extenso, é relevante por traçar interessante paralelo sobre a gestão interna, com destaque às eleições de presidentes FIFA, e as doutrinas socioeconômicas de (neo)liberalismo. Todavia, antes de avançar no diálogo entre a gestão interna da Federação Internacional de Associações de Futebol e as doutrinas (neo)liberais, é pertinente apontar algumas informações estruturais sobre a FIFA.

A estrutura e as divisões internas de gestão da FIFA são bastante complexas e sofreram modificações recentemente em função de sérias denúncias de corrupção, fraude

financeira, extorsão e lavagem de dinheiro. Antes de entrar nos fatos mais recentes relacionados ao ator internacional, entretanto, explicitam-se algumas de suas competições, membros integrantes e estruturas internas e filiadas.

A FIFA é atualmente a mais popular federação desportiva do mundo e, conforme já exposto, detém o monopólio dos lucros e da representação internacional do futebol. Assim, como gestora *solo* das maiores competições internacionais de futebol, o ator internacional organiza, tanto na categoria masculina, quanto na categoria feminina, a Copa do Mundo de Futebol de Campo para adulto, para menores de vinte anos (sub-20) e para menores de dezessete anos (sub-17), bem como também é responsável pelas Copas do Mundo e Intercontinental nas categorias Futebol de Salão e Futebol de Areia, ambas infelizmente executadas apenas na categoria masculina (FIFA, Tudo sobre a FIFA).

A FIFA também é responsável pela Competição Mundial de Clubes e pela Copa das Confederações FIFA – torneio que merece, nesse momento, um rápido aparte. Essa competição masculina de futebol de campo é disputada um ano antes da Copa do Mundo, no país-sede da próxima Copa do Mundo FIFA. Em função de ser disputada pelas seleções nacionais, a competição serve como preparação para o grande evento do ano seguinte; o evento, todavia, também assume a perspectiva de um evento preparatório/teste da próxima da Copa do Mundo, visto que aparelhos públicos, bem como dinâmicas de gestão já podem/devem ser testados nessa hora. Por esse motivo, a Copa das Confederações é também uma competição alvo de análise dessa investigação.

A estrutura administrativa da FIFA é complexa e possui, na atualidade, como parte de sua base estrutural – também denominada como base da estrutura administrativa, (FIFA, Tudo sobre a FIFA, p. 08) – 211 associações-nacionais como membros⁶⁵. Existem, portanto, mais membros nacionais na Federação Internacional de Futebol que na Organização das Nações Unidas.⁶⁶

As associações-nacionais membros da FIFA são aglutinadas em seis Confederações Continentais: AFC (Ásia), com 46 membros; CAF (África), com 54 membros; CONCACAF (América Central e do Norte e Caribe), com 35 membros;

⁶⁵Dados disponíveis online em <http://www.fifa.com/associations/> (data de acesso 15/09/2016).

⁶⁶ A Organização das Nações Unidas possui 193 Estados-nacionais como membros, conforme dados disponíveis online em <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/> (data de acesso 15/09/2016).

CONMEBOL (América do Sul), com 10 membros; OFC (Oceania), com 11 membros e UEFA (Europa) com 55 membros, conforme mapa abaixo:

Figura 2 - Associações Nacionais FIFA



Fonte: Wikipédia⁶⁷

Um breve olhar para o mapa acima já torna possível perceber a extensão global que detém o ator FIFA com o monopólio da representação internacional das 211 associações-nacionais. Muito dessa extensão global do ator internacional só é possível devido ao auxílio da estrutura representativa intermediária das Confederações Continentais. A relevância das Confederações Continentais na estrutura administrativa da FIFA é enorme, pois são elas as “responsáveis por promover competições internacionais de clubes e de times nacionais em suas jurisdições”, (FIFA, Tudo sobre a FIFA, p. 08). Assim, a FIFA centraliza a representatividade internacional das associações-nacionais e delega às Confederações Continentais a organização das competições internacionais. As Competições Mundiais em suas diferentes categorias, contudo, são uma exceção, pois não são delegadas às Confederações Continentais e assumem uma estrutura de gestão executiva distinta, conforme será discorrido em breve.

⁶⁷ Referência do mapa em <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:OFC.svg>

Também é possível perceber que as Confederações Continentais não assumem uma proporcionalidade, porque a representação dos países e, conseqüentemente, o número de associações-nacionais varia de acordo com o território. Todavia, é possível perceber uma verticalidade administrativa entre associações-membros (representante nacional), confederações continentais (instância representativa intermediária) e FIFA (ator internacional). Inclusive, essa base estrutural, representada pelas 211 associações nacionais de futebol, não garante uma condição de pluralidade decisória na administração dos “negócios da FIFA”. Isso se dá porque a gestão do ator internacional de futebol é bastante vertical, na medida em que organiza a participação-associativa de seus membros através de um modelo guarda-chuva, que engloba fundamentalmente todas as associações-nacionais mundiais, por meio de uma gestão piramidal. Para melhor compreensão sobre a gestão piramidal da FIFA, é necessário versar sobre sua organização interna.

Já foi visto que a gestão internacional do futebol possui três atores de destaque: a FIFA – ator internacional de monopólio da representatividade; as Confederações Continentais – instância intermediária e executiva das competições; e as associações-nacionais – membros afiliados da FIFA. No entanto, de acordo com a FIFA, no que confere a sua gestão interna, as associações-nacionais “não só são [somente] afiliadas à FIFA, mas também ao seu órgão administrativo continental” (FIFA, Tudo sobre a FIFA, p. 08), visto que são as associações-nacionais que compõem, com direito a voto, o órgão deliberativo máximo que é o Congresso FIFA.

O Congresso FIFA ocorre de forma ordinária uma vez ao ano e de forma extraordinária sempre que convocado, conforme artigo 25º do Estatuto FIFA, edição 2016 (FIFA, 2016). É de competência do Congresso FIFA deliberar sobre as questões mais relevantes à gestão do ator internacional, como a aprovação de balanços financeiros, a declaração de rendimento, do orçamento e de relatório anual de atividades FIFA e, inclusive, a seleção do seu presidente (FIFA, Tudo sobre a FIFA, p. 09). Todos os congressos FIFA são dirigidos por seu presidente, responsável por representar a instituição externamente.

Até o ano de 2016, a estrutura administrativa logo abaixo do Congresso FIFA consistia no denominado Comitê Executivo, que é responsável pelas decisões estratégicas da instituição e composto por 24 membros delegados, juntamente com o presidente FIFA. Essa estrutura administrativa alterou-se, mas não de forma significativa. A relevância de ser um membro do Comitê Executivo da FIFA é exposta por Andrew Jennings:

Uma vez que as resoluções da FIFA são sempre decididas por uma margem muito pequena de votos, os membros do Comitê Executivo são tratados como convidados de honra em todos os jogos importantes, com lugar garantido em camarotes de luxo, ao lado de monarcas e presidentes. Um imponente Mercedes está sempre à espera para levá-los às pressas até seus confortáveis lugares, atravessando as multidões de torcedores que precisam andar penosamente até o estádio. Já houve muitas objeções à extraordinária autoindulgência dos dirigentes do COI, mas pouca gente parece notar os presentes, as férias e todos os mimos que são oferecidos aos magníficos 24 da FIFA, (Jennings, 2012, p. 64).

Por sua vez, a Secretaria Geral soma-se à estrutura administrativa, sob a prerrogativa de gestão administrativa, operacional e executiva. A Secretaria Geral detém a competência de gestão de todo o ator internacional e é coordenada pelo Secretário Geral Executivo. Por fim, em uma estrutura descentralizada existem os Comitês Permanentes, os quais são administrados pela Secretaria Geral e dão suporte às decisões estratégicas e operacionais do Comitê Executivo do COL.

Todavia, em maio de 2015, antes do Sexagésimo Quinto Congresso FIFA, policiais do *Federal Bureau of Investigation (FBI)* dos Estados Unidos prendem quatorze dirigentes FIFA acusados de corrupção, de fraude financeira, de extorsão e de lavagem de dinheiro. Os dirigentes eram fundamentalmente relacionados à Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) e à Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe (CONCACAF), bem como a executivos responsáveis pelo marketing esportivo. No entanto, as alegações vão até o alto escalão FIFA e investigam também fatos relacionados às Copas do Mundo da África do Sul e do Brasil.

Durante a produção desse trabalho, ainda não haviam sido concluídas todas as investigações, motivo pelo qual não se pode expor o fechamento das acusações. A investigação já revelou, todavia, o funcionamento de esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo inclusive João Havelange, presidente da FIFA por 24 anos e membro do Comitê Olímpico Internacional por 63 anos – o que demonstra a íntima relação entre os dois megaeventos e seus gestores.

Algumas informações dos bastidores da gestão interna da FIFA possibilitam compreender os aspectos das lógicas doutrinárias do (neo)liberalismo que são passíveis de diálogo com a atuação desse destacado ator internacional. Sob essa perspectiva, foi exposto no segundo capítulo que uma das principais características das doutrinas socioeconômicas do (neo)liberalismo consiste na limitação do sistema representativo a uma visão procedimentalista. Essa mirada hegemônica do sistema representativo utiliza-se da concepção procedimentalista a fim de reduzir possíveis sobrecargas democráticas e participativas e, assim, priorizar contextos e dinâmicas para o acúmulo de capital.

A forma como são conduzidas as eleições para o cargo de presidência da FIFA, dentre outras inúmeras resoluções, tanto em congressos quanto em votações do Comitê Executivo são interessantes para se verificar o desprezo ao sistema representativo enquanto substancialidade. Obviamente, é somente possível trazer parte dos relatos sobre essas conduções de gestão interna, sendo o livro “O Jogo Sujo (*foul*)– O Mundo Secreto da FIFA: Compra de Votos e Escândalo de Ingressos”, de Andrew Jennings, obra extremamente valorosa.

A primeira dessas referências relaciona-se à presidência da FIFA. A alternância de poder é parte relevante da teoria democrática da representatividade, mas quando se verificar que desde sua fundação, em 1904, até o ano de 2015, a FIFA teve apenas oito presidentes, sendo somente dois na chamada “Era Moderna da FIFA”: João Havelange 1974-1998 (24 anos) e Joseph Blatter 1998-2015 (17 anos). Durante esse período, foram eleitos menos presidentes da FIFA do que Papas,⁶⁸ sendo que durante os vinte quatros

⁶⁸ A presente pesquisa não compreende a Igreja Católica como um exemplo de destaque da teoria da democracia representativa substancial, mas considera interessante paralelo a referência de que, em mais de um século de história, a FIFA possui menos presidentes (oito) do que pontífices comandantes da Igreja Católica (dez). Dados e lista completa de dirigentes de ambas entidades estão disponíveis em

anos de Presidência de João Havelange não houve nenhuma eleição para presidente da FIFA. Com relação a essa, eleição Andrew Jennings expõe bela narrativa: “Paris, junho de 1998. O parlamento do futebol, o Congresso da FIFA, reuniu-se para escolher seu novo presidente. Era o dia mais importante da entidade em 24 anos, a primeira eleição presidencial desde que Havelange levara a melhor sobre Rous” (Jennings, 2012, p. 82)

Todavia, com relação às eleições do Congresso FIFA, o autor também traz fato relevante para o ponto aqui abordado. Em movimento orquestrado por Jack Warner, que foi presidente da Federação de Futebol de Trinidad e Tobago, da União Caribenha de Futebol, da CONCACAF e também vice-presidente da FIFA, promoveu-se uma substituição ilegal da representação da Federação Haitiana de Futebol.

O caso é o seguinte: em 1998, o então presidente da Federação Haitiana de Futebol, Dr. Jean-Marie Kyss, preparava-se para ir votar no Congresso FIFA quando não foi autorizado a deixar o país por ordens do Secretário dos Esportes. Sem muitas explicações do motivo da vedação de sua a viagem para Paris, o presidente da Federação Haitiana de Futebol é substituído por Neville Ferguson no referido Congresso FIFA. De acordo com Andrew Jennings, Neville Ferguson “tinha ido a Paris na condição de um dos assistentes pessoais de Jack [Warner]. De repente viu-se promovido a dirigente, com adequada credencial de plástico. A situação não era tão adequada assim, já que ele era um falso dirigente, e nem sequer era cidadão haitiano”(Jennings, 2012, p. 85).

Jack Warner foi um dos mais próximos aliados de Joseph Blatter em seus dezessete anos na presidência da FIFA e, assim, já em sua primeira disputa para presidência, Jack garantiu-lhe mais um precioso voto. Na verdade, essa não era a primeira vez que o poderoso Jack Warner fez isso. No Congresso FIFA de 1996, a ausência do mesmo Dr. Kyss foi suprida de forma ilegal por Vincy Jalal, que era namorada do presidente da Federação Jamaicana de Futebol.

O presente relato das ações irregulares de Jack Warner acaba por ser uma ínfima parte dos atos ilegais cometidos por ele e por muitos outros dirigentes FIFA. Em 2015, Jack Warner é detido pela acusação de desvio de 57 milhões de dólares e banido do

<http://www.otempo.com.br/superfc/em-100-anos-de-história-fifa-tem-menos-presidentes-do-que-papas-1.1049213>

futebol para o resto de sua vida.⁶⁹ Todavia, não é somente Jack Warner que detém atitudes condenáveis na gestão da FIFA. Em seu livro, Andrew Jennings expõe inúmeros desvios de valores, uso indevido cartões corporativos da FIFA, gastos não comprovados, negociações escusas com as vendas dos direitos de transmissão de jogos grandes e de patrocínio da instituição, todos ocorridos nas gestões dos presidentes João Havelange e Joseph Blatter. Inclusive, vale destacar que Joseph Blatter era funcionário da Adidas antes de assumir primeiro como Secretário-geral e depois Presidente da FIFA. Andrew Jennings recorda em seu livro que “Blatter foi treinado na sede da Adidas em Landersheim antes de ir para a Fifa” (...) “Lá ele trabalhou com Horst e aprendeu como funcionava o esquema da Adidas” (Jennings, 2012, p. 25). Reitera-se mais uma vez que, infelizmente, não é possível retratar todas as ações de abuso de poder e corrupção promovidas por Joseph Blatter no comando da FIFA, que mais parece uma organização criminosa do que uma entidade internacional voltada ao esporte. Utiliza-se, mais uma vez, a título demonstrativo, uma passagem do livro para demonstrar a forma com que Joseph Blatter conduzia a gestão interna da Federação Internacional de Futebol Associado:

Lá fora, no saguão do hotel, as equipes de televisão cercaram Karen, que foi engolida por uma nuvem de câmeras e microfones. Alguns jornalistas subiram em cadeiras para ler seus lábios. “Hoje ficou provado que não há democracia na FIFA, não há transparência”, ela disse. Era obvio o que tinha acontecido. Blatter ignorou totalmente quem tinha críticas a fazer.

Irritado, David Will afirmou: “Ele me disse que eu teria o direito de falar, simples assim, eu fiquei enfurecido”.

Lá fora, Leo Mugabe, presidente da Associação de Futebol do Zimbábue, me segurou pelo braço [Andrew Jennings] e disse: “É chocante. Isto aqui é uma caricatura de democracia”(Jennings, 2012, p. 188).

É possível verificar, assim, o pouco apreço que o alto escalão de dirigentes da FIFA detém por uma gestão interna democrática, representativa e com a efetiva

⁶⁹ Mais informações sobre o caso em: http://espn.uol.com.br/noticia/546625_ex-vice-presidente-da-fifa-jack-warner-e-banido-do-futebol-para-o-resto-da-vida

participação dos membros da entidade. Todavia, como é possível imaginar, essa não é situação restrita à gestão interna da FIFA, mas passível de generalização a outros campos da vida em sociedade. Como finalização desse subcapítulo, portanto, reproduz-se emblemática fala do secretário-geral da FIFA, Jérôme Valcke, com relação a dificuldades para a organização da Copa do Mundo FIFA:

Eu vou dizer uma coisa que é maluca, mas menos democracia, às vezes, é melhor para organizar uma Copa [do Mundo FIFA]. Quando você tem um chefe de estado forte, que pode decidir, como talvez Vladimir Putin na Rússia em 2018, é mais fácil para nós, organizadores, do que em um país como a Alemanha, onde você tem que negociar em várias esferas. A principal dificuldade que temos é quando entramos em um país com estrutura política dividida, como é no Brasil, com três níveis, federal, estadual e municipal.⁷⁰

Assim, como reação às acusações de que a FIFA é uma entidade corrupta e voltada ao acúmulo de capital, em um Congresso Extraordinário feito no ano de 2016 aprovou-se um pacote de reformas, buscando mais transparência e pluralidade na gestão da instituição. Dentre as alterações, acabou-se por dissolver o Comitê Executivo, alvo de denúncias de subornos, escândalos internacionais e intrigas políticas. O Comitê Executivo foi substituído pelo Conselho FIFA, que teve seus assentos ampliados de vinte e cinco para trinta e seis, com a obrigatória participação de seis mulheres – uma por continente.⁷¹

Mais algumas decisões merecem destaque:

- Limitação de doze anos para a Presidência da FIFA, Membros do Conselho e outros corpos administrativos.
- Maior controle de Pessoas e Comitês Externos e Independentes.
- Maior controle do fluxo de dinheiro, adotando princípios gerais da boa governança e comprometimento com os Direitos Humanos.
- Separação clara entre as política e funções de gestão.

⁷⁰ Dados online em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2013/04/valcke-menos-democracia-vezes-e-melhor-para-organizar-uma-copa.html> (data de acesso 15/09/2016)

⁷¹ <http://www.fifa.com/governance/how-fifa-works/the-reform-process.html>

De forma evidente, o ator internacional FIFA tenta salvar não somente a sua imagem, mas possivelmente a sua capacidade de gestão internacional do futebol. O futuro da instituição ainda é, nesse momento, incerto, mas tudo indica que as mudanças trazidas por João Havelange há mais de quarenta anos direcionaram a instituição na busca de uma gestão de fins empresariais, com sucessivas mudanças que objetivavam a permanência do poder e acumulação de capital.

Foi exatamente a percepção da conexão entre o ator internacional com as elites locais para a promoção da Copa do Mundo FIFA que direcionou os primeiros pensamentos sobre o tema no presente estudo, bem como o interesse de investigar sua gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA.

3.2 A Copa do Mundo FIFA

No subcapítulo anterior, analisou-se a Federação Internacional de Futebol Associado, com o intuito de melhor compreender sua evolução histórica e monopólio na gestão internacional do futebol internacional. Nesse sentido, proveu-se especial atenção à FIFA como uma instituição voltada ao lucro, com destacada atuação na formação da indústria do lazer esportivo e com pouco, ou nenhum, comprometimento com a sua estrutura representativa, que sofre com graves denúncias de corrupção, fraude financeira, extorsão e lavagem de dinheiro.

Assim, o presente subcapítulo direciona o foco analítico para o mais lucrativo produto FIFA, a Copa do Mundo FIFA, com o objetivo de investigar o desenvolvimento urbano associado à gestão executiva do megaevento. Com o intuito de expor características estruturais e de produção, bem como a coalizão de interesses que o sustenta, as páginas a seguir abordam o megaevento para além de uma paixão pelo esporte.

Considera-se que a primeira característica estrutural da Copa do Mundo FIFA passível de destaque consiste em sua condição cíclica. Conforme já mencionado

anteriormente, desde 1950, a Copa do Mundo FIFA é executada ininterruptamente. Oficialmente, foram realizadas vinte edições do megaevento, com somente três edições anteriores a 1950 – em 1930, no Uruguai, 1934, na Itália, e 1938, na França, visto que as Copas do Mundo de 1942 e 1946 acabaram por não ser realizadas em função da Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, desde 1950 ocorreram dezessete edições da Copa do Mundo, nos seguintes locais: Brasil (1950); Suíça (1954); Suécia (1958); Chile (1962); Inglaterra (1966); México (1970); Alemanha Ocidental (1974); Argentina (1978); Espanha (1982); México (1986); Itália (1990); Estados Unidos (1994); França (1998); Coreia do Sul e Japão (2002); Alemanha (2006); África do Sul (2010); Brasil (2014), com previsão de execução da competição na Rússia (2018) e Qatar (2022).

Ao analisar a execução cíclica do megaevento, é possível observar que sua execução ocorre, desde 1950, de forma periódica, de quatro em quatro anos. Soma-se à condição cíclica que o megaevento é sediado por um país,⁷² o qual passa a ser denominado como país-sede da Copa do Mundo FIFA. Observando os países que já foram sede do megaevento, é possível perceber que, até pouco tempo atrás, somente países situados nos continentes americanos e europeus haviam sido sede do megaevento. Dentre outros motivos, o revezamento restrito aos dois continentes relaciona-se com a evolução do esporte, que se encontrava historicamente centrado nos continentes Europeu e Americano.

Essa realidade, todavia, começa a alterar-se na segunda metade do século XX. Conforme visto no subcapítulo anterior, mudanças tecnológicas globalizam a produção e o consumo do lazer esportivo, que passa a ser um produto extremamente rentável. A partir da expansão global do futebol enquanto indústria de lazer esportivo, um dos produtos que passa a estruturar-se é a indústria do megaevento. Em entrevista para essa investigação, o professor e pesquisador Marcelo é preciso ao expor tal evolução histórica. Veja-se:

Marcelo: No caso da construção e a constituição dessa indústria de megaeventos, se a gente pegar no caso do futebol, em particular, e da FIFA, eu diria que no

⁷² Salvo em 2002, quando a gestão-executiva do evento foi realizada por dois países: Coreia do Sul e Japão.

fundamento dessa indústria tem um elemento que mais ou menos comum que subjaz a todos que é a revolução das telecomunicações e transmissões por satélites. O que quer dizer que, na verdade, a transmissão por satélite que permitiu com que um evento fosse simultaneamente transmitido de maneira global, fazendo dessa indústria, nesse sentido, global.

E isso fez com que surgisse uma nova mercadoria que é uma mercadoria megaevento transmitida e, não apenas, o megaevento como um evento local que era o que caracterizava as Copas do Mundo e as Olimpíadas até os anos cinquenta e sessenta. Então, há uma mudança, eles existiam como um evento localizado e também com uma repercussão local bastante limitada à retransmissão e a passagens... É necessário entender a transformação e a configuração de uma indústria global de megaevento!⁷³

Assim, a indústria global do megaevento, conforme corrobora Marcelo, passa a ser constituída durante o processo de “transformação profunda do capitalismo, que a gente pode, que se costuma, chamar de ascensão ou ofensiva neoliberal”.⁷⁴ Conforme já visto, essa ofensiva (neo)liberal possui determinada característica e encontra-se diretamente associada com a expansão do capitalismo globalizado, após a queda do muro de Berlim.

Essas transformações das relações entre Estado, Capital e Sociedade impactam diretamente a forma com que concebemos as cidades, sendo que sua relação com o megaevento será abordada ao fim do presente subcapítulo. Nesse momento, torna-se válido compreender que a era globalizada da indústria do lazer esportivo produz um segmento específico, a indústria do megaevento. E, assim, ao fazê-lo, promove sua abertura a outros mercados, em especial aos mercados asiático e africano, tornando, dessa forma, o produto Copa do Mundo FIFA algo de consumo planetário.

Sob o estímulo da expansão capitalista pós-guerra fria, portanto, o consumo global da Copa do Mundo FIFA acaba por contribuir para que países fora do eixo América-Europa possam ser aceitos pelo sistema da FIFA e consigam apresentar candidaturas fortes para ser país-sede do megaevento. Essas transformações culminam com a escolha, em 2002, de Coreia do Sul e Japão como sedes do megaevento. Apesar das rivalidades

⁷³ Entrevista Rio de Janeiro – Marcelo, Acadêmico, 06/51.

⁷⁴ Entrevista Rio de Janeiro – Marcelo, Acadêmico, 06/51.

históricas entre os dois países, interesses de consolidação do esporte e de expansão do mercado da indústria do lazer conduzem a uma gestão-executiva compartilhada por ambas as nações.

Ciente dos lucros envolvidos com a expansão global da indústria do megaevento, nos anos subsequentes a FIFA adota um novo processo de escolha do país-sede, denominado escolha por rotação continental. A rotação continental significa que as candidaturas para sediar a Copa do Mundo FIFA passam a ser promovidas de forma alternada e sucessiva entre países membros de uma das seis Confederações Continentais. Assim, o megaevento aconteceria em todos os continentes, o que garantiu em 2010 a escolha da África do Sul e, em 2014, o Brasil como países-sede da Copa do Mundo FIFA.

No entanto, tornar-se sede da Copa do Mundo FIFA é algo bastante disputado. Primeiro, é preciso se candidatar para ser o país-sede do megaevento. A candidatura a país-sede é um procedimento formal, no qual o país candidato deve fornecer uma série de informações e de garantias institucionais à Federação Internacional de Futebol Associado. Esse documento fornecido pelos governos é denominado “livro de candidatura” – em inglês, *bid book*. O *bid book* deve trazer as condições que o país apresenta no que se refere à infraestrutura, a estádios, à segurança, ao turismo e a uma série de determinações impostas para que se possa participar do processo de candidatura. Os *bid books* da África do Sul e Brasil foram os primeiros documentos oficiais analisados de forma sistemática nos dois estudos de campo.

É através dessas informações e garantias que os membros do antigo Comitê Executivo FIFA – agora denominado Conselho FIFA – debatem e decidem, por meio de votação entre seus membros, qual será o país-sede da próxima Copa do Mundo FIFA. Geralmente, tal decisão ocorre com uma antecedência de seis ou sete anos em relação à gestão-execução do megaevento e é alvo de muitas discussões, intrigas e, nesse momento, de denúncias de corrupção. Após a prisão de dirigentes da FIFA em 2015, mencionada acima, surgiram denúncias de que as escolhas da África do Sul, em 2010, e do Brasil, em 2014, como países-sede da Copa do Mundo, ocorreram através de compra e manipulações de votos. No caso da África do Sul, existem indícios de que a contagem de votos na disputa para ser país-sede da Copa do Mundo 2014 foi manipulada – em cooperação com

o *FBI*, o ex-vice-presidente da organização *Chuck Blazer* afirmou que ele e outros membros do Comitê Executivo da FIFA haviam recebido propina para promover a África do Sul como candidata a país-sede em 1998 e 2010.⁷⁵ Dias depois, em seis de Junho, uma reportagem publicada pelo jornal britânico *The Daily Telegraph* afirma que o Marrocos venceu em número de votos a África do Sul.⁷⁶ O caso do processo de seleção do Brasil ainda se encontra sob investigação do *FBI* e, até o presente momento, nenhuma confirmação das acusações iniciais foi trazida a público.

De qualquer forma, conforme já exposto na seção anterior, a Federação Internacional de Futebol sofreu um enorme revés no ano de 2015, com as acusações de corrupção, fraude financeira, extorsão e lavagem de dinheiro. Infelizmente, não é possível trazer as conclusões finais dessas investigações, visto o tempo de conclusão da presente tese. De toda sorte, já resta evidente que os interesses da instituição e de seus dirigentes não estão centrados no aprimoramento do esporte mais praticado no mundo, bem como não levam a sério a promoção da qualidade de vida e da justiça social nos países membros. Isso, todavia, não significa que a Copa do Mundo FIFA não pudesse ter esse potencial.

Nesse sentido, torna-se salutar expor como se estrutura administrativamente a Copa do Mundo no país-sede, a fim de facilitar a compreensão dos estudos de caso apresentados nos capítulos quatro, cinco e seis. Assim, ao se verificar a estrutura administrativa que é montada para a gestão-executiva da Copa do Mundo FIFA, objetiva-se trazer uma visão genérica e sistêmica, mas com enfoque especial nas duas últimas edições do megaevento (2010 e 2014).

A Copa do Mundo FIFA é uma competição global, na qual se disputa, por meio dos selecionados nacionais,⁷⁷ a cada quatro anos, o título mundial de futebol masculino. O monopólio sobre a competição pertence à Federação Internacional de Futebol e ela é

⁷⁵ Conforme informações do Jornal The Daily Telegraph em: <http://www.telegraph.co.uk/sport/football/sepp-blatter/11647665/Sepp-Blatter-FBI-investigation-live.html> (data da visita em 27/05/2016).

⁷⁶ Conforme informações do Jornal The Daily Telegraph em: <http://www.telegraph.co.uk/sport/football/fifa/11657442/Fifa-in-crisis-Morocco-won-2010-World-Cup-vote-not-South-Africa.html> (data da visita em 27/05/2016).

⁷⁷ Seleções nacionais no português do Brasil.

organizada de forma cíclica em um país-sede. No nível internacional, portanto, o responsável *solo* pela gestão e execução da Copa do Mundo é a FIFA.

Todavia, por inúmeras razões, dentre elas, o próprio princípio da autodeterminação dos Estados-Nação, a FIFA não possui competência de ação direta sob as ações dos governos dos países-sede relativos ao megaevento. Essa investigação observou que a FIFA faz uso de duas medidas para garantir que os governos dos países-sede cumpram suas determinações para a competição – dentre os quais, assegurar a sistemática geral do megaevento, bem como o controle estrutural da FIFA para a garantia do seu retorno econômico.

A primeira medida consiste na obrigatoriedade da assinatura de garantias governamentais já no processo de candidatura a país-sede. O *bid book* contém uma série de garantias governamentais que vinculam o país candidato às determinações da FIFA. Essas garantias institucionais são avalizadas e transformadas, sempre que necessárias, em normatizações legais no transcorrer da gestão-executiva do megaevento. Por razão das garantias governamentais já existirem desde o processo de candidatura a país-sede da Copa do Mundo FIFA, o *bid book* acaba por constituir-se em um dos principais instrumentos de promoção dos marcos gerais do megaevento e será objeto de análise no próximo subcapítulo do trabalho.

A segunda medida para auxiliar no cumprimento das determinações FIFA para a Copa do Mundo é a constituição do Comitê Organizador Local (COL). Aprofundar análise sobre o COL torna-se relevante, pois o COL é um dos três principais atores relacionados à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. Nesse sentido, o COL, juntamente com o ator internacional FIFA, somados com o governo do país-sede, em suas instâncias nacional, regional e local, constituem nos três principais atores que centralizam a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA.

Como expõe um alto dirigente do COL na Copa do Mundo de 2014:

“O Comitê Organizador, que era uma entidade privada, ligada a FIFA, ligada à CBF (Confederação Brasileira de Futebol – Associação Nacional de Futebol), mas independente no sentido de que ela tinha orçamento próprio, mandado pela FIFA, não tinha nenhum tostão de

dinheiro público, dinheiro enviado pela FIFA, orçado por nós, toda minha equipe (...) um grupo de 1300 funcionários no final que fizeram a entrega da Copa do Mundo, o que que eu fiz aqui, nós fizemos, preparamos o palco pro evento acontecer (...)

Um programa de voluntários todo foi criado por nós, pela FIFA dinheiro privada, alimentação, transporte deles, toda a uniformização deles veio da Adidas⁷⁸. (...)

Então, nós preparamos o palco e operamos o palco, costume a dizer que essa era a nossa função, para que o evento acontecesse e claro tudo isso tem que ser feito interagindo com os órgãos públicos, eu não posso fazer a Copa sozinho, porque sou privado.⁷⁹

A criação do COL é, assim, uma das exigências administrativas da FIFA para a gestão-executiva da Copa do Mundo e sua criação no âmbito do país-sede é regularmente uma obrigação da Associação Nacional de Futebol.⁸⁰ Dessa forma, quando um país é definido como sede da Copa do Mundo, o Comitê Organizador para Competições FIFA determina a constituição de um Comitê Organizador Local.

O Comitê Organizador para Competições FIFA consiste em um de seus Comitês Permanentes dentro da estrutura internacional da FIFA. O Comitê Organizador para Competições surgiu após a recente reconfiguração administrativa da FIFA, consistindo na redução dos sete Comitês Permanentes Organizadores das Copas do Mundo e Copa das Confederações.⁸¹ De acordo com o artigo 43º, do Estatuto FIFA 2016, o Comitê

⁷⁸ Mais uma vez, a parceira Adidas aparece “patrocinando” medidas da FIFA e da Copa do Mundo, o que revela a dependência e a interligação dos atores FIFA e Adidas.

⁷⁹Entrevista RJ – Paulo, Alto Escalão COL, 10/101.

⁸⁰ No caso da África do Sul, o Comitê de Organização Local foi criado pela South African Football Association (SAFA) e, no caso do Brasil, o Comitê de Organização Local foi criado pela Confederação Brasileira de Futebol – (CBF).

⁸¹ Conforme exposto na seção anterior, após as denúncias de corrupção, fraude financeira, extorsão e lavagem de dinheiro, a FIFA promoveu uma reorganização administrativa. Uma dessas alterações foi a redução dos sete Comitês Permanentes Organizadores das Copas do Mundo e Copa das Confederações (Comitê Organizador da Copa Mundo; Comitê Organizador da Copa do Mundo de Clubes; Comitê Organizador da Copa do Mundo Feminina Sub-17; Comitê Organizador da Copa do Mundo Feminina Sub-20; Comitê Organizador da Copa do Mundo Masculina Sub-17; Comitê Organizador da Copa do Mundo Masculina Sub-20) ao Comitê Organizador para Competições FIFA. Todavia, mesmo que os Comitês Organizadores Permanentes tenham sido conglomerados no Comitê Organizador para Competições FIFA no âmbito da administração interna da FIFA, no âmbito do país-sede nada se alterou, visto que Comitê Organizador Local (COL) continua como órgão representante da FIFA no país-sede e, nesse sentido, já se encontra atuante na Rússia – país-sede da Copa do Mundo FIFA de 2018.

Organizador para Competições FIFA – que hoje engloba o Comitê Organizador da Copa do Mundo – detém a responsabilidade de organizar todas as competições oficiais da FIFA em conformidade com as disposições dos regulamentos aplicáveis às respectivas competições.⁸² Nesse sentido, no âmbito internacional, a responsabilidade de organização da Copa do Mundo é do o Comitê Organizador para Competições FIFA.

Ao se verificar a estrutura administrativa do COL nos países-sede, é possível perceber que as Associações Nacionais de Futebol configuram o Comitê Organizador Local de forma bastante padronizada e muito semelhante ao modo utilizado pela Federação Internacional de Futebol para a gestão do futebol mundial. Nesse sentido, o COL possui uma espinha dorsal comum que pode ser identificada não somente nos estudos de casos da África do Sul e do Brasil, mas pelo menos nas últimas cinco edições do megaevento.

O COL é, portanto, o ator diretamente responsável por fiscalizar e fazer cumprir as determinações diretivas e estatutárias da FIFA durante a gestão executiva do megaevento e, assim, aprova ou reprova as medidas promovidas pelos poderes administrativos do país-sede nas esferas nacional, regional e local. Assim, esse ator é totalmente financiado pela FIFA e em geral responsável pela organização operacional tanto da Copa do Mundo FIFA quanto do seu evento preparatório, a Copa das Confederações.

A estrutura administrativa do COL assemelha-se à da FIFA, sob um modelo vertical e escalonar (modelo guarda-chuva). Dessa forma, o órgão superior no Comitê Organizador Local (COL) é o Conselho Administrativo,⁸³ responsável pelo debate estratégico e operacional da Copa do Mundo. O Conselho Administrativo do COL tenta espelhar o Congresso FIFA e é regularmente presidido por uma pessoa próxima da FIFA. Todavia, a configuração dos membros do Conselho Administrativo do COL variou ao longo das Copas do Mundo de 2010 e 2014, de modo que elas serão alvo de análise mais detalhada nos capítulos subsequentes. De toda forma, o Conselho Administrativo

⁸² Tradução livre do autor.

⁸³ No inglês esse Conselho Administrativo é chamado de Board of Directors.

constitui-se, mesmo que em certas situações de forma simbólica, no órgão máximo do Comitê Organizador Local.

Considerando-se o COL, a estrutura situada abaixo do Conselho Administrativo é o Comitê Executivo.⁸⁴ O Comitê Executivo é responsável por toda operacionalização da Copa do Mundo, juntamente com o poder público do país-sede. Nesse sentido, é de sua responsabilidade “interpretar os requisitos FIFA e cobrar das cidades”,⁸⁵ bem como coordenar todas as outras diretorias da gestão do megaevento pelo COL. Da mesma forma, o Comitê Executivo assume a competência de aconselhar e agir representando o Conselho Administrativo – tal competência o assemelha ao Conselho FIFA (antigo Comitê Executivo). Vale ressaltar que o Comitê Executivo do COL também é regularmente presidido por um alto executivo próximo à FIFA.

Abaixo do Comitê Executivo há uma série de Diretorias (Relações Institucionais; Comunicação; Finanças; Logística; Serviços; Recursos Humanos) que apresentam pequenas variações de estrutura, tamanho e competências e encontram-se articuladas de modo horizontal, sendo todas subordinadas à Chefia Executiva.

Nenhum dos ocupantes dos cargos do Conselho Administrativo, Comitê Executivo e Diretorias do Comitê Organizador Local são selecionados através de escolha da população, da mesma forma que não há também nenhum conselho com participação expressiva da sociedade civil nessas estruturas. Todavia, a população dos países-sede da Copa do Mundo FIFA é, com frequência, chamada a votar e decidir os nomes que serão dados à mascote ou à bola utilizadas naquela edição da competição.

Antes de finalizar o presente subcapítulo, é relevante inter-relacionar a formação da indústria global do megaevento enquanto segmento da indústria do lazer esportivo e a forma com que são concebidas e desenvolvidas as cidades. A transição ocorrida pela expansão global do capitalismo e pela ascensão da doutrina (neo)liberal, no segundo terço do século XX não somente consolida o lazer esportivo e o megaevento enquanto um produto altamente rentável, mas também deixa marcas nas cidades.

⁸⁴ Pessoas de destaque da Chefia Executiva foram entrevistadas por essa pesquisa.

⁸⁵Entrevista RJ – Paulo, Alto Escalão COL, 10/108.

A visão econômica Keynesiana, que pregava a intervenção estatal tanto para a regulação do mercado quanto para funcionalidade racional da cidade, é fundamentalmente abandonada pós-consenso de Washington. Assim, tanto a cidade quanto o megaevento – enquanto lazer esportivo – passam a ser instrumentos de propulsão do mercado, de modo que qualquer restrição ao livre funcionamento do capital deve ser eliminada. Sistemas representativos, democracia, participação social, fundamentos para uma melhor qualidade de vida e para o aumento da justiça social nem sempre são prioritários. A cidade passa a ser concebida a partir de parâmetros de mercado, fundados no valor de troca. Conforme o pesquisador Marcelo, a cidade passa a ser uma *unidade competitiva*:

Uma unidade competitiva que compete com outras unidades similares, ou seja, com outras cidades na disputa no mercado global ou nacional de cidades, quer dizer, a cidade passa a ser pensada como se fora uma empresa, uma unidade competitiva num mercado de cidade. E o que se compra e se vende nesse mercado de cidades? O que as cidades vendem?

Elas vendem a localização!

E quem são compradores de localização?

Capitais, turistas, eventos, quer dizer, as cidades concorrem entre si para atrair compradores de localização, grandes corporações, capitais e isso também sob uma série de aspectos está associado a uma transformação da base tecnológica da produção capitalista que engendrou que uma série de setores da produção capitalista, inclusive industrial, se transformam no que no inglês se chama *footlose*. Muito menos circunscrita territorialmente⁸⁶.

Assim, a cidade, enquanto *unidade competitiva*, vende sua localização em um mercado de cidades globalizadas, com a finalidade de garantir projeção internacional e alocação de recursos. Sob essa perspectiva, sediar a maior competição planetária de futebol torna-se extremamente atrativo, gerando uma grande disputa internacional de localizações. As cidades, portanto, enquanto *unidades competitivas*, disputam a possibilidade de localizar territorialmente a Copa do Mundo FIFA, a fim de atrair economias associadas à indústria do megaevento.

⁸⁶Entrevista Rio de Janeiro – Marcelo, Acadêmico, 06/53. Grifo nosso.

Todavia, a indústria do megaevento não consiste em qualquer indústria. É uma indústria que primeiro surge de uma articulação de forças de nível internacional, através de um cartel de indústrias relacionadas à FIFA que alocam interesses econômicos no megaevento. Essa coalizão de forças internacionais articula-se com uma coalizão de diferentes forças de níveis nacional, regional e local do país-sede, com a finalidade lucrativa. No momento em que há a alocação de recurso, muitas vezes públicos, para a promoção do megaevento, empresas voltadas ao lazer esportivo e das áreas de engenharia, comunicação e segurança passam a ser beneficiadas, motivo pelo qual passa a constituir-se uma *coalizão transescalar de interesses*.⁸⁷

Essa realidade é exposta na fala acima do alto dirigente do COL da Copa do Mundo FIFA de 2014, quando comenta que toda a uniformização do programa de voluntários veio da empresa Adidas. É a empresa Adidas que fornece o uniforme dos voluntários da Copa do Mundo 2014 nas cidades-sede do Brasil, bem como é dessa empresa muitos dos benefícios associados à indústria do megaevento. A Copa do Mundo é, assim, uma grande empresa internacional que se localiza e traz uma alocação de recursos a ser gerida por uma *coalizão transescalar de interesses*, na qual o ator mais potente e que mais lucra é a Federação Internacional de Futebol Associado.

Todavia, por mais que se descortine a FIFA e sua Copa do Mundo, nada disso seria possível se o megaevento não tivesse uma regularidade de marcos gerais que imprimem um padrão executivo e que deixam marcas nas cidades-sede. A partir desse objetivo analítico, portanto, passa-se para o último subcapítulo dessa terceira parte da tese.

3.3 Os Marcos-Gerais da Copa do Mundo FIFA

Conforme visto na seção anterior, o país que busca sediar a Copa do Mundo FIFA deve invariavelmente passar por um processo de candidatura, através do *bid book*, e de

⁸⁷Entrevista Rio de Janeiro – Marcelo, Acadêmico, 06/54. Grifo nosso.

escolha, através de votação dos membros do Comitê Executivo – agora denominado Conselho FIFA. Para além do debate já trazido sobre as corrupções e fraudes relacionadas à seleção dos países-sede, é possível também perceber uma série de procedimentos recorrentes e bastante específicos relacionados ao processo de candidatura à sede do megaevento.

De alguma forma, esses procedimentos consolidam em parte o formato estrutural da Copa do Mundo FIFA e, por consequência, da sua gestão executiva. Dentre esse conjunto de procedimentos, o de maior impacto estrutural consiste na assinatura de uma série de garantias governamentais. Tais garantias governamentais assinadas por Ministros de Estado, variam em número, mas possuem uma conexão sistemática de conteúdo.

Assim, para que o país possa concorrer à sede da Copa do Mundo FIFA, garantias governamentais devem ser asseguradas pelos países candidatos. No caso da África do Sul, foram dezessete garantias, enquanto no caso do Brasil foram onze. Tais garantias, contudo, podem ser sistematizadas em alguns pontos que são alvo de destaque nesse subcapítulo. Inicia-se, portanto, por uma determinação geral exigida em ambos países, que consiste em incorporar, sempre que necessário, à legislação nacional todas as garantias governamentais⁸⁸. Exemplifica-se abaixo essa determinação geral:

Declaro e garanto à FIFA que o Governo aprovará (ou solicitara que o Congresso, Estado ou autoridades locais o façam) toda lei, regulamento, decreto e quaisquer outros regulamentos necessários para estar em conformidades com esta Garantia Governamental. Os mesmos devem ser promulgados e executados tão cedo quanto possível, e esta Garantia Governamental é e deve permanecer vinculativo, válido e executável em relação ao Brasil e seu governo, assim como a todos os estados e autoridades locais, a partir da data desta Garantia até 31 de dezembro de 2014, independente de quaisquer mudanças no governo do Brasil ou seus representantes, ou quaisquer mudanças nas leis regulamentos do Brasil.⁸⁹

⁸⁸ As garantias governamentais encontram-se no anexo II da presente tese. Utiliza-se a versão brasileira, por esta já em português e, assim, evita-se traduções. A versão em inglês da África do Sul é muito semelhante e será parte dos anexos dessa investigação.

⁸⁹ Garantia n.º 1 do Documento Oficial de Garantias Governamentais do Brasil. Grifo nosso.

Nesse sentido, é possível perceber que existe uma determinação geral que assegura a incorporação das garantias governamentais mesmo antes o país ser eleito como sede da Copa do Mundo FIFA. Assim, o país sede já fica formalmente vinculado a essas normas legais durante o processo de candidatura.

Inicia-se a sistematização das garantias governamentais com destaque em relação à temática de vistos de entrada e vistos de trabalho. Assim, o país, para se candidatar à sede da Copa do Mundo, deve garantir tanto visto de entrada e permissão de saída quanto visto de trabalho para uma série de pessoas que estejam relacionadas oficialmente à Copa do Mundo.⁹⁰ Nesse sentido, caso exista alguma relação de trabalho com a gestão executiva do megaevento ou diretamente com a própria FIFA, não se deve somente permitir o livre acesso ao país, mas garantir também, sem empecilhos, visto de trabalho.

Assim, é imperativo avaliar vistos de entrada e permissão de saída, bem como, sempre que necessário, autorização de trabalho para todos os “espectadores em posse de ingressos válidos para partidas e todos os indivíduos que possam demonstrar seu envolvimento nas Competições”.⁹¹ Nesse sentido, deve-se garantir livre acesso ao território e ao trabalho de inúmeras categorias de pessoas relacionadas ao megaevento; obviamente, tudo deve ser incorporado à legislação nacional “tão cedo quanto possível”⁹².

Outro tema que demonstra não somente uma característica recorrente da Copa do Mundo, mas também a perspectiva do “capital no centro das coisas”, versado no primeiro capítulo desse trabalho, consiste nas garantias de isenção da cobrança do país-sede de impostos e taxas aduaneiras. Como uma garantia sem precedentes na história pós-independência dos países-sede das Copas do Mundo FIFA de 2010 e de 2014, a Federação

⁹⁰ Esses são: (i) Todos os membros da Delegação da FIFA; (ii) Oficiais de Confederação da FIFA; (iii) Oficiais da Associação de Membros participantes; (iv) Oficiais de Jogos; (v) As Equipes (e membros da delegação das Equipes, incluindo médicos); (vi) Equipe de Afiliados Comerciais; (viii) Equipe dos parceiros de produtos e vendas da FIFA, Provedores de Acomodação da FIFA, parceiros de ingressos da FIFA e parceiros de TI da FIFA; (ix) Equipe de provedores/parceiros de hospitalidades oficiais da FIFA; (x) Clientes de Hospitalidade Comercial da FIFA; (xi) Representantes da Mídia.

⁹¹ Garantia n.º1, cláusula XII. Anexo II.

⁹² Referência à garantia n.º1. Anexo II.

Internacional de Futebol Associado consolida uma exigência que não beneficia somente a si, mas também aos seus parceiros comerciais. Essa garantia consiste na completa isenção de impostos, taxas ou quaisquer outras formas de tributações de exportação, importação, receita, serviços quando relacionados à FIFA, aos seus subsidiários e parceiros.

Dentre essas isenções fiscais encontra-se a ausência de tributação sobre “exploração dos Direitos de Comercialização e Direitos de Transmissão” dos jogos, que consistem nos valores mais altos relacionados os ganhos da FIFA com a gestão-executiva das Copas do Mundo. Na edição do megaevento no Brasil, é possível estimar que pelo menos um bilhão de reais foram deixados de arrecadas por meio das isenções fiscais.⁹³ Esses valores são estimados, porque as somas podem ser muito mais elevadas, tendo em consideração que tanto as equipes participantes como os funcionários e empresas não nacionais envolvidos na gestão-executiva também foram tratados como pessoas/entidades isentas de impostos. Complementa-se a esse ponto que o país-sede deve disponibilizar conversão e câmbio irrestrito de todas as moedas estrangeiras para a moeda local (país-sede), bem como da moeda local para dólares americanos, Euros ou francos suíços.

A proteção e exploração dos direitos comerciais consistem em outro grupamento de garantias “padrão FIFA” já impostos desde a participação no processo de escolha do país-sede. Ao verificar-se o conteúdo das cláusulas de proteção e exploração dos direitos comerciais, é possível conferir que, na Copa do Mundo, o capital realmente encontra-se no “centro das coisas”. A lista de proteção e exploração dos direitos comerciais é tão abrangente e extensa que foi necessário expô-la em anexo, para que se possa ter uma breve noção das prioridades envolvidas no megaevento. Obviamente, a abordagem desse regramento só pode ser promovida de forma sintética. É possível perceber três grandes procedimentos de proteção e exploração dos direitos comerciais que, de acordo com a

⁹³ Infelizmente, não se conseguiu dados seguros com relação à África do Sul. Um bilhão de reais representava em 2014 aproximadamente 42 milhões de dólares. Mais informações em <https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,brasil-abre-mao-de-arrecadar-r-1-bilhao-em-impostos-na-copa-de-2014,1024244> (data do acesso 07/08/2016)

legislação, devem estar assegurados pelo menos um ano antes do início da Copa das Confederações, ou seja, pelo menos dois anos antes da Copa do Mundo FIFA.

O primeiro procedimento de proteção e exploração dos direitos comerciais consiste em uma garantia de criação de uma legislação específica com a proibição de possíveis práticas que prejudicassem os direitos comerciais em relação às Competições (Copa das Confederações e Copa do Mundo) e/ou à FIFA. As principais proibições referem-se ao marketing de emboscada (por associação ou intrusão); ao uso não autorizado da propriedade intelectual; a qualquer tipo de concorrência desleal; à venda, à revenda e à distribuição de ingressos; à comercialização (importação, registro e venda) de produtos da marca registrada quando não autorizados. Inclusive, garantiu-se a criação de infrações legais para as violações citadas acima, com “uma penalização severa e adequada”.⁹⁴ Através desse primeiro procedimento, portanto, a FIFA garante normatização legal necessária para a proteção e garantia dos seus direitos comerciais. Todavia, normatizações legais são um primeiro passo para a normatização social. Nesse sentido, a fim de garantir a proteção e a exploração dos direitos comerciais FIFA, outros dois procedimentos são estabelecidos.

O segundo procedimento, portanto, consiste na criação de um Comitê Nacional de Programa de Proteção de Direitos e Comitês Regionais de Proteção de Direitos para cada cidade anfitriã. De acordo com o texto das garantias, o objetivo do Comitê é “implementar melhoras e iniciativas e proteger a propriedade intelectual da FIFA e seus direitos comerciais e programas de proteção de direitos FIFA”.⁹⁵ Dessa forma, a FIFA garante instituições sociais para proteção dos seus benefícios econômicos em escala nacional e regional, com direta aplicabilidade nas cidades-sedes dos jogos. A própria FIFA, através da presente garantia, determina que agências/departamentos do governo (indústria e comércio, alfândega, ministério público, propriedade intelectual) façam parte dos Comitês, que devem estar funcionando pelo menos cinco anos antes das Competições.

⁹⁴ Garantia número 8, cláusulas XVII, anexo II.

⁹⁵ Garantia número 8, cláusulas XIV e XV, anexo II.

A criação dos Comitês, em diferentes escalas, é a primeira medida concreta para que se normatize socialmente a normal legal promovida pela legislação específica de proteção e exploração dos Direitos Comerciais da FIFA. A segunda medida concreta é muito mais dura e merece destaque.

Assim, o terceiro procedimento de proteção e exploração dos direitos comerciais é promovido através da constituição de Zonas de Restrição Comercial. Essa medida consta na cláusula XII da garantia número 8 e expressa “a implementação e execução de uma zona de comércio de rua e publicidade dentro de e no espaço aéreo de 2 km da zona de exclusão em torno de cada local oficial, no qual o direito de atividades comerciais é reservado à FIFA e seus indicados”. Essa garantia é popularmente chamada em ambos os locais de estudo de campo como *Zonas de Exclusão*. Essa medida se constitui como uma regra que afronta a soberania nacional, através de uma normatividade de exceção, e é ainda complementada pelo seguinte regramento:

A concessão de poderes especiais aos oficiais locais que aplicam as leis para reforçar a proibição e zonas de exclusão mencionadas acima, permitir a eles entrar nas premissas sem mandado, buscar e deter qualquer pessoa suspeita de violação, confiscar quaisquer materiais suspeitos de estarem sendo usados com relação à violação e eliminar e/ou destruir materiais usados ou criados em relação a violação no momento da detenção por violação (no momento da detenção por violação).⁹⁶

Como se não bastasse a garantia de exceção implementada pelas Zonas de Exclusão, a normatividade da cláusula décima oitava da garantia oitava impõe um conteúdo de abissalidade em relação a inúmeras condutas sociais, em especial ao trabalho informal. Garantias fundamentais constitucionalizadas na grande maioria dos países ocidentais são suprimidas “pela concessão de poderes especiais” aos oficiais na defesa da proteção e exploração dos direitos comerciais da FIFA. Esses poderes abissais permitem

⁹⁶ Cláusula 8, inciso XVIII. Anexo II. Grifo nosso.

a esses oficiais entrar em “premissas sem mandado”, ou seja, não existe mais, quando se trata dos direitos comerciais da FIFA, uma proteção, mesmo que mínima, da inviolabilidade da propriedade privada.

Assim, o que preconiza essa garantia é que, se os oficiais encontrarem um espaço social público, um restaurante ou bar, suspeito de violar os direitos comerciais da FIFA, os mesmos estão autorizados, através de “poderes especiais”, a entrar nessas premissas, sem qualquer autorização judicial – diga-se sem mandado –, “buscar e deter qualquer pessoa suspeita de violação”, “confiscar quaisquer materiais suspeitos” e “eliminar e/ou destruir” materiais que violam esses direitos. Assim, compete aos oficiais de poderes especiais o poder discricionário de decidir, no momento da apreensão, se o material é suspeito e, assim, confiscá-lo ou até eliminá-lo.

A garantia de um poder discricionário e da arbitrariedade abissal, promovidos através da violência e apropriação, torna-se evidente com relação à proteção e exploração dos direitos comerciais da FIFA. Inclusive, o país-sede deve fornecer “um número adequado de oficiais locais de aplicação da lei para trabalhar com a FIFA, participar de reuniões e participar fisicamente das preparações do programa de proteção dos direitos da FIFA, antes, e em times de patrulha do programa de proteção aos direitos durante as Competições”.⁹⁷

Vejamos outras duas garantias importantes e que possuem influência direta no desenvolvimento das cidades-sede. Uma delas consiste na garantia de proteção e segurança. É de responsabilidade do país-sede fornecer uma série de medidas de segurança para delegação FIFA, delegações dos times participantes, clientes, parceiros e fornecedores FIFA, representantes da mídia e torcedores em geral. O texto brasileiro garante a implementação de “um conceito completo de segurança”,⁹⁸ em que se busca “assegurar o máximo possível de segurança e proteção em todos os momentos”.

Infelizmente, o escopo dessa tese não pode, por motivos de tempo e espaço, analisar aprofundadamente o tema da proteção e da segurança relacionadas às gestões

⁹⁷ Garantia número 8, cláusula XIX. Anexo II. Grifo nosso.

⁹⁸ Garantia número 5. Anexo II.

executivas das Copas do Mundo 2010/14. Entretanto, estudos já foram feitos no caso da África do Sul, como a tese doutoral de Christopher McMichael, intitulada *Green Zone Nation: The Securitisation and Militarisation of the 2010 FIFA World Cup, South Africa*, (McMichael, 2012). A pesquisa apresenta resultados que, apesar de variados, tendem a perceber um recrudescimento do aparato repressor do Estado. A prioridade da segurança relacionada à Copa do Mundo FIFA é sempre direcionada à população envolvida – seja por turismo, seja a trabalho – com o megaevento. Nesse sentido, a inserção territorial da proteção e da segurança na cidade-sede volta-se para as zonas turísticas do local, inclusive deslocando população de rua para fora dessas áreas. Não é um fenômeno novo e exclusivo do megaevento, mas que se intensifica e radicaliza durante a sua gestão-executiva.

De qualquer forma, é relevante que o país-sede assume um enorme compromisso na área de segurança, que posteriormente se revela não somente alto em termos de gastos públicos, mas também muito repressivo. Mais uma vez, o texto da garantia promovida pelo Brasil impressiona. Veja-se:

Aceitamos total responsabilidade por quaisquer incidentes e/ou com a proteção e/ou segurança relacionados à competição e indenizamos, defendemos e isentamos a FIFA e todos os subsidiários FIFA de e contra todas as responsabilidades, obrigações, estragos, perdas, reivindicações, pedidos, recuperações, deficiências, custos e despesas (incluindo taxa de advogados) que tais partes podem sofrer em relação a, em função de ou provenientes de acidentes e/ou incidentes de proteção e/ou segurança relacionados às Competições.⁹⁹

É um texto impactante que demonstra relevante submissão ao ator internacional no que diz respeito às responsabilidades por proteção e segurança. Outra garantia que caracteriza o megaevento e fica a cargo da produção do país-sede consiste na criação de toda a infraestrutura de telecomunicações. A venda dos direitos de transmissão dos jogos é a receita mais valiosa da Copa do Mundo e exige uma infraestrutura de telecomunicação antes, durante e após as Competições.

⁹⁹ Garantia número 5. Anexo II.

Nesse sentido, as garantias da infraestrutura de telecomunicação incluem um centro integrado de mídia, um centro internacional de transmissão, hardwares, telefones sem fio (internacionais e nacionais), transmissão de alta velocidade de dados, áudios e vídeos, ou seja, todo o aparato necessário para o compartilhamento mundial do megaevento – obviamente, isento de custos a FIFA.

Por fim, outros três temas merecem destaque por serem recorrentes e também relacionados ao eixo temático da infraestrutura: transporte, estádios e FIFA *Fan Fest*. Como já foi descrito na metodologia, temas relacionados à infraestrutura, em especial, ao transporte e estádio, serão abordados nos eixos temáticos de cada uma das investigações de campo. Contudo, existem algumas características desses três tópicos que são recorrentes nas edições de 2010/14 e extrapolam a experiência dos quatro campos, tornando-se um padrão, em menor ou maior intensidade, nas edições do megaevento para todas as cidades. Dessa forma, é possível promover uma síntese de exposição geral das principais ações e medidas associadas ao eixo temático da infraestrutura, com especial atenção aos três tópicos – transporte; estádios e FIFA *Fan Fest*. Apesar da apresentação de tal síntese, no entanto, esses aspectos serão posteriormente particularizados dentro da investigação de campo.

O tema do transporte nem sempre é temática recorrente nas garantias que são convertidas em legislação específicas. Nesse caso, ele aparece como uma garantia no *bid book* da África do Sul, mas não no do Brasil. Todavia, alterações no transporte das cidades-sede associadas ao megaevento consistem em uma política materialmente recorrente, com especial destaque às edições 2010/14. Nessa temática, é possível verificar uma expansão nos aeroportos das cidades-sede, bem como a introdução de novos traçados na malha urbana, com destaque para dois novos modais de transporte: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e o *Bus Rapid Transit* (BRT). O VLT consiste em um sistema de transporte parecido com um trem e normalmente interliga zonas centrais aos aeroportos; o BRT, por sua vez, refere-se a um sistema de transporte por ônibus específico com prioridade no trânsito.

A segunda temática referida nesse final de capítulo é relativa às transformações ocorridas com os estádios de futebol. Os estádios de futebol são palco central de toda essa alteração e produção de espaço, bem como de políticas públicas. Nessa pesquisa, de certa forma, os estádios são compreendidos como uma projeção espelhada de desenvolvimento urbano associadas ao megaevento. Invariavelmente, é necessário que os estádios cumpram uma série de requerimentos para que possam sediar os jogos da Copa do Mundo FIFA. A formalização desses requerimentos é regularmente encontrada no documento *football stadiums technical recommendations and requirements*.¹⁰⁰

Esse documento de mais de duzentas páginas, reeditado inúmeras vezes, dita os requisitos FIFA que precisam ser cumpridos nos estádios para que estejam aptos a participar do megaevento. Duas versões desses documentos tiveram a atenção do estudo – a versão de 2004, base para as Copas do Mundo dos anos de 2006 e de 2010 e a versão de 2011, base para a Copa do Mundo 2014. Pouca distinção foi percebida, fora detalhes muito técnicos, como medidas de espaços e diferentes materiais. Como uma espécie de manual, as recomendações e os requerimentos técnicos FIFA para os estádios de futebol uniformizam desde a construção do estádio, passando por orientação do campo, segurança, estacionamentos, tamanho do campo, vestiários, conforto, hospitalidade VIP, mídia, energia e iluminação e sustentabilidade. É um guia completo, extremamente detalhado, do que deve ser um estádio no “padrão FIFA”.

Por fim, o último tema consiste na produção de infraestruturas abertas ao público para acompanhar os jogos: as *Fan Fests*. Acompanhar os jogos da Copa do Mundo nos estádios é, invariavelmente, uma realidade para poucos. Os valores dos ingressos não são acessíveis para a grande maioria da população, em especial nos contextos da África do Sul e do Brasil. Ademais, para além dos ingressos distribuídos através de facilidades e corrupção dos cartolas, conseguir entradas para o grande espetáculo somente é possível

¹⁰⁰ A última versão (2011) encontrada foi em espanhol em: http://img.fifa.com/mm/document/tournament/competition/01/37/17/76/p_sb2010_stadiumbook_ganz.pdf (data de acesso: 07/05/2016).

através de um sorteio complexo e globalizado, o qual, sem dúvida, democratiza o acesso às partidas, mas dificulta a participação da população local.

Assim, desde a Copa da Alemanha, em 2006, a FIFA, juntamente com o COL e os governos, oferece à população residente e visitante da cidade-sede um espaço para ver os jogos em grandes telões, aberto a todos os públicos e sem custos. A FIFA *Fan Fest* segue alguns princípios que valem ser ressaltados:

- Entrada gratuita, para um ambiente seguro para todos os visitantes;
- A FIFA *Fan Fest* é sediada em locais centrais da cidade;
- A FIFA *Fan Fest* é um evento de dia inteiro;
- Todos os jogos são transmitidos ao vivo;
- Telões de alta qualidade e sistemas de som/luz para garantir uma ótima experiência;
- Antes e depois dos jogos ao vivo, o palco/tela é usado para programas de entretenimento;
- Como parte do programa da Copa do Mundo, a FIFA *Fan Fest* busca recriar um ambiente que parece e se faz sentir como se estivesse no estádio.
- O deslocamento de/para o FIFA *Fan Fest* será facilitado através de planos de transporte integrados¹⁰¹

Apesar das estruturas públicas para o acompanhamento das partidas estarem presentes somente nas últimas três edições da Copa do Mundo FIFA, torna-se possível perceber um nítido reconhecimento por parte do ator internacional da relevância popular do futebol, bem como da necessidade de estender a participação no megaevento a diferentes camadas sociais, obviamente, distantes dos estádios. É, pois, uma importante forma de cativar o público, bem como de legitimar as intervenções e os gastos públicos envolvidos com a Copa do Mundo FIFA. Nesse sentido, uma maior interação do público em geral com o megaevento torna-se relevante e é definitivamente apoiada pelo ator internacional. Entretanto, na visão da FIFA as *Fan Fests* são mais que isso. Veja-se o que é dito a respeito:

Sob a missão de “desenvolver o jogo, tocar o mundo, construir um futuro melhor”, FIFA está constantemente

¹⁰¹ Dados disponíveis online em <http://www.fifa.com/worldcup/news/y=2009/m=11/news=fifa-fan-festtm-goes-global-for-the-first-time-1137509.html> (data da vista -10/03/2016). Tradução livre do autor.

desenvolvendo programas de marketing que permitem que os fãs de futebol possam interagir com os eventos FIFA. A FIFA Fan Fest é um forte caso de estudo que demonstra o compromisso da FIFA no sentido de tornar seus eventos acessíveis e memoráveis para os fãs.

Programas de marketing também asseguram uma maior visibilidade para as marcas de eventos da FIFA e para os recursos de marketing. Isso foi uma certeza utilizada para se conceber a primeira edição do Fan Internacional FIFA Fest,¹⁰² que foi lançado em 2010, com seis cidades internacionais no palco para evento oficial de exibição pública da FIFA.¹⁰³

Nesse sentido, as *Fan Fest* para a FIFA são “mais que somente futebol”, na medida em que, “entre as partidas e música ao vivo, os foliões aproveitam uma seleção internacional de comida e bebida, e ainda tem a chance de comprar uma lembrança do evento em uma vasta gama de mercadorias nas vendas locais”.¹⁰⁴

É possível perceber que a concepção dada pela FIFA para as *Fan Fest* está diretamente relacionada aos seus programas de marketing, nos quais transborda a associação do esporte a uma mercadoria e a ideia da vivência do megaevento através do consumo. As *Fan Fest* são consideradas um local oficial da Copa do Mundo, estando, portanto, sujeitas a todos os regramentos e aparatos de proteção dos direitos comerciais da FIFA. Assim, não é possível levar ou comercializar bens e serviços senão os autorizados pelo ator internacional – situação que acarreta somente a possibilidade de aquisição de comidas e bebidas a preços muito acima dos praticados localmente.

Ainda assim, a experiência das *Fan Fests* durante a Copa do Mundo, tanto nas cidades-sede quanto em outras cidades internacionais, representa a existência de um espaço público em que diferentes realidades sociais podem confraternizar e celebrar o megaevento de forma mais democrática. É ainda um projeto de marketing novo, cujos

¹⁰² A primeira FIFA Fan Fest internacional aconteceu na edição da Copa do Mundo de 2010 e consistiu em reproduzir em seis cidades ao redor do globo (Rio de Janeiro, Cidade do México, Roma, Berlim e Sydney) a estrutura do FIFA Fan Fest para se assistir aos 64 jogos ocorridos na África do Sul.

¹⁰³ Dados disponíveis online em <http://www.fifa.com/about-fifa/marketing/programmes/index.html> COL (data de acesso 10/03/2016). Tradução livre do autor. Grifo nosso.

¹⁰⁴ Dados disponíveis online em <http://www.fifa.com/about-fifa/marketing/programmes/fan-fest.html>. (data de acesso em 10/03/2016). Tradução livre do autor.

desdobramentos serão particularizados no eixo das infraestruturas dos estudos de caso, mas que traz efetivamente um alento popular.

Síntese do Capítulo

No terceiro capítulo, foi possível discorrer sobre a evolução histórica que transformou o futebol, anteriormente lazer esportivo, em uma indústria global, da qual um dos mais relevantes segmentos é a indústria do megaevento. O papel da FIFA para essa transformação do esporte é evidente e fundamental e deixa, assim, marcas pelo menos a partir da segunda metade do século XX.

O esporte mais popular do mundo contemporâneo e sua maior competição não são, portanto, somente uma paixão, mas um lucrativo negócio internacional, gerido por uma coalizão transescalar de interesses que impacta inclusive em como as cidades são concebidas. A guerra de localização do mundo capitalista globalizado demonstra tendências ao desenvolvimento acumulativo, que deve ser investigado em casos concretos. Esse é efetivamente o objetivo dos próximos dois capítulos de estudos de campo, que se fundamentam na base estrutural exposta nos marcos gerais da Copa do Mundo FIFA.

Capítulo Quatro – *Ke Nako*. Celebre a Humanidade da África

O título do presente capítulo “*Ke Nako*. Celebre a Humanidade da África” tem origem no slogan apresentado pela FIFA para a Copa do Mundo de 2010. *Ke Nako* significa “é hora” na língua Sesotho e fornece o seguinte conteúdo ao slogan:

É hora. Celebre a Humanidade da África

O célebre slogan, portanto, refere-se ao momento de afirmar a humanidade não somente na África do Sul, mas no continente africano como um todo. De acordo com o presidente do COL, Irvbin Khoza, o slogan inspira-se na ideia de que a África é “um continente com um rico reservatório de recursos, mas cujo maior patrimônio é, de longe, o calor, a amizade, a humildade e a humanidade do seu povo”.¹⁰⁵ Ainda sobre o tema do slogan, o presidente da África do Sul, Mr. Thabo Mbeki, afirma:

Queremos, em nome do nosso continente, organizar um evento que envie ondas de confiança do Cabo ao Cairo - um evento que criará oportunidades sociais e econômicas em toda a África. Queremos garantir que, um dia, os historiadores reflitam sobre a Copa do Mundo da FIFA de 2010 como um momento em que a África estava de pé e resolutamente virou a maré de séculos de pobreza e conflito. Queremos mostrar que a hora da África chegou.¹⁰⁶

Sob essa perspectiva, o presente slogan, título deste capítulo, relaciona-se com o que se busca estudar na pesquisa de campo referente à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA na África do Sul. *Ke NaKo*, é a hora, assim, de investigar como o fenômeno contribui para reconfigurar as cidades-sede, sob os parâmetros substantivos da melhoria

¹⁰⁵ Slogan oficial lançado pela 2010 FIFA World Cup em 25 de novembro de 2007, com o conteúdo retirado do site da FIFA <https://www.fifa.com/worldcup/news/slogan-celebrates-african-humanity-646305> (acesso em 18/06/2016). Tradução nossa.

¹⁰⁶ Também retirado do mesmo site da FIFA <https://www.fifa.com/worldcup/news/slogan-celebrates-african-humanity-646305> (acesso em 18/06/2016). Tradução e grifo nosso.

da qualidade de vida e do aumento da justiça social. Pretendeu-se verificar, desse modo, as “oportunidades sociais” trazidas de forma efetiva pelo megaevento.

O quarto capítulo da presente investigação, portanto, expõe os estudos sobre o desenvolvimento urbano associado aos dois casos da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA na África do Sul. Inicia-se a exposição dos estudos de casos pelos campos realizados na África do Sul somente por ter se realizado por primeiro a coleta de dados no país-sede do megaevento de 2010.

Como abertura do presente capítulo, portanto, apresenta-se uma breve exposição da formação histórica e colonial da África do Sul, sob a finalidade de compreender, assim, não somente o seu processo de independência e o surgimento do particular regime de Apartheid, mas também parte das particulares heranças socioterritoriais que os processos históricos deixam em ambas as cidades de estudo.

Dessa forma, o processo colonizatório na África do Sul possui como um de seus marcos iniciais a fundação da estação de abastecimento das Companhias Holandesas das Índias Orientais em 1652, aproximadamente 150 anos depois da conquista da rota marítima do cabo pelos portugueses. Tal conquista é consagrada na literatura através da transformação do Cabo das Tormentas, e seu Adamastor lançador de pedras, em Cabo da Boa Esperança (Camões, 1846).

Após a conquista da rota marítima do cabo e, posterior assentamento de populações europeias na região, as naus do velho continente finalmente detinham uma rota para as Índias sem ter que perpassar a conflituosa região do Oriente Médio. Inicia-se, assim, uma longa história de conflitos entre povos europeus, em sua maioria, britânicos e holandeses, grupamentos de brancos que vieram se estabelecer e colonizar a África do Sul, denominados Boers/Afrikaners, e distintas etnias dos povos negros e autóctones da África do Sul.

A extensa história de conflitos entre esses três grandes grupamentos (Europeus – Boers – Autóctones) assume um novo ciclo com a descoberta de diamantes, em 1867, e ouro, em 1884, no interior da África do Sul. A região de Transvaal, então dominada pelos Boers, passa a ser cobiçada pelos britânicos em função das riquezas minerais, bem como

a província de Gauteng e, em especial, Joanesburgo passam a ser foco de intensa mineração e área central de disputa.

Sob esse novo contexto extrativista, duas guerras eclodem, as “Guerras dos Boers” (1880-1/1899-1902), em que os britânicos, insatisfeitos com o domínio dos Boers nas regiões mineratórias, entram em disputa pela conquista e monopólio desse processo extrativista. Em maio de 1902, após grande dificuldade e o uso inclusive de métodos desumanos, como campos de concentração, um tratado é assinado, determinando que as minas de ouro Bôer ficassem sob o controle britânico (Jones, 1998).¹⁰⁷ É o fim das “Guerras dos Boers”.

Com tão longo regresso histórico, pretende-se iniciar compreensão sobre a consolidação dos Bôeres/Afrikaners, visto que esse grupo social governou a África do Sul sob o sistema de apartheid (separação) de 1948 a 1994. Assim, para melhor entender heranças socioterritoriais deixadas pelos processos históricos nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2010, Joanesburgo e Cidade do Cabo, torna-se indispensável uma breve introdução à formação desse grupo social e, posteriormente, a alguns contextos do regime de apartheid. Sob essa perspectiva, Luiz Ribeiro e Paulo Visentini promovem um interessante apanhado histórico da formação identitárias Bôer/Afrikaner, reproduzido abaixo:

As disputas com a Companhia Holandesa das Índias Orientais, a emergência de uma burguesia comercial no Cabo, as lutas por terra e gado com os africanos, juntamente com o calvinismo dos colonos e a sua africanização, definiram uma identidade que se forjou ao longo do século XVIII e se consolidou na luta contra os britânicos ao longo do século XIX.

A identidade *afrikaner* possuía características religiosas (calvinismo, crença na predestinação de um povo eleito), psicológicas (iniciativa, independência), linguísticas (o *afrikaans* é constituído por um holandês arcaico acrescido de elementos do português, do inglês, de línguas asiáticas e, principalmente, das línguas africanas da região), e, estrutura socioeconômica (patriarcalismo) e tecnológica (adoção das tecnologias de criação e agricultura africanas

¹⁰⁷ Disponível online em: <http://courses.wcupa.edu/jones/his311/timeline/t-19saf.htm> (data de acesso 27/10/2017)

mescladas com as de origem holandesa). Tal identidade era fortemente paternalista, preconceituosa e discriminatória (Visentini & Pereira, 2010, p. 28).¹⁰⁸

Dessa forma, o embrião da organização sócio-política que posteriormente transformaria o regime do apartheid em sistema de governo sul-africano iniciava sua formação. Embrião esse que detinha fundamentos no nacionalismo Afrikaner e na dominação, no preconceito e na segregação social, em especial, no que se refere às populações negras autóctones. Há também que se relatar que o processo de africanização dos colonos Boers é importante elemento de consolidação de seu sentimento nacionalista.

O processo de africanização Bôer consiste na sua formação histórica enquanto colonos que expandiram a exploração e assentaram-se no território sul-africano, distanciando-se de matrizes identitárias europeias. Essa identidade, inclusive, consolidou-se ainda mais após as “Guerras dos Boers”, nas quais os africâneres acabaram por ser subjugados por uma das potências europeias.

Assim, em 1931, após séculos de colonialismo europeu, a África do Sul adquiriu sua independência, através do tratado de Westminster. De acordo com Analúcia Pereira, “a dominação britânica foi sucedida por uma espécie de “colonialismo interno”, com o controle político dos *afrikaners*, que criou um sistema de opressão institucionalizada contra a maioria negra e, em menor medida, mestiça e asiática” (Pereira, 2010, p. 01).¹⁰⁹

Vale compreender que a consolidação dessa supremacia racial em dominação colonial interna deu-se através da promulgação de inúmeras normatizações legais, com o intuito de difundir a norma ideológica do apartheid ao contexto normativo social. Dentre essas normatizações legais, regularmente denominadas em inglês como *acts*, destaca-se, por primeiro, o *Native Labour Act*, promulgado em 1913.

O *Native Labour Act* acabou por dividir o território sul-africano em dois, de modo que uma ínfima parte, somente sete por cento, pertenceria a 75% da população negra. Por sua vez, o restante – 93% – do território ficaria reservado a dez por cento da população

¹⁰⁸ Disponível online em http://funag.gov.br/loja/download/709-africa_do_Sul_-_Historia_Estado_e_Sociedade.pdf (data de acesso 27/10/2016).

¹⁰⁹ Disponível online em: <http://www.ufrgs.br/difusaocultural/adminmalestar/documentos/arquivo/AfricaDoSulDanileviczPereira.pdf> (data de acesso: 27/10/2016).

branca (Visentini & Pereira, 2010, p. 37). Em sequência, poucos anos depois, em 1923, o *Native Urban Act* iniciava o controle da população negra nas cidades. As áreas urbanas eram consideradas espaços reservados eminentemente às populações brancas, sendo a movimentação e a permanência negra nas cidades controladas através de documentos de salvo-conduto ou de um passaporte interno (passes).¹¹⁰

É importante compreender que uma quantidade enorme de legislação fora produzida no século XX, sob o intuito de controlar a população negra. Essa normatividade legal acaba, assim, por marcar muito o território das cidades sul-africanas. Nesse sentido, o mais marcante desses atos foi a Lei de Áreas de Grupos (*Group Areas Act*), promulgada em 1950.

A Lei de Áreas de Grupos tornou possível a reserva de áreas para determinada população racial. Sob essa prerrogativa, pessoas de distintos grupos raciais deveriam sair da região reservada ou sofreriam sanções econômicas, com inclusive a possibilidade de prisão de até dois anos se permanecessem na área. Pela aplicação dessa norma, cada população étnica deveria viver dentro de um bolsão racial com pouco ou quase nenhum contato com outras raças e regiões, a não ser em função do trabalho.

Essa normatização veio consolidar, portanto, mecanismos de separação não só entre brancos e negros, mas também entre diferentes etnias negras. Em visita de campo a Robben Island – ilha em que Nelson Mandela ficou preso por 18 anos – foi possível confirmar o impacto social dessa legislação, visto que, por exemplo, pode-se observar as planilhas de alimentação dos presos e perceber que determinadas etnias recebiam menor quantidade de alimentos.

A Lei de Áreas de Grupos, então, removeu, agrupou e segregou grande parte da população sul-africana, em especial, diferentes etnias negras, e concretizou a política de desenvolvimento separado (apartheid). As divisões e as mudanças forçadas de população nativa não europeia deixaram marcas territoriais de segregação político-social até hoje, como pode-se perceber no Soweto (South Wester Townships), local de Joanesburgo que será tematizado, oportunamente, no próximo subcapítulo.

¹¹⁰ Esse documento continha uma foto, com impressão digital e com detalhes sobre o portador, como seu nome completo, empregador e tempo que trabalhava no local, endereço e, muitas vezes, uma avaliação comportamental do condutor do passe.

O sistema de governo do regime segregacionista, no entanto, começa a chegar ao fim em 1990, quando tem início o desmantelamento das estruturas de apartheid e ocorre a liberação do cárcere do líder do Congresso Nacional Africano (ANC) Nelson Mandela. As primeiras eleições com a participação de diferentes etnias na história da África do Sul são realizadas quatro anos depois, na qual a vitória da ANC garante o seu líder, Nelson Mandela, como primeiro presidente negro sul-africano.

A África do Sul, portanto, sob o regime democrático, pós-apartheid, apresenta um sistema de governo parlamentarista, com três escalas de composição: a esfera Nacional, a escala Regional e o âmbito Local. A esfera Nacional é composta por nove províncias que definem a esfera Regional, enquanto a escala local é formada por municípios.¹¹¹ O país possui como particularidade a existência de três capitais nacionais: a Cidade do Cabo, que assume a condição de capital legislativa; a cidade de Pretória, que detém a condição de capital administrativa, e a cidade de Bloemfontein, que se constitui como capital judiciária.

Assim, sob as mesmas prerrogativas que no Brasil, o estudo de campo na África do Sul situa-se no âmbito municipal, através de investigações em duas capitais regionais: Joanesburgo e Cidade do Cabo, que fazem parte, respectivamente, das províncias de Gauteng e Cabo Ocidental.

Conforme previamente mencionado no terceiro capítulo, o início da rotação continental – como então era denominada pela FIFA – levou, em 2004, por meio de votações do Comitê Executivo da FIFA, à escolha da África do Sul como país-sede da Copa do Mundo FIFA de 2010. Após tal decisão, treze municípios sul-africanos lançaram-se como candidatos a cidade-sede do megaevento. Em 2006, depois de visitas oficiais à lista de cidades-sedes, onze foram selecionadas.¹¹²

¹¹¹ A África do Sul possui três subdivisões de municipalidades: (i) as municipalidades metropolitanas que são regiões municipais maiores e mais populosas, normalmente compostas de capitais provinciais e (ii) os municípios distritais que são compostos por um número variado de (ii) municípios locais. De acordo com os dados das eleições municipais de 2016, a África do Sul possui 08 municípios metropolitanos; 44 municipalidades e 205 municipalidades locais. As cidades de Joanesburgo e Cidade do Cabo são dois dos oito municípios metropolitanos. Dados em <https://www.gov.za/speeches/2016-municipal-elections-8-jun-2016-0000> (data da visita 02/11/2016)

¹¹² Na África do Sul, a Copa do Mundo FIFA ocorreu nas cidades de Bloemfontein, Cidade do Cabo, Durban, Kimberley, Nelspruit, Orkney, Polokwane, Porto Elizabeth, Pretoria, Rustenburg e Joanesburgo (dois estádios).

A estrutura base do Comitê Organizador Local (COL) para a Copa do Mundo FIFA 2010 começou a funcionar em 2005, logo após a escolha da África do Sul como sede do megaevento. Como de padrão, o COL foi fundado pela Associação de Futebol Sul Africana (SAFA)¹¹³ e possuiu uma estrutura base semelhante, mas de composição distinta das edições passadas, bem como da edição realizada no Brasil (South Africa, 2010, p. 12/13).

A estrutura base do Comitê Organizador Local possuía como órgão hierarquicamente superior ao Conselho Administrativo (Board of Directors), composto por um Presidente e 27 diretores não executivos. Sob essa prerrogativa, portanto, o Conselho Administrativo da Copa do Mundo FIFA de 2010 não detinha responsabilidade da execução de ações e medidas relacionadas ao megaevento e constituía-se como um conselho consultivo (South Africa, 2010, p. 12/13). De acordo com Christopher, um dos principais gestores do COL, o Conselho Administrativo era estruturado através de “pessoas do futebol, provenientes da escala nacional. Consistiam em ministros de governo, empresários e sindicatos”.¹¹⁴ É interessante mencionar, todavia, que ao explorar na entrevista quais seriam os empresários envolvidos com o Conselho Administrativo, surgiram os nomes de um empresário do ramo da mineração e outro da área de mídia/televisão.¹¹⁵

Durante o processo de gestão executiva do megaevento na África do Sul, ocorrido fundamentalmente entre 2006 e 2010, pouca mudança política no âmbito nacional foi percebida, visto que os três presidentes do período – Thabo Mbeki (2004/08); Kgalema Motlanthe (2008/09) e Jacob Zuma (2009/14) pertenciam todos ao Congresso Nacional Africano (ANC). Nesse momento, assim, cumpre fazer uma breve referência aos dois principais partidos políticos de escala nacional da África do Sul, a fim de contextualizar a sua realidade política no período pós-apartheid.

A política de escala nacional é, na era pós-apartheid, conduzida majoritariamente pelo Congresso Nacional Africano. Desde 1994, com a eleição do Nelson Mandela para presidência, a ANC é o partido dominante na África do Sul, com políticas direcionadas a

¹¹³ Nome original: South African Football Association (SAFA).

¹¹⁴ Entrevista Joanesburgo - Christopher, Agente FIFA, 06/42. Tradução Livre do Autor.

¹¹⁵ Entrevista Joanesburgo – Christopher, Agente FIFA, 06/42. Tradução Livre do Autor.

uma concepção ampla de socialdemocracia e, ao longo de sua história, majoritariamente dirigida por negros. O ANC, ao longo dos anos pós-apartheid, enfrentou grandes dificuldades para transformar a realidade socioeconômica sul-africana, para, assim, reduzir os índices de desemprego e entregar melhoras significativas na qualidade de vida e justiça social do país. É um partido mais à esquerda do que o seu único partido de efetiva oposição: o partido da Aliança Democrática (DA).

O DA é um partido que se forma apenas em 2000, composto por antigos partidos, alguns inclusive que participaram do regime político durante o apartheid sul-africano – alguns de seus parlamentares, contudo, já se declaravam abertamente contra o regime segregacionista durante o período que a participação política era permitida somente aos brancos. A perspectiva de liberalismo econômico do DA já existia em parte durante o regime opressor, mas assume hoje uma perspectiva menos conservadora. É relevante compreender, todavia, que o DA é um partido de doutrinas liberais, composto majoritariamente por brancos, mesmo que nos últimos anos tenha sido liderado por um negro. O partido tem crescido, ganhado força nacional em função das dificuldades enfrentadas pela ANC e nas eleições de 2016 conquistou o governo de importantes municípios, como Joanesburgo, Pretoria, Cape Town e Nelson Mandela Bay.

Esses são os dois principais partidos políticos durante o período da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA na África do Sul e, por óbvio, essa é somente uma referência muito superficial, com o intuito exclusivo de contextualizar o leitor para os estudos de casos. Portanto, após o esclarecido acima, parte-se para a exposição dos dois estudos de campo na África do Sul, que investigam a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2010 nas capitais municipais de Joanesburgo e da Cidade do Cabo.

4.1 A Copa do Mundo FIFA na Cidade do Ouro

Joanesburgo constitui-se como um dos polos financeiros da África Subsaariana e é a maior cidade do país, com pouco menos de quatro milhões de habitantes. A cidade de

Joburg¹¹⁶ é, assim, um imponente polo do capital nacional e transnacional, um centro financeiro de atração migratória de toda a região. Localizada dentro da província da Gauteng (vide mapa abaixo), Joburg possui uma fundação tardia para os padrões exploratórios da colonização europeia na região, iniciados desde a já mencionada rota marítima do Cabo, em 1652.

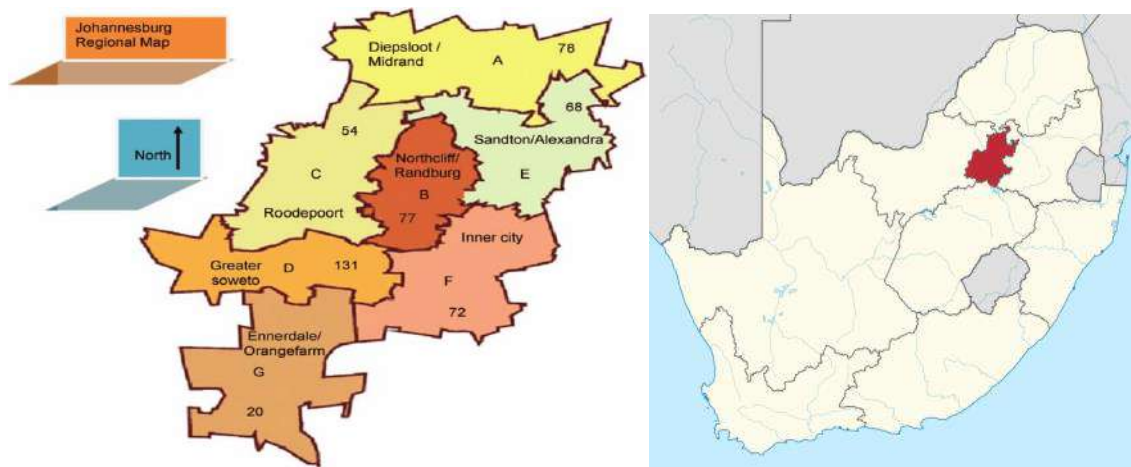
Assim, a fundação de Joanesburgo, em 1886, está diretamente associada à descoberta de ouro e pedras preciosas em regiões onde a cidade encontra-se assentada. Após a descoberta de jazidas de ouro próximas à superfície, inicia-se intensa imigração extrativista, a qual promove os primeiros processos de urbanização do que é hoje a cidade. A exploração mineral teve, portanto, papel preponderante tanto na fundação quanto na consolidação tardia de Joburg, visto que a região não é muito propícia para assentamentos humanos, com altitude elevada, a 1753 acima do mar, carente de água próxima, sem rios, lagos ou o próprio mar – situação que tornava a sobrevivência em seu território bastante difícil.

Dessa forma, a urbanização da Joanesburgo está imbricada ao extrativismo mineral do século XX, realidade que deixou marcas que perduram contemporaneamente. Inclusive, seus apelidos ainda expõem essa herança de desenvolvimento extrativista, como por exemplo, *Egoli*, que significa “Cidade do Ouro”, ou *Maboneng*, “Cidade da Luzes”. A mineração, portanto, foi – e ainda é – um dos elementos centrais de produção da cidade e faz com que Joburg possua uma realidade particular: uma cadeia de montanhas decorrentes dos depósitos de resíduos mineratórios ao centro/sul da cidade.

Essa essência constitutiva (Brenner, 2013), portanto, acaba por estruturar uma das barreiras físicas divisora da socioespacialidade da cidade e, por não ser fruto do acaso, apresenta dinâmicas relevantes para a presente pesquisa. No entanto, antes de explorarmos esse tema e avançar na exposição do caso, torna-se fundamental expor a divisão socioeconômica da cidade de Joanesburgo para, assim, melhor compreender a sua particular formação de barreiras socioespaciais. Para tal, parte-se da localização de Gauteng e das seis regiões administrativas do município metropolitano de Joanesburgo, expostas nos mapas abaixo:

¹¹⁶ Nome popular dado à cidade de Joanesburgo.

Figura 3 - Regiões Administrativas Joanesburgo Figura 4 - Província de Gauteng



Fonte 1: Researchgate.Net¹¹⁷

Fonte 2: Wikipédia¹¹⁸

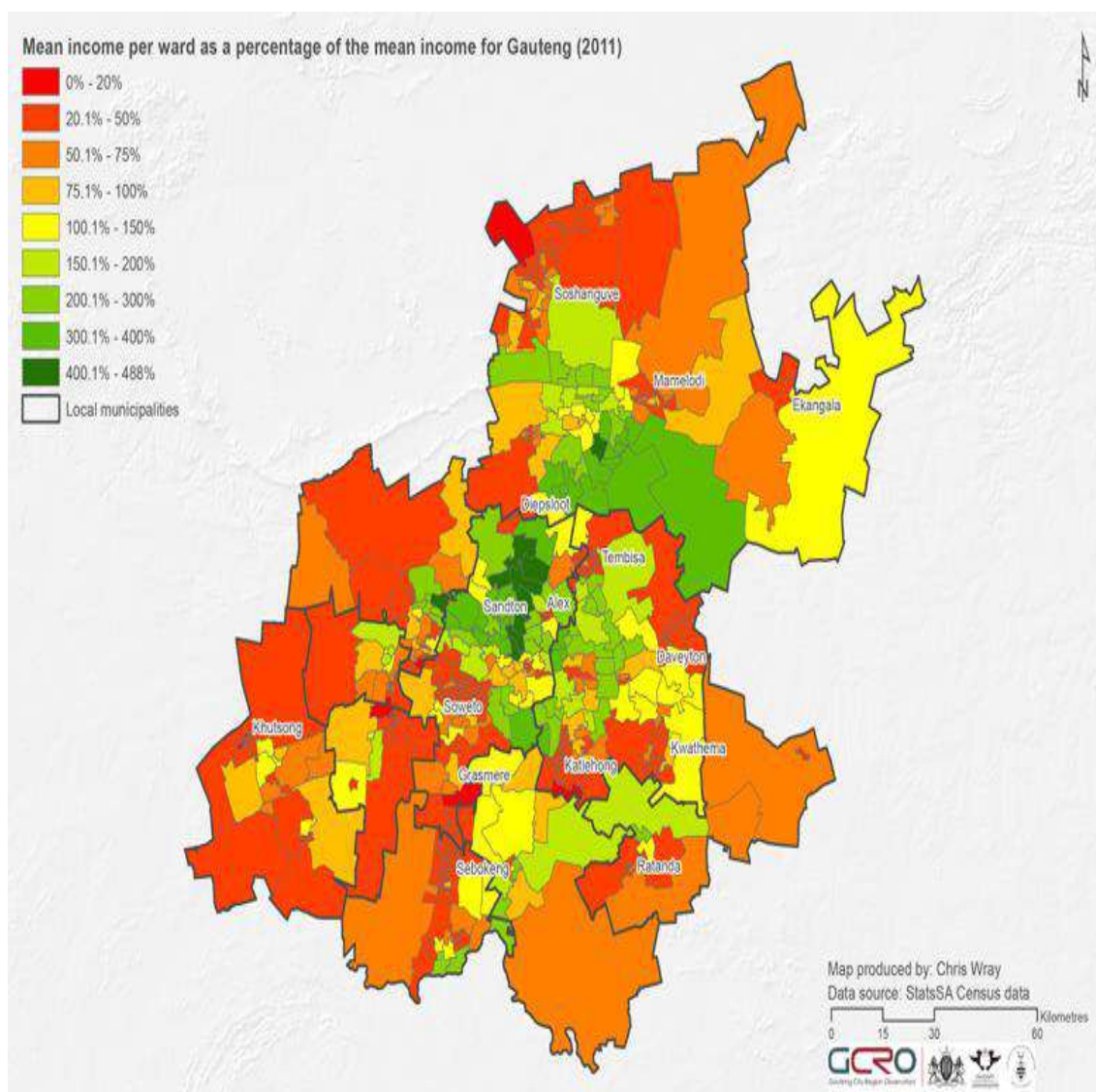
Verifica-se, desde já, que o centro de Joburg, também chamado de CBD¹¹⁹ (Inner City – região F) é deslocado ao centro-leste da cidade, com o sul composto por Soweto (D) e Ennerdate/Orangefarm (G) e a região norte composta por quatro regiões: Roodepoort (C); Northcliff/Randburg (B); Sandton/Alexandria (E) e Diepsloot/Midrand (A). Contudo, é pertinente trazer alguns dados socioeconômicos relacionados à divisão socioeconômica da cidade da luz, como a Renda por Região e os Níveis de Privação em Joanesburgo, apresentados abaixo:

Figura 5 – Renda por Região em Joanesburgo

¹¹⁷ Mapa disponível em versão online em: https://www.researchgate.net/figure/277960473_fig1_Figure-1-Map-illustrating-the-seven-administrative-regions-of-Johannesburg-from-A-to-G (data de acesso 20/11/2016).

¹¹⁸ Mapa disponível online em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Gauteng_in_South_Africa.svg (data de acesso 20/11/2016)

¹¹⁹ O significado de CBD é Central Business District, que, traduzido, significa Distrito Central de Negócios.



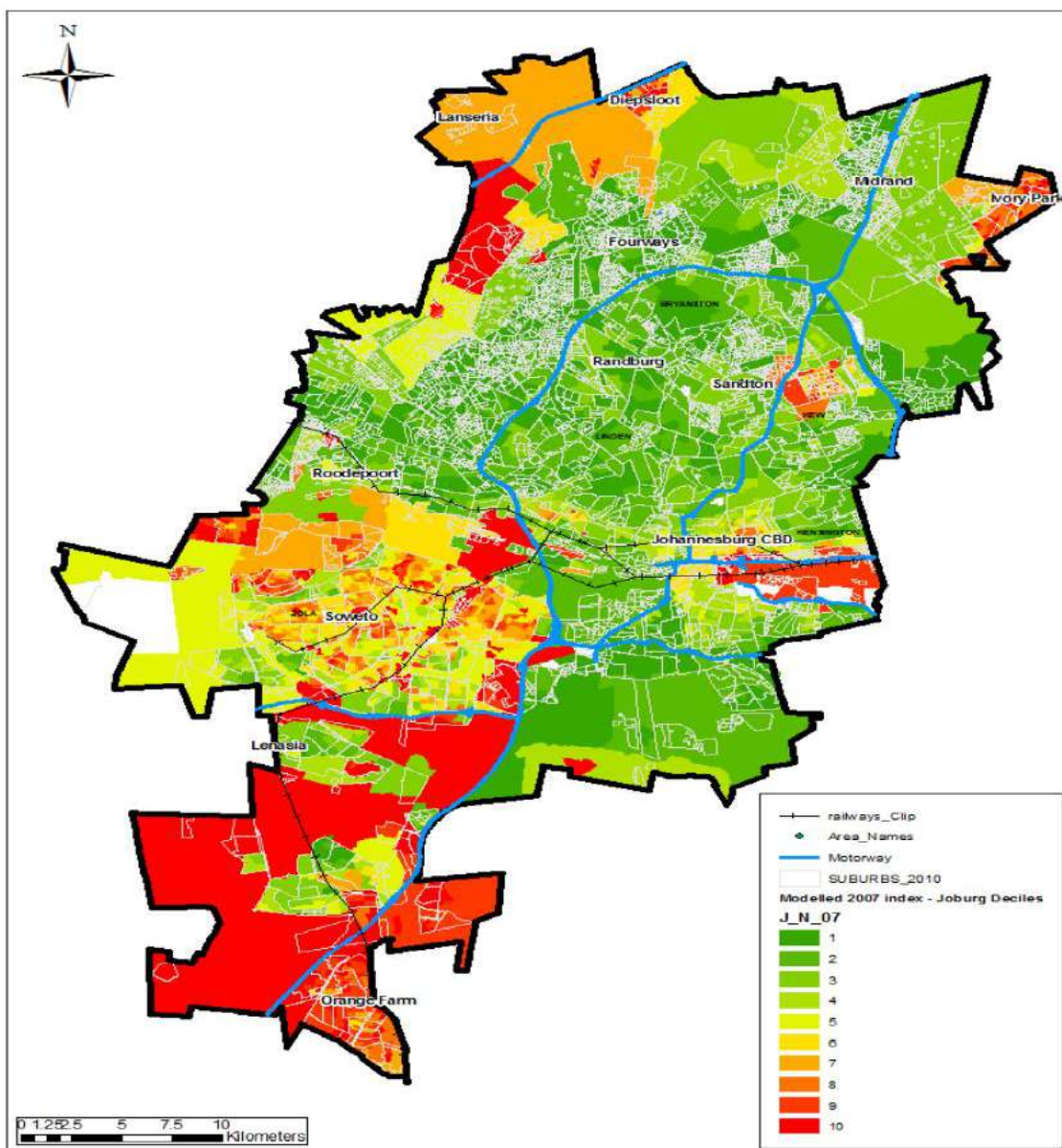
Legenda: Verde Escuro: Maior Renda. Vermelho Forte: Menor Renda. Porcentagens com relação a renda média da província acima a direita no mapa.

Fonte: Gauteng City-Region Observatory – GCRO¹²⁰

Figura 6 - Níveis de Privação de Joanesburgo¹²¹

¹²⁰ Mapa disponível online em: <http://www.gcro.ac.za/outputs/map-of-the-month/detail/changing-spatial-inequality-across-the-gcr/> (data de acesso 21/11/2016).

¹²¹ De acordo com o estudo Demographic Projections – City of Johannesburg, em sua página 11, os clusters de privação são áreas densas de pobreza concentrada, onde os cinco indicadores (renda, emprego, educação, saúde e ambiente de vida) se unem, fornecendo evidências empíricas de que a pobreza está ligada a espaços



Legenda: Vermelho Nível Alto de Privação, Amarelos Médio, Verde Baixo.

Fonte: City of Johannesburg¹²²

pobres. Dados disponíveis online em: <https://joburg.org.za/images/stories/2015/feb/Folder2/SHSUP%20Doc%20and%20Annexures/SHSUP%20Full%20Report/SHSUP%203.4-3.6.pdf> (data de acesso 21/11/2016).

¹²² Mapa original em Demographic Projections – City of Johannesburg, página 11, disponível online em: <https://joburg.org.za/images/stories/2015/feb/Folder2/SHSUP%20Doc%20and%20Annexures/SHSUP%20Full%20Report/SHSUP%203.4-3.6.pdf> (data de acesso 21/11/2016). Estudo utilizado como base analítica em City of Johannesburg: 2012/16 IntegratedDevelopmentPlan: 2013/14 Review, página 20, disponível online em <https://joburg.org.za/images/stories/2013/June/2013-16%20idp%2017may2013%20final.pdf> (data de acesso 21/11/2016).

É possível perceber, assim, que há uma nítida divisão socioeconômica entre as regiões sudeste e sul, formadas por Soweto (D) e Ennerdate/Orangefarm (G), em relação à região de centralidade econômica ao nordeste, composta por Sandton/Alexandria (E) e Northciff/Randburg (B). Apesar da essência nominal das cidades em estudo, ou seja, a sua morfologia física, não possuir centralidade na investigação analítica, provendo-se, assim, maior acento às essências constitutivas das cidades sob influência fenomenológica, é relevante destacar que a cidade de Joanesburgo estrutura-se como uma cidade relativamente plana, sem a incidência de grandes verticalizações, salvo os resíduos mineratórios que serão propriamente analisados em sequência.

Nesse contexto, portanto, a segmentação socioeconômica desigual da cidade de Joanesburgo assume uma divisão territorial radial, com epicentro econômico assentado ao seu nordeste, em especial, na região de Sandton/Alexandria (E), e com níveis de privação expandindo-se radialmente em direção à periferia da cidade, com especiais dinâmicas relacionadas com a região de Soweto (D). Assim, é através da divisão socioeconômica acima referida que o estudo fenomenológico territorializa-se, ao considerar também que o centro da cidade (CBD – área F) estrutura-se como uma região de altos níveis de privação, temática que também será abordada a seguir.

O processo histórico de formação dessas divisões socioeconômicas, com especial destaque ao sudeste – **Soweto** –, nordeste – **Sandton** – e centro – **CBD** – de Joburg, apesar de fascinante e parte relevante da história da cidade das luzes, teria pouca relevância à pesquisa, se o território da Copa do Mundo de 2010 em Joanesburgo e, conseqüentemente, seu desenvolvimento associativo, não tivessem íntima relação com dinâmicas integradas às heranças socioespaciais dessas divisões. Divisões essas que são em parte oriundas da mineração, mas também em parte por influência da produção da cidade pelo regime de apartheid.

Como expressa o urbanista Alfred, entrevistado para a pesquisa, “esse é um dos maiores problemas das cidades sul-africanas, o ambiente físico [pós-apartheid] mantém-

se. Ainda permanece no mesmo local e isso se torna um desafio para todo o planejamento que está constantemente a tentar quebrar essas barreiras”.¹²³

Portanto, não foi somente a mineração que deixou marcas estruturais em Joanesburgo, visto que, por razão de sua fundação tardia, boa parte de sua urbanização é promovida durante o período do apartheid. Assim, conforme brevemente mencionado na abertura do capítulo, o interesse do regime de apartheid em controlar o espaço urbano em Joburg levou à emblemática destruição do bairro de Sophiatown e ao deslocamento das populações que lá estavam para o Soweto (South Western Townships, área D). Sophiatown consistia em uma região do subúrbio de Joanesburgo em que populações negras haviam conseguido adquirir propriedades. Por ser um reduto de resistência ao regime, com integrantes do partido comunista, bem como núcleo da vida cultural negra de Joanesburgo, a região preocupava o governo do apartheid.¹²⁴ Separar a região ao sul, especialmente o Soweto, das áreas brancas ao norte tornou-se fundamental para o governo segregacionista de Joburg. Conforme expõe o estudo sobre os níveis de privação em Joanesburgo – com a mesma linha adotada por essa investigação –, “a pobreza em Joanesburgo é geograficamente concentrada com diferenças espaciais estritas nos níveis de pobreza. Isso segue o padrão de segregação residencial aplicada durante o período do apartheid”.¹²⁵

Dessa forma, uma particular divisão da cidade foi promovida, na qual as separações de áreas “não eram promovidas através da rigidez de cercas, como em torno de Israel e da Palestina, mas eram barreiras mais sutis, colocadas para usar o ambiente físico para reforçar a filosofia do período”.¹²⁶ No presente caso de estudo, as barreiras mais sutis, que usam o ambiente físico para promover divisões urbanas, consistem nos Cinturões de Barreiras Espaciais de Joburg. Três desses cinturões merecem destaques,

¹²³ Entrevista Joanesburgo – Alfred, Servidor Público, 01/08. Tradução livre do autor.

¹²⁴ Existe um interessante documentário que retrata a realidade das relações de diferentes raças, do jazz em Sophiatown e o sistema apartheid, na década de cinquenta na África do Sul. O documentário chama-se Sophiatown, de 2003, do diretor Pascale Lamche.

¹²⁵ City of Johannesburg: 2012/16 Integrated Development Plan: 2013/14 Review, p. 20, disponível online em <https://joburg.org.za/images/stories/2013/June/2013-16%20idp%2017may2013%20final.pdf> (data de acesso 21/11/2016).

¹²⁶ Entrevista Joanesburgo - Alfred, Servidor Público, 01/08. Tradução livre do autor.

em especial, por suas dinâmicas de separação socioeconômica entre **Soweto** (sul), **CBD** (centro) e **Sandton** (norte).

O primeiro cinturão de barreiras espaciais de Joburg, já mencionado na abertura desse subcapítulo, é constituído por detritos provenientes do extrativismo mineratório. O cinturão de detritos mineratórios assenta-se hoje como uma cadeia de montanhas intransponíveis e passível de visualização de quase todas as áreas da cidade. Estrategicamente colocado ao longo do período de apartheid, o cinturão de detritos forma a primeira barreira espacial entre Soweto e CBD, dificultando, desde o tempo de segregação formal, a aproximação de pessoas vindas do sul ao centro da cidade e, por consequência, distanciando ainda mais os bairros do norte/nordeste do contato com as populações negras.

O segundo cinturão de barreiras espaciais de Joburg relaciona-se à mobilidade e é estruturado por linhas de trens e rodovias que reforçam o cinturão de detritos da mineração e que promovem, assim, mais uma barreira física de acesso ao CBD. É importante mencionar, para a melhor compreensão do cinturão da mobilidade, que as linhas de trens são normalmente fechadas por muros de proteção, sendo o acesso ao outro lado somente possível através das estações ou áreas de passagem. Tal situação facilita o controle da movimentação das pessoas e dificulta, mais uma vez, o ingresso de pessoas no centro da cidade do ouro.

Por fim, o último cinturão de barreiras espaciais de Joanesburgo é, quem sabe, o mais sutil e impressionante deles. Apesar do centro da cidade de Joburg ser, durante o regime segregacionista, uma área majoritariamente reservada para brancos, negros acabavam por conseguir viver na região, por possuírem empregos ao norte e pelas dificuldades de controle populacional cotidiano. Assim, o regime do apartheid implantou estabelecimentos governamentais que ocupavam grandes áreas logo ao norte do CBD. Com essa medida, o governo segregacionista de Joburg acabou por formar o cinturão de barreiras institucionais, dos quais a principal função era afunilar a passagem de pessoas em direção ao norte da cidade.

Os três cinturões – mineração, mobilidade, institucional – estabelecidos para dificultar a transição de populações ao norte durante o regime segregacionista persistem

até hoje e consolidam a divisão socioeconômica contemporânea de Joanesburgo. Algumas das falas do urbanista Alfred são emblemáticas para demonstrar a realidade dos cinturões espaciais de Joburg e, juntamente com um mapa fundamentalmente ilustrativo,¹²⁷ são reproduzidas abaixo:

Alfred: Soweto é definitivamente onde é porque estava além do que chamamos de cinturão mineratório.¹²⁸

Nós acreditamos que havia algo chamado de cinto institucional que o governo construiu e você pode ver uma parte dela aqui (apontando no mapa). Estas são as escolas, este é o hospital de Joanesburgo, isto é WITS (costumava ser a faculdade de educação), Hospital para Crianças Nelson Mandela que é um dos nossos edifícios. Esses grandes mega hospitais e universidades cruzam direto Joanesburgo, você vê esses grandes pedaços de terra aqui, hospitais, escolas, universidades, etc. nós o chamamos de cinturão institucional e o governo colocou isso aqui quase como uma barreira física entre as duas áreas.¹²⁹

Toda esta área que você pode ver. Todos esses detritos das minas. Esses são os arranha-céus; esses são os edifícios menores e esse é onde o filão de ouro atinge a superfície. Isso também foi usado como uma barreira, porque Soweto assenta-se ao sul disso, então sempre foi uma região sem desenvolvimento nos velhos tempos. Isso é uma barreira, a rodovia é uma barreira, o cinto institucional é uma barreira.¹³⁰

Figura 7 - Cinturões de Barreiras Espaciais de Joanesburgo

¹²⁷ O mapa exposto é ilustrativo, pois é impossível reproduzir de forma fidedigna, na escala A4, a realidade dos cinturões espaciais de Joanesburgo. Destaca-se que, em especial, as marcações relativas ao cinturão institucional não correspondem, em sua grande parte, aos efetivos estabelecimentos governamentais.

¹²⁸ Entrevista Joanesburgo - Alfred, Servidor Público, 01/07. Tradução livre do autor.

¹²⁹ Entrevista Joanesburgo – Alfred, Servidor Público, 01/07. Tradução livre do autor.

¹³⁰ Entrevista Joanesburgo – Alfred, Servidor Público, 01/08. Tradução livre do autor.



Legenda: Preto: Cinturão Mineração; Marrons: Cinturão Mobilidade; Amarelo: Cinturão Institucional.

Região Central (CBD): Vermelho.¹³¹

Conforme exposto acima, a região central (CBD) de Joburg era habitada majoritariamente por populações brancas durante o regime do apartheid, mesmo existindo certa convivência das populações negras na região. Todavia, quando o regime segregacionista chega ao fim, uma particular realidade ocorre à área central da cidade da luz, visto que, com medo de retaliações, os brancos que viviam no CBD acabam abandonando a região. O centro da cidade passa, assim, a ser ocupado de forma informal e desordenada pela população negra, que voltava a usufruir dos bens sociais que o centro de uma grande metrópole oferece. Todavia, essa ocupação informal e desordenada da região central de Joburg aumentou os índices de privação da região e produziu dinâmicas habitacionais que terão especial relevância na abordagem do eixo da moradia precária.

Dessa forma, entender a divisão socioeconômica da cidade de Joanesburgo, com especial destaque às dinâmicas entre Soweto, CBD e bairros do norte (Sandton), através

¹³¹ Mapa modificado pelo autor. Original no google em: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1vd9hQNAbpJHNfe_twtOPBtV8edM&ll=-26.21632232267237%2C27.966556835449296&z=13 (data de acesso 04/11/2016). É possível observar também as barreiras do cinturão de mobilidade em preto (railways_Clips) no mapa dos níveis de privação de Joanesburgo logo acima.

da existência de cinturões espaciais, consiste em um acúmulo introdutório fundamental para a posterior compreensão da fenomenologia associativa. Após essa explanação inicial, portanto, passa-se a exposição do estudo de caso da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2010 no município metropolitano de Joanesburgo.

A cidade de Joanesburgo não foi somente mais uma das cidades-sedes da Copa do Mundo FIFA 2010, mas base estrutural para a promoção do todo megaevento em solo sul-africano. A cidade das luzes foi o local de sede da FIFA, na região de Sandton, bem como do Centro de Transmissão Internacional dos jogos. Sob essa perspectiva, a cidade de Joanesburgo tornou-se, assim, o epicentro do megaevento de 2010, bem como também a única cidade dos quatro estudos de campo a possuir jogos em dois estádios: o Soccer City Stadium¹³² e o Ellis Park Stadium¹³³.

Ambos os estádios já existiam em Joburg, mas foram reformados, modernizados e preparados, a fim de se adequar aos requerimentos da FIFA para a promoção das partidas da Copa do Mundo FIFA 2010. Assim, o Soccer City Stadium abrigou oito jogos, dentre eles a partida de abertura e a final do megaevento. Para tal, o estádio foi reformado para ter a capacidade de receber 91.500 espectadores sentados e ficou com o apelido entre os sul-africanos de cabaça, pela forma de sua cobertura. Situado entre a região central de Joanesburgo e o bairro do Soweto, o Soccer City Stadium foi palco do primeiro discurso de Nelson Mandela, após sua liberação em 1990 e é, assim, um emblemático monumento histórico que foi muito especulado como potencial agregador entre as duas regiões de Joburg (Soweto e CBD).

Por sua vez, o Ellis Park Stadium recebeu sete partidas da Copa do Mundo FIFA 2010, dentre as quais, uma partida das oitavas-de-final e uma das quartas-de-final, bem como foi palco da final da Copa das Confederações 2009. O estádio foi construído em 1928, como um estádio de rugby, e reconstruído em 1982, ainda como um estádio

¹³² O Soccer City Stadium é hoje chamado FNB Stadium.

¹³³ A presente investigação não encontrou nenhuma justificativa – oficial ou não – para o uso de dois estádios em Joanesburgo na Copa do Mundo FIFA 2014. O acadêmico especula que tal decisão possa ser relacionada a dinâmicas raciais associadas à temática do futebol e do rugby, na medida em que o estádio do Ellis Park teria o potencial caráter de embranquecimento do futebol. Como referido, essa é somente uma opinião especulativa do investigador. A temática racial do futebol e do rugby será oportunamente apreciada nas próximas páginas.

direcionado a jogos de rugby (FIFA, 2007). Assim como o Soccer City Stadium, o Ellis Park Stadium também foi concebido por meio de objetivos e dinâmicas socioespaciais para a região central da cidade de Joanesburgo. Todavia, para melhor compreendê-las, dois contextos devem ser trazidos à tona.

O primeiro desses contextos versa sobre a localização e o papel histórico do Ellis Park Stadium. Localizado em New Dornfontein, região central da cidade, o estádio também foi concebido como uma possível de barreira espacial do já mencionado cinturão institucional.¹³⁴ Inclusive, o Ellis Park Stadium encontra-se representado, de forma efetiva, como ponto amarelo mais à direita no mapa dos Cinturões de Barreiras Espaciais de Joanesburgo, exposto logo acima.

Obviamente, o estádio não consistia em um estabelecimento governamental sob uma perspectiva tradicional, mas como, já exposto, o governo segregacionista sempre possuiu dificuldades para controlar efetivamente a região central de Joburg, supostamente reservada às populações brancas. Assim sendo, o Ellis Park Stadium foi pensado também como uma das barreiras espaciais do cinturão institucional que contribuiria para a separação do CBD dos bairros brancos do norte. Mais uma vez, o urbanista Alfred é preciso ao expor a temática:

Alfred: A história por de traz da razão que o Ellis Park Stadium ter sido colocado lá [CBD] é porque esta foi uma das primeiras áreas em que o governo perdeu o controle, então eles [governo do apartheid] demoliram algumas casas e colocaram esse grande estádio, à espera, assim, de que o problema viesse a desaparecer.¹³⁵

Mais uma vez, Alfred afirma que a existência de populações negras no centro da cidade de Joburg era percebida como um problema para o governo segregacionista, de modo que medidas socioespaciais foram tomadas para tentar mitigar essa realidade. A localização do Ellis Park enquanto um dos espaços do cinturão institucional é um dos

¹³⁴ O Ellis Park Stadium representa, efetivamente, o ponto amarelo mais à direita no mapa dos Cinturões de Barreiras Espaciais de Joanesburgo exposto logo acima.

¹³⁵ Entrevista Joanesburgo – Alfred, Servidor Público, 01/07. Tradução livre do autor.

contextos a ser compreendidos. O segundo aspecto a ser observado diz respeito à divisão histórica entre os esportes de rugby e futebol dentro da África do Sul.

A partir de uma segmentação da indústria do lazer sul-africano, o rugby esteve, ao longo da história do país, reservado aos brancos, com a composição de seus torcedores eminentemente dessa etnia. O futebol, por sua vez, foi sempre um esporte ligado às classes mais populares, praticado e acompanhado por populações negras. Há, assim, uma herança, que permanece viva contemporaneamente, de um recorte racial entre os públicos de ambos os esportes e que influencia também em dinâmicas socioespaciais do Ellis Park.

Portanto, o Ellis Park Stadium, para além de uma barreira espacial, também é um estádio de rugby e, quando foi colocado em New Dornfotein, buscava promover uma resistência racial na região através de um repovoamento branco. Essa é uma realidade que ainda persiste, visto que o estádio, apesar de pertencer à cidade de Joanesburgo, ainda é o estádio oficial do time de rugby Golden Lions, mesmo que seja eventualmente utilizado para partidas de futebol do Orlando Pirates. Inclusive, o estádio tradicional do time do Orlando Pirates, o Orlando Stadium, situa-se no bairro negro do Soweto – também é proveniente da mesma região o maior rival do Orlando Pirates, o time do Kiezer Chiefs.

É possível perceber, portanto, que há uma segmentação racial entre o rugby e o futebol na África do Sul como um todo, mas que na cidade de Joanesburgo tais divisões possuem relevante influência na formação do espaço da cidade, especialmente em relação aos locais em que ambos os estádios estão assentados. Essa realidade contextual foi percebida como relevante para a pesquisa e irá acompanhar o presente estudo de caso, bem como a inflexão analítica reservada ao próximo capítulo.

Ao avançar no eixo temático da infraestrutura para além da temática dos estádios, dois outros pontos devem ser mencionados. A primeira temática faz referência aos FIFA Fan Fests, enquanto a segunda refere-se ao tema da mobilidade urbana associada ao fenômeno.

Assim, inicia-se por abordar o FIFA Fan Fest que, no caso da Copa do Mundo 2014 em Joanesburgo, ocorreu em dois locais. De acordo com o *Report 2: 2010 case study*, da Cidade de Johannesburgo, um dos locais do FIFA Fan Fest foi o Innes Free Park, em Sandton, enquanto o outro local foi o Elkan Stadium, no Soweto (City of

Johannesburg, 2009, p. 39). Percebe-se, portanto, que um espaço de Fan Fest localizou-se no epicentro econômico de Joburg, enquanto o outro foi montado na área segregada e fundamentalmente negra da cidade.

Ambos os locais foram concebidos com a capacidade de comportar trinta mil espectadores, sob a responsabilidade de gestão da FIFA com o auxílio da cidade de Joburg. Os espaços também seguiram o padrão FIFA de permitir somente a venda de produtos autorizados pelo ator internacional, tanto no interior do FIFA Fan Fest, quanto nos espaços ao seu redor. De acordo com o *Report 2: 2010 case study* “o Innes Free Park pode acomodar até 30.000 pessoas e é acessível para os visitantes internacionais que se hospedam em Sandton” (City of Johannesburg, 2009, p. 39)¹³⁶, o que gera, desde já, a ideia de pouca alteração ou mesmo de um reforço nas divisões socioespaciais promovidas pela fenomenologia em Joburg.

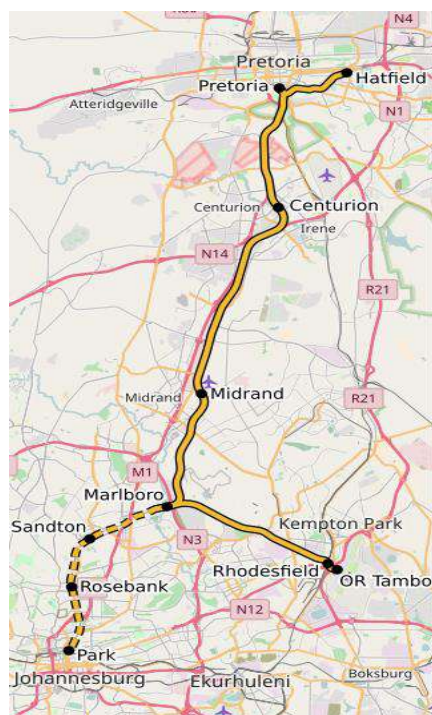
Com relação à temática da mobilidade, dois novos modais devem ser referidos: o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), denominado Gautrain, e o *Bus Rapid Transit* (BRT), chamados de Rea Vaya. O Gautrain é o tradicional meio de locomoção solicitado pela FIFA para transportar passageiros, normalmente do aeroporto da cidade-sede da Copa do Mundo FIFA para as regiões de jogos e principais acomodações. As características principais desse modal já foram abordadas no terceiro capítulo, de modo que, nesse momento, passa-se a investigar sua relação fenomenológica dentro do contexto de Joburg.

Como um dos principais projetos de mobilidade da Copa do Mundo FIFA 2014 para a cidade de Joanesburgo, a primeira fase do Gautrain teve como objetivo ligar o aeroporto OR Tambo Internacional ao bairro de Sandton e, apesar de dificuldades, foi concluída a tempo do megaevento.¹³⁷ Outras duas fases foram concluídas: as ligações de Sandton a Park Station, na região central de Joburg, e a Pretória, capital administrativa situada ao norte da cidade. É possível ver o seu trajeto no mapa abaixo:

¹³⁶ Tradução livre do autor. Grifo nosso.

¹³⁷ Mais informações disponíveis em <https://www.iol.co.za/business-report/economy/gautrain-joburg-to-pretoria-line-ready-1107888> (data de acesso 13/11/2016).

Figura 8 - Rota do Gautrain



Fonte: Wikipédia¹³⁸

É possível perceber, de forma evidente, que o novo modal liga o centro da cidade aos bairros do norte, aeroporto e Pretória, sendo, assim, um transporte que atende o público com melhores condições econômicas em Joburg. É realmente um transporte eficiente e que foi utilizado pelo acadêmico não somente para se locomover de/para o aeroporto, mas também para o deslocamento de coleta de dados em Pretória.

No entanto, os valores das passagens são caros, não sendo acessível a grande maioria dos moradores da cidade.

Essa perspectiva elitizada do Gautrain foi mencionada por representantes do Congresso dos Sindicatos Sul-africanos (COSATU) ao expor que o Gautrain é “um sistema de transporte que só serve para os ricos, porque será muito caro para a maioria dos passageiros e não vai a qualquer lugar perto de onde eles vivem”.

O BRT, por sua vez, assume uma dinâmica distinta a do Gautrain, atendendo os bairros do sul e, em especial, o norte do Soweto. Chamado de Rea Vaya, o BRT tem seu início de planejamento e preparação em 2006. É importante ressaltar que a África do Sul e, em particular, a cidade das luzes, possui um sistema de transporte público bastante precário, confuso e dominado por um peculiar modal de minivans, que são chamadas de taxis (*minibus taxis*). Os taxis-minivans cruzam a cidade e possuem um sistema de comunicações de destino com sinais de mão que qualquer sociólogo ficaria encantado em estudar, devido à sua complexidade. É um sistema de transporte, todavia, bastante

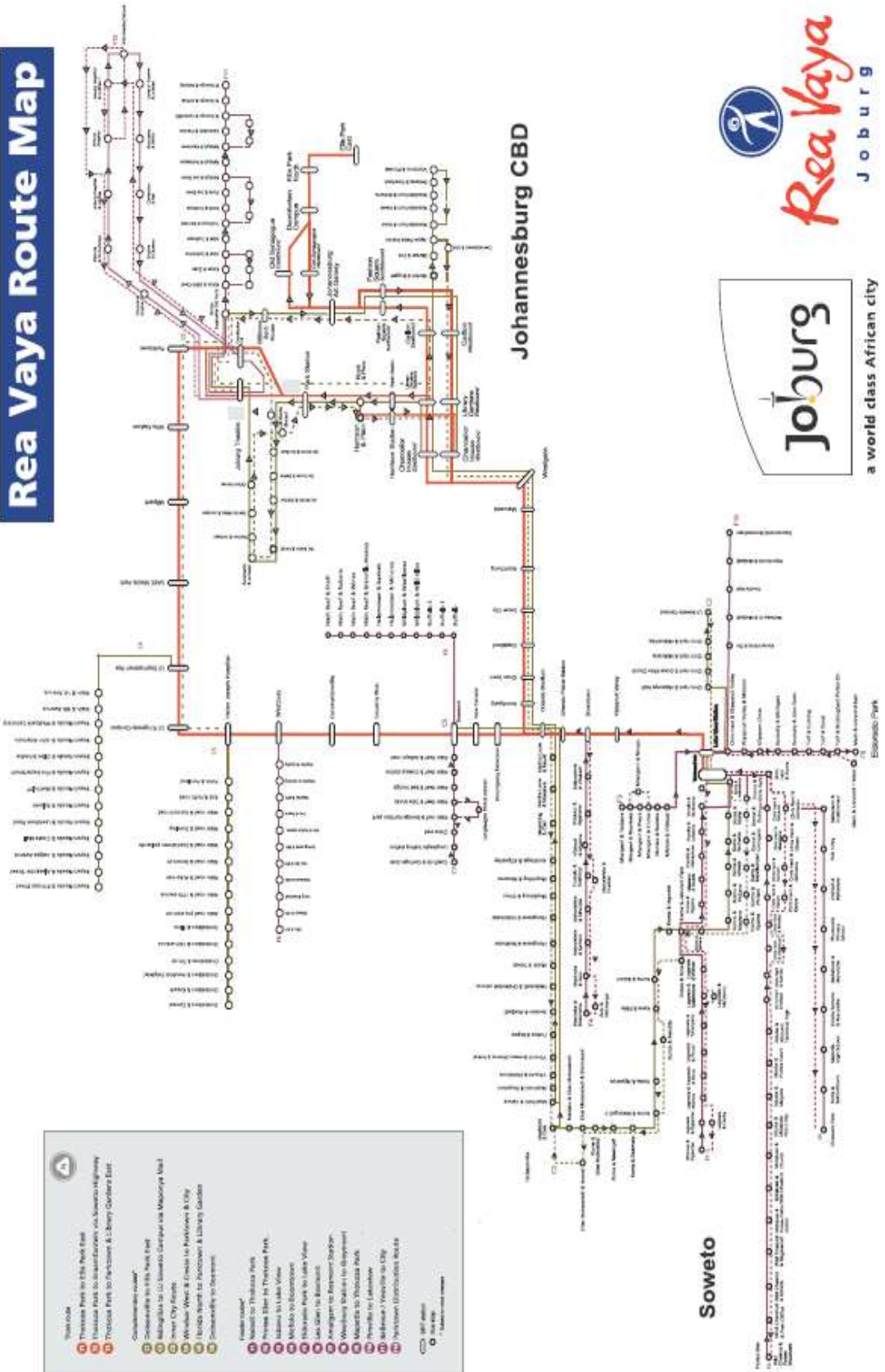
¹³⁸Disponível online em: https://en.wikipedia.org/wiki/Gautrain#/media/File:Gautrain_map_on_OSM_base.svg (data de acesso 13/11/2016).

rudimentar, com veículos muitas vezes caindo aos pedaços e chaves de fenda no lugar das direções.

Nesse sentido, um modal de transporte de grande massa como o BRT possui seu contributo, em especial, à população que necessita se deslocar das regiões do sul da cidade para as áreas centrais de comércio. O BRT começou a circular no início do segundo semestre de 2009 e conta atualmente com três rotas, que interligam o CBD e Braamfontein ao Soweto, conforme é possível visualizar no mapa abaixo, em laranja, com rotas complementares em marrom, e rotas que alimentam o Soweto e áreas adjacentes em roxo.

Figura 9 - Rea Vaya

Rea Vaya Route Map



É possível perceber que o novo modal possui uma preocupação efetiva em servir a região do Soweto e oferecer transporte ao centro da cidade, inclusive com rotas que interligam regiões adjacentes aos BRTs. Obviamente, uma tese de empuxo crítica e direcionada a investigar a fenomenologia direcionada à qualidade de vida e à justiça social, com especial atenção às populações em situações precárias, não pode deixar de examinar a dinâmica do modal BRT dentro do contexto de desenvolvimento geral da cidade e, sob essa perspectiva, esse sistema de transporte assume uma perspectiva mais conservadora. No entanto, as reflexões analíticas sobre o desenvolvimento urbano associado ao fenômeno serão abordadas no capítulo de seis e no capítulo de fechamento, visto que há ainda a necessidade de se expor outros dois eixos temáticos para a compreensão sistemática da Copa do Mundo FIFA 2010 em Joanesburgo.

É relevante, no presente momento, destacar também que no mapa das rotas do Rea Vaya aparece o logo da cidade de Joburg, com a utilização do slogan “*Joburg: World Class African City*”. Esse slogan pode ser verificado em inúmeras instituições governamentais e, por definir lógicas de políticas urbanas dentro da cidade da luz, foi alvo de investigação, propriamente referida ao final do capítulo.

Ao se avançar no estudo de caso, é possível interconectar a temática do eixo da mobilidade urbana, desenvolvida através do novo modal Rea Vaya, com o eixo de enfoque do trabalho informal. O vínculo existente entre o Rea Vaya e o trabalho informal consiste que o novo modal de BRT acaba por ser um direto ataque a economia informal da cidade de Joanesburgo, na medida em que a estrutura de transporte dos táxis-minivans configura-se como elemento relevante de tal economia na cidade.

Sob essa ótica, no momento de exposição do caso, não se busca uma reflexão analítica ou juízo de valor acerca da atuação do Rea Vaya sobre a economia informal dos táxis-minivans. É significativo, portanto, perceber que os táxis-minivans destacam-se no setor da economia informal de Joburg e, por óbvio, a formalização do transporte de massa,

¹³⁹ Disponível online em http://www.reavaya.co.za/images/stories/maps/route_map_all_latest1.pdf (data de acesso 14/11/2016)

através do modal Rea Vaya, acarreta forte redução nessa economia informal. Essa realidade é muito bem expressada por Paul, trabalhador informal do centro da cidade do ouro, cuja fala é reproduzida abaixo:

Paul: Rea Vaya foi um ataque direto ao seu setor informal porque sua indústria de táxis-minivans foi marginalizada (...) Com o Rea Vaya, o taxista não se beneficia. Você vê como a indústria de táxi-minivans aqui funciona; o motorista paga por um dia de aluguel do veículo e ele tem que fazer tantas viagens para cobrir esse valor e lucrar, é por isso que eles são tão rápidos e tão imprudentes, eles precisam de um certo número de viagens feitas.¹⁴⁰

No entanto, a fenomenologia é, no estudo de Joburg, associada à economia informal do transporte de forma particular, visto que o presente estudo possui acento investigativo no trabalho dos vendedores ambulantes nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA. O motivo central do enfoque analítico do desenvolvimento associado à gestão executiva do megaevento, sob o eixo temático do trabalho informal, atentar à economia informal associada à comercialização de produtos em áreas urbanas, consiste em averiguar o desenvolvimento urbano associado às políticas de proibições e restrições de venda e de marketing impostos pela normatização legal/ideológica da FIFA, como já referido no capítulo terceiro.

Sob o enfoque da comercialização de produtos, nas condições de informalidade, os trabalhadores relataram ao presente estudo que as novas normatizações promovidas pela FIFA para gestão executiva do megaevento não chegaram aos seus conhecimentos até a promoção, em 2009, da Copa das Confederações em Joburg. Thomas, um dos coordenadores da maior associação dos trabalhadores informais, relata com propriedade os fatos relacionados a essa temática. Destaca-se abaixo a seguinte passagem:

Falarei particularmente do setor para o qual estou trabalhando, ou seja, trabalho informal. Imediatamente a partir de 2006, quando os estádios começaram a ser construídos [reformados], os comerciantes [informais] foram autorizados a trabalhar dentro dos estádios. Eles estavam negociando lá, eles estavam vendendo comida

¹⁴⁰ Entrevista Joanesburgo – Paul, Trabalhador Informal, 13/120. Tradução livre do autor.

para os contratados, alguns deles estavam ajudando com pequenos negócios, eles iam lá e vendiam.

Imediatamente em 2009, as coisas começaram a mudar na Copa das Confederações da FIFA. Nós tivemos esperanças e fomos envolvidos nos preparativos da Copa do Mundo FIFA, especialmente nos estádios, até 2009. Quando começamos a preparar a Copa das Confederações da FIFA foi que começamos a ver que a Copa do Mundo FIFA seria muito exclusiva, especialmente para nós e nossos membros.

Foi aí que a FIFA começou a entrar com suas regras, seus estatutos e as regras da cidade de Joanesburgo começaram a não mais existir onde a FIFA estava promovendo torneios ou partidas – eram apenas os estatutos da FIFA que estavam válidos lá. Foi quando começamos a perceber que os comerciantes [informais] tinham sido excluídos.

Nesse momento, a nossa organização começou a se preparar para escrever memorandos às autoridades sul-africanas, tentando trazer os nossos membros para mais próximos dos estádios onde a Copa do Mundo FIFA seria hospedada no ano seguinte.¹⁴¹

Assim, como relata Thomas ao fim de sua fala, iniciou-se um movimento dos trabalhadores informais da cidade de Joburg para demandar às autoridades locais explicações e mudanças nas normatizações da FIFA, com o objetivo de que os vendedores ambulantes pudessem trabalhar mais próximo dos estádios oficiais da Copa do Mundo FIFA 2010. Todavia, Thomas é, mais uma vez, preciso em relatar uma realidade estrutural do fenômeno sob estudo, como se vê abaixo:

Thomas: Então, somente depois, e eu diria que não somente nós, mas mesmo os sindicatos na África do Sul, sindicatos de trabalhadores, demonstraram que não estavam felizes com o que estava chegando com a FIFA, mas, infelizmente, era muito tarde. Aprendemos muito tarde que não havia nada que pudéssemos fazer, porque a sede da FIFA está em Zurique. Não há FIFA implantada na África do Sul, exceto o Comitê Organizador Local que pertence ao time de futebol nacional.

Então, eles [SAFA] também disseram que não é nosso torneio [sul-africano], estamos fazendo o que a FIFA está nos dizendo e isso é tudo. Posso dizer-lhe que a maioria

¹⁴¹ Entrevista Joanesburgo – Thomas, Trabalho Informal, 05/36. Tradução livre do autor.

dos sul-africanos, mesmo os africanos em geral, não ficam felizes depois de saberem quais eram as regras da FIFA que estavam chegando.¹⁴²

Thomas percebe, assim, que coalizão de forças da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA opera em uma base estrutural transescalar – o que dificulta o acesso ao poder decisório do megaevento pela sociedade civil. Essa realidade, contudo, não impediu que os trabalhadores informais reivindicassem seu protagonismo no megaevento e fizessem, em 2010, uma marcha para entregar o seu memorando de reivindicações até o estádio do Soccer City, local onde se encontrava a sede do SAFA e do COL. Não foi possível precisar o que levou a isso, mas durante esse período de reivindicações dos trabalhadores informais, a coalizão transescalar de forças que regia a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA 2010 em Joburg decidiu que a zona de exclusão ao redor do estádio Ellis Park, no CBD, deveria ser reduzida pela metade, ou seja, passou de dois quilômetros para um quilômetro ao redor do aparelho esportivo.

É interessante perceber que a realidade de intenso comércio (formal e informal) da região central do CBD conseguiu influenciar as normatizações legais/ideológicas impostas pelo megaevento e, dessa forma, instigou a decisão de alterar o perímetro da zona de exclusão. A normatização legal/ideológica imposta pelo fenômeno acaba por adaptar-se, após seu impacto com a norma social. Infelizmente, mesmo sob esse contexto, as pessoas que vivem do trabalho informal na cidade da luz, quando questionados sobre as normas da FIFA e a redução da zona de exclusão, afirmaram que, a um quilômetro dos estádios, conseguiram fazer poucas vendas – ou quase nenhuma.

No entanto, os trabalhadores informais levantam uma segunda temática relacionada à normatização regida pela gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2010. Esse tópico relaciona-se com experiências normativas que foram aprendidas durante o megaevento e que tiveram continuidade através da operação denominada Limpeza por Varredura (*Cleansweep*).

A operação Limpeza por Varredura tem início em outubro de 2013, quando a prefeitura de Joburg retira 7.000 trabalhadores informais da cidade, em especial os que

¹⁴² Entrevista Joanesburgo – Thomas, liderança do trabalho informal, 05/36. Tradução livre do autor.

atuavam na região central. Os relatos apontam que as normas e ações da gestão executiva do megaevento ocasionaram um aprendizado e deixaram uma herança de repressão aos trabalhadores informais. Destacam-se algumas falas:

Paul: Os trabalhadores informais não se beneficiaram, porque os regulamentos da FIFA impactaram negativamente no trabalho informal.¹⁴³

Josias: O que a Copa do Mundo trouxe para a África do Sul, trouxe para nossa cidade, a Cidade de Joburg, em particular, e para outras cidades, uma visão contrária a nossa essência [trabalhadores informais]. Depois disso, houve algo aqui em Joanesburgo, feito pela prefeitura e chamado Operação Limpeza por Varredura em que pessoas [trabalhadores informais] foram perseguidas.¹⁴⁴

Thomas: Eles [Prefeitura de Joanesburgo] aprenderam algo ruim com as regras da Fifa. Depois da Copa do Mundo, eles começaram a oprimir o comércio informal. Eles aprenderam algo muito ruim com a FIFA que não devemos ter a permissão para nos aproximar de onde podemos vender livremente. Acreditamos que é por isso que, em 2013, o prefeito de Joanesburgo implementou a Operação Limpeza por Varredura, por meio da qual os vendedores ambulantes não podiam negociar na cidade (...) Se não fosse por esse processo judicial que ganhamos, não haveria negociação na cidade de Joanesburgo hoje – o que é algo que eu acredito que eles aprenderam com os estatutos da FIFA.¹⁴⁵

Thomas: Não sei se eles [Prefeitura de Joanesburgo] podem apresentar regulamentos mais estritos, como estatutos da FIFA, porque esse é o legado que a FIFA deixou aqui, o legado da exclusão¹⁴⁶.

Com relação à operação Limpeza por Varredura, a situação foi normalizada após demanda judicial realizada pelos trabalhadores informais, com decisão da Suprema Corte

¹⁴³ Entrevista Joanesburgo – Paul, Trabalhador Informal, 13/118. Tradução livre do autor.

¹⁴⁴ Entrevista Joanesburgo – Josias, Trabalhador Informal, 04/27. Tradução livre do autor.

¹⁴⁵ Entrevista Joanesburgo – Thomas, Trabalhador Informal, 05/37-8. Tradução livre do autor.

¹⁴⁶ Entrevista Joanesburgo – Thomas, Trabalhador Informal, 05/38. Tradução livre do autor.

autorizando o seu retorno às ruas.¹⁴⁷ No entanto, há um relato de piora das condições, em especial das estruturas existentes na cidade para o comércio informal, visto que “o que existia antes da Copa do Mundo, foi retirado. Eu acredito que é por causa do legado da FIFA, porque, quando você ia ao estádio do FBN [Soccer City], havia estruturas que estavam preparadas para os trabalhadores informais, mas quando o torneio da FIFA começou, todas essas estruturas foram retiradas”.¹⁴⁸

Todavia, apesar das condições precárias e da falta de diálogo que os trabalhadores informais experienciaram durante (e depois) a gestão executiva do megaevento, é relevante destacar o relato de que um pequeno número (78) de trabalhadores informais conseguiu autorização para trabalhar nos eventos.¹⁴⁹ Infelizmente, não foi possível confirmar tal informação por outras fontes e, assim, realizar uma triangulação de dados que garantisse que a participação desses trabalhadores informais aconteceu e a sua precisão numérica.

Salienta-se também que, entre 08 e 15 de Julho de 2009, setenta mil trabalhadores formalizados da construção civil entraram em greve nacional em toda a África do Sul. Dentre outros motivos, estão as insatisfações com os salários relacionados às construções para a promoção do megaevento. De acordo com Eddie Cottle, no livro “*South Africa’s World Cup: A Legacy for Whom*” a greve foi um evento histórico, visto que, desde o início das obras para a Copa do Mundo de 2010, foi a primeira vez que ocorreu na África do Sul uma greve geral (Cottle, 2011, p. 101/03).

Assim, com relação à exposição do estudo efetivado em Joburg, no eixo do trabalho informal, destaca-se ainda algumas falas antes de entrar-se, propriamente, na investigação de caso do eixo temático da moradia informal. Evidencia-se, assim, uma fala de cada um dos trabalhadores informais entrevistados.

Thomas: Eu posso te falar, nesse momento, você sabe muito bem, a FIFA não entrega o que promete entregar em qualquer país-sede, em qualquer continente sede.¹⁵⁰

¹⁴⁷ Mais informações em <https://informalcity.wordpress.com/2014/05/21/decoding-operation-clean-sweep-the-place-of-street-traders-in-the-world-class-african-city/> (data do acesso 20/11/2016).

¹⁴⁸ Entrevista Joanesburgo – Thomas, Trabalhador Informal, 05/38. Tradução livre do autor.

¹⁴⁹ Entrevista Joanesburgo – Paul, Trabalhador Informal, 13/119. Tradução livre do autor.

¹⁵⁰ Entrevista Joanesburgo – Thomas, Trabalhador Informal, 05/37. Tradução livre do autor.

Paul: Eu penso que os benefícios da Copa do Mundo FIFA foram extremamente mínimos para os pobres (...) as condições de trabalho nesse país estão piores que antes.¹⁵¹

Josias: Foi somente o negócio formal que talvez tenha se beneficiado com a Copa do Mundo FIFA, porque nós [trabalhadores informais] fomos informados que a Copa do Mundo FIFA estava trazendo mudanças para nossas vidas, que estava trazendo melhores condições de vida para todos. Infelizmente, não foi para nós, para nós não houve melhoria na vida. Nós estamos no mesmo lugar. Eu posso dizer que o rico ficou mais rico e que o pobre ficou mais pobre.¹⁵²

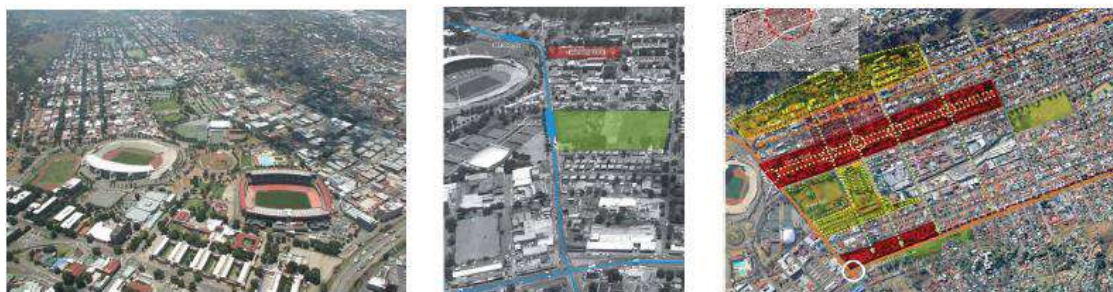
Em sequência, portanto, avança-se ao estudo de caso da cidade da luz com relação ao eixo temático da moradia precária. Como será de praxe para a presente investigação, procurou-se uma região/comunidade próxima ao estádio-sede dos jogos e se investigou a atuação fenomenológica com os espaços de moradia precária. No caso de Joburg, que possui dois estádios, foi selecionado o Ellis Park Stadium, especialmente devido a sua dinâmica socioespacial, já mencionada neste subcapítulo.

Assim, como uma das barreiras do cinturão institucional, o Ellis Park Stadium assenta-se em uma região que já sofria interesse de mudança e revitalização do espaço, antes mesmo da promoção do megaevento. Contudo, com a chegada do megaevento, o projeto de revitalização da região tomou um novo fôlego, em especial, com a realização dos jogos no estádio Ellis Park, com a passagem de um BRT na região e com a possibilidade de uma reurbanização da moradia na área, que deveria ter início por meio do bloco prioritário (priority block). Nesse contexto, definiu-se o bloco prioritário como o espaço de moradia precária próximo ao estádio Ellis Park a ser investigado. Os mapas abaixo são parte do documento de recomendações do plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium, produzidos em 2008 pela Agência de Desenvolvimento de Joanesburgo (Johannesburg Development Agency – JDA) e demonstram bem a realidade do local, com especial destaque à região do bloco prioritário (vermelho) e à linha do BRT (azul) em (City of Johannesburg, 2008, p. 01).

¹⁵¹ Entrevista Joanesburgo – Paul, Trabalhador Informal, 13/121-22. Tradução livre do autor.

¹⁵² Entrevista Joanesburgo – Josias, Trabalhador Informal, 04/26. Tradução livre do autor.

Figura 10 - Bertrams Priority Block



Draft support documentation to the recommendations
to SAHRA for the Priority Block, Bertrams, Johannesburg

OCTOBER 2008

Fonte: Johannesburg Development Agency¹⁵³

A Agência de Desenvolvimento de Joanesburgo foi a estrutura do poder administrativo responsável por conceber e executar não somente o projeto de revitalização da região do entorno do Ellis Park Stadium,¹⁵⁴ mas também boa parte das obras relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2010 em Joburg. Assim, por razão da passagem da linha de BRT na região, que exigiu alargamento viário, estabelecimentos comerciais e casas residenciais tiveram que ser removidas ao longo da linha azul do mapa central. De acordo com Maria, responsável pela parte executiva do projeto, não houve grandes problemas para remover os moradores que detinham documentos de propriedade dos imóveis, visto que os termos eram o pagamento integral de indenizações ou remoções para igual condição.¹⁵⁵

Com relação à região do bloco prioritário, de acordo com Maria “a grande maioria dos proprietários estava no exterior e todos os edifícios foram invadidos ilegalmente, ocupados. Então, esse foi um dos maiores desafios”.¹⁵⁶ Vale lembrar que boa parte dos

¹⁵³Plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium, produzido pelo JDA, Capa de Abertura, página 01. Arquivos pessoais do investigador. Versão semelhante disponível online em: http://www.jda.org.za/tenders/2009/draft_support_docs.pdf (data de acesso 20/11/2017).

¹⁵⁴ É possível perceber, mais uma vez, o slogan “World-Class African City”.

¹⁵⁵ Entrevista Joanesburgo – Maria, Servidora Pública, 15/145. Tradução livre do autor.

¹⁵⁶ Entrevista Joanesburgo – Maria, Servidora Pública, 15/145. Tradução livre do autor.

moradores e proprietários de imóveis da região central de Joanesburgo abandonaram a área com o fim do regime do apartheid. Assim, inúmeros prédios e casas foram ocupados por moradores que se deslocaram da região periférica para o centro da cidade de Joanesburgo com o fim do regime. O caso do bloco prioritário não é distinto.

Dessa forma, pelos relatos da gestora, o JDA entrou em contato com os respectivos proprietários e acordou valores que foram facilmente aceitos, pois as propriedades estavam abandonadas há muitos anos, em especial, na região do bloco prioritário. Após a compra das propriedades entre 2008/2009, iniciou-se o processo de tentativa de remoção dos ocupantes, para assim, proceder-se à demolição dos prédios e à “revitalização” da área.

De acordo com o documento de recomendações do plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium, em 2004 a cidade de Joanesburgo aprovou a estrutura de design urbano para a região do Ellis Park, com recomendações que representam a visão geral e os parâmetros para a regeneração da área toda, a fim de tornar “a região do Ellis Park uma área de classe mundial [world-class] competitiva, segura, fora de perigo, vibrante e sustentável, bem como principal destino de escolha para esportes e recreação dentro da cidade de Joanesburgo”.¹⁵⁷

Os dados coletados em observação direta na região do bloco prioritário, em 2014, demonstraram uma realidade bastante distinta da proposta do plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium em 2008. A motivação para as intervenções na região, diretamente associadas à fenomenologia, parece ter mais relação com a justificativa apresentada por Maria em sua entrevista e reproduzida abaixo:

Maria: Nós [JDA] tivemos que tentar e certificar, por exemplo, que o alargamento da rua [azul no mapa]¹⁵⁸ era importante, que o BRT era importante, nós estávamos tentando em função dos estrangeiros¹⁵⁹ que estavam vindo para a África do Sul. Nós não queremos em todos os

¹⁵⁷Plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium, produzido pelo JDA, página 5. Arquivos pessoais do investigador. Versão semelhante disponível online em: http://www.jda.org.za/tenders/2009/draft_support_docs.pdf (data de acesso 20.11.2017).

¹⁵⁸A rua mencionada por Maria consiste na rua que passa próxima ao estádio Ellis Park, do plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium e representada em azul no mapa acima: Bertrams Priority Block,

¹⁵⁹ A tradução em sentido literal seria pessoas internacionais (international people).

noticiários que estrangeiros vieram a África do Sul e foram imediatamente roubados. Nós sabíamos que a taxa de criminalidade era muito alta e que ao remover aquelas pessoas, a taxa de criminalidade iria reduzir.¹⁶⁰

Assim, tornou-se imprescindível remover moradores daquela região. O processo de remoção dos moradores do bloco prioritário aconteceu sob duas perspectivas estratégicas: uma através de assembleias coletivas com os moradores em local determinado pelo JDA; a outra, com visitas de representantes do JDA ao local. As assembleias eram sempre conduzidas na parte da noite, enquanto os encontros com os moradores eram sempre feitos durante o dia, de forma individualizada. De acordo com o relato de Maria, por ser uma região perigosa, eram realizados sob a escolta de seis viaturas da polícia.¹⁶¹

A sequência do relato de Maria revela que as principais dificuldades para remoção dos moradores enfrentadas pelo JDA na região do bloco prioritário foram os auxílios de um determinado escritório de advocacia, que estava sempre tendendo “ou proteger, ou informar, ou dizer que essas pessoas tinham direitos”¹⁶² e o trabalho de algumas lideranças comunitárias. Uma história específica vale ser mencionada. Veja-se o diálogo de Maria abaixo:

Maria: Não, ele [líder] era da comunidade, então o que aconteceu é que aquele final de semana... no sábado anterior eu tinha visto no jornal que eles [polícia] estavam procurando por ele [líder]. O diretor da polícia sabia que ele era um desafio para o meu projeto e disse “Maria se você vir ele, é só me chamar”. Antes mesmo que eu pudesse fazer isso, a polícia já o tinha prendido. Então, por volta de 05 e 06 de maio, eu tinha removido as pessoas, enquanto ele [líder] estava na cadeia.

Entrevistador – Então você teve sorte?

Maria: Foi fantástico, o que aconteceu foi que então as 228 pessoas foram removidas.

Entrevistador: Então, você teve muitos problemas com as comunidades?

Maria: Majoritariamente com as lideranças.

¹⁶⁰ Entrevista Joanesburgo – Maria, Servidora Pública, 15/153. Tradução livre do autor.

¹⁶¹ Entrevista Joanesburgo – Maria, Servidora Pública, 15/147.

¹⁶² Entrevista Joanesburgo – Maria, Servidora Pública, 15/147-8. Tradução livre do autor.

Logo após a prisão do líder comunitário, portanto, em maio de 2009, 228 pessoas foram removidas.¹⁶³ A remoção foi feita para um prédio que foi adaptado para receber essas pessoas e que se localizava razoavelmente próximo ao bloco prioritário. A estrutura do prédio era composta de quartos, com banheiros e cozinhas coletivos, no qual todos passaram a pagar aluguel, em valores um pouco abaixo dos de mercado. Infelizmente, não foi possível uma visita ao local por questões alheia ao desejo do investigador, mas relatos de descontentamentos dos moradores do local foram recebidos pelo acadêmico. De acordo com a gestora, após a remoção das 228 pessoas, permaneceram ainda 151 pessoas na região do bloco prioritário, sendo que o motivo para não remoção completa dos moradores foi que o local em que eles seriam assentados deixou de ser disponibilizado pela prefeitura de Joanesburgo¹⁶⁴.

É indispensável mencionar que o contexto da prisão desse líder comunitário é bastante controverso, visto que ele também foi entrevistado pela pesquisa.¹⁶⁵ A expectativa inicial do encontro era aprofundar conhecimento acerca da complexidade da questão habitacional no centro de Joanesburgo. A entrevista, todavia, extrapolou em muito esse objetivo e, por uma questão de compromisso com os menos favorecidos, deve ter parte de sua história revelada.

No encontro, o líder comunitário relatou que passou mais de quatro anos preso sem um julgamento, sob a acusação de fraude, invasão e sequestro de prédios,¹⁶⁶ sendo absolvido ao final por falta de provas. Na prisão contraiu HIV, quase faleceu por uma infecção, perdeu a companheira, a família e sua única casa. Não há, entretanto, certeza

¹⁶³ Há uma indefinição se foram 229 pessoas ou 229 famílias. Por razão de esse estudo ser de cunho eminentemente qualitativo e, assim, possuir reduzido acento quantitativo, optou-se por trabalhar com o número conservador de 229 pessoas.

¹⁶⁴ Entrevista Joanesburgo – Maria, Servidora Pública, Joanesburgo, 15/144-52.

¹⁶⁵ Entrevista Joanesburgo – Carlos, Líder Comunitário, 11/90-104.

¹⁶⁶ Os prédios sequestrados consistem em um dos problemas mais complexos de Joburg, em especial, em seu CBD. O fenômeno do sequestro de prédio configura-se quando um dos prédios da cidade acaba por ser controlado por um grupo de pessoas, sob uma organização em estilo de máfia ou de gangue. Ao tomar o prédio, essas organizações passam cobrar valores pela locação das habitações de forma irregular e, muitas vezes, truculenta, sem o pagamento dos devidos impostos. É um problema habitacional crônico na região e que de alguma forma tem se procurado reduzir. A reportagem a seguir mostra um pouco dos esforços da Prefeitura de Joanesburgo em coibir tais situações, veja-se: <https://www.iol.co.za/business-report/joburg-plans-to-turn-hijacked-buildings-into-rental-housing-10719375> (data de acesso 20/11/2017)

sobre as intenções desse líder comunitário para com os moradores da região, visto relatos desfavoráveis de Carla – outra entrevistada e coordenadora de uma reconhecida Organização Não Governamental voltada à habitação precária para a região central de Joburg.¹⁶⁷

É possível evidenciar, todavia, que esse líder comunitário apresentava-se como um desafio ao projeto de remoção dos moradores do bloco prioritário e, assim, relacionar a sua prisão ao incremento de políticas de remoção de pessoas em situação de moradia precária em regiões de influência fenomenológica. De alguma forma, portanto, sua atuação contrária ao plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium decretou que muito de sua vida fosse destruída, através de um encarceramento, sem julgamento, por mais de quatro anos. Infelizmente, projeta-se que esse deva ser apenas um relato, dentre incontáveis outros, de injustiças cometidas a pessoas associadas à temática da moradia precária.

Com relação aos 151 moradores que permaneceram na região do bloco prioritário, a entrevista conduzida com representantes de um dos prédios da área revelou que os residentes, após quatro anos da edição do megaevento e oito do início do plano, ainda lutavam por conseguir fornecimento regular de água e luz.¹⁶⁸ A água era puxada de forma irregular de outro prédio próximo e não havia fornecimento de luz às habitações. Inclusive, a temática do sistema de fornecimento de luz na África do Sul vale relevante aparte, visto que afeta, em especial, o eixo temático da moradia precária.

Pelo que foi possível averiguar, o país-sede da Copa do Mundo de 2010 opera sob dois sistemas de fornecimento de luz: o sistema de luz pós-pago e pré-pago. O sistema de fornecimento de luz pós-pago segue a regra do fornecimento constante e regular de serviços públicos, comum ao redor do mundo, no qual se fornece o serviço e ao final do mês recebe-se uma cobrança dos valores gastos com eletricidade.

O sistema de fornecimento de luz pré-pago, por sua vez, não se estrutura como um serviço de fornecimento constante e regular de serviço público, pois se encontra operante somente enquanto o usuário possuir créditos de eletricidade previamente

¹⁶⁷ Entrevista Joanesburgo –Carla, Associação Civil Moradia Precária, 03.

¹⁶⁸ Entrevista Joanesburgo –Moradores Bloco Prioritário, 02/12-18.

adquiridos. Assim, toda vez que os créditos de luz acabam, deve-se comprar mais, ou o serviço de luz é interrompido.

Obviamente, para pessoas que possuem uma situação financeira estável, ambos os sistemas funcionam bem e se pode escolher qual deles que melhor se ajusta a sua vida. Contudo, pessoas que não possuem uma estabilidade financeira ou encontram-se em determinadas áreas, normalmente as mais precárias, não possuem a opção de receber ligações de luz por meio do sistema pós-pago, estratégia das companhias de luz para evitar inadimplência. Independentemente do debate sobre a legitimidade das companhias de buscar mecanismos contra inadimplência, o fornecimento de luz por meio do sistema pré-pago estrutura uma forma de tornar precário o fornecimento de um dos bens mais essenciais à vida contemporânea, a eletricidade.

Voltando ao caso em tela, após quatro anos da edição do megaevento e oito anos depois do lançamento do plano de desenvolvimento para a região próxima ao Ellis Park Stadium, os moradores da *Barea road*, rua central do bloco prioritário, continuavam sem o fornecimento de eletricidade. O relato de uma das lideranças, que mora na região desde 1993, expôs que eles já tiveram acesso à eletricidade, mas que o serviço foi retirado quando se intensificou o plano de reurbanização da região e ocorreram as remoções dos moradores. Desde então, ela mesma já esteve em inúmeros departamentos governamentais solicitando a ligação de luz, sob o sistema pré-pago, visto que, assim, não haveria problemas com inadimplência.¹⁶⁹

Durante a observação direta na região do bloco prioritário, foi possível verificar também que algumas casas ainda tinham pichações em verde, sob a forma de um “X”, o que, de acordo com os moradores, significava que a edificação deveria ser demolida. Os escombros das edificações já demolidas não se encontravam no local, o que não permitia o acúmulo de lixo e animais, mas provia a visão de um queijo suíço à região. Na entrada da *Barea road*, em um terreno com edificações provavelmente demolidas, havia uma placa com o símbolo da cidade de Joanesburgo, o logo “World-class African City”, o símbolo do JDA e escrito “Bertrams – desenvolvimentos de usos mistos. Essas

¹⁶⁹ Entrevista Joanesburgo – Joana, Moradora Barea Road, Bloco Prioritário, Joanesburgo, 02/17

propriedades foram identificadas para desenvolvimento subsequente pela Cidade de Joanesburgo”, seguido do nome e do contato pessoal de responsável pelo JDA.

Figura 11 – Placa Bertrams



Fonte: Arquivo Pessoal Investigador

Por fim, é necessário fazer referência ao slogan “World-class African City”, que foi visto em inúmeras estruturas governamentais de Joburg. Em uma tradução literal o slogan que se constitui como lema da cidade significa “cidade africana de classe mundial”. Obviamente, nessa perspectiva, o slogan/lema de Joburg extrapola a condição de mera propaganda e se propõe como um conceito de força-ação relacionado ao desenvolvimento urbano associado à cidade da luz. Assim, sob a finalidade de melhor compreender esse conceito de força-ação e, dessa forma, aprofundar a investigação de estudo de campo da cidade-sede da Copa do Mundo de 2010, duas outras perguntas, reproduzidas abaixo, foram feitas aos entrevistados de Joburg:

1. O que significa conceber Joanesburgo como uma “world-class african city”?
2. É possível verificar alguma inter-relação entre Joanesburgo como uma “world-class african city” e a Copa do Mundo FIFA?

Com relação à primeira questão, recebeu-se uma gama de respostas, que vão desde a relevância do slogan contra o afro-pessimismo, que acredita na inferioridade do país, passando pela representação de falta de medo de Joburg em competir com outras potências da economia mundial, mas também pela ideia de que o lema serviria somente para o pensamento dos investidores, bem como representaria uma forma imperialista de fazer as coisas através de uma nova interpretação do capitalismo. Tais respostas demonstram, assim, gramática plural da compreensão política do conceito de força-ação provido por Joanesburgo como uma cidade africana de classe mundial. No presente momento, todavia, não irá se aprofundar em uma reflexão analítica desse slogan/lema/conceito que é eivado de perspectivas da economia política e do desenvolvimento urbano, na medida em que esse objetivo é reservado ao último capítulo da presente investigação.

Com relação à segunda pergunta, obteve-se, da mesma forma, uma pluralidade de respostas interconectando Joburg como “world-class african city” e a Copa do Mundo FIFA, o que gerou material analítico para traçar paralelos entre a fenomenologia, o conceito de força-ação e o desenvolvimento da cidade do ouro. Essas reflexões também serão abordadas no próximo capítulo.

No entanto, sob a finalidade de concluir o presente subcapítulo e também atizar a curiosidade do leitor, adianta-se que, independentemente da perspectiva crítica ou não ao slogan/propaganda/conceito, os entrevistados, de forma unânime, associaram a direta interlocução entre as concepções de Joanesburgo como “uma cidade africana de classe mundial” e o desenvolvimento relacionado ao fenômeno.

Assim, sem delongas, passa-se ao próximo subcapítulo, que se reserva à exposição do estudo de caso da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2010 na Cidade do Cabo, município metropolitano do Cabo Ocidental.

4.2 A Cidade do Cabo e o Ponto de Rotação do Megaevento

A Cidade do Cabo é o polo atrativo do turismo na África do Sul e, com isso, é também um polo atrativo do capital. Com pouco mais de quatro milhões e meio de habitantes, a segunda maior cidade do país tem uma formação histórica colonial que se inicia com as primeiras navegações europeias e consolida-se com a fundação da Companhia Holandesa das Índias Orientais, em 1652. Diferentemente de Joanesburgo, portanto, a Cidade do Cabo possui uma longa história de produção colonial da cidade, o que fornece, quando comparada a Joburg, um legado socioespacial menos assentado durante o período do apartheid. Tal realidade não exclui a essência constitutiva desigual da cidade, mas expressa que a formação de suas divisões socioeconômicas não possui um período histórico catalizador, ou seja, não há a formação de cinturões espaciais, como no caso de Joburg.

No entanto, a cidade número um de destino turístico da África do Sul possui uma particular morfologia espacial, o que tem não somente papel na divisão socioespacial da cidade, mas também grande significado na própria definição do território do megaevento. A cidade possui uma região próxima ao mar formada por montanhas e, dentre elas, destaca-se a belíssima montanha de topo plana denominada “montanha de mesa” (*Table mountain*). A *Table mountain* domina a paisagem da Cidade do Cabo e é um dos pontos turísticos de maior destaque do país-sede da Copa do Mundo FIFA de 2010.

Todavia, de forma distinta do que irá se verificar no caso do Rio de Janeiro, a *Table mountain* não possui assentamentos humanos e, portanto, não dinamiza uma divisão socioeconômica verticalizada na Cidade do Cabo. Na verdade, a *Table mountain* tem relevante contributo à separação socioeconômica radial do espaço urbano da metrópole da região do Cabo Ocidental, bem como possui destaque no ponto de rotação (*spacial turn*) do território de atuação fenomenológica.

O conceito de ponto de rotação de Georg Simmel é trazido pelas autoras Mônica Carvalho e Clarissa Gagliardi em texto referente à Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade de São Paulo (Carvalho & Galhiardi, 2015)¹⁷⁰ e pode ser, da mesma forma, estendido ao

¹⁷⁰ Nas próprias palavras de Georg Simmel “Uma significação sociológica mais especial da fixação no espaço pode ser designada pelo termo simbólico de “ponto de rotação”: a fixidez espacial de um objeto de interesse provoca determinadas formas de relação que se agrupam em torno dele. (...) A sua fixação local não era como aquela de um objeto substantivo que fosse reencontrado sempre no mesmo ponto, mas como aquela, na realidade, ideal de um ponto de rotação que mantém um sistema de elementos a uma distância e

caso da Cidade do Cabo. O conceito de ponto de rotação de Georg Simmel pode ser aplicado ao caso da Cidade do Cabo, na medida em que há, de forma semelhante ao caso de São Paulo, uma alteração da proposta inicial de estádio-sede dos jogos do megaevento. Nesse sentido, o ponto de rotação provido pela mudança do estádio-sede das partidas do megaevento promove um giro no território da atuação fenomenológica e reorganiza o desenvolvimento urbano associado à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. No entanto, para a compreensão do ponto de rotação associado ao estudo de caso, torna-se fundamental acumular algumas informações sobre as divisões socioeconômicas da Cidade do Cabo.

Normalmente, a exposição do estudo de campo partiria de um mapa que demonstrasse as regiões administrativas do município metropolitano, juntamente com mapa da localização da província de Cabo Ocidental dentro da África do Sul. Todavia, a Cidade do Cabo não possui divisões administrativas, sendo concebida como uma “unicidade”, motivo pelo qual, adianta-se, assim, o mapa da distribuição de renda da cidade, que demonstra com excelência os limites do município metropolitano, bem como já propicia inicial compreensão das divisões socioeconômicas do território da Cidade do Cabo:

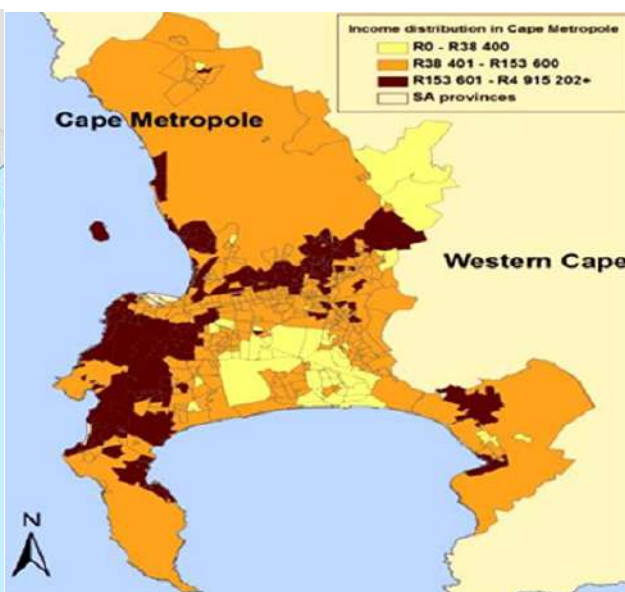
Figura 12 - Província de Cabo Ocidental Figura 13 - Distribuição de Renda na Cidade do Cabo

em interação determinada, em interdependência recíproca. É sempre lá onde o contato ou a junção de elementos de resto independentes só pode correr em um local determinado, que a localidade fixada adquire significado como ponto de rotação de relações sociológicas. (...) Por toda parte, as cidades funcionam como pontos de rotação de transações para o seu entorno mais próximo e mais distante; isto é, cada uma faz com que se gerem em seu interior inúmeros pontos de rotação, permanentes ou variáveis, para ações de transação (Simmel, 2013, p. 85–87).



Legenda Mapa 11: África do Sul com destaque a Província Cidade do Cabo

Fonte: Wikipédia¹⁷¹



Legenda Mapa 12: Regiões Escuras com Maior Índices de Renda

Fonte: Willemse, 2010, 07¹⁷²

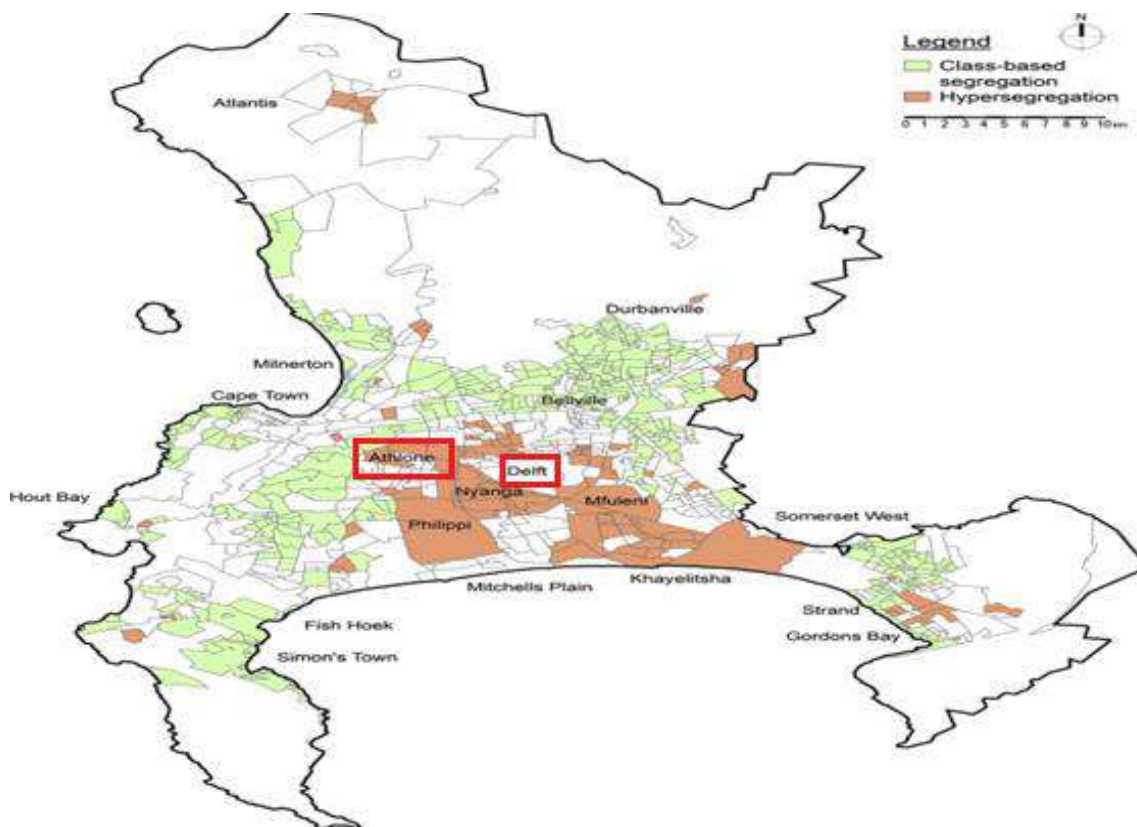
É possível perceber no mapa da distribuição de renda na Cidade do Cabo um contraste socioeconômico entre a região situada próxima ao mar e uma faixa ao norte da cidade, com rendas acima de 153 601 rands, tendo a região central do município rendas de até 38 400 rands. O estudo de caso entende como fundamental a dicotomia entre as regiões litorânea e central e, com a finalidade de melhor caracterizar essas duas regiões, expõe outros dois mapas. O primeiro mapa faz referência à divisão de segregação na cidade do Cabo, sob o paradigma de uma segregação de classe e hipersegregação, com destaques (quadrados em vermelho) delineados pelo autor para as regiões de Athlone e Delf. Por sua vez, o segundo mapa traz, em pontos vermelhos, a localização dos

¹⁷¹ Disponível online em: https://en.wikipedia.org/wiki/Western_Cape#/media/File:Western_Cape_in_South_Africa.svg (data de acesso 07/12/2016).

¹⁷² Mapa produzido por Lodene Willemse, em sua tese de mestrado com o título Community/neighbourhoodpark use in Cape Town: A class-differentiated analysis referência em (Willemse, 2010, p. 07), disponível online em: https://www.researchgate.net/profile/Sanette_Ferreira/publication/241715290/figure/fig1/AS:393176876634118@1470752080697/Figure-1-Income-distribution-in-the-Cape-Town-metropolitan-area.png(data de acesso 07/12/2016)

assentamentos informais na Cidade do Cabo com destaques (quadrados em vermelho) às regiões do *Sea Point* e Athlone.

Figura 14 - Segregação na Cidade do Cabo

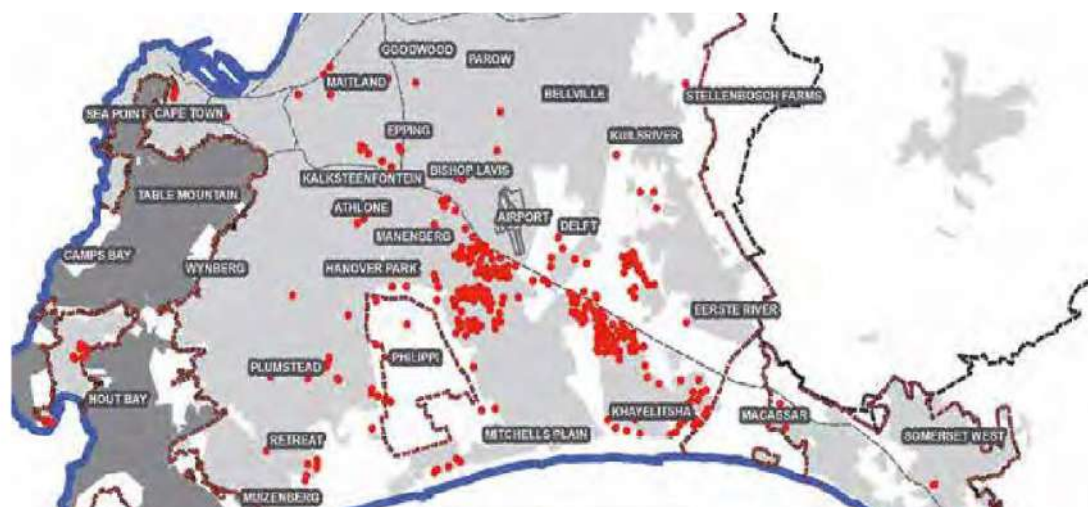


Legenda Mapa 13: Verde – Segregação com base em Classe. Marrons – Hipersegregação.

Fonte: Urban Metabolism¹⁷³

Figura 15 - Assentamentos Informais na Cidade do Cabo

¹⁷³ Mapa constante no estudo *Urban metabolism: A review with reference to Cape Town*, (Currie, Musango, & May, 2017), disponível online em <https://ars.els-cdn.com/content/image/1-s2.0-S0264275116308976-gr17.jpg> (data de acesso 07/12/2017).



Legenda: Pontos em Vermelho Representam Assentamentos Informais

Fonte: City of Cape Town¹⁷⁴

Os mapas reforçam, assim, a dicotomia entre a região do chamado *Sea Point*, localizado ao noroeste da *Table mountain*, e a região denominada de *Cape Flats* (região plana a Cidade do Cabo), na parte central do município metropolitano, com especial destaque às regiões de Athlone e Delf. É possível verificar, portanto, que, no que diz respeito à divisão socioeconômica, a Cidade do Cabo possui uma região empobrecida em seu centro (*Cape Flats*) e vai expandindo-se até chegar ao um de seus epicentros econômicos, a região do *Sea Point*. O contraste socioeconômico entre a região de *Cape Flats* e do *Sea Point* recebe, portanto, ênfase analítica na investigação e marca a dinâmica de desenvolvimento associado à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA 2010.

Conforme já mencionado, o caso de estudo da Cidade do Cabo possui um ponto de rotação, visto que há uma alteração na proposta inicial do aparelho esportivo que iria sediar os jogos do megaevento. Essa rotação ocorre quando a proposta inicial do *bid book* de executar as partidas no Newlands Rugby Stadium é abandonada devido à sua pequena capacidade de público, que somente comportaria jogos até as quartas de final. Como a

¹⁷⁴ Mapa parte integrante do Five Year Integrated Development Plan 2012-2017 da (Cidade do Cabo, 2015), página 89, disponível online em <http://www.capetownpartnership.co.za/wp-content/uploads/2015/11/IDP-2015-2016-review.pdf> (data de acesso 07/12/2016). Recorte e zoom nas áreas de interesse realizado pelo autor.

Cidade do Cabo tinha pretensões de promover um dos jogos da semifinal da Copa do Mundo FIFA de 2010, tornou-se necessário escolher um novo aparelho esportivo.

Inicia-se, assim, a tentativa de afirmar a FIFA que a Cidade do Cabo, por ser de grande potencial turístico e importante para a África do Sul, condições ideais de receber uma das partidas da semifinal. A fala do urbanista governamental Steward que fez o desenho urbano para o novo estádio é emblemática: “e lembre-se, nós estávamos competindo com Durban, já que Joanesburgo promoveria a final, então era diferente”¹⁷⁵. Steward evidencia não somente a dinâmica de conceber a cidade enquanto uma unidade competitiva, a fim de atrair economias associadas à indústria do megaevento, mas também que essa competição acaba por ocorrer inclusive com outras cidades do mesmo país.

Logo em sequência, portanto, o governo local começa a propor a reforma e preparação de um novo estádio, o Athlone Stadium, com a finalidade de receber a partida da semifinal da Copa do Mundo FIFA de 2010. Uma parte do governo local compreendia que a localização do Athlone Stadium, na região de Athlone, era interessante, pois se situava na transição entre o *Cape Flats* e regiões nobres da cidade. De acordo com Marcela, servidora municipal e coordenadora de uma das maiores pesquisas públicas promovidas sobre a Copa do Mundo 2010,¹⁷⁶ o local tinha uma excelente acessibilidade tanto por trem, quanto por carros, e já comportava uma estação de energia que daria conta das necessidades para o megaevento. As falas de Marcela e de Sara, acadêmica que coordenou juntamente com Marcela a investigação pública sobre o megaevento na Cidade do Cabo, são emblemáticas e válidas de reprodução:

Marcela: Então, é por isso que a Cidade queria lá [Athlone], está mais perto dos participantes de futebol, espectadores e eles [Governo Municipal] viram como uma forma de ajudar a região para assim estimular nova área, porque a cidade queria mover sua centralidade, queria mover a centralidade, porque você pode ver a cidade está

¹⁷⁵ Entrevista Cidade do Cabo – Steward, Servidor Público, 05/39. Tradução livre do autor.

¹⁷⁶ Referência a pesquisa “City of Cape Town 2010 FIFA World Cup: Socio-Economic Impact Assessment – Short-Term Impacts on Cape Town” disponível em: http://etd.cput.ac.za/bitstream/handle/20.500.11838/1628/208127992_visser_sd_mtech_sport_bus_2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y (data de acesso 02.08.2016).

bastante congestionada, está bem, mas é muito desigual espacialmente. Então, queria-se mover algumas das atividades e criar novos centros.¹⁷⁷

Sara: Havia uma espécie de posição da Cidade [governo local] ou um grupo da Cidade que achava que a competição deveria ser no estádio Athlone, certo. O estádio era eventualmente um local de treinamento, mas havia um grupo dentro da Cidade que sentiu que, a partir de uma agenda de transformação e de desenvolvimento, deveria se localizar o estádio dentro do eixo ou região do Athlone, bem como também havia a visão de algumas pessoas que deveria ser desenvolvido lá por ser a casa do futebol.¹⁷⁸

É possível perceber, portanto, que havia nítido interesse do governo local em condensar o território da Copa do Mundo de 2010 na Cidade do Cabo em Athlone, a fim de estimular uma nova centralidade urbana, com investimentos e melhorias na região. Todavia, no final de 2005, o Comitê de Inspeção Técnica da FIFA promove uma vistoria nos locais de execução dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2010 e se posiciona contrário às partidas no Athlone Stadium, por dois argumentos centrais: primeiro, de acordo com o Comitê, o Athlone Stadium orientava-se em um ângulo incorreto com relação ao sol; segundo, o aparelho esportivo encontrava-se muito distante da bela *Table mountain* e, assim, não seria possível filmar o estádio a partir de ângulos em que ao fundo aparecesse a famosa montanha.

Acerca do tema, o especialista em transporte Christian revela que “os capetonianos, de forma coletiva, provavelmente colocariam o [novo] estádio em Athlone e, ao final, o que realmente aconteceu foi que eles conseguiram um estádio secundário em Athlone, então o estádio Athlone foi significativamente melhorado, mas você sabe que Athlone está geograficamente no centro da cidade e está muito mais perto das comunidades mais pobres, embora não esteja muito longe das áreas ricas”.¹⁷⁹ O urbanista Steward, no entanto, reafirma a importância da proximidade do novo aparelho esportivo com a *Table Mountain* ao versar que “o estádio tinha que estar perto da *Table Mountain*,

¹⁷⁷ Entrevista Cidade do Cabo – Marcela, Servidora Pública, 03/25. Tradução livre do autor.

¹⁷⁸ Entrevista Cidade do Cabo – Sara, Acadêmica, 02/13. Tradução livre do autor.

¹⁷⁹ Entrevista Cidade do Cabo – Christian, Acadêmico, 6/56. Tradução livre do autor.

que é a estrutura icônica da cidade e é como a Cidade do Cabo é conhecida. Então, você não pode tê-lo longe no *Cape Flats*, em Athlone e não ver a *Table Mountain*”.¹⁸⁰

Alguns meses depois da visita do Comitê de Inspeção Técnica da FIFA, portanto, a coalizão de forças transescalar que regia a Copa do Mundo FIFA 2010 na Cidade do Cabo abandona o plano de realizar os jogos no Athlone Stadium. Uma nova proposta ganha força e vence a disputa de localização do aparelho: o novo estádio deveria ser construído na região do *Sea Point*, mais especificamente na área de *Green Point*.

Conforme já exposto, a região do *Sea Point* encontra-se em uma parte nobre da cidade, e a área do *Green Point* possuía um zoneamento público/comunitário (*common*), ou seja, o aparelho construído na área não poderia simplesmente privatizar o acesso à região. O zoneamento público/comunitário (*common*) era proveniente de um processo histórico de situar na região aparelhos esportivos, em especial, uma pista de corrida e um grande campo de golfe. Também por ser uma área nobre da Cidade do Cabo, a associação de residentes de *Green Point* era bastante atuante e composta por pessoas influentes, que formaram um grupo para fazer lobby contra a execução do projeto na região, sob o principal argumento de aumento de barulho e mudança de público, visto que o futebol na África do Sul possui designação racial.

Assim, após meses de diálogo com a associação de residentes de *Green Point*, um acordo foi possível, o que permitiu interessante desenho urbano do Estádio *Green Point* e da região ao seu redor. Dessa forma, um novo aparelho urbano pertencente à Cidade do Cabo foi construído, com lugar para 55 mil espectadores sentados e com um custo total de 4,5 bilhões de rands, aproximadamente três vezes o valor previsto inicialmente de 1,5 bilhões de rands (Taal, 2011, p. 85).

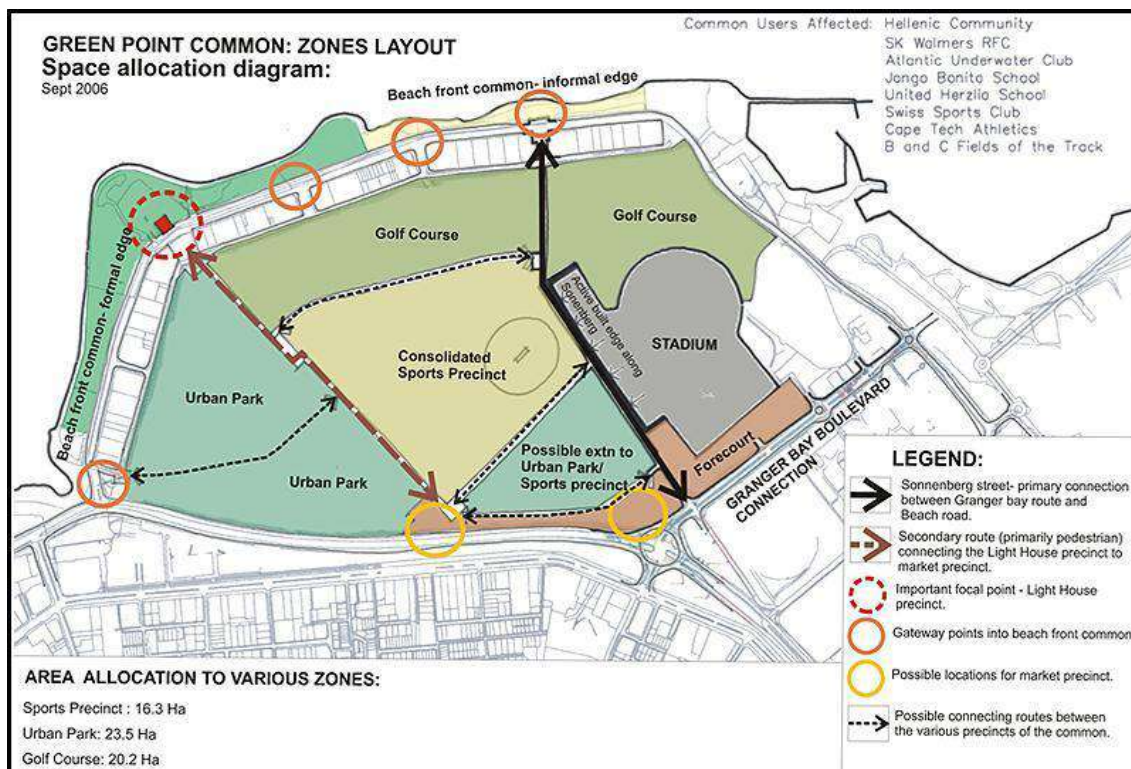
No entanto, em função do zoneamento e de acordos como a associação de residentes, restrições de comercialização foram impostas ao *Green Point Stadium*. A mais impactante dessas restrições consiste em que o uso comercial do aparelho esportivo somente é permitido em dias de evento, não sendo autorizada a instalação permanente de nenhum comércio, como restaurantes, lojas e outros estabelecimentos de entretenimento. Sob essas condições, a manutenção do *Green Point Stadium* tem custado altíssimas somas

¹⁸⁰ Entrevista Cidade do Cabo – Steward, Servidor Público, 05/39. Tradução livre do autor.

ao governo de Cidade do Cabo, de modo que o estádio é conhecido como um elefante branco. No momento da visita de campo, modificações no zoneamento do *Green Point Stadium* estavam sendo propostas para tentar aumentar sua rentabilidade e, conseqüentemente, reduzir os gastos públicos para sua manutenção.

Em função da região no entorno de onde se assentou o *Green Point Stadium* ser historicamente ocupada por aparelhos esportivos e com a finalidade de promover um ganho ao local, sem deixar de ter em consideração que a área detinha um zoneamento comunitário, renovou-se a pista de atletismo, reestruturou-se o campo de golfe e se promoveu melhorias nos estabelecimentos e nas quadras voltadas à prática de futebol, críquete e rugby. Também foi construído um belíssimo parque público, denominado Green Park, que interliga a região central da cidade ao mar. Um sistema subterrâneo que escoava águas da chuva da *Table Mountain* foi direcionado ao parque para servir de irrigação às áreas verdes e tornou-se importante meta ambiental do projeto. Abaixo apresenta-se de forma ilustrativa o layout da região:

Figura16 - Green Point Common Zones



Dessa forma, o abandono do Newlands Rugby Stadium enquanto local de execução das partidas da Copa do Mundo FIFA 2010, com a superação da proposta local de jogos na região de Athlone e, por fim, a construção de um novo aparelho esportivo e parque urbano em *Green Point* estruturaram o ponto de rotação que o megaevento sofre na Cidade do Cabo. Nesse sentido, a rotação de território do megaevento na Cidade do Cabo permitiu algo que é muito bem expressado pelo especialista em transporte Cristian e reproduzido abaixo:

O que a Copa do Mundo realmente permitiu... ela permitiu à Cidade [governo local] colocar bastante dinheiro público na área central da cidade, porque era onde seria o estádio, você sabe, melhorar a área central da cidade. Em uma cidade onde um grande número de pessoas é muito pobre e a área central da cidade tende a ser uma das partes mais ricas da cidade, é realmente uma coisa bastante difícil de fazer-se, porque politicamente as demandas estão em outro lugar.¹⁸²

Ao se avançar, assim, na exposição do estudo de caso da Copa do Mundo FIFA 2010 na Cidade do Cabo e dando seguimento ao eixo temático da infraestrutura associado ao fenômeno, cumpre dar vazão, nesse momento, ao enfoque temático da mobilidade urbana. De forma distinta a Joburg, a fenomenologia na Cidade do Cabo não produziu um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). No entanto, a cidade-sede implementou o modal de transporte do *Bus Rapid Transit* (BRT), denominado *My Citi*.

Sob essa perspectiva, refere-se que Cidade do Cabo trabalhava com a mesma composição de modais de transporte de massas que Joanesburgo. No entanto, é importante ter em consideração relevante ponto: de acordo com o especialista em transporte Christian, somente a metade mais pobre da população da Cidade do Cabo

¹⁸¹Disponível online em:

http://stadiumdb.com/pic-projects/green_point_stadium/green_point_stadium08.jpg (data de acesso 08/12/2016).

¹⁸² Entrevista Cidade do Cabo – Christian, Acadêmico, 6/55. Tradução livre do autor.

utiliza os transportes de massas, enquanto a outra metade desloca-se por meio de carros particulares.¹⁸³

Tendo em consideração a estrutura de transporte de massas na Cidade de Cabo, o primeiro e mais antigo desses modais refere-se aos trens que ligam o centro da cidade a regiões periféricas. Altamente sucateados e com formação ainda do período colonial da cidade, o modal de trens é regularmente utilizado pela população mais desprivilegiada, que vive em locais muito distantes do centro da cidade.

O segundo modal utilizado na cidade-sede do megaevento é o de táxi-minivans. Caso muito peculiar da África do Sul e já também descrito no estudo de caso de Joburg, os táxis-minivans constituem-se em um sistema de transporte informal e rudimentar, mas bastante efetivo para o deslocamento urbano. Nesse sentido, são pequenos veículos, não raramente em condições precárias de segurança, que são alugados por dia por motoristas e possuem rotas ramificadas dentro do traçado urbano da Cidade do Cabo.

O terceiro modal observado é o BRT, cuja implementação tem início juntamente com o megaevento. Conforme referido no estudo de caso anterior, o BRT é um modal que formaliza a economia informal associada aos taxis-minivans. Mais uma vez fazendo valer a expertise de Christian, expõe-se que, no caso da Cidade do Cabo, houve uma tentativa do governo local para que os donos os taxis-minivans tivessem também uma participação na implementação do BRTs, associando-se ao modal e fornecendo rotas e mão-de-obra.¹⁸⁴ Todavia, de acordo com o especialista, a temática não avançou muito.¹⁸⁵ A fim de melhor compreender, assim, as modificações associadas ao fenômeno com relação à mobilidade urbana, apresenta-se abaixo o mapa da rota dos BRTs *My CiTi* na Cidade do Cabo, com especial destaque, feito pelo autor em vermelho, para as regiões de Mitchells Plain e Khayelisha.

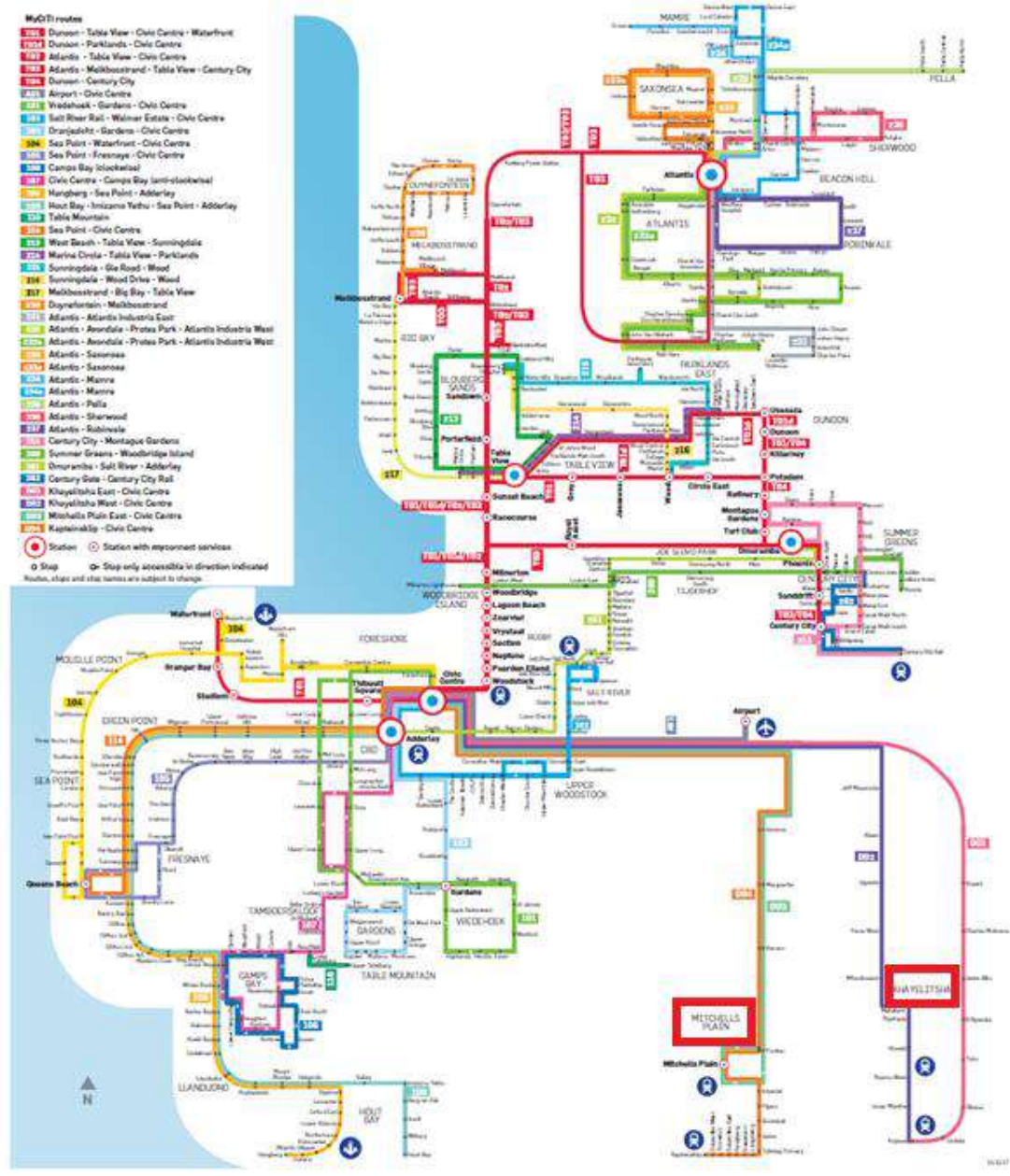
Figura 17 - My CiTi

¹⁸³ Entrevista Cidade do Cabo – Christian, Acadêmico, 6/52. Tradução livre do autor.

¹⁸⁴ Entrevista Cidade do Cabo – Christian, Acadêmico, 6/52-54. Tradução livre do autor.

¹⁸⁵ Entrevista Cidade do Cabo – Christian, Acadêmico, 6/52-54. Tradução livre do autor.

MyCiTi System Map



Call the Transport Information Centre
 Toll-free 24/7: 0800 85 84 83 www.myciti.org.za



É possível perceber, portanto, que as rotas dos BRTs na Cidade do Cabo são bem ramificadas, principalmente nas regiões próximas ao mar, que são também as áreas mais nobres da cidade. Entretanto, é necessário destacar que duas rotas do MyCiTi passam pelas regiões do *Cape Flats*, indo aos bairros periféricos de Mitchells Plain e Khayelisha. Há, assim, de forma inegável, a estruturação de um novo modal que desloca o trabalhador dessas regiões até o centro da cidade.

No entanto, como será de praxe no presente estudo, aprofundamentos analíticos são reservados ao próximo capítulo. Adianta-se, todavia, que esse novo modal deve ser sempre investigado sob uma perspectiva ampla de desenvolvimento urbano associado ao megaevento e que, de acordo com o especialista em transporte Christian, a “estratégia de promoção do BRT foi um pouco ingênua”, porque “nós pegamos a tecnologia de outra parte do mundo e reproduzimos de uma forma muito mecânica na África do Sul”.¹⁸⁷

Dessa forma, dois outros pontos devem ser referidos antes de finalizar-se a exposição do estudo de campo sob o eixo temático da infraestrutura. Esses dois pontos são o *FIFA Fan Fest* e o *Fan Walk*. O *Fan Fest* consiste no tradicional local de exposição pública dos jogos da Copa do Mundo FIFA e, no caso da Cidade do Cabo, foi organizado somente em um local. Situado, assim, no *Grand Parade*, na área central da Cidade do Cabo, o *FIFA Fan Fest* contou com capacidade para receber 25 mil espectadores (South Africa, 2010, p. 72). Para além ser o palco de exibição das sessenta e quatro partidas do megaevento, o *FIFA Fan Fest* também promoveu inúmeras apresentações e shows ao vivo. Mais uma vez, o evento foi organizado pela FIFA, com o auxílio do governo local e apresentou as tradicionais restrições de vendas, embora tenha autorizado a participação de alguns trabalhadores informais – tema que será abordado mais profundamente logo em sequência.

A Cidade do Cabo também promoveu um percurso de caminhada da Estação Central de Trens, no centro da cidade, até o estádio *Green Point*. Esse trajeto de

¹⁸⁶ Mapa disponível online em <https://myciti.org.za/en/routes/route-map-downloads/> (data de acesso em 11/12/2016).

¹⁸⁷ Entrevista Cidade do Cabo – Christian, Acadêmico, 6/52. Tradução livre do autor.

calçamento largo e peatonal foi denominado *Fan Walk* e tem como precedente o Berlim FIFA *Fan Mile*, em que os espectadores possuíam uma rota para caminhar até o estádio dos jogos. O *Fan Walk* foi descrito por entrevistados como um lugar alegre e de intensa festa durante o megaevento e terá também relevância para a temática dos trabalhadores informais. Nesse sentido, aproveitando a proximidade textual do *Fan Walk*, avança-se para descrição do estudo de campo sob o eixo temático do trabalho informal.

Nesse sentido, na ênfase do trabalho informal, ressalta-se um primeiro ponto, recentemente exposto, que consiste na percepção de que a implementação dos BRTs configura-se como direto ataque à economia informal da cidade. Sob essa perspectiva, uma forma de mitigar esse impacto seria a adesão dos donos dos táxis-minivans como sócios do modal BRT. Não foi possível verificar, no entanto, uma grande adesão dos donos dos táxis-minivans a essa proposta, visto que, de acordo com o especialista em transporte Christian, os donos dos táxis-minivans são uma categoria bastante fragmentada e cética a acordos com o poder público.¹⁸⁸

Outro tema relevante acerca do eixo do trabalho informal consiste no fato de que a região onde se assentou o estádio do *Green Point* abrigava importante local de vendas do mercado informal da Cidade do Cabo aos domingos. No entanto, com a construção do novo aparelho esportivo e do novo parque público no local, a coalizão de forças que geria o espaço concluiu que a feira não era mais apropriada para a região, fragmentando-a e mudando-a para diversas partes da cidade. Em entrevista à pesquisa, a trabalhadora informal Paula comenta sobre o fechamento do mercado informal do *Green Point*:

Então, nós íamos Green Point, nós negociávamos juntos, era uma grade feira. Nós costumávamos ganhar dinheiro, mas quando a FIFA chegou, disse que não, quando a FIFA chegou, eles fecharam essa feira em Green Point. Então, a feira foi totalmente fechada e isso piorou as coisas para a comunidade. (...)

Domingo, costumávamos ir ao Green Point, vender nessa feira, era uma seleção de muitas pessoas e depois que a FIFA disse que não, que essa feira estava perto do estádio Green Point, então eles fecharam. Eles disseram que não

¹⁸⁸Entrevista Cidade do Cabo – Christian, Acadêmico, 6/52-54. Tradução livre do autor.

era seguro, porque se o mercado estivesse aberto, não seria bom para o futebol e, assim, eles fecharam a feira. E então, depois, pensamos que talvez a feira fosse voltar, depois de construírem tudo bem bonito, eles fizeram, você sabe, como na Europa e agora não há mais feira. A feira acabou.¹⁸⁹

Em sequência, Paula expõe que as vendas diminuíram significativamente depois da proibição da feira aos domingos em *Green Point*, o que levou os trabalhadores a dificuldades econômicas inexistentes no tempo das vendas de domingo. Ainda assim, a trabalhadora informal afirma que as condições de organização do trabalho melhoraram com a gestão pública de cadastro dos trabalhadores e com a formalização de licenças a preços acessíveis.¹⁹⁰

Com relação às proibições de vendas informais nas regiões próximas ao Estádio *Green Point*, *Fan Fest* e *Fan Walk*, o caso da Cidade do Cabo apresenta-se como peculiar. Inicialmente, porque, de acordo com Josias, um dos integrantes do alto escalão do COL da Cidade do Cabo, a *Fan Fest* foi organizada no local em que muitos trabalhadores informais situavam-se e, frente a essa realidade, não se poderia dizer para os vendedores que eles simplesmente deveriam desocupar o espaço e permanecer dois, três meses sem trabalhar.¹⁹¹

Nesse contexto, inicia-se um projeto de inclusão dos trabalhadores informais da região central da cidade para venderem tanto no *Fan Fest* quanto no *Fan Walk*. Recordar-se que o *Fan Walk* era um percurso que levava os espectadores da Estação Central de Trens, no centro da cidade, até o estádio *Green Point*. Assim, produziu-se um conflito entre a normativa das zonas de exclusão FIFA e o interesse da coalizão de forças da Copa do Mundo FIFA 2010 na Cidade do Cabo. A fala de Josias sobre o tema merece ser mencionada:

Então, o que fizemos foi que nós os incluímos [trabalhadores informais] no Fan Fest. Nós tivemos encontros com a FIFA e depois lhes dissemos, ouça aqui, se queremos fazer o Fan Fest um sucesso na Cidade do

¹⁸⁹ Entrevista Cidade do Cabo – Paula, Trabalhadora Informal, 04/31-2. Tradução livre do autor.

¹⁹⁰ Entrevista Cidade do Cabo – Paula, Trabalhadora Informal, 04/34-5. Tradução livre do autor.

¹⁹¹ Entrevista Cidade do Cabo – Josias, Agente da FIFA 09/75. Tradução livre do autor.

Cabo, não falo sobre outras cidades-sede, mas sim na Cidade do Cabo, porque os comerciantes informais estão no CBD, isso é parte da cultura, temos que incluí-los. Então, o que fizemos é que nós realmente construímos tendas para hospedar comerciantes informais dentro e fora do Fan Fest de uma forma muito formal e bem organizada. No começo, a FIFA ficou um pouco hesitante porque não tinha certeza que tivéssemos a capacidade de controlar os comerciantes informais. ¹⁹²

E então, desenvolvemos todo um programa de entretenimento ao longo do Fan Walk, e foi aí que identificamos oportunidades para os comerciantes informais e o que fizemos foi que construímos algumas estruturas, essas pequenas tendas de madeira, pintadas de forma colorida e agradável, muito parecidas com as que temos em nossas praias, onde as pessoas misturam diferentes tonalidades de azul, vermelho, verde. Nós construímos isso e nós nos sentamos novamente com a FIFA e nós dissemos a eles, nós perguntamos a eles, o que se poderia e não vender. Tenha em mente, isso era na saída do estádio, algo como cem metros dos portões e isso ocorreu durante todo o caminho da CBD, e também na Fan Walk; acabou, assim, por ser a história de sucesso da Copa do Mundo. ¹⁹³

Mais uma vez, é possível verificar o ator internacional fazendo concessões com relação à temática dos trabalhadores informais de acordo com a conjuntura local. Essas concessões, todavia, foram feitas sob uma perspectiva de formalização e forte organização para a participação dos vendedores no megaevento, e, claro, promovida de forma pontual e particular na cidade-sede. Nesse sentido, verifica-se que a normatização legal/ideológica da FIFA consegue ser adaptada ao contexto local quando a conjuntura apresenta-se, mesmo que minimamente, favorável aos trabalhadores informais. Obviamente, essas adaptações normativas somente ocorrem quando se consegue formalizar as circunstâncias locais de forma a não se correr riscos no que diz respeito à execução das partidas do megaevento e à economia protegida pelo ator internacional.

Assim, como último ponto a ser exposto nesse subcapítulo do estudo de campo da Cidade do Cabo, versa-se sobre o eixo temático da moradia precária sob influência

¹⁹² Entrevista Cidade do Cabo – Josias, Agente da FIFA 09/75. Tradução livre do autor. Grifo nosso.

¹⁹³ Entrevista Cidade do Cabo – Josias, Agente da FIFA 09/76. Tradução livre do autor.

fenomenológica. Para isso, recorda-se o ponto de rotação ocorrido na cidade-sede com a troca da execução das partidas do Newlands Rugby Stadium para o novo aparelho em *Green Point*.

Por razão da área de *Green Point* não possuir uma grande quantidade de habitações precárias, provável consequência de ser uma região reservada a estabelecimentos esportivos de domínio público, pouco se altera a realidade de remoções próximas a esse estádio – se elas aconteceram, pouco foi documentado a respeito. Foi possível verificar, contudo, relatos de retiradas de moradores de ruas da região, bem como de trabalhadores informais, como referido logo acima, mas por ser uma região bastante formal, com habitações regularizadas, a ação fenomenológica nesse espaço apresentou pouco contato com a realidade de moradias precárias.

Por esse motivo, avançou-se a investigação para a região próxima ao estádio de Athlone que, para além de ser proposta formal e inicial de estádio-sede, tornou-se ao final um estádio oficial de treinamento e, por esse motivo, recebeu uma série de intervenções urbanas, com reformas no aparelho e modificações em seu entorno. Sob esse enfoque, a pesquisa encontrou o caso dos moradores do *Spec Bona Hostel*, que tomará, junto com a temática da área de realocação temporária *Blikkiesdorp* (*temporary relocation area – TRA*), as páginas finais desse estudo de campo.

Localizado a aproximadamente 200 metros do *Athlone Stadium*, o *Spec Bona Hostel* é um prédio de três andares que teve os seus 336 ocupantes removidos, de acordo com Rosalie de Bruijn em sua importante dissertação de mestrado, por estarem “na estrada principal do centro da cidade para o estádio [*Athlone Stadium*] e, portanto, altamente visíveis para os olhos das equipes de futebol, seus fãs, repórteres e emissoras internacionais” (Bruijn, 2010, p. 38/9).

De acordo com Rosalie, o histórico da ocupação do *Spec Bona Hostel* remonta a 2005, quando houve um incêndio que queimou 3000 casas precárias em Langa, no assentamento irregular Joe Slovo, e deixou 12 mil pessoas desabrigadas (Bruijn, 2010, p. 39). Como uma das medidas para mitigar os resultados do incêndio, o governo da Cidade do Cabo quis realocar alguns dos moradores para o *Spec Bona Hostel*. Assim, de acordo com Paula, entrevistada pela pesquisa e moradora removida do *Spec Bona Hostel*, ao

saber da proposta governamental de colocar os moradores de Langa no *Hostel*, moradores em situação de precariedade próxima a região e que esperavam casas governamentais montaram, por alguns meses, tendas na parte posterior do *Hostel*.¹⁹⁴ Nádia, também entrevistada e moradora do *Spec Bona Hostel*, complementa que quando começou o inverno, os ocupantes das tendas começaram a ficar em condições muito degradantes por razão das intensas chuvas e, assim, com o fim da reforma do prédio, com ligações de água e luz prontas, foram autorizados a entrar e ocupar as habitações existentes.¹⁹⁵

De acordo com as entrevistadas, de 2005 até 2009 eles viveram no *Spec Bona Hostel* com serviços pagos de água e luz, sem nenhuma notificação ou intervenção governamental.¹⁹⁶ Todavia, perto do final do ano de 2009, os moradores do *Spec Bona Hostel* foram contatados pelo governo local para uma série de reuniões. O resultado dos encontros foi a remoção para Blikkiesdorp. O relato de Paula é digno de referência:

Não quisemos mudar, em vez de nos colocar em casas, do que se mudar para este lugar – Blikkiesdorp. E fomos a reuniões e reuniões e eles disseram que se não nos mudássemos, eles [governo local] iriam nos jogar na rua e muitas outras coisas. (...)

Eles [governo local] disseram que não, eles não vão manter o lugar, porque o tempo que nós ficamos lá, estávamos tendo segurança, nós tínhamos tudo lá e, de repente, em 2009, eles começam a dizer que não, não vamos manter esse lugar, você deve ir a Blikkiesdorp e nós não queremos ir para Blikkiesdorp (...) ao final ficamos sem água, sem eletricidade.¹⁹⁷

Assim, após cortarem a água e luz do *Spec Bona Hostel*, seus moradores são, em janeiro de 2010, removidos, em quase sua totalidade para o TRA Blikkiesdorp. De acordo com Paula, a resolução com o governo local, que ela afirma ter por escrito, garantiam que ficariam somente três meses no TRA, para posterior realojamento em habitações

¹⁹⁴ Entrevista Cidade do Cabo – Paula, moradora do *Spec Bona Hostel*, 11/91.

¹⁹⁵ Entrevista Cidade do Cabo – Nádia, moradora do *Spec Bona Hostel*, 11/92.

¹⁹⁶ Entrevista Cidade do Cabo – Paula e Nádia, moradoras do *Spec Bona Hostel*, 11/97.

¹⁹⁷ Entrevista Cidade do Cabo – Paula, moradora do *Spec Bona Hostel*, 11/93.

sociais.¹⁹⁸ Paula relata, assim, que foi “uma das primeiras pessoas a receber as chaves¹⁹⁹ para se mudar, mas nós estávamos vivendo legal lá [*Spec Bona*], mas, para mim, parece que somos uma vergonha para a Copa do Mundo”.²⁰⁰ Na data da entrevista, Nádia e Paula já se encontravam há seis anos morando em Blikkiesdorp, sem nenhuma previsão de mudança ou garantias governamentais.

De acordo com Martin Lagassinck, professor emérito e ativista na temática habitacional, em entrevista a Rosalie de Bruijn, a Copa do Mundo é responsável pela criação de TRA Blikkiesdorp de duas formas:

Em primeiro lugar, o dinheiro que foi gasto na Copa do Mundo pelo governo, que é algo como 40 bilhões de rands, poderia ter sido gasto na solução da crise da habitação, que é de cerca de 1,2 milhão²⁰¹ em nível nacional. Em segundo lugar, existiram muitas remoções devido à Copa do Mundo para tentar limpar espaços, na qual as pessoas foram tratadas como lixo e despejadas para Blikkiesdorp.²⁰²

Assim, a área de realocação temporária *Symphony Way*, popularmente chamada de *Blikkiesdorp*, torna-se caso de indispensável referência, ainda mais para uma investigação voltada à sociologia urbana crítica e com especial atenção direcionada à temática da habitação precária. A *TRA Blikkiesdorp* situa-se em Delf, com referência destacada no mapa da Segregação na Cidade do Cabo, exatamente no meio dos *Cape Flats*. Conforme já mencionado, a região dos Cape Flats é a região mais empobrecida da Cidade do Cabo, com baixos índices de renda, inúmeros assentamentos precários e alta segregação socioeconômica em comparação ao resto da cidade. Todavia, *Blikkiesdorp* vai além!²⁰³

¹⁹⁸ Entrevista Cidade do Cabo – Paula, moradora do Spec Bona Hostel, 11/93.

¹⁹⁹ As chaves fazem referência às portas dos contêineres que são chamados de habitações em Blikkiesdorp. Mais sobre em sequência.

²⁰⁰ Entrevista Cidade do Cabo – Paula, moradora do Spec Bona Hostel, 11/93.

²⁰¹ Penso ser um equívoco da investigadora e que o valor deve ser 1,2 bilhão de rands a nível nacional.

²⁰² Entrevista feita por Rosalie de Bruijn, em sua dissertação de mestrado, intitulada “Claiming the Right to the City Contesting Forced Evictions of Squatters in Cape Town during the run-up to the 2010 FIFA World Cup”, página n. 43.

²⁰³ Existe interessante documentário em inglês sobre Blikkiesdorp, chamado ‘Tin Town’, disponível online em <https://vimeo.com/9214594> (data de acesso 21/11/2016).

O *TRA Blikkiesdorp* é uma área de poucos quilômetros quadrados, onde quase vinte mil pessoas aglomeram-se, vivendo em algo como dois mil contêineres de metal.²⁰⁴ Esses contêineres possuem dimensões de três por seis metros e são agrupados de quatro e quatro, com um sanitário ao meio e um ponto de acesso a água. O sistema elétrico é pré-pago, método já abordado ao longo do capítulo; o que significa, assim, que se não houver pagamento individual e prévio de eletricidade, o contêiner fica sem luz.

Assim, aglomerados em grupos de quatro e simetricamente distribuídos ao longo de um pequeno território, os contêineres são, dessa forma, promovidos à condição de habitação, não raramente de mais de uma família, e estruturam uma paisagem semelhante – não há outro nome – a um campo de concentração. Essa afirmação pode parecer um tanto exagerada pelo investigador, motivo pelo qual se traz as fotos abaixo.²⁰⁵

Figura 18 - Blikkiesdorp Vista de Drone



Figura 19 - Blikkiesdorp Vista de Fora



Fonte: South African Townships by Drone²⁰⁶

Fonte: Arquivo Pessoal Investigador

Sob essas condições, o *TRA Blikkiesdorp* situa-se a uma distância de mais de 25 quilômetros do centro da Cidade do Cabo, em um local com pouca, ou quase nenhuma, opção de trabalho, altos índices de criminalidade e violência, bem como de difícil acesso à escola para as quase duas mil crianças que ali vivem. É realmente um cenário chocante, em especial, pela quantidade de jovens no espaço. A observação direta e as entrevistas

²⁰⁴ Informações promovidas por Marcelo, morador de Blikkiesdorp e ativista, Cidade do Cabo, 01/07, visto que não existem dados públicos sobre a realidade do Blikkiesdorp.

²⁰⁵ Existe também interessante filmagem de drone de Blikkiesdorp por cima, disponível online em <https://www.youtube.com/watch?v=rOgYkE4W0Y4> (data de acesso 21/11/2016).

²⁰⁶ Disponível online em <https://i.ytimg.com/vi/rOgYkE4W0Y4/maxresdefault.jpg> (data de acesso 21/11/2016)

feitas no local aconteceram em um dia de temperaturas altas, o que tornava inviável ficar dentro dos contêineres de metal. Como é possível verificar nas fotos, não há árvores ou arbustos no local e seu terreno arenoso contribui ainda mais para a elevação da temperatura. Realizar as entrevistas sob um toldo armado entre dois contêineres representou uma das mais difíceis realidades enfrentadas por este investigador, que já esteve em várias outras comunidades.

Como uma área de realocação temporária, as pessoas removidas deveriam ficar temporariamente no local. No entanto, o adjetivo “temporário” torna-se no mínimo sem sentido, na medida em que a grande maioria de seus habitantes, como Nádia e Paula, encontram-se residindo em Blikkiesdorp por mais de cinco anos. Assim, a área de realocação temporária *Symphony Way* constitui-se em triste exemplo de campo permanente de exclusão das democracias liberais contemporâneas. Blikkiesdorp é, assim, a definição de um não-lugar!

Vale ressaltar que essa não é uma visão de um acadêmico brasileiro que não reconhece locais de não-existência em seu próprio país. Muitas das favelas brasileiras apresentam condições de degradação absurdas e também não deveriam existir. Inclusive, essa condição urbana das cidades brasileiras surgiu como justificativa para representante do governo regional do Cabo Oriental, quando questionada sobre como a Cidade do Cabo podia promover a Copa do Mundo FIFA e possuir um local como área de realocação temporária *Symphony Way*.²⁰⁷

Todavia, não se deve confundir, mesmo que também criticável, a omissão estatal na promoção de políticas adequadas de habitação popular com a sua atuação direta e proponente em constituir espaços como *Blikkiesdorp*. Dessa forma, essa investigação compreende como indispensável expressar que *Blikkiesdorp* não é um lugar para seres humanos! *Blikkiesdorp* não deve existir!

²⁰⁷ Conversa informal pós-entrevista com Letícia, representante governo regional no megaevento, Entrevista Cidade do Cabo –Letícia, Servidora Pública. 07.

Síntese do Capítulo

O ponto inicial a ser exposto como conclusão desse capítulo consiste na percepção de que os cinturões (mineratório, de mobilidade e institucional) de barreiras espaciais existentes na cidade de Johaneburgo, herança do sistema de governo do regime segregacionista, ainda estruturam em muito as dinâmicas de divisão socioeconômica da cidade da luz. Nesse sentido, o megaevento pouco contribuiu para a melhora da qualidade de vida e para o aumento da justiça social, na medida em que o estádio Ellis Park acaba por reforçar essas dinâmicas de segregação espacial e o estádio Soccer City não apresenta contributos significativos para a integração de Soweto, CBD e Sandton.

Em sequência, outro ponto a ser avaliado consiste no enfoque da mobilidade. É possível perceber que, mesmo atacando o mercado informal dos táxis-minivans, a implementação dos Rea Vaya (BRT) promoveu uma melhoria no sistema de mobilidade da cidade. Nesse sentido, de forma pontual, o desenvolvimento urbano associado ao BRT é positivo. O Gautrain (VLT), por sua vez, apresenta-se como um salto qualitativo no transporte urbano, porém possui um alcance social limitado, reservado a zonas e populações de maior poder aquisitivo.

Também é possível perceber no caso de Joanesburgo, por meio do eixo do trabalho informal, que as normas legais/ideológicas do megaevento podem ser modificadas quando impactadas pela realidade social, como bem demonstra o exemplo da redução da zona de exclusão de vendas no CBD. Há de se ter em consideração, no entanto, que a experiência repressiva do megaevento sobre os trabalhadores informais configura um legado de opressão que é ressignificado através da operação denominada Limpeza por Varredura (*Cleansweep*).

Na temática da moradia, é possível observar direta relação entre as remoções do bloco prioritário e o megaevento, com piora das condições de saneamento básico para os moradores que resistiram e permaneceram no local. É evidente o ímpeto do poder público, através da Agência de Desenvolvimento de Joanesburgo, em elitizar a região e promover Joanesburgo como cidade africana de classe mundial.

Com relação à Cidade do Cabo, verifica-se uma menor relação entre o sistema de governo do regime segregacionista e as divisões socioeconômicas da cidade. Neste contexto, as dinâmicas de separação da cidade são pouco afrontadas pelo novo e caro estádio *Green Point*, situado em uma região nobre. O ponto de rotação do território de atuação fenomenológica, por sua vez, evidencia um distanciamento entre a real necessidade de desenvolvimento urbano da Cidade do Cabo e os interesses lucrativos da coalizão transescalar.

A experiência da relação entre o trabalho informal e o megaevento apresenta-se mais avançada em relação ao caso de Joanesburgo, na medida em que houve a inclusão, mesmo limitada, dos trabalhadores informais nas vendas durante a Copa do Mundo de 2010. O eixo do trabalho informal, no caso de estudo da Cidade do Cabo, demonstra, mais uma vez, a possibilidade de resistência e de modificação das regras legais/ideológicas do megaevento.

A realidade de Blikkiesdorp é assombrosa, não há outra coisa a se versar. De forma inegável, a gestão executiva do megaevento diretamente contribuiu para sua existência ao promover a remoção dos moradores do Spec Bona Hostel para essa área de realocação temporária. O contraste entre Blikkiesdorp e o parque “Green Park”, construído ao lado do estádio, revela que a Copa do Mundo teve importante contributo para reservar a Cidade do Cabo a poucos.

A partir dessas realidades, observa-se a promoção de pouca, ou quase nenhuma, oportunidade social, conforme preconizada pelo presidente da África do Sul, Mr Thabo Mbeki. Nesse sentido, pode ter sido a “hora da África” (do Sul) de apresentar algumas de suas cidades no cenário mundial de cidades globalizadas, mas pouco desenvolvimento urbano pôde ser verificado, considerando-se os parâmetros da melhoria da qualidade de vida e do incremento da justiça social.

Capítulo Cinco – A Copa das Copas

Em dezembro de 2013, na abertura do sorteio dos grupos da Copa do Mundo de 2014, a então presidenta Dilma Rousseff declarou que a edição do megaevento seria “A Copa das Copas”,²⁰⁸ tendo ainda complementado:

Os visitantes terão a oportunidade de conhecer o Brasil, um país multicultural e empreendedor. É uma terra de oportunidades, um país que honra a sua cultura e suas tradições, que preserva o imenso patrimônio de sua biodiversidade. É um país que enfrentou o desafio de acabar com a miséria e criar oportunidades para todos.²⁰⁹

É indiscutível que o Brasil é um país em que o futebol assume uma importância sociocultural e, por isso, pensar que a Copa do Mundo de 2014 seria a Copa das Copas, ou seja, a Copa mais importante das histórias da Copas, não é de todo absurdo. Há, contudo, duas ressalvas que devem ser feitas nesse início de capítulo.

A primeira ressalva é que, de forma semelhante ao capítulo anterior, o quinto capítulo da presente tese é reservado à exposição dos estudos de caso da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA no Brasil. A partir dos mesmos parâmetros substantivos da melhoria da qualidade de vida e do aumento da justiça social, mais uma vez investiga-se o desenvolvimento urbano associado à fenomenologia e, dessa forma, avaliam-se as contribuições do megaevento para efetivamente “criar oportunidades para todos”.²¹⁰

Como segunda ressalva, destaca-se que não há um paralelismo estrito na escolha dos títulos de ambos os capítulos dos estudos de campo. Enquanto não relato sobre a África do Sul utilizou-se “*Ke Nako. Celebre a Humanidade da África*”, que foi o slogan

²⁰⁸Referência da fala em <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,esta-sera-a-copa-das-copas-diz-presidente-dilma,1105156.amp> (data de acesso 26/06/2016).

²⁰⁹ Referência da fala em <https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,esta-sera-a-copa-das-copas-diz-presidente-dilma,1105156.amp> (data de acesso 26/06/2016). Grifo nosso.

²¹⁰Retirado da fala da Presidenta Dilma Rousseff logo acima.

oficial da Copa do Mundo de 2010, no presente título opta-se por “A Copa das Copas”. Nesse sentido, não se emprega como título do capítulo o slogan oficial da Copa do Mundo 2014, “Juntos num só ritmo”.

Tal escolha se dá por dois motivos. Primeiramente, acredita-se que “A Copa das Copas” representa de forma mais fidedigna o enfoque analítico de perspectiva crítica da tese, na medida em que, se há a hipótese da Copa do Mundo FIFA promover “o capital no centro das coisas”, a edição do megaevento no Brasil deve, assim, ser campeã no desenvolvimento das cidades-sede sob o viés do capital.

O segundo motivo consiste em promover fundamental ressalva metodológica. A presente tese consiste em um estudo eminentemente qualitativo e, dessa forma, mesmo que exista em seu cerne indispensável metodologia para estudos de casos múltiplos, não há um paralelismo de estrita formalidade entre os casos. Inclusive, pensa-se que um paralelismo formal na presente tese é impossível. Há, assim, elementos de transferibilidade entre os casos, motivo pelo qual não é possível a realização de comparações de modo semelhante aos estudos quantitativos. Inclusive, centrado na metodologia de transferibilidade, destaca-se, já nesse momento, que a exposição da formação histórica do Brasil será mais sintética do que no caso da África do Sul. Isso se dá por um motivo singular: o regime do apartheid configura fortemente não somente as cidades sul-africanas, com especial destaque para Joanesburgo, mas todo o contexto sociopolítico do país. Não se verificam dinâmicas estruturais dessa magnitude no contexto brasileiro, motivo pelo qual a exposição sobre a formação histórica é um pouco mais reduzida.

O Brasil é um país de colonização portuguesa que recebeu seu nome devido a um dos primeiros produtos coloniais – a extração da madeira pau-brasil. O período colonial também possui influência na divisão regional do país, referida como esfera Estadual. Essa divisão ocorre inicialmente devido à separação territorial promovida pela coroa portuguesa na estrutura de capitâncias hereditárias. As capitâncias hereditárias promoveram a divisão desse país de proporções continentais em enormes espaços de terra que deveriam ser voltados ao plantio e à produção da monocultura da cana-de-açúcar.

O modo de produção das capitanias hereditárias era fundamentalmente escravocrata e consistiu em umas das principais matrizes da exploração abissal negra e africana durante o período colonial. Esse modo de produção e exploração foi característico da região Nordeste do Brasil, por onde se inicia o processo colonizatório.

Com o passar dos anos, o processo colonizatório português expande-se em direção ao sul do Brasil, em especial, à região que assenta as capitais do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa região, denominada Sudeste, é considerada uma das regiões mais industrializadas e pujantes economicamente do país. Outras três regiões (Norte, Centro-Oeste, Sul) compõem o panorama regional do Brasil e cada uma dessas (macro) regiões englobam um número variado de Estados.

Infelizmente, não é possível abordar toda a historiografia do Brasil e inclusive não faria sentido para os objetivos da presente pesquisa. Todavia, é relevante compreender, nesse momento, que a região Sudeste com suas características de industrialização e economia potente, abriga as cidades-sede do Rio de Janeiro e de São Paulo.²¹¹

O Rio de Janeiro possui sua fundação em 1565 e assume a condição de capital do Brasil de 1763, cujo marco foi a vinda da corte portuguesa em 1808, em fuga das guerras napoleônicas. A cidade deixa de ser a capital brasileira em 1960, quando o governo se transfere para atual capital, Brasília. O Rio de Janeiro assume, assim, um processo histórico de capital nacional, sendo esse também um dos motivos do direcionamento para sua investigação.

A cidade de São Paulo, por sua vez, possui sua fundação 1554, mas é a formação das grandes expedições promovidas pelos *bandeirantes* em busca de mão-de-obra indígena, pedras e metais preciosos que realmente expande e povoa a cidade. São Paulo é, assim, uma cidade de formação histórica e de centralidade econômica voltada ao comércio, característica que ainda mantém contemporaneamente.

O processo colonial chega ao seu fim em 1822, quando o Brasil assume sua condição de nação independente. Após passar por distintas formas de governo, inclusive

²¹¹De forma distinta do capítulo anterior, faz-se breve referência histórica às duas cidades-sede alvo de estudo de campo nesse momento, e não no início de cada um dos seus subcapítulos. O motivo dessa escolha busca reafirmar a característica qualitativa da pesquisa.

uma ditadura militar que perdurou de 1964 a 1988, constitui-se como a República Federativa do Brasil.

Sob um regime presidencialista, o sistema federativo do Brasil divide-se em três escalas: a escala nacional, representada pela esfera Federal; a escala regional, representada pela esfera Estadual e a esfera local, representada pela esfera Municipal. A esfera Federal é composta, portanto, de vinte e sete Estados Nacionais, cada um desses Estados com sua capital estadual, que se somam ao Distrito Federal e sua capital nacional: Brasília. A esfera local é composta por cinco mil e quinhentos e setenta municípios. Assim, o estudo de campo no Brasil situa-se no âmbito municipal, através de investigações em duas capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, que integram dois Estados Nacionais, igualmente chamados de Rio de Janeiro e de São Paulo.

Em 30 de outubro de 2007, quando a FIFA divulga o Brasil como selecionado para ser país-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014, vinte e dois municípios, quase todos capitais regionais, lançam-se como candidatos para sediar o megaevento. Após análise, restam doze capitais como cidades-sede da edição de 2014 do megaevento.²¹²

A estrutura base do Comitê Organizador Local para a Copa do Mundo FIFA 2014, que começou a funcionar em 2008, logo após a escolha do Brasil como país-sede, aproxima-se do que foi exposto no capítulo terceiro, mas com uma alteração fundamental na composição do Conselho Administrativo, especialmente ao considerarmos à estrutura da África do Sul (FIFA, 2014, p. 78). Juntamente com José Maria Marin, que desde 2015 encontra-se preso por desvio de mais de 150 milhões de dólares,²¹³ compuseram o Conselho Administrativo do COL os ex-jogadores de futebol Bebeto (José Roberto Gama de Oliveira) e Ronaldo (Ronaldo Luís Nazário de Lima). De acordo com o próprio documento do COL, o “Conselho de Administração se reunia a cada seis semanas para discutir questões operacionais com representantes da FIFA e do COL” (FIFA, 2014, p.

²¹² No Brasil ocorreu nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

²¹³ José Maria Marin é advogado, ex-jogador de futebol e dirigente esportivo, envolvido em escândalos de fraude, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos. José Marin foi presidente da Confederação Brasileira de Futebol e do COL e, desde 2015, encontra-se preso em Nova York e banido pela FIFA de qualquer atividade ligada ao Futebol. Mais informações sobre José Maria Marin em <http://tudo-sobre.estadao.com.br/jose-maria-marin>, (data de acesso em 28/09/2016).

78). Obviamente, com oito reuniões anuais, formada por dois terços de ex-jogadores de futebol, o Conselho de Administração era muito mais figurativo do que efetivamente uma esfera decisória. Essa alteração pode ter sido efetivada por receios de contestações durante a edição do megaevento no Brasil, com o objetivo de facilitar a verticalização decisória do braço local da FIFA na gestão executiva da Copa do Mundo 2014.

Durante o processo de gestão executiva do megaevento no Brasil, que ocorreu fundamentalmente entre 2010 e 2014, houve pouca mudança política no âmbito federal, visto que Luiz Inácio Lula da Silva, que fora presidente de 2002 até 2010, é substituído em 2010 por Dilma Rousseff – também do Partido dos Trabalhadores – que exerceu seu primeiro mandato até 2014. Nesse momento, considera-se relevante fazer breve referência a três partidos políticos, a fim de contextualizar a realidade política brasileira no período.

Inicia-se pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que assume o governo federal em 2002, com o presidente Lula, e acaba com um período de adoção de políticas econômicas de caráter mais neoliberal impresso pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. A polaridade entre PT e PSDB no âmbito federal é histórica e estrutura-se com o PT sendo um partido mais de esquerda, aproximado ao trabalhismo e estado de bem-estar social, enquanto o Partido da Social Democracia (PSDB) posiciona-se como partido mais à direita, com pautas mais liberais e privatizantes. Por fim, o outro partido político que deve ser mencionado é o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Durante a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2014, no âmbito federal, o PMDB foi o partido coligado com o PT, com o correligionário Michel Temer ocupando o cargo de vice-presidente – e, atualmente, de presidente da República. Dessa forma, o PMDB assume no espectro político um papel de partido central, ora se aproximando de pautas do PT, ora dialogando com o PSDB. O PMDB destaca-se também no estudo de caso do Rio de Janeiro, pois tanto o Estado quanto o Município foram governados por esse partido durante a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2014.

Esses são os três principais partidos políticos durante o período da gestão executiva do megaevento. Obviamente, essa é uma referência muito superficial, com o intuito exclusivo de contextualizar o leitor do estudo de caso. Portanto, parte-se, nesse

momento, para a exposição dos dois estudos de campo realizados no Brasil, que investigam a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2014 nas capitais estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo (FIFA, 2014, p. 78).

5.1 A Cidade Maravilhosa é Sede de Megaeventos

A cidade do Rio de Janeiro é, indiscutivelmente, um dos polos atrativos do capital e do turismo nacional e internacional. A cidade maravilhosa, como é vendida mundo afora, é uma das capitais de maiores contrastes socioeconômicos do Brasil, quiçá do nosso planeta. Assim, no Rio de Janeiro, espremidos em um mesmo conturbado urbano, convivem a riqueza e a miséria, não raramente separadas somente por barreiras verticalizadas em muros ou em morros.

É assim que uma das mais belas cidades do planeta encontra-se constantemente à beira de um colapso social, que é evitado somente por uma gestão extremamente violenta e coercitiva do espaço, com controle do território através de uma forte opressão de classe e do uso (i)legítimo das forças estatais e paraestatais. No entanto, mesmo com essa realidade, a cidade do Rio de Janeiro é uma das mais ricas capitais do Brasil e oferece um atrativo de emprego e renda, proveniente, em especial, de sua pujante indústria do turismo.

Nesse sentido, não se pode afirmar que a realidade socioeconômica do Rio de Janeiro difere das outras capitais do Brasil. A sua real particularidade é a radicalidade de contraste dentro do tecido urbano, com a convivência histórica de assentamentos precários em regiões nobres da cidade. Comumente denominados de favelas, esses assentamentos precários, quando situados em zonas nobres, são frequentemente verticalizados em morros – contexto que o presente trabalho compreende como divisão socioeconômica vertical da cidade.

No caso do Rio de Janeiro, a divisão socioeconômica vertical dinamiza-se juntamente com outra perspectiva de separação socioeconômica constante em todas as cidades estudadas – a divisão de perspectiva radial. Inclusive, muito do fenômeno

investigado no caso do Rio de Janeiro insere-se em um contexto de transacionar a divisão socioeconômica desigual da cidade de vertical para radial. Contudo, para se compreender esse empuxo fenomenológico de transacionar a separação espacial de vertical para radial, deve-se começar por estruturar a divisão socioeconômica radial da cidade do Rio de Janeiro. Para tal, parte-se das cinco regiões administrativas da capital, expostas no mapa abaixo:

Figura 20 - Regiões Administrativas do Rio de Janeiro



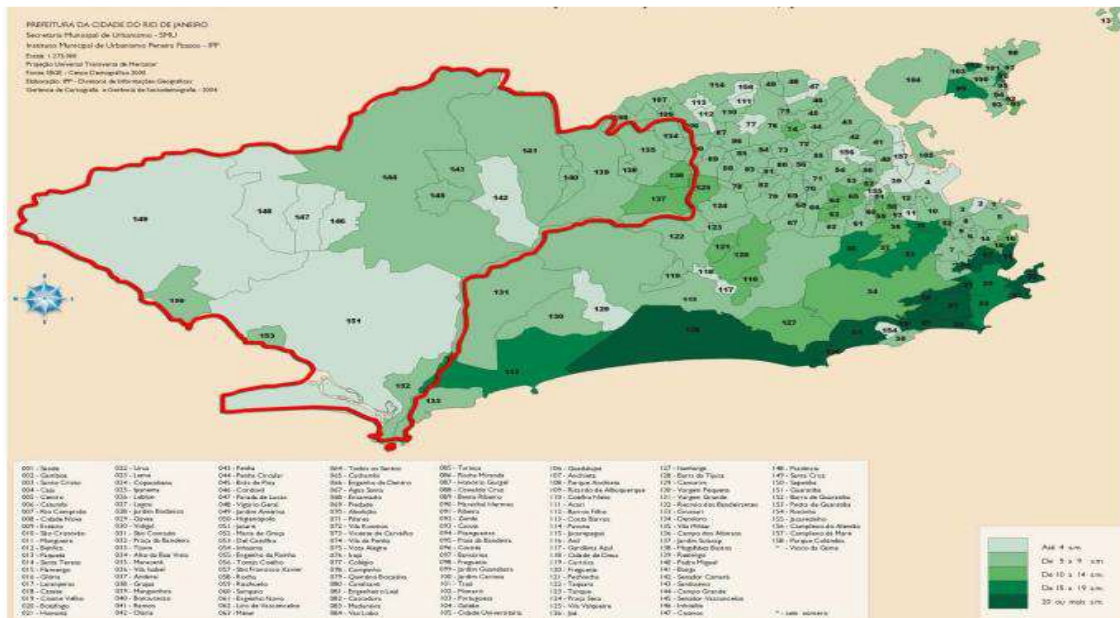
Fonte: Apresentação “Rio capital das bicicletas” Secretaria Municipal de Meio Ambiente²¹⁴

De forma proposital, selecionou-se um mapa que apresenta a divisão territorial em cinco Zonas: Centro, Sul, Norte, Barra e Oeste da cidade do Rio de Janeiro, sobrepostas com as também cinco Áreas de Planejamento (AP1, AP2, AP3, AP4, AP5). Inclusive, a sobreposição entre as cinco Zonas e as cinco Áreas de Planejamento não é uma realidade representada de forma particular pelo presente mapa, mas a forma como se pensa administrativamente a cidade e como a divisão socioeconômica radial da cidade “maravilhosa” é estruturada. Os mapas de renda/território e de índices de

²¹⁴ Mapa disponível em <https://pt.slideshare.net/ongciclourbano/rio-capital-das-bicicletas> (data de acesso em: 05/06/2016).

desenvolvimento social apresentados a seguir permitem uma rápida compreensão dessa divisão socioeconômica macroestrutural:

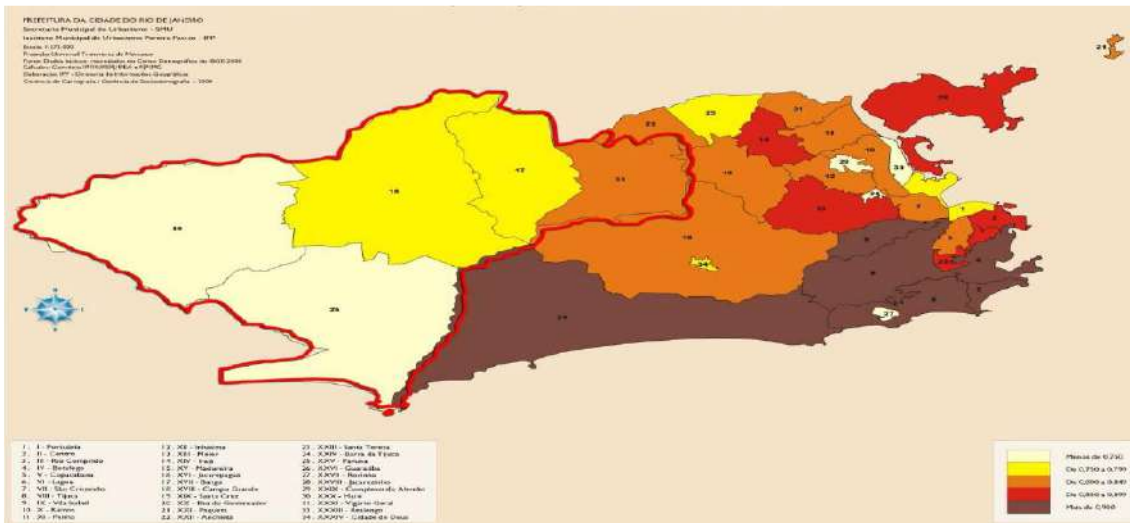
Figura 21 - Rendimento Médio Mensal dos Chefes de Família



Legenda: Verde Escuro = Maior renda x Verde Claro = Menor renda
Fonte: IPP, Armazém de Dados, IBGE²¹⁵.

Figura 22 - Índice de Desenvolvimento Humano por Região Administrativa

²¹⁵IPP, Armazém de Dados, IBGE(2000), página 49. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf> (data de acesso em 07/06/2016).



Legenda: Marrom IDH maior de 0,900. Vermelho de 0,850 a 0,890. Laranja de 0,800 a 0,849. Amarelo de 0,750 a 0,799 e Branco menor que 0,750.

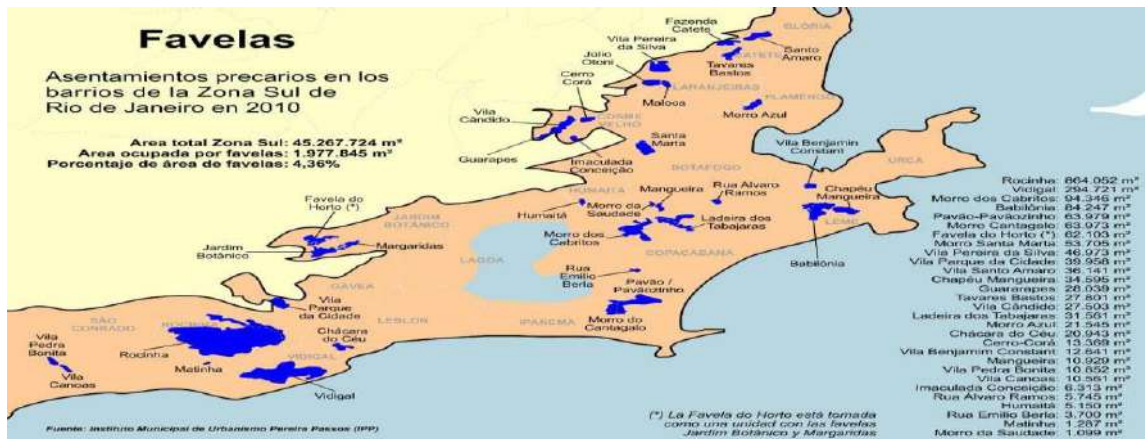
Fonte: IPP, Armazém de Dados, IBGE²¹⁶

Nesse sentido, é possível perceber que o núcleo socioeconômico da cidade do Rio de Janeiro centra-se na Zona Sul (verde escuro e marrom), perpassando de forma radial pelas Zonas da Barra e do Centro e, posteriormente, para a Zona Norte e Zona Oeste (verde claro e branco). Essa é a divisão socioeconômica radial da cidade do Rio de Janeiro, que detém seu epicentro, portanto, na Zona Sul, com Zonas de expansão para a Zona da Barra e do Centro e uma periferia composta pela Zona Norte e Oeste.

No entanto, conforme já mencionado, o Rio de Janeiro possui um recorte socioeconômico que se sobrepõe a essa estrutura radial de divisão da cidade. Essa realidade é constituída pela formação de um expressivo número de assentamentos precários, situados não somente nas regiões da Zona Norte e Oeste, mas também nas regiões nobres da Zona Sul e Centro, vide mapas abaixo:

Figura 23 - Assentamentos Precários nos Bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro em 2010

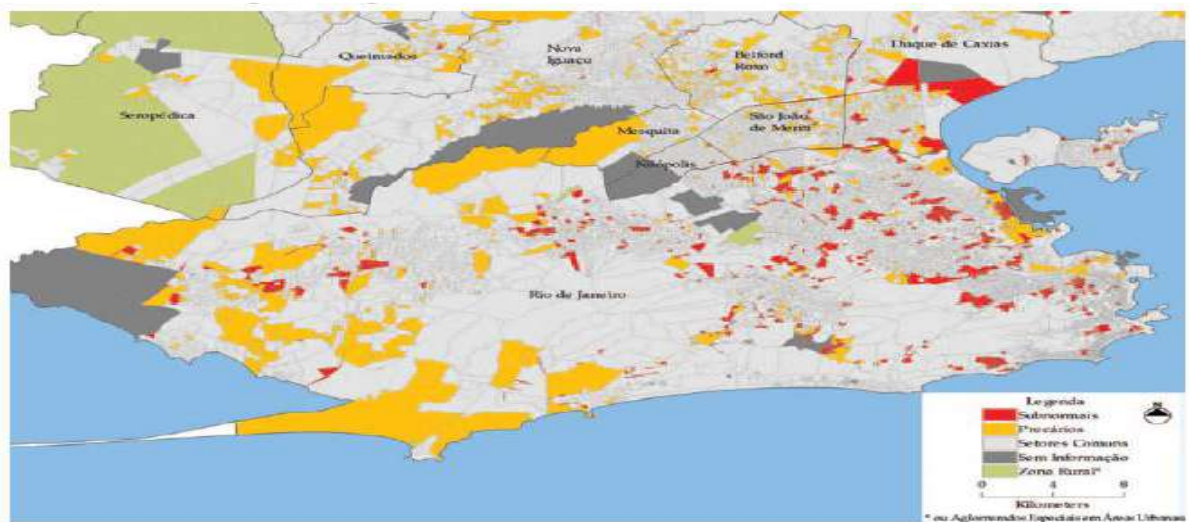
²¹⁶IPP, Armazém de Dados, IBGE(2000), página 50. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf> (data de acesso em 07/06/2016).



Legenda: Laranja = Zona Sul. Azul – Assentamento Precários

Fonte: Maps of Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos.²¹⁷

Figura 24 - Distribuição Espacial dos Setores Censitários Segundo Tipo de Assentamento



Legenda: Vermelho = Assentamento Subnormais. Amarelo = Assentamentos Precários.

Cinza Claro = Setores Comuns. Cinza Escuro = Sem Informação. Verde = Zona Rural.

Fonte: Assentamentos Precários no Brasil Urbano, Ministério das Cidades²¹⁸

²¹⁷Maps of Rio de Janeiro, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Disponível em <http://pt.map-of-rio-de-janeiro.com/favelas-mapas/favelas-zona-sul-do-rio-de-janeiro-mapa> (data de acesso em 05/06/2016)

²¹⁸Assentamentos Precários no Brasil Urbano, Ministério das Cidades (Marques, 2007, p. 192). Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf (data de acesso: 05/06/2016).

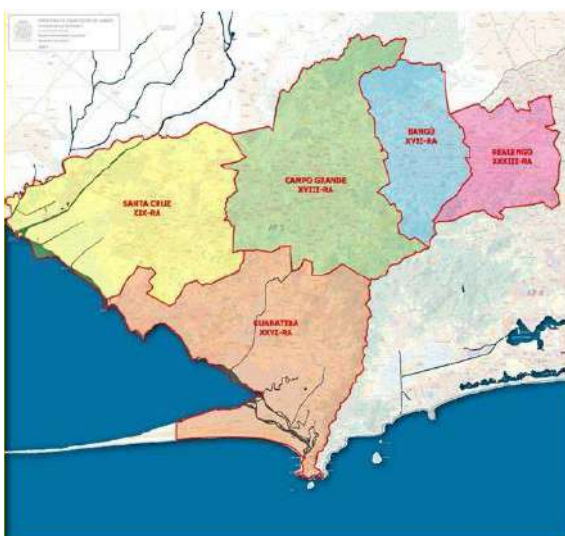
É possível perceber que o segundo mapa da Distribuição Espacial dos Setores Censitários segundo tipo de assentamento utiliza uma subdivisão dos assentamentos em precários e em subnormais. Essa divisão parte de uma metodologia adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).²¹⁹ A presente pesquisa não adota tal subdivisão, visto que o estudo foca nos assentamentos precários de forma geral, que incluem, nas definições do IBGE, tanto os assentamentos precários quanto os assentamentos subnormais. É necessário ressaltar, todavia, que os assentamentos subnormais possuem piores condições socioeconômicas que os assentamentos precários e, nesse sentido, é possível verificar que existe uma razoável concentração de assentamento subnormais nas regiões da Zona Sul e do Centro.

Conforme já exposto, a área nobre da cidade do Rio de Janeiro consiste em sua Zona Sul. Conectadas à Zona Sul, existem duas Zonas/Áreas de Planejamento: a região do Centro e a região da Barra da Tijuca (Barra). Cada uma delas representa uma parte do território dos megaeventos na cidade Maravilhosa.

A Copa do Mundo FIFA foi fundamentalmente territorializada no começo da Zona Norte, onde está situado o estádio do Maracanã, e na Zona Sul, com a FIFA *Fan Fest* na mundialmente famosa Orla de Copacabana. Por sua vez, a centralidade dos Jogos Olímpicos organizou-se territorialmente nos mesmos lugares da Copa do Mundo, mais a Zona da Barra e o bairro de Deodoro, que se encontra no início da Zona Oeste, quase Zona da Barra, vide mapas abaixo:

Figura 25 – Regiões Administrativas/Zona Oeste (AP5) Figura 26 – Regiões dos Jogos Olímpicos

²¹⁹ Essa divisão leva em consideração questões de renda, educação, números de habitantes e banheiros por moradia, regularidade das habitações. Metodologia encontrada na seção 2.2: caracterização socioeconômica em (Marques, 2007, p. 45/58).



Fonte: IPP, Armazém dos Dados²²⁰



Fonte: Rio de Janeiro Aqui²²¹

É possível perceber, portanto, que o território da Copa do Mundo no Rio de Janeiro expande-se radialmente para a Barra da Tijuca e Deodoro durante a gestão executiva dos Jogos Olímpicos. É interessante perceber que essas regiões possuem como contraponto as áreas do extremo Oeste, como Santa Cruz, Campo Grande e Guaratiba, onde se encontram os índices de renda e desenvolvimento humanos mais baixos da cidade-sede. Conforme pode-se ver abaixo, as descrições dos entrevistados sobre a Zona Oeste são expressivas:

Carlos: Campo Grande, em áreas de Campo Grande e Santa Cruz que são as áreas mais afastadas do centro da cidade que é a área da Zona Oeste, mais afastada do centro da cidade que a área que tem a maior quantidade de empregos.²²²

Patrícia: A Zona Oeste não tem infraestrutura nenhuma.²²³

Rodrigo: A Orla da Baía de Guanabara a Leste, que é a fachada turística, o Porto Maravilha, Aeroporto, e você vai ter a outra baía de Cequetiba é a china, indústria pesada

²²⁰ Mapa em IPP, Armazém dos Dados, página 06. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf> (data de acesso em 07/06/2016).

²²¹ Disponível em <http://www.riodejaneiroaqui.com/olimpiadas2016/mapa-olimpico-2016.html> (data de acesso em 07/06/2016)

²²²Entrevista RJ – Carlos, Acadêmico, 01/09.

²²³Entrevista RJ – Patrícia, Trabalhadora Informal, 2/16.

química poluição em níveis imensos, degradação ambiental toda.²²⁴

Esse é o contexto socioeconômico, portanto, em que o fenômeno em estudo territorializa-se, aliando uma divisão urbana radial de centralidade na Zona Sul que se expande em direção à Zona Central e à Zona da Barra com a realidade de um expressivo número de assentamentos precários na Zona Sul e Centro, conforme exposto. Assim, antes de avançar na apresentação do caso, uma particularidade contextual deve ser retomada, bem como outra particularidade analítica deve ser ressaltada.

A particularidade contextual no estudo de caso do Rio de Janeiro diz respeito à sobreposição entre os fenômenos da gestão executiva da Copa do Mundo e da gestão executiva dos Jogos Olímpicos. Tal contexto já fora abordado no capítulo metodológico (3.1.1 – Seleção de Casos), quando se expôs que ambos os fenômenos são abordados como próximos e complementares, motivo pelo qual se utiliza o fenômeno Olímpico para a melhor compreensão do próprio objeto de estudo. Nesse sentido, com a finalidade de manter presente esse contexto particular, utiliza-se o recurso de referência terminológica: fenômeno(s).

A segunda particularidade analítica que deve ser ressaltada consiste no expressivo descompasso entre as narrativas promovidas pelos gestores/agentes FIFA quando comparadas com as dos acadêmicos/militantes/impactados.²²⁵ Obviamente, a presente pesquisa reconhece como natural a existência de distintas leituras do(s) fenômeno(s), mas na investigação do Rio de Janeiro esses pontos de vista apresentaram-se, com demasiada frequência, como opostos. Antes de se focar como um erro de coleta de dados ou somente um desafio analítico, a presente investigação pondera que essa realidade propaga as expressivas contradições existentes no processo de gestão executiva da Copa do Mundo que, no presente caso, soma-se com a gestão executiva dos Jogos Olímpicos. Como não poderia ser diferente, com a finalidade de constituir uma leitura fenomenológica de perspectiva contra-hegemônica, atenção redobrada foi dedicada ao

²²⁴ Entrevista RJ – Rodrigo, Acadêmico, 04/41.

²²⁵ Sob a temática de impactados, vale a ressalva de que existem pessoas diretamente impactadas (positiva ou negativamente), mas que todos os habitantes da cidade-sede acabam por ser, de alguma forma, impactados pelo desenvolvimento urbano associado ao(s) fenômeno(s).

estudo de caso, através de uma visão ancorada na sociologia urbana crítica. Sob essas prerrogativas, portanto, avança-se ao caso.

Ressalta-se inicialmente que a cidade do Rio de Janeiro não foi somente mais uma das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de 2014, mas base estrutural para a promoção do megaevento nacionalmente. A cidade maravilhosa, portanto, foi sede do Comitê Organizador Local, bem como de todos os outros aparelhos para a gestão executiva do megaevento de escala nacional. Um dos principais gestores do megaevento expressa bem essa realidade:

A gente sediou aqui no Rio de Janeiro o IBC, que era o Internacional Broadcast Center, que era o centro de mídia de toda a Copa do Mundo, ou seja, toda a imagem gerada nos outros estádios ela batia aqui no IBC e daqui ela replicava para o mundo. Esse foi o equipamento que a gente teve que organizar aqui na cidade, que era uma obrigação da cidade. A gente sediou o Head Quarter da FIFA que era o quartel general da FIFA para todo o evento. Então, o Rio de Janeiro não cuidou só da Copa do Mundo no Rio de Janeiro, mas também de uma parte do evento em cada cidadezinha que lá aconteceu – nas outras 11 cidades-sedes.²²⁶

Dessa forma, a Zona Sul e começo da Zona Norte do Rio de Janeiro não foram somente o epicentro socioeconômico da cidade-sede, mas o epicentro de toda a Copa do Mundo FIFA 2014. Inclusive, a própria partida final da competição de futebol foi disputada no mundialmente famoso Estádio Mario Filho, o Maracanã, popularmente chamado de Maraca. O Maracanã já havia sido palco de outro final da Copa do Mundo FIFA, em 1950, quando o selecionado do Brasil perdeu o título mundial em 1950 para os uruguaios.

O mítico Estádio do Maracanã é historicamente um dos mais destacados aparelhos esportivos do Brasil e precisamente por ele se inicia a presente análise de campo. Obviamente, o Estádio do Maracanã não era mais o mesmo da final de 1950, pois já havia passado por uma série de reformas. Mesmo tendo sofrido uma renovação para os jogos Pan-americanos de 2007, a gestão executiva afirmou a necessidade de reformar o

²²⁶ Entrevista RJ – Rafael, Servidor Público, 13/142.

Maracanã, a fim de adequá-lo aos requerimentos formais de estádio-sede de uma Copa do Mundo.

A reforma do estádio do Maracanã teve como proposta inicial a realização de uma Parceria Público Privada, na qual a empresa a ser contratada seria também responsável pela elaboração do projeto. No entanto, por restrições jurídicas, essa opção não foi viável e se realizou uma concorrência, em que o Governo do Estado do Rio de Janeiro especificou as modificações necessárias.²²⁷ A concorrência foi vencida por um consórcio compostos pelas empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht e Delta, com proposta de reforma do Estádio Maracanã pelo valor de 705 milhões de reais.

No entanto, como de praxe, o valor inicial de 705 milhões subiu para 1,2 bilhões de reais, a partir da alegação de problemas não orçados, como a troca completa da cobertura do estádio. Um dos principais gestores responsáveis pela reforma afirmou, em entrevista à pesquisa, que “o aumento, a maior causa foi essa, em questão da cobertura, foi uma surpresa que mudou o projeto, o projeto da cobertura era outro, não era o que tá lá hoje, e outras coisas em consequência disso”.²²⁸ Uma auditoria promovida pelo órgão público responsável pela fiscalização da obra apresentou um superfaturamento da obra de pelo menos 200 milhões de reais.²²⁹

Todavia, para se entender o desenvolvimento associado ao fenômeno, torna-se fundamental compreender os projetos de alterações direcionados aos espaços que constituem o Complexo Maracanã, visto que a região que circunda o estádio comportava uma escola, a Escola Municipal Friedenrich, e outros três aparelhos esportivos: o Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho), o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamar.

²²⁷ A concorrência foi promovida nos moldes da legislação vigente, sob o suporte da Lei de Licitações (Lei Federal nº 8666/93). Dados disponíveis do Tribunal de Contas da União, TC 028.514/2009-0.

²²⁸ Entrevista RJ – Mario, Servidor Público, 12/117.

²²⁹ Ao todo foram dezesseis termos aditivos que modificaram o projeto inicial. Dentre os superfaturamentos apontados, refere-se que a nova cobertura do estádio Maracanã se assemelha à cobertura do novo estádio da Cidade do Cabo construído para a Copa do Mundo de 2010, mas que, no caso brasileiro, custou cinco vezes mais do que a obra sul-africana. Mais informações em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/reforma-do-maracana-teve-aditivos-suspeitos-e-gastos-em-duplicidade-diz-tce-rj.ghtml> (acesso em 10.06.2017).

Assim, o projeto de reforma para a Copa do Mundo FIFA 2014 não se restringia somente ao Estádio do Maracanã, mas envolvia alterações em todos os espaços do Complexo Maracanã. Outras duas áreas também sofreriam modificações associadas à reforma do Complexo, a chamada Aldeia Maracanã,²³⁰ antigo Museu do Índio, e a Comunidade Metrô-Mangueira.

Nesse momento, entretanto, não se aborda a análise da Comunidade Metrô-Mangueira, que será investigada logo a seguir, no eixo temático dos assentamentos precários.²³¹ Dessa forma, foi possível verificar que o projeto de reforma do Complexo do Maracanã afeta de forma muito semelhante o Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Júlio Delamare, a Escola Municipal Friedenrich e a Aldeia Maracanã. Com a finalidade de garantir mais espaço para a movimentação de torcedores, para a construção de mais vagas de estacionamentos e até de um Shopping Center no local, todos esses espaços públicos deveriam ser demolidos e reassentados em outras regiões, salvo a Aldeia Maracanã, para a qual não se apresentou um local alternativo.

Todavia, após um processo de organização da sociedade civil, fortemente centralizado no movimento “O Maraca é Nosso”,²³² as pautas de resistência à demolição dos quatro espaços públicos unificaram-se e pressionaram a coalizão de forças que gestionavam a reforma do Complexo Maracanã para a alteração do projeto original, com

²³⁰A Aldeia Maracanã encontra-se situada em uma região popularmente conhecida antigamente como Museu do Índio. É uma aldeia indígena urbana que correu risco de demolição durante a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA 2014. De acordo com rio on watch “Chamada de Aldeia Maracanã, a ocupação se estabeleceu como um ponto de referência cultural e organizou uma forte resistência contra a remoção. Embora não terem conseguido resistir a remoção, os moradores conseguiram salvar o edifício histórico da demolição em 2013, e conseguiram a promessa de que o museu seria renovado e transformado em um centro de referência para a cultura indígena”. Mais informações em: <http://rioonwatch.org.br/?p=21403> (data de acesso 10/08/2016).

²³¹Vale ressaltar que a realidade associada aos moradores da Aldeia Maracanã possui características que a enquadra dentro do eixo da moradia precária, na medida em que o espaço se constitui como habitação para diferentes etnias indígenas, sem segurança da propriedade e de baixa renda. O motivo da Aldeia Maracanã não ter sido analisado dentro do eixo temático reside na não promoção de uma particular coleta de dados designada para o estudo de caso do eixo da moradia precária, em especial, uma visita específica ao local e entrevista com os moradores. Também, por razão da particular realidade associada à população assentada nesse espaço, vide descrição supra, optou-se por dar preferência ao estudo da Comunidade Metrô-Mangueira.

²³² O Maraca é Nosso consiste em um movimento popular de resistência em torno das tentativas de privatizações do Estádio Maracanã e de seu entorno. A expressão “O Maraca é Nosso” popularizou a demanda por manutenção desses espaços como público e agregou o movimento, nomeando-o. Mais informações podem ser encontradas em: <https://comitepopulario.wordpress.com/tag/privatizacao/> (data de acesso 10/08/2016)

o objetivo da manutenção do Complexo com os referidos espaços.²³³ Assim, no dia 06 de janeiro de 2014, o Governo Estadual do Rio de Janeiro, um dos principais atores da coalizão de forças associada à reforma do Complexo Maracanã, anunciou a desistência de levar adiante o projeto original, que incluía as demolições e os realocamento dos aparelhos.²³⁴

Com o intuito de demonstrar as disputas e as narrativas utilizadas pela coalizão de forças que gestiona executivamente o fenômeno, destaca-se que o governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, um ano e pouco antes do abandono do projeto inicial de reforma do Complexo Maracanã, expôs sobre a Aldeia Maracanã: "será demolido. Vai virar uma área de mobilidade e de circulação de pessoas. É uma exigência da FIFA e do Comitê Organizador Local". Todavia, tal informação foi desmentida pela FIFA com a seguinte nota "a este respeito, a FIFA gostaria de esclarecer que, além de estar completamente de acordo com todos os argumentos apresentados no vosso ofício, nunca solicitou a demolição do antigo Museu do Índio do Rio de Janeiro ao Governo do Estado ou a qualquer outra autoridade".²³⁵ Independentemente de ter havido ou não solicitação da FIFA, é possível perceber que, por pressão popular, houve um abalo na coalizão de forças que fez permanecerem no local os quatro espaços.

Ao seguir a abordagem sobre as modificações espaciais no entorno do Complexo Maracanã, mas já avançando no tema da mobilidade, vale ressaltar que a principal estação de acesso ao estádio do Maracanã foi modernizada. Em uma obra que efetivamente melhorou a circulação no entorno do Complexo, a nova Estação Multimodal Maracanã recebeu passarelas e unificou na mesma estação os passageiros de trem e metrô que se direcionavam aos jogos.

²³³ Uma série de demandas foram reivindicadas e aparecem em um resumo esquemático no seguinte site: <http://paneladepressao.nossascidades.org/campaigns/122> (data de acesso em 12/06/2016).

²³⁴ Mais informações sobre o tema disponíveis em <http://exame.abril.com.br/brasil/governo-do-rio-anuncia-modificacoes-em-concessao-do-maracana/>

²³⁵ Documento oficial da FIFA disponível em <http://www.jb.com.br/media/arquivos/FIFA.pdf>, (data de acesso em 12/06/2016).

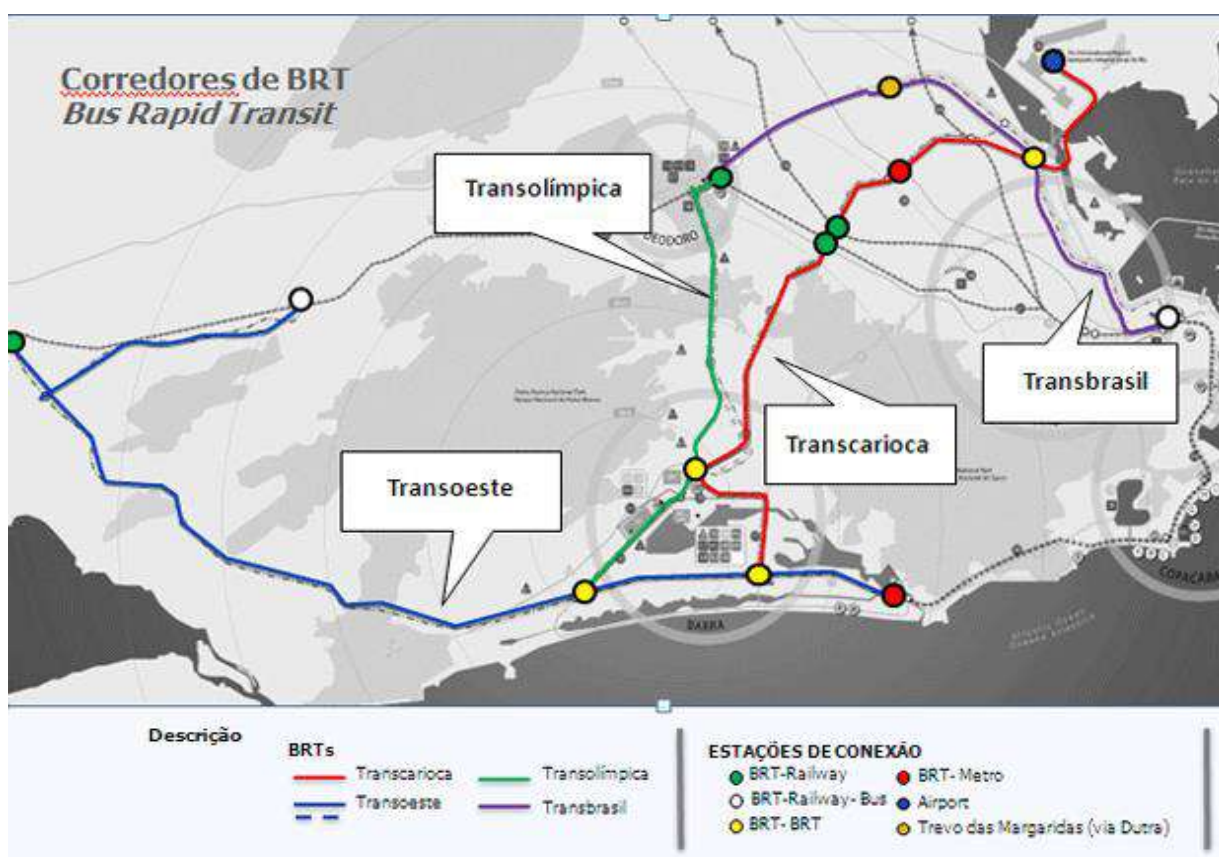
Ao avançar no estudo de caso, mas ainda dentro do eixo da infraestrutura, sob enfoque temático da mobilidade urbana, três grandes projetos podem ser associados à fenomenologia no estudo de caso do Rio de Janeiro²³⁶:

- (i) A construção de quatro linhas de *Bus Rapid Transit* (BRTs)
- (ii) A construção de uma linha de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
- (iii) A extensão do metrô, Linha 4, que liga o bairro de Ipanema (estação General Osório) à Barra da Tijuca (estação Jardim Oceânico)

A promoção de novos modais (BRTs e VLT) e a extensão da linha quatro do metrô estão representados dentro do traçado urbano do Rio de Janeiro nos dois mapas abaixo. O primeiro mapa mostra as quatro novas linhas de BRTs, denominadas de Transolímpica, Transcarioca, Transbrasil e Transoeste, enquanto o segundo integra os BRTs, VLT, linha de metrô e linhas de trem.

Figura 27 - Corredores de Bus Rapid Transit

²³⁶ Os três projetos foram mais relacionados ao Jogos Olímpicos do que a Copa do Mundo FIFA 2014.

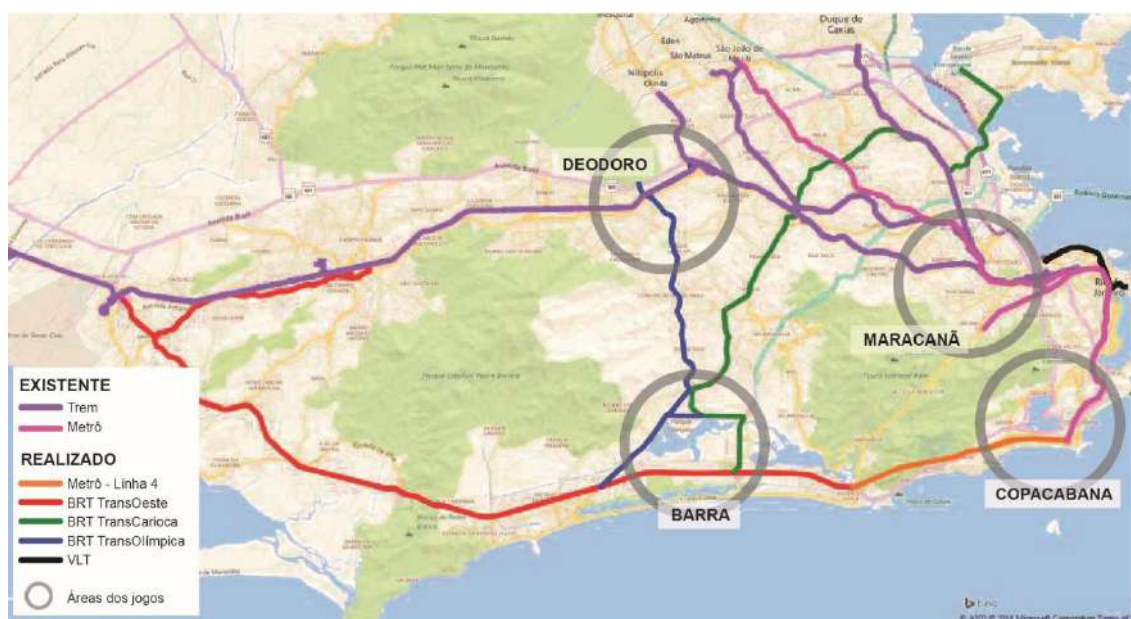


Legenda: Rota em Vermelho: Transcarioca. Rota em Azul: Transoeste. Rota em Verde: Transolímpica. Rota em Roxo: Transbrasil. Ponto em Azul: Aeroporto.

Fonte: Rio on Watch²³⁷

Figura 28 - Mobilidade Urbana: Existente X Realizado para Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos

²³⁷Rio on Watch, BRT do Rio: Ferramenta para Legado ou Fragmentação? Disponível em: <http://rioonwatch.org.br/?p=11549> (data de acesso em 13/06/2016)



Legenda: Rotas Existentes – Rota em Roxo: Trem e Rota em Rosa: Metro. Rotas Realizadas: Rota em Laranja: Metro – Linha 4. Rota em Vermelho: Transoeste. Rota em Verde: Transcarioca. Rotas em Azul: Transolímpica. Rota em Preto: VLT.

Fonte: VRI Brasil²³⁸

Antes de expor a temática de mobilidade urbana associada ao(s) fenômeno(s) no Rio de Janeiro, ressalta-se que um aprofundamento analítico do caso é de extrema dificuldade, pois poucas informações técnicas sobre transporte são disponibilizadas pelos órgãos públicos e pelas concessionárias de transporte. Essa realidade é trazida pelo especialista em mobilidade urbana Rogério ao expor que “a prefeitura não oferece esse tipo de informação, você não tem informações claras e confiáveis sobre qual era o tempo que a pessoa levava de ônibus da Penha [Zona Norte] para a Barra, como e qual a diferença desse tempo em relação ao tempo que ela leva com o BRT”.²³⁹ Assim, conclui Rogério: “então, eu não tenho condições de avaliar a condição do antes e depois da implantação da infraestrutura [BRTs]”.²⁴⁰

²³⁸VRI Brasil: O legado das Olimpíadas do Rio de Janeiro: a mobilidade urbana. Disponível em <http://wricidades.org/noticia/o-legado-das-olimp%C3%ADadas-do-rio-de-janeiro-mobilidade-urbana> (data de acesso em 11/05/2016)

²³⁹Entrevista RJ – Rogério, Acadêmico, 05/48.

²⁴⁰Entrevista RJ – Rogério, Acadêmico, 05/48.

De qualquer forma, através do primeiro mapa é possível perceber que o novo modal BRT interliga as Zonas Oeste, Norte e Centro com a Zona da Barra; sem, todavia, passar pela Zona Sul do Rio de Janeiro. Mais uma vez, Rogério discorre sobre o tema e pondera que “os BRTs têm uma estratégia territorial de favorecimento de certas áreas da cidade (...) ai nós temos que pensar na Barra da Tijuca, todos os caminhos levam à Barra da Tijuca, todos os BRTs levam à Barra da Tijuca”. Também é possível perceber no segundo mapa que a nova linha quatro do metrô (em laranja) também liga a Barra da Tijuca à Zona Sul. Por fim, é possível verificar no segundo mapa, marcado em preto, que o VLT tem uma extensão muito limitada, restrita à Zona Central e ao Aeroporto Santos Dumont.

No entanto, ao se considerar o segundo mapa, verifica-se que há integrações entre os modais do BRT com os trens de superfícies e as linhas de metrô, em especial, com a construção da linha quatro, que liga os bairros da Barra da Tijuca e Ipanema. Essas novas opções de mobilidade, entretanto, devem ser visualizadas contextualmente e, para o presente caso, torna-se relevante interligá-las com a temática da moradia precária e a divisão socioeconômica radial e vertical – melhor abordada no próximo capítulo. Nesse sentido, por uma proximidade contextual, o relato do fenômeno no estudo de caso do Rio de Janeiro abordará a moradia precária logo em sequência da temática da mobilidade urbana, para assim, posteriormente, expor o eixo do trabalho informal.

Sob essa perspectiva, o relato do eixo temático da moradia precária no estudo de campo do Rio de Janeiro diferencia-se dos outros três cenários investigados – Joanesburgo, Cidade do Cabo e São Paulo, pois na experiência do Rio de Janeiro tornou-se relevante expor os casos de duas comunidades afetadas pelo fenômeno:

- (i) A Comunidade Metrô Mangueira – relacionada à Copa do Mundo FIFA
- (ii) A Vila Autódromo – relacionada aos Jogos Olímpicos.

Esses dois relatos apresentam-se dentro da maior experiência de remoções forçadas no Rio de Janeiro – e também nesta pesquisa – nos últimos cinquenta anos. De

acordo com os relatos, as remoções forçadas chegaram a afetar mais de vinte e duas mil famílias (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do RJ, 2016, p. 36). Boa parte dessas remoções está relacionada a obras para os dois megaeventos (Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos), das quais ambas as remoções em tela são bastante paradigmáticas.

Ao se iniciar o relato da comunidade Metrô Mangureira, destaca-se que a comunidade se encontrava a apenas cinquenta metros do estádio Maracanã. De acordo com os pesquisadores Lucas Faulhaber e Lena Azevedo, a comunidade começou sua formação a mais de trinta e cinco anos atrás, com ocupação da área, em sua grande maioria, por famílias que vieram da região Nordeste para a construção da estação de metrô que dá acesso ao estádio do Maracanã (Azevedo & Faulhaber, 2016, p. 98/99).

Desde 2010, a comunidade Metrô Mangureira passou por duas grandes fases de remoções, até a retirada quase total das 700 famílias residentes. A justificativa inicial para as remoções consistiu na construção de um estacionamento para veículos dos torcedores que frequentariam o estádio Maracanã. Nesse sentido, o relato da moradora Francicleide sobre a chegada da Prefeitura e das alternativas de locais para moradia oferecidas é impactante. Veja-se:

Dia 26 de julho de 2010, a prefeitura chegou na nossa comunidade com muitos carros, assistentes sociais entrando nas casas, filmando e pichando as residências com aqueles SMH [Secretaria Municipal de Habitação]; (...)

Quando cheguei, as pessoas não estavam entendendo o que estava acontecendo. Porque eles faziam tudo isso, mas não diziam para o que era. A gente imaginava, quanto teve a comemoração da Copa do Mundo, que o Brasil tinha sido escolhido, que isso podia acontecer; (...)

Eles diziam que só tínhamos três opções: ir para o Minha Casa Minha Vida²⁴¹ de Cosmos (no Condomínio Varese, a

²⁴¹ O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) é um programa do Governo Federal para a habitação popular. O Programa consiste, portanto, em subsídios a aquisição de casas ou apartamentos próprios a famílias de baixa renda. Sob essa perspectiva, o Programa MCMV tem sido criticado por estar reproduzindo injustiças sociais em deslocar populações vulneráveis para regiões periféricas, tema que será abordado mais profundamente no próximo capítulo. Mais informações estruturais sobre o programa MCMV, acessar: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx> (data de acesso em 17/10/2016). Mais informações sobre o tema do MCMV deslocar populações para regiões periféricas, acessar: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/10/minha-casa-minha-vida-reproduz-injustica-social-conclui-pesquisa.html> (data de acesso em 17/10/2016).

quase 70 quilômetros e três horas e meia de viagem), abrigo ou rua. Quando ele disse isso, muita gente começou a desmaiar, outros passaram mal (Azevedo & Faulhaber, 2016, p. 98).

Frente à dura realidade imposta pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, um primeiro grupo de 107 famílias de moradores da comunidade Metrô Mangueira, preocupados com a possibilidade de serem despejados para rua, aceitou serem removidos para um condomínio do programa Minha Casa Minha Vida, no bairro de Cosmos, situado na Zona Oeste e distante 70 quilômetros da comunidade em questão. O resto da comunidade, todavia, ciente das dificuldades que tal mudança acarretaria, visto que a alternativa oferecida localizava-se muito longe do centro da cidade, não aceitou e começou um processo de resistência.

Inicia-se, assim, um penoso processo de espera, resistência e negociação com o poder público, a fim de garantir melhores condições habitacionais para as famílias ainda residentes na comunidade. Sob pressão, um ano após a mudança do primeiro grupo para o bairro de Cosmos, a prefeitura assentou 246 famílias no conjunto próximo Mangueira I e, depois de dois anos vivendo de forma insalubre, entre os escombros das casas já demolidas, dois outros grupos foram removidos: 216 famílias foram para o conjunto habitacional Mangueira II e 96 famílias foram assentadas em Triagem, um lugar também próximo ao local original da Comunidade Metrô Mangueira. Algumas poucas famílias permaneceram na comunidade por problemas burocráticos. Conforme salienta o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, a destinação dos moradores aos conjuntos habitacionais Mangueira I e II é uma “conquista decorrente da resistência dos moradores, tendo em vista que eles não estavam inicialmente previstos para recebê-los” (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do RJ, 2016, p. 26).

Também vale ressaltar que o local onde se encontrava assentada a comunidade nunca se transformou em um estacionamento para torcedores que frequentariam o estádio do Maracanã. Em 2013, através de um Decreto Municipal,²⁴² a prefeitura confirma o

²⁴² Decreto municipal do Rio de Janeiro nº 37753/2013.

interesse de destinar a região da comunidade a um polo automotivo, com 96 unidades comerciais, um parque com ciclovia, rampa de skate, academia para idosos, parque infantil e 400 árvores, com custo total de R\$ 30,5 milhões de reais.²⁴³ Até a entrega do presente trabalho, nenhuma obra municipal havia sido iniciada no local.

A outra comunidade alvo de atenção nesta pesquisa é a Vila Autódromo. Situada em Jacarepaguá, na Zona da Barra da Tijuca, a Vila Autódromo tem o início de sua formação na década de 1980 e, desde 1990, sofre ameaças de remoções do poder público. De acordo com o Plano Popular da Vila Autódromo, a comunidade, que tem um histórico de resistência a remoções, já recebeu famílias assentadas no local pelo próprio poder público: em 1989, foram assentadas famílias oriundas da Comunidade Cardoso Fontes e, em 1994, a antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do RJ assentou legalmente mais de sessenta famílias na Vila Autódromo (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2012, p. 08).

Ademais, conforme também expõe o Plano Popular, em 1997, 104 famílias receberam a titulação do Governo do Estado, em 1998, os moradores da faixa marginal da Lagoa receberam uma Concessão de Uso Real por 99 anos da antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do RJ,²⁴⁴ e, em 2005, a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro decretou²⁴⁵ parte da comunidade Zona de Especial Interesse Social²⁴⁶ (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2012, p. 08).

No entanto, mesmo com a região sendo utilizada como área de realocação de famílias e com garantias legais fornecidas pelo próprio poder público, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas revela que “as ameaças de remoção ganharam uma nova dimensão no contexto do projeto de preparação para os Jogos Olímpicos”, em especial, porque o

²⁴³ Dados disponíveis online em <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-09-27/polo-automotivo-da-mangueira-tera-area-de-lazer-e-bicicletario.htm> e <http://rioonwatch.org.br/?p=9995> (data de acesso 17/10/2016)

²⁴⁴ Publicação do Diário Oficial 31/12/98.

²⁴⁵ Lei Complementar do Município do Rio de Janeiro nº 74/2005.

²⁴⁶ Uma das melhores definições de ZEIS encontra-se na legislação da Prefeitura da Cidade de Recife que foi uma das cidades pioneiras em utilizar esse mecanismo de demarcação do solo urbano. De acordo com o Art. 17 - As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS - são áreas de assentamentos habitacionais de população de baixa renda, surgidos espontaneamente, existentes, consolidados ou propostos pelo Poder Público, onde haja possibilidade de urbanização e regularização fundiária. Disponível online em <http://www.recife.pe.gov.br/pr/leis/luos/soloZEIS.html> (data de acesso 17/10/2017).

“Secretário de Habitação do município esteve na comunidade, em Outubro de 2011, e informou que a remoção seria necessária por exigência do Comitê Olímpico Internacional, para viabilizar a construção das instalações esportivas do Parque Olímpico” (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do RJ, 2016, p. 27).

A problemática associada à região estruturava-se pela incompatibilidade da Vila Autódromo – uma comunidade de baixa renda – situar-se ao lado do Parque Olímpico da Barra da Tijuca. O efetivo problema que se apresentava era que a construção do Parque Olímpico fora promovida através de uma concessão, em um regime de Parceria Público Privada (PPP), na qual 75% da área pública de 1.118.000 (um milhão, cento e dezoito mil) metros quadrados em uma área nobre da cidade seriam comercializados pela concessionária em empreendimentos de luxo. Todavia, a viabilidade econômica do empreendimento de luxo seria afetada pela presença próxima de uma comunidade carente, de modo que sua remoção tornou-se fundamental para a viabilidade da PPP, do Parque Olímpico da Barra da Tijuca e, conseqüentemente, do megaevento como um todo.

Após uma série de justificativas para a remoção da comunidade, como a necessidade de saída da comunidade para a construção do próprio Parque Olímpico, da construção de um centro de mídia e instalações provisórias para o Parque Olímpico, da necessidade de remoção por causa da construção da linha do BRT Transolímpica e Transcarioca, quase todas as 550 famílias foram removidas em diferentes períodos. É relevante ressaltar que sempre que uma casa era desocupada e imediatamente destruída, os escombros eram deixados no local, a fim de tornar o espaço insalubre e pressionar os outros moradores a saírem.

Um plano popular, já mencionado acima, promovido pelos moradores em parceria com acadêmicos, em especial, do IPPUR/UFRJ e do NEPHU/UFF, foi apresentado à Prefeitura, demonstrando a viabilidade de integrar o Parque Olímpico à comunidade, mas teve pouca efetividade nas remoções.²⁴⁷ Ao final, boa parte da comunidade foi removida para empreendimento MCMV, construído a cerca de um quilômetro e meio da Vila

²⁴⁷ O Plano Popular da Vila Autódromo foi produzido para “demonstrar que urbanização integrada ao Parque Olímpico é possível, com qualidade habitacional superior ao MCMV e com um custo muito inferior à remoção” (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do RJ, 2016, p. 27). O Plano Popular da Vila Autódromo ganhou o prêmio internacional Urban Age Award, do Deutsche Bank e da London School of Economics, como o melhor projeto de urbanização popular dentre os 170 concorrentes.

Autódromo. A remoção para um local próximo de suas antigas casas representou, mais uma vez, uma conquista dos moradores, pois a grande maioria das famílias removidas durante o período foram deslocadas para a Zona Oeste.

Em torno de cinquenta moradores resistiram ao processo, alegando interesse de permanecer no local e receber uma urbanização de sua área. Depois do transcorrer de anos, apenas dez resistiram até o final e conseguiram casas e a urbanização do local.

Por fim, com relação ao desenvolvimento urbano associado à gestão executiva da Copa do Mundo de 2014, sob o eixo temático do trabalho informal, inicia-se o relato contextualizando que, em 2009, a Prefeitura do Rio de Janeiro cria a Secretaria de Ordem Pública (SOP). A Secretaria de Ordem Pública foi efetivada para, dentre outras competências, ordenar e reprimir o trabalho informal, não somente durante a ocorrência fenomenológica, mas até hoje.

De acordo com os agentes da Secretaria de Ordem Pública, a fiscalização ao trabalho informal e violações aos direitos de marketing da FIFA durante a Copa do Mundo FIFA 2014 foi intensa em duas grandes áreas da cidade – no entorno do Estádio do Maracanã e na orla de Copacabana, local onde ocorria a Fan Fest. Contudo, o relato dos agentes Marcelo e Miguel e do gestor Rafael, da SOP, bem como da trabalhadora informal Patrícia, evidenciam intensa repressão a qualquer tipo de trabalho não autorizado durante o período. Veja-se:

Marcelo: Nós tivemos assim, por exemplo, veio da Suíça o advogado que tava pela Adidas, o representante de algumas marcas eles vieram e ficaram conosco, então muitas das vezes por conhecer, chegava numa banca ou em algum lugar e via lá a marca e às vezes era recolhida.²⁴⁸

Miguel: Mas na realidade a força policial ela era tão substancial, a prefeitura entrou de uma forma tão maciça que não estimulou nenhum tipo de revés, entendeu, era tão desproporcional a ação do poder público em relação a possíveis práticas irregulares que não havia ninguém queria arriscar, ninguém queria.... Então, facilitou bem.²⁴⁹

²⁴⁸ Entrevista RJ – Marcelo, Servidor Público, 14/163.

²⁴⁹ Entrevista RJ – Miguel, Servidor Público, 14/163.

Rafael: Então, por exemplo, no entorno do Maracanã, era zero ambulante, porque a polícia militar trabalhou a nosso favor, a ordem pública trabalhou a nosso favor, então não tinha ambulante, tinha casos de vendedor de ingresso, gente que foi presa fazendo venda de ingresso.²⁵⁰

Patrícia: Onde eram os Fan Fest, aonde tinha os jogos, Maracanã, ninguém chegava, na verdade a gente não consegui nem passar, quanto tinha jogo ficava tudo cercado e a gente não conseguia chegar. Eu nunca trabalhei em eventos, mas vários amigos meus que trabalharam em eventos, pessoal que trabalha com bebida sofreram muito, essas pessoas não conseguiram trabalhar, começaram a passar necessidade, aluguel atrasa, e as pessoas acaba perdendo o pouco que tem porque você fica muito tempo sem trabalhar e ai vai você vai perdendo o pouco que tem. Assim, essas pessoas sofreram muito.²⁵¹

É possível perceber que, durante o fenômeno, portanto, para evitar quaisquer violações aos direitos de marketing e exclusividade de vendas da FIFA, houve intensa fiscalização, de modo que poucas ou quase nenhuma experiência de trabalho informal foram percebidas. Nesse sentido, não foi registrado nenhum acordo temporário entre trabalhadores informais e Prefeitura para venda em locais próximos ao Estádio do Maracanã e da Orla de Copacabana.

Outra estrutura da Prefeitura do Rio de Janeiro também foi criada durante o período e foi mencionada como relevante na organização tanto do(s) fenômeno(s) quanto do dia-a-dia da cidade do Rio de Janeiro. O Centro de Operações do Município do Rio de Janeiro foi “inaugurado em dezembro de 2010, seis anos antes dos Jogos Rio 2016, o prédio funciona com quartel-general de integração das operações urbanas no município”. Nesse prédio, “cerca de 30 órgãos (secretarias municipais, concessionárias de serviços públicos) estão integrados no edifício para monitorar a operação da cidade e minimizar seus impactos na rotina do cidadão ou durante a realização de grandes eventos”.²⁵² O Centro de Operações do Município do Rio de Janeiro foi também uma das estruturas

²⁵⁰ Entrevista RJ – Rafael, Servidor Público, 13/146.

²⁵¹ Entrevista RJ – Patrícia, Trabalhadora Informal, 02/14.

²⁵² O texto encontra-se na aba institucional do site do Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível online em <http://centrodeoperacoes.rio/> (data de acesso 17/10/2016)

públicas comumente utilizadas, portanto, para a repressão ao trabalho informal, especialmente nas regiões de restrições comerciais da Copa do Mundo FIFA 2014.

Assim, seguindo qualitativamente o capítulo anterior, passa-se sem delongas para a exposição do estudo de caso da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2014 na cidade de São Paulo, para em seguida fazer a síntese do capítulo.

5.2 A Megalópole recebe a Copa do Mundo FIFA

Assim como Joanesburgo, a cidade de São Paulo representa um polo financeiro regional. É também a cidade de maior densidade demográfica do Brasil, possuindo em seu município uma população superior a onze milhões de habitantes.²⁵³ São Paulo é, pois, uma megalópole por sua extensão e densidade populacional, mas é também uma megalópole do capital.

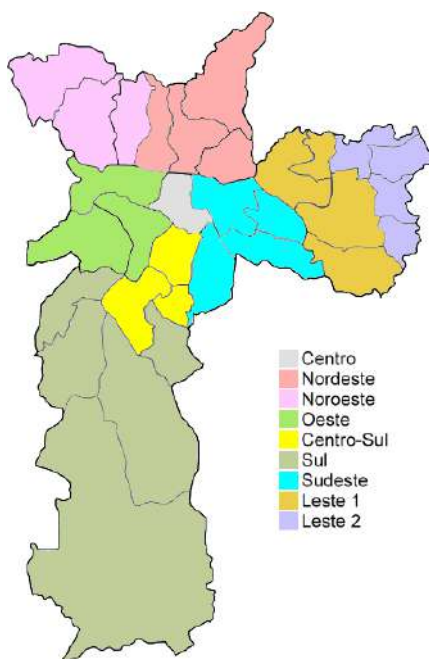
Mesmo que a essência nominal das cidades-sede não seja alvo central desse estudo, visto que se dá enfoque prioritário às essências constitutivas associadas ao fenômeno, torna-se relevante apontar que a cidade de São Paulo é relativamente planejada, com uma segregação de classe radial com epicentro na Zona Centro/Oeste. No caso de São Paulo, portanto, compreender algumas das características nominais torna-se fundamental para o estudo do desenvolvimento urbano associado à gestão executiva da Copa do Mundo 2014.

Assim como no caso da Cidade do Cabo, há uma alteração da proposta inicial de estádio-sede dos jogos do megaevento. Essa mudança de aparelho de execução das partidas reorganiza o território da atuação fenomenológica e, desta forma, promulga uma mudança no que se refere ao desenvolvimento associado à gestão executiva do megaevento. Para melhor compreender o ponto de rotação associado ao estudo de caso, faz-se relevante elucidar, sob um macro divisão, o território socioeconômico da cidade

²⁵³ Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=355030> (acesso em: 16.09.2016)

de São Paulo. Conforme se percebe pelo mapa abaixo, a cidade pode ser dividida em nove regiões:

Figura 29 - Regiões de São Paulo



Fonte: Wikipedia²⁵⁴

Peacekeeping

Figura 30 - Mapa Mundo e São Paulo



Fonte: Department of

Operations, Cartographic Section, United Nations²⁵⁵;

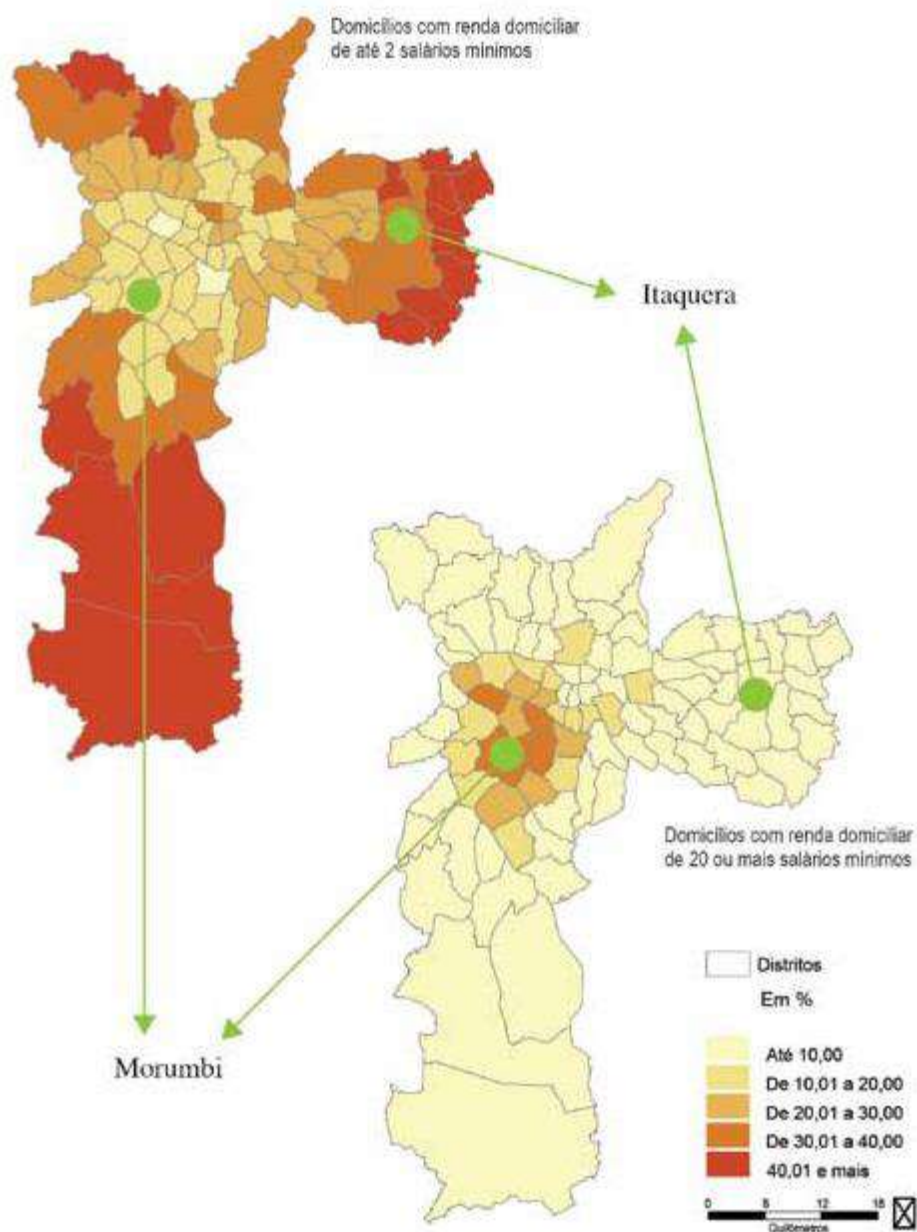
Dessas nove regiões, quatro grandes áreas podem ser compostas: (a) Zona Central/Oeste (Zonas Centro e Oeste); (b) Zona Norte (Zonas Nordeste e Noroeste); (c) Zona Sul (Zonas Sul e Centro-Sul), e, por fim, a Zona Leste (um e dois), zona em destaque no presente trabalho.²⁵⁶ Os mapas abaixo auxiliam a compreender as divisões socioeconômicas dentro dessas quatro zonas:

²⁵⁴ Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e7/Sp_oficial.gif (acesso em: 11.05.2016).

²⁵⁵ Disponível em: <http://www.worldweather.org/136/c01083m.htm> (acesso em: 11.05.2016).

²⁵⁶ O leitor atento percebe que restou ausente na divisão proposta a Zona Sudeste. A Zona Sudeste é compreendida por esse trabalho como a “Zona de Transição” entre Zona Centro/Oeste e Zona Leste e, portanto, com marco divisor essas duas macrorregiões. Nesse sentido, a fim de evidenciar contrastes socioeconômicos existentes entre a Zona Leste e a Zona Centro/Oeste, a Zona Sudeste foi deixada ausente da divisão esquemática proposta pelo estudo.

Figura 31 - Distribuição de Domicílios, por Faixa de Renda dos Distritos do Município de São Paulo 2010



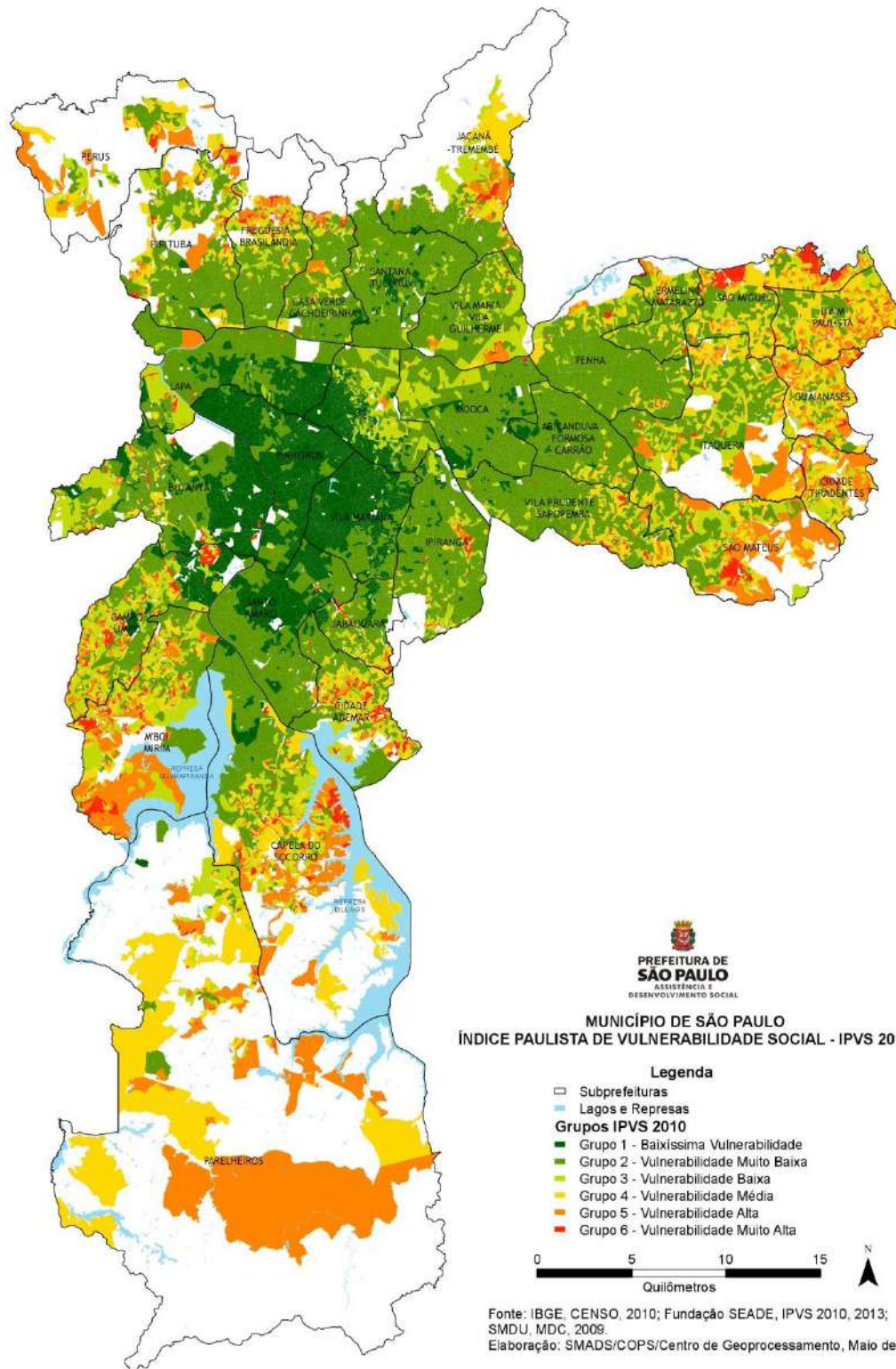
Legenda Mapa Esquerda: Claro – Renda Domiciliar Maior que 02 Salários Mínimos. Escuro – Renda Domiciliar até 02 Salários Mínimos.

Legenda Mapa Direita: Escuro – Renda Domiciliar Maior que 40 Salários Mínimos. Claro – Renda Domiciliar até 10 Salários Mínimos. Salário Mínimo a época era de R\$ 510,00 reais

Fonte IBGE: Censo Demográfico 2010,
Projeção Estatística da Amostra em (Carvalho & Galhiardi, 2015, p. 25).²⁵⁷

Figura 32 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2010

²⁵⁷ Nota: 1 – As porcentagens indicam a relação entre domicílios de determinadas faixas de renda e o número total de domicílios. 2 – A distribuição domiciliar com até dois salários mínimos inclui os domicílios sem rendimento (Carvalho & Galhiardi, 2015, p. 25).



Legenda: Verde – Vulnerabilidade Baixa. Amarelos – Vulnerabilidade Media. Laranja – Vulnerabilidade Alta. Vermelho – Vulnerabilidade Muito Alta.

Fonte: Prefeitura de São Paulo Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2010.²⁵⁸

É possível verificar, portanto, que a divisão socioeconômica do território de São Paulo vai radialmente afastando-se da Zona Oeste, passando pela Zona Centro (Zona Centro/Oeste) em direção às Zonas Norte, Sul e Leste. No entanto, o presente estudo de caso irá concentrar a ênfase analítica no contraste socioeconômico entre Zona Centro/Oeste e Zona Leste, visto que são as duas macrorregiões diretamente envolvidas na gestão executiva da Copa do Mundo FIFA 2014 e que guiam a dinâmica de desenvolvimento associativa ao fenômeno.

Assim, tanto o mapa de distribuição de domicílios segundo faixa e renda quanto o mapa de vulnerabilidade social evidenciam que a Zona Centro/Oeste concentra a habitação de moradores de maior renda e segurança social. É a zona rica da cidade de São Paulo. Em contrapartida, a Zona Leste, popularmente conhecida como ZL, em destaque nesta investigação, é historicamente constituída pela população operária e de baixa renda de São Paulo (Carvalho & Galhiardi, 2015, p. 22–26; Koga, 2015, p. 71–73).

O caso exige um melhor entendimento da ZL. Conforme expressam Carvalho e Galhiardi, com suporte em Raquel Rolnik (Rolnik, 1997), desde a década de 1970 a ZL apresenta um padrão de crescimento periférico, com distribuição desigual de recursos, bens e serviços, o que marca um padrão de segregação espacial da cidade de São Paulo (Carvalho & Galhiardi, 2015, p. 25). De acordo com os autores especializados, baseados em dados de 2010, existe um contraste entre as duas regiões, com a ZL composta por uma população de baixa renda e altos índices de vulnerabilidade social, sendo a região designada como eixo pendular de “cidade-dormitório” para a mão de obra da Zona Oeste/Centro da cidade de São Paulo (Carvalho & Galhiardi, 2015, p. 24; Frúgoli Jr & Rolnik, 2001, p. 45).

²⁵⁸Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2010, disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/o3_1400688004.pdf (acesso em 12.05.2016). Metodologia utilizada no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2010. Disponível em: <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf> (acesso em 12.05.2016).

Nesse sentido, é possível perceber que a concepção da ZL como periferia, como cidade-operária, não é somente imaginário descritivo do presente autor ou da literatura específica sobre o tema, mas se refere a uma realidade socioeconômica histórica. A Zona Leste, enquanto um espaço marginal, pobre, alvo de piada e preconceito é, inclusive, mencionada por Mauro, um dos jovens entrevistados, morador da Zona Centro/Oeste:

Mauro: Eu nasci na Zona Oeste, cresci na Zona Oeste, faço tudo na Zona Oeste, fui a Itaquera (ZL) pouquíssimas vezes, então eu não tenho familiaridade com o bairro, inclusive é motivo de, historicamente, a Zona Leste para paulistanos e de classe média da Zona Oeste e Sul é motivo de piada, não estou dizendo que eu concordo, mas estou dizendo que é motivo de piada... piada, deboche e é também uma forma de falar de forma pejorativa de quem vem de lá, do que é de lá, do que acontece lá.²⁵⁹

Nesse sentido, a Zona Leste contrasta com o imaginário de Cidade-Global da Zona Centro/Oeste: industrializada, com concentração de bens e serviços, “desenvolvida”. Nessa divisão socioeconômica de uma cidade centralizada na Zona Centro/Oeste, oposta à região operária da ZL, que o fenômeno territorializa-se.

Conforme já mencionado, no caso de São Paulo, a área de gestão da Copa do Mundo foi alterada, porque, inicialmente, o estádio proposto para sediar os jogos do megaevento era o Estádio Morumbi, situado no bairro nobre do Morumbi, na região Oeste da cidade. O estádio se encontra, portanto, em uma das principais áreas de centralidade da elite econômica de São Paulo, com moradores que possuem renda domiciliar acima de 40 salários mínimos, conforme mapa anteriormente exposto.

Faz-se necessário recordar algumas informações, a fim de contextualizar a mudança da centralidade fenomenológica no presente caso. Recordar-se que, em 2007, a FIFA escolhe o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, mas, como de praxe, somente dois anos mais tarde são definidas as cidades-sede do megaevento. Em 2009, portanto, São Paulo é confirmada como cidade-sede e também como responsável pela abertura do megaevento.

²⁵⁹ Entrevista SP – Mauro, Acadêmico, 02/09.

Como bem exposto por Cláudio Couto, nesse momento inicia-se uma disputa dentro da capital paulista referente à escolha do estádio que seria sede dos jogos (Couto, 2015). De acordo com o autor, essa disputa pode ser analisada sob duas vertentes: uma disputa no âmbito político-eleitoral e uma disputa no campo político-desportivo.

No âmbito político-eleitoral, o acadêmico expressa que a proposta de execução dos jogos na região central (Morumbi) não se apresentava tão interessante quanto expandir o território do megaevento para uma área passível de disputa eleitoral entre os dois maiores partidos nacionais, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) (Couto, 2015). A referência sobre ambos os partidos encontra-se no início do capítulo e, aqui, ressalta-se que a região nobre do bairro Morumbi (Zona Centro/Oeste) consiste em uma região dominada por eleitores do partido conservador do PSDB, com pouca representatividade do Partido dos Trabalhadores. De acordo com Cláudio Couto, portanto, havia um relevante interesse político-eleitoral em retirar a proposta inicial do Morumbi enquanto estádio-sede, visto que a Copa do Mundo FIFA poderia representar uma oportunidade para o PSDB expandir suas fronteiras eleitorais para além da região Centro/Oeste e, por outro lado, para o PT consolidar seu apoio nas regiões periféricas da cidade (Couto, 2015).

O autor relata que, no âmbito político-desportivo, houve uma forte disputa entre o Estádio do Morumbi, pertencente ao time do São Paulo, e a ideia de construção de um novo estádio para o time do Corinthians, que não detinha um aparelho esportivo próprio. Mais uma vez, Cláudio Couto é preciso ao expor os fatores em disputa no âmbito político-desportivo:

O velho sonho acalentado pelo Corinthians de possuir seu próprio estádio; as dificuldades do São Paulo em convencer a FIFA de seus projetos; a inimizade construída entre os presidentes dos dois clubes, que, inclusive, levou o Corinthians a não mais mandar quaisquer jogos no Morumbi, produzindo uma nada desprezível perda de receitas para o clube rival; as alianças políticas de Sanchez²⁶⁰ com o presidente da República (Lula, um corinthiano notório) e com o presidente da CBF (Ricardo Teixeira que, inclusive, o nomeara chefe da delegação

²⁶⁰ Andrés Sanchez era o presidente do Corinthians no período.

brasileira na Copa do Mundo de 2010); a rivalidade entre o presidente da CBF e o mandatário são-paulino; a proximidade entre o Secretário-Geral da FIFA, Jerome Valcke, e o presidente da CBF. Configurava-se, assim, uma teia de relações políticas muito favorável ao estádio corintiano e hostil às pretensões são-paulinas (Couto, 2015, p. 60).

A disputa é resolvida em junho de 2010, quando o Comitê Organizador Local comunica publicamente, por meio de seu presidente Ricardo Teixeira – que recentemente havia se indisposto publicamente com o ex-presidente São Paulino, Juvenal Juvêncio –, a decisão de não mais aceitar o estádio Morumbi como estádio-sede da Copa do Mundo 2014. A notícia detinha o seguinte conteúdo:

Não foram entregues ao Comitê Organizador Local da Copa do Mundo 2014 (COL), por parte do Comitê da Cidade de São Paulo, as garantias financeiras referentes ao projeto do Estádio do Morumbi aprovado pelo COL/FIFA no dia 14 de maio de 2010. O Comitê da Cidade de São Paulo enviou recentemente ao COL um sexto projeto, que não será examinado, por ter sido entregue fora do prazo estabelecido pelo COL. Sendo assim, fica excluído do projeto da Copa do Mundo de 2014 o Estádio Cícero Pompeu de Toledo, o Morumbi. A FIFA e o COL estão à disposição da cidade de São Paulo para futuras discussões.

²⁶¹

Nesse momento, a construção de um estádio em Itaquera ganha força e acaba posteriormente concretizada. Esse é o ponto de rotação²⁶², conforme expõem Carvalho e Galhiardi, no qual a cidade-global avança sobre a cidade operária (Carvalho & Galhiardi, 2015). Nesse sentido, as autoras referem-se ao espaço da representação do imaginário tecnológico da cidade-global (Carvalho, 2000) que se expande em direção à ZL.

No entanto, é possível perceber que o desenvolvimento econômico da ZL consiste em um projeto antigo, com início em 2004, através do Programa de Incentivos Seletivos

²⁶¹

Disponível

em:

<http://www.portal2014.org.br/noticias/3702/CBF+CONFIRMA+MORUMBI+ESTA+FORA+DA+COPA.html> e <http://portal730.com.br/na-area/cbf-confirma-que-morumbi-esta-fora-da-copa-no-brasil> (acesso em: 07.02.2017)

²⁶² Já referido no estudo de caso da cidade do Cabo.

para a Zona Leste²⁶³ e da Operação Urbana Consorciada Rio Verde de 2004²⁶⁴, sob a égide do Plano Diretor Estratégico de 2002 (PDE).²⁶⁵ Todavia, é somente em 2011, três anos antes do megaevento, que a gestão municipal apresenta um plano com ações estruturantes para o referido desenvolvimento da ZL. Veja-se o quadro abaixo:

Tabela 6 - Ações Estruturantes do Programa de Desenvolvimento Econômico para a Zona Leste

Implantação do polo institucional de Itaquera;
Construção de estádio na Zona Leste;
Requalificação do polo econômico da Zona Leste (que abrange o sistema viário);
Parque tecnológico de São Paulo – Leste;
Projeto São Paulo Costurando o Futuro;
Projeto São Paulo Criativ@.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo (2012), apud (Soares, 2015, p. 138).

Duas dessas ações estruturantes do Programa de Desenvolvimento da ZL, de prerrogativa de desenvolvimento econômico, merecem a atenção da presente investigação por dialogar com o fenômeno estudado. A primeira medida estruturante consiste na implantação do Polo Institucional de Itaquera, que prevê, dentre outras medidas,²⁶⁶ a promoção de um Parque Linear ao longo das margens do Rio Verde. As ações envolvendo o Parque Linear Rio Verde são abordadas na parte final desse subcapítulo e terão relevante relação com a temática da moradia precária. A segunda Ação Estruturante, abordada nesse momento, consiste na construção do estádio-sede da Copa do Mundo FIFA. A construção da Arena Corinthians, entretanto, consistiu em ambicioso projeto.

Sob a responsabilidade da construtora Odebrecht, o valor inicial previsto para a obra de R\$ 820 milhões de reais sofreu um acréscimo de 46%, de modo que o custo final da obra foi de R\$ 1,2 bilhão de reais (C. A. Santos, 2015, p. 175). Como de praxe a essa

²⁶³ Lei Municipal nº 13.833.

²⁶⁴ Lei Municipal nº 13.872 de julho de 2004.

²⁶⁵ O plano diretor estratégico para a cidade de São Paulo foi instituído pela lei 13.430/02, em cumprimento a Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida como o Estatuto da Cidade.

²⁶⁶ As outras medidas previstas no Núcleo do Polo Institucional de Itaquera: Poupatempo Itaquera; Pátio de manobras do metrô; Fórum; Rodoviária; FATEC / ETEC; SENAI; Centro de convenções e eventos; Núcleo do Parque Tecnológico SP Leste (incubadora e laboratórios); Obra social Dom Bosco; Batalhão da Polícia Militar, em Prefeitura Municipal de São Paulo (2012), apud (Soares, 2015, p. 138).

pesquisa, não são abordadas as narrativas apresentadas como justificativa ao aumento dos preços previstos, visto que se parte do entendimento que é sabido que os valores iniciais previstos não comportam a execução da obra. No entanto, é interessante perceber de onde é oriundo o dinheiro envolvido na obra e de quem é a gestão do aparelho esportivo.

A construção da Arena Corinthians é custeada por três financiadores: o primeiro foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),²⁶⁷ que concedeu empréstimo de R\$ 400 milhões de reais; o segundo foi a Prefeitura de São Paulo, que concedeu R\$ 420 milhões de reais, por meio de incentivo fiscal²⁶⁸ à construtora Odebrecht e terceiro foi a Caixa Econômica Federal que concedeu um empréstimo, de forma adicional, de R\$ 350 milhões (C. A. Santos, 2015, p. 175).

Apesar de os valores utilizados na construção da Arena Corinthians partirem de bancos públicos e incentivos fiscais, a obra foi conduzida integralmente pela construtora, sem um contrato de parceria público-privada, com a administração direta do estádio pelo próprio clube. Até o final da escrita desse trabalho, o pagamento dos valores relacionados aos empréstimos para a construção da Arena Corinthians estava ocorrendo de forma sistemática e conforme o cronograma previsto.

Assim, a Arena Corinthians acabou por cumprir todas as exigências da FIFA, com 48 mil assentos fixos, 17 mil provisórios e 3,5 mil vagas para automóveis. Nesse sentido, ela segue o padrão das arenas de futebol ao redor do mundo e é um estádio multiuso, capaz de comportar shows e outros entretenimentos. Em 27 de novembro de 2013, contudo, a queda de um guindaste marca a execução da obra com a morte de dois trabalhadores,²⁶⁹ sendo que a investigação dos fatos e punição dos responsáveis pelo incidente encontra-se ainda em trâmite judicial.²⁷⁰

²⁶⁷ O BNDES é uma empresa pública federal, sob o formato de banco, que objetiva fornecer financiamentos de longo prazo e investimentos em todos os segmentos da economia brasileira pelo Governo Federal. Mais informações disponíveis em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home> (data de acesso: 15/05/2016)

²⁶⁸ O Incentivo Fiscal consiste na redução ou eliminação de tributos devidos a alguma esfera do Estado. No caso em tela, 420 milhões de reais que a construtora Odebrecht deveria pagar em impostos para a Prefeitura de São Paulo foram aplicados na construção da Arena Corinthians, ou seja, esse valor aplicado no Estádio foi (in)diretamente pago pelo setor público, visto que não há devolução dos valores concedidos em renúncia fiscal.

²⁶⁹ Mais informações em <http://veja.abril.com.br/esporte/guindaste-cai-sobre-parte-do-itaquerao-e-mata-2-operarios/> (data de acesso: 12/12/2016)

²⁷⁰ Mais informações em <http://veja.abril.com.br/esporte/guindaste-cai-sobre-parte-do-itaquerao-e-mata-2-operarios/> (data de acesso 12/12/2016)

Para além da construção da Arena Corinthians, dois outros pontos merecem destaque com relação ao eixo temático da infraestrutura associada ao fenômeno: a temática da mobilidade urbana e o espaço da FIFA *Fan Fest*. No que se refere à temática da mobilidade, o caso de São Paulo possui muito pouco a ser referido, visto que não houve a construção de novos aparelhos de transporte e/ou uma efetiva transformação do traçado viário da cidade-sede. O projeto inicial, com o território da Copa do Mundo FIFA 2014 centralizado na Zona Centro/Oeste, previa a construção de um trem de superfície, denominado monotrilho. Como usual nas obras de mobilidade associadas ao megaevento, o projeto do monotrilho fora concebido para fazer o transporte do Aeroporto Internacional de Congonhas ao bairro do Morumbi.²⁷¹ Contudo, com a mudança do território do megaevento para Itaquera, a obra do monotrilho sai da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo FIFA 2014, ficando, portanto, fora do escopo analítico desse estudo.

Nesse sentido, o transporte aos seis jogos e à abertura do megaevento ocorridos na Arena Corinthians foi organizado eminentemente através da linha de metrô Corinthians-Itaquera, previamente existente. Vale ressaltar, entretanto, que houve a construção de vias na região de entorno do Estádio Itaquera. Com relação à malha viária construída na região de entorno do Estádio, é possível perceber que as novas vias atendem a uma demanda no que concerne à mobilidade de nível metropolitano, sem suporte à mobilidade local. Essa realidade é evidenciada por uma das entrevistadas desta pesquisa, especialista no desenvolvimento urbano da ZL no que se refere ao fenômeno da Copa do Mundo FIFA. Ao colocar-se no papel dos moradores de Itaquera, a especialista Paula comenta:

Paula: Fizeram a Jacu-Pêssego, fizeram esses anéis viários que tem a ver com o estádio, "nós já perdemos isto" [diz] quem está na zona leste. "Nós perdemos" significa dizer o seguinte: essas vias não nos atendem. A Jacu-Pêssego não nos atende; a Jacu-Pêssego atende à região metropolitana. Essas vias em torno do estádio não nos atendem. Atendem um comércio que está numa escala Metropolitana. Nós aqui da Zona Leste queremos que faça a ruazinha que vai

²⁷¹<http://www.portal2014.org.br/cidades-sedes/SAO+PAULO/> (data do acesso: 19/04/2016)

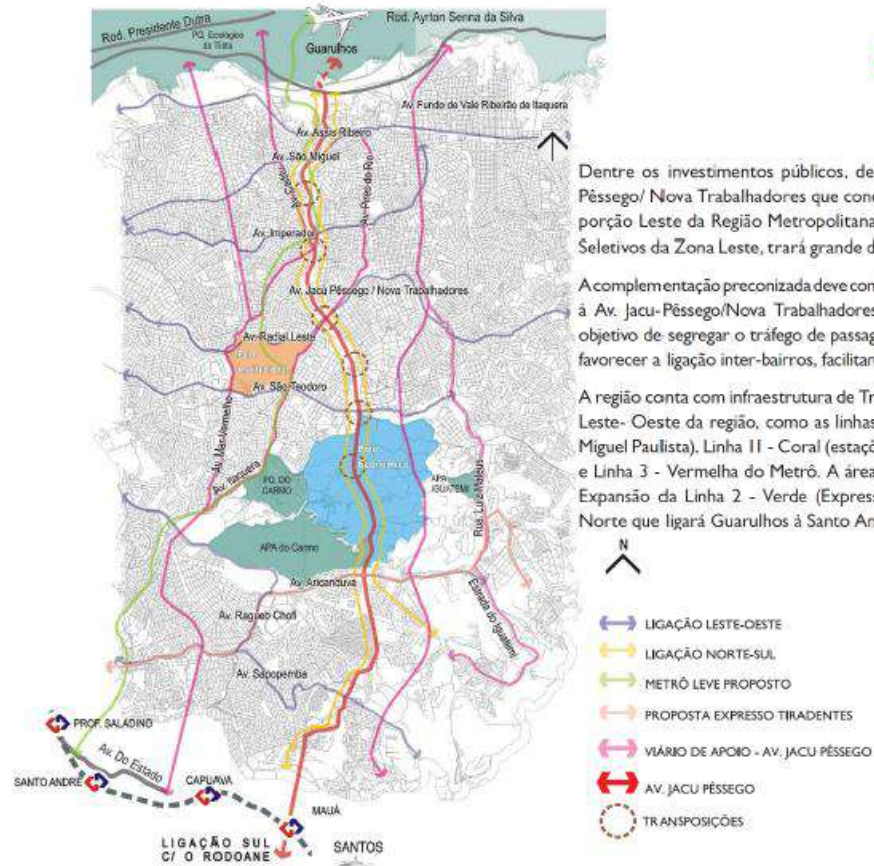
daqui até ali, que asfalte isso aqui, porque é o que é o nosso comércio local.²⁷²

De forma complementar, o mapa abaixo apresenta a realidade da malha viária associada ao fenômeno ser de escala metropolitana, em detrimento de uma maior mobilidade local. Nesse sentido, verifica-se que as rodovias e vias de acesso à Arena Corinthians detêm nítido objetivo de interligar o maior aeroporto que atende a cidade de São Paulo – localizado em Guarulhos, na Região Metropolitana – com a região Sul – primeiramente com a cidade de Santo André e, posteriormente, com o porto de Santos. No texto que acompanha o mapa das novas vias distribuído pela Prefeitura de São Paulo, é possível verificar, mais uma vez, uma noção de desenvolvimento da região associada à perspectiva de desenvolvimento econômico.

Figura 33 - Desenvolvimento da Zona Leste, 2012

²⁷² Entrevista SP, Paula, Acadêmica, 01/10.

Mobilidade Urbana



Dentre os investimentos públicos, destaca-se a complementação da Av. Jacu-Pêssego/ Nova Trabalhadores que conecta as principais rodovias que chegam na porção Leste da Região Metropolitana e que, aliada ao Programa de Incentivos Seletivos da Zona Leste, trará grande desenvolvimento econômico para a região.

A complementação preconizada deve contemplar a construção de vias locais marginais à Av. Jacu-Pêssego/Nova Trabalhadores e de transposições em desnível, com o objetivo de segregar o tráfego de passagem, eliminar os conflitos e, principalmente favorecer a ligação inter-bairros, facilitando a travessia dos moradores.

A região conta com infraestrutura de Transporte Público que garante a mobilidade Leste- Oeste da região, como as linhas da CPTM: Linha 12 - Safira (estação São Miguel Paulista), Linha 11 - Coral (estações Itaquera, Dom Bosco, e José Bonifácio) e Linha 3 - Vermelha do Metrô. A área em questão conta com a implantação da Expansão da Linha 2 - Verde (Expresso Tiradentes) e o projeto de uma linha Norte que ligará Guarulhos à Santo André, atravessando esta região.

Fonte: Prefeitura de São Paulo.²⁷³

Por fim, ainda com relação à infraestrutura associada ao megaevento, é necessário fazer referência à FIFA *Fan 'Fest* na Copa do Mundo 2014 em São Paulo. Antes de qualquer coisa, salienta-se que a venda de bebidas no ambiente da FIFA *Fan Fest* e na Arena Corinthians merece destaque no que se refere ao eixo do trabalho informal – tema que será aprofundado no decorrer da pesquisa.

Assim, a FIFA *Fan Fest* foi situada no Vale do Anhangabaú, na região central da cidade. Contou com um espaço com capacidade de reunir 25 mil pessoas, extrapolado para 35 mil visitantes durante a abertura do megaevento. A centralidade original do território da Copa do Mundo 2014 em São Paulo foi mantida com a *Fan Fest* e a gestão-executiva do local foi realizada de forma exclusiva pela FIFA. O espaço foi utilizado não

²⁷³ Disponível em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/10/AP-04_DESENVOLVIMENTO-DA-ZONA-LESTE.pdf (data de acesso: 12/08/2015)

somente para a visualização pública dos jogos, mas também como palco para shows e outras formas de entretenimento. As vendas de bens e produtos na parte interna da FIFA *Fan Fest* ficaram reservadas, como de praxe, a empresas selecionadas pela FIFA.

Após refletir, portanto, sobre o tema da infraestrutura associada ao fenômeno no caso de São Paulo, resta focar nossa investigação nos eixos temáticos do trabalho informal e da moradia precária. Todavia, antes de passar a esses dois temas, faz-se relevante versar sobre a transição política que a cidade de São Paulo sofre no transcorrer da gestão executiva da Copa do Mundo de 2014.

Conforme já exposto, a gestão executiva da Copa do Mundo possui um tempo cíclico, que compreende o período entre a seleção do país como sede do megaevento e o momento da execução dos jogos. Esse é o tempo linear de atuação da gestão executiva que, mesmo sofrendo certa variação, dura entre quatro e cinco anos. No transcorrer desse ciclo, é de praxe que existam alterações na coalizão de interesses, especialmente devido às mudanças de atores nas diferentes escalas governamentais (local/municipal; regional/estadual; nacional/federal).

No caso de São Paulo, no ano de 2012, no meio do ciclo da gestão executiva do megaevento na cidade-sede, promoveram-se eleições locais, com a escolha de um novo Prefeito para a cidade. A eleição de um novo prefeito torna-se significativa para o estudo, visto que se percebe nitidamente que a mudança desse ator (governo local) altera a condução da gestão-executiva da Copa do Mundo nessa cidade-sede. Antes de explorar as mudanças no âmbito da administração local, entretanto, ressalta-se que na esfera do governo Estadual não houve, durante o período, sensível alteração no quadro político, visto que de 2007 a 2010 o Estado de São Paulo foi governado por José Serra, sendo substituído em 2011 por Geraldo Alckmin – que segue como governador até o presente momento –, ambos do PSDB.²⁷⁴

No âmbito do governo local/municipal, contudo, há uma variação relevante quando Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), vence as eleições municipais em 2012 e substitui o antigo prefeito Gilberto Kassab. A fim de compreender como essa modificação nos quadros políticos impacta o fenômeno, é necessário referir

²⁷⁴Mais sobre o PSDB foi exposto no início do capítulo.

que Gilberto Kassab sempre esteve associado a partidos políticos de linha conservadora e liberal. Seu atual partido, o PSD (Partido Social Democrata), apresenta a defesa do direito à propriedade, à liberdade de imprensa e da livre iniciativa. Através de um “discurso liberal e a adesão de políticos e empresários brasileiros, o partido conquistou, no ano de 2012, 48 das cadeiras na Câmara Federal e 494 prefeituras, tornando-se a quarta potência do país, logo atrás do PMDB, PSDB e PT”.²⁷⁵

Conforme já mencionado, o Partido dos Trabalhadores detém um histórico de maior participação social no âmbito local, conforme evidenciam as experiências de orçamento participativo realizadas na década de noventa. Entretanto, há uma alteração do projeto partidário quando se inicia, em âmbito federal, um governo de composição, trazendo à pauta o denominado neodesenvolvimentismo, que se associa às agendas de megaprojetos. Não será aprofundada a análise da conjuntura política associada, porém, para a compreensão contextual, é relevante entender que o PT, em especial no âmbito local, tende a ter uma maior proximidade com as classes subalternas, bem como também estimular uma maior participação social do que a gestão do PSD – que se encontrava na Prefeitura de São Paulo até então. Assim, a mudança produz um abalo na coalizão de interesses associados ao fenômeno, o que será sentido na gestão executiva do megaevento principalmente no que diz respeito aos temas do acesso à informação, do trabalho informal e da moradia precária, motivo pelo qual recebe, nesse momento, o devido destaque.

É importante mencionar, portanto, que a Secretaria Especial de Articulação para a Copa, órgão que centralizava a participação municipal na gestão-executiva do megaevento durante o governo de Gilberto Kassab, é substituída, durante o governo de Fernando Haddad, por uma estrutura administrativa denominada SPCopa. A partir da atuação desse novo órgão público, percebe-se uma considerável diferença em relação ao acesso à informação. Tal situação aparece em diversas falas de entrevistados e será referida espaçadamente até o fim deste subcapítulo. Destaca-se novamente, neste momento, fala da entrevistada Paula, especialista na temática de megaeventos. Veja-se:

²⁷⁵Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/os-60-mais-poderosos/gilberto-kassab/51f81c7ff4f5287020000002.html> (acesso em: 25.05.2016).

Paula: Agora assim, a gente não tinha acesso nenhum, a nada, nós entramos em contato com a Prefeitura, queria saber das coisas (...) quando mudou a gestão, a gente falou, vamos tentar, aí a gente conseguiu tudo (...) fizemos reuniões com a SPCopa, eles nos apresentaram tudo, nos mostraram mapas, inclusive angústias que eles tinham.²⁷⁶

Assim, a troca governamental de escala local afeta a realidade fenomenológica com relação não somente ao acesso à informação, com mais referências no decorrer desse subcapítulo, mas também na temática do trabalho informal. Dessa forma, a gestão executiva da Copa do Mundo 2014 associada ao eixo temático do trabalho informal, no estudo de caso em São Paulo, apresenta-se com bastante complexidade. Antes de abarcar esse eixo temático do trabalho, no entanto, é necessário explicitar uma política urbana constituída durante o governo municipal de Gilberto Kassab.

Dando seguimento a promessas de campanha,²⁷⁷ já em 2009, Gilberto Kassab constitui um Convênio entre o Estado de São Paulo (escala regional) e os municípios (escala local). De acordo com o próprio site do Convênio, denominado Operação Delegada, o seu objetivo consiste em “permitir a utilização de policiais militares,²⁷⁸ em dias de folga, no policiamento ostensivo e no apoio às prefeituras nas atividades de fiscalização que são responsabilidade do município”²⁷⁹ (...), na qual “a atividade reduziu a presença de ambulantes”.²⁸⁰

Apesar de ser um Convênio de escala regional, ou seja, extrapolar o âmbito local da gestão-executiva do megaevento, a Operação Delegada possui efetivo diálogo com as exigências padrão da FIFA para a proteção de marca e direitos nas cidades-sede,

²⁷⁶ Entrevista SP – Paula, Acadêmica, 01/13.

²⁷⁷ Conforme ressalta especialista na temática do trabalho informal na entrevista 8 - SP, Especialista/Trabalho Informal, minutos 04/6.

²⁷⁸ O policiamento ostensivo é concebido como ação repressiva contra crimes nas ruas por meio de agentes específicos do Estado. No Brasil, a composição dessa polícia por militares consiste em uma herança da ditadura militar ocorrida no país de 1964 a 1988. A polícia militar é notoriamente conhecida por sua truculência e fez uma transição da perseguição e repressão voltada a atores políticos da esquerda durante a ditadura a uma perseguição contemporânea de classe. O livro “Rota 66 – A História da Polícia que Mata”, do jornalista investigativo Caco Barcelos, expõe de forma interessante a transição da perseguição política para perseguição de classe da polícia militar brasileira (Barcelos, 1992).

²⁷⁹ Disponível em <http://operacaodelegada.blogspot.com.br/> (data de acesso: 15/01/2017)

²⁸⁰ Disponível em <http://operacaodelegada.blogspot.com.br/> (data de acesso: 15/01/2017)

conforme revela Carlos, especialista no tema em entrevista à pesquisa.²⁸¹ De acordo com o acadêmico, é possível perceber, portanto, nítido paralelo entre as exigências da FIFA de proteção da exclusividade de venda em espaços urbanos, abarcadas em especial pelo *Host City Agreement*, e as políticas promovidas pela Operação Delegada. O artigo 28.2, letra B, do *Host City Agreement* expõe essa realidade de forma bastante evidente:

Host City Agreement, artigo 28.2 (b): “Designar pessoal competente em tempo integral para auxiliar a FIFA e o COL na implementação do Programa de Proteção de Direitos, de ser primariamente responsável pela coordenação de todas as comunicações com a FIFA e o COL”. (...) “O pessoal mencionado acima deverá, entre outros, regularmente inspecionar rotas chave aos Locais e a sinalização na Cidade Sede no período que começa 6 (seis) meses antes da Competição e acaba o Jogo final, informar mensalmente suas descobertas à FIFA e ao COL, e executar ações de coação contra atividades ilegais de terceiros, de forma razoável e apropriada e dentro do escopo das leis e regulamentações vigentes, em particular na vizinhança do estádio”.²⁸²

É em um contexto de ausência de diálogo e aumento da repressão ao trabalho informal, portanto, que se inicia a gestão executiva do megaevento na cidade de São Paulo. Essa realidade, todavia, altera-se com a entrada de Fernando Haddad como prefeito municipal em 2012. De acordo com relatos de vários entrevistados,²⁸³ estabelece-se um diálogo com o setor responsável pela gestão-executiva do megaevento, no âmbito local (SPCopa), objetivando a inclusão de trabalhadores informais para a venda de bebidas em São Paulo durante o período da Copa do Mundo FIFA. Iniciam-se, assim, reuniões periódicas com a categoria, a fim de ouvir suas demandas e tentar promover oportunidades de trabalho de vendas durante o período. De acordo com uma trabalhadora informal entrevistada, foram mais de dois anos de reuniões semanais com os

²⁸¹ Entrevista SP – Carlos, Acadêmico, 05/56.

²⁸² Versão Completa e em português do *Host City Agreement* da cidade-sede de São Paulo pode ser acessada em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/copa/arquivos/fifa.pdf> (acesso em: 22.7.2016). A redação final do artigo 28.2(b) do referido diploma pode ser artigo pode ser acessada em <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2011/00/00/0H/OC/00000HOCQ.PDF> (acesso em: 22.07.2016)

²⁸³ Entrevista SP – SP, Carlos, Acadêmico, 05; entrevista SP – Mariano, Servidor Público, 07; entrevista SP – Carla, Vendedora Ambulante, 09; entrevista SP – Marcela, Vendedora Ambulante, 10; entrevista SP – Larissa, Militante, 11.

trabalhadores informais, que resultaram na possibilidade de venda em dois locais: a Arena Itaquera e a *Fan Fest*.

O acordo resumiu-se à possibilidade de seleção de 600 trabalhadores²⁸⁴ para a venda de bebidas no entorno de ambos os espaços durante os jogos. Esses trabalhadores foram selecionados entre seus pares, sob o critério de comprovação de que já trabalhavam no mercado informal tanto da região de Itaquera, quanto do Morumbi – locais selecionados para as vendas. De acordo com relatos,²⁸⁵ esse acordo somente foi possível quando as organizações da sociedade civil que apoiavam os trabalhadores informais²⁸⁶ retiraram-se da mesa de negociação. O motivo da retirada da negociação das organizações da sociedade civil foi, em especial, a falta de garantias mínimas quanto ao trabalho a ser executado pelos trabalhadores informais durante o período do megaevento, bem como total ausência de segurança para a proteção desses trabalhadores ao fim da Copa do Mundo FIFA. Nesse sentido, não havia nenhum rompimento estrutural com as lógicas promulgadas pela Copa do Mundo, somente uma fórmula de “participação excludente” (Comitê Popular da Copa SP, 2015, p. 80–95)

De acordo com duas trabalhadoras informais que trabalharam nos locais, as vendas tiveram diferentes resultados, sendo que as escolhas de quais produtos, fundamentalmente cerveja, a serem vendidos foram feitas pela Prefeitura de São Paulo em conjunto com a FIFA.²⁸⁷ Para quem trabalhou na venda em torno da *Fan Fest* o resultado das vendas foi desastroso, com muitas horas de trabalho, sem mínimas condições estruturais (alimentação e banheiros), com lucro quase inexistente. Com relação aos trabalhadores informais que venderam no entorno da Arena Itaquera, o resultado foi bastante satisfatório, com boa estrutura de apoio e bom lucro.

Por fim, resta a esse subcapítulo versar sobre a atuação da gestão-executiva do megaevento com relação ao eixo temático da moradia precária. Nessa perspectiva, a alteração do perfil socioeconômico associado ao território do megaevento promovido pela

²⁸⁴ Informação contida livro, *Copa pra quem? : dossiê do Comitê Popular da Copa SP: a Copa do Mundo FIFA 2014 numa perspectiva abaixo e à esquerda* em (Comitê Popular da Copa SP, 2015, p. 83).

²⁸⁵ Entrevista SP - Militante, 11; Entrevista SP – Servidor Público, 07.

²⁸⁶ Em especial o Comitê Popular da Copa do Mundo de São Paulo.

²⁸⁷ Entrevista SP – Carla, Vendedora Ambulante, 09; Entrevista SP – Marcela, Vendedora Ambulante, 10.

transição do estádio-sede da Copa do Mundo 2014 na cidade de São Paulo da região do Morumbi para a região de Itaquera deve ser destacada.

Conforme já visto, o Estádio do Morumbi localiza-se em uma região nobre da cidade-sede, habitada por uma população com alto poder aquisitivo e, por consequência, permeada por poucas moradias precárias. Todavia, o ponto de rotação que a gestão executiva do megaevento faz ao alterar a centralidade fenomenológica para a região operaria da ZL imprime um novo contexto para o eixo temático da moradia precária e alça, assim, uma comunidade ao olhar da gestão-executiva do megaevento: a Comunidade Vila da Paz.²⁸⁸

Cabe ressaltar que a Comunidade Vila da Paz não consiste no único agrupamento de moradia precária da região próxima ao Estádio Itaquera. A região é permeada por aglomerações urbanas de moradias precárias, conforme pode ser vislumbrado no quadro abaixo:

Figura 34 - Moradias Precárias na Região de Itaquera



²⁸⁸ Existe uma variação tanto na literatura sobre o tema quanto nas falas dos entrevistados sobre como denominar o local. A região foi denominada de cinco formas: (i) Favela Vila da Paz; (ii) Favela da Paz; (iii) Comunidade Favela da Paz e (iv) Comunidade Vila da Paz. Utiliza-se o termo Comunidade Vila da Paz, pois foi a forma majoritária utilizada pelos moradores da região ao se referir ao local.

Legenda: Vermelho – Comunidades da Região de Itaquera

Fonte: Comitê Popular da Copa de São Paulo²⁸⁹

É possível verificar, portanto, que a região próxima à Arena Itaquera possui pelo menos cinco aglomerações comunitárias de moradias precárias: a Vila da Paz, a Favela Caititu, a Vila Progresso, a Cidade AE Carvalho e a Favela Três Cocos. Todavia, ao considerar a perspectiva de investigar uma região de moradia precária próxima ao Estádio-sede do megaevento, o caso da Comunidade Vila da Paz traçou interessante paralelo entre a realidade da moradia precária e o recorte investigativo, por ser a comunidade com moradias precárias mais próxima à Arena Corinthians, situando-se a apenas 800 metros da estação de metrô de Corinthians-Itaquera. Assim, mesmo que as medidas direcionadas à Comunidade não tenham sido, muitas vezes, associadas de forma explícita à gestão executiva do megaevento, tais ações detêm relações contextuais evidentes. Explicita-se o caso.

A ocupação da região da Comunidade Vila da Paz tem início em 1991, através do assentamento de três famílias e, desde então, por mais de duas décadas, a comunidade expandiu-se em um espaço sem um sistema regular de fornecimento de energia elétrica, de saneamento e de luz (PEABIRU, 2013, p. 14).²⁹⁰ Adianta-se, inclusive, que dinâmicas associadas ao fornecimento intermitente de serviços fundamentais (água, luz, esgoto) constituem-se em instrumento de pressão para a remoção de moradores do local durante o fenômeno, o que será abordado a seguir.

Assim, sob essa realidade, a Comunidade carente de serviços públicos nasce e se estabelece à margem direita do córrego Rio Verde e ao lado da área designada para a Arena Corinthians, vide mapa abaixo. De acordo com os estudos promovidos na área, através do Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz, a propriedade do terreno

²⁸⁹ Disponível em: <https://comitepopularsp.wordpress.com/2013/09/30/plano-popular-alternativo-da-favela-da-paz/> (Data de acesso: 15/12/2015).

²⁹⁰ O Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz foi um instrumento técnico apresentado por setores da sociedade civil, em especial do Comitê Popular da Copa do Mundo de São Paulo, a fim de manter o maior número de moradores possível na região. Disponível em: <http://issuu.com/peabirutca/docs/caderno-final-8> (Data de acesso: 15/12/2015). De acordo com o PEABIRU, as informações relativas à Comunidade foram retiradas de entrevista realizada com a moradora D.N, que residia há 17 anos no local. A entrevista foi conduzida pelos pesquisadores em 29.01.2013.

seria da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP).²⁹¹ De acordo com dados oficiais, no momento da implantação do novo aparelho esportivo, residiriam no local 300 famílias em 236 domicílios.²⁹² Esses números são contestados, visto que a intervenção social promovida na elaboração do Plano Popular observou a existência de coabitações que poderiam aumentar o número de habitantes do local (PEABIRU, 2013, p. 03). Independentemente da possível variação de moradores da região, observou-se relevante interesse dos moradores em permanecer no local, a partir de diferentes justificativas, das quais se destacam as seguintes: a posição privilegiada de mobilidade;²⁹³ o acesso a equipamentos urbanos (saúde, educação);²⁹⁴ os laços afetivos comunitários²⁹⁵; e a renda obtida através do comércio na região.²⁹⁶

Entretanto, conforme já mencionado, mesmo que ações de Desenvolvimento da ZL já fossem previstas no Plano Diretor Estratégico de 2002 e na Operação Urbana Consorciada Rio Verde de 2004,²⁹⁷ é apenas em 2011, após a rotação do território da Copa do Mundo 2014 para Itaquera, que a Prefeitura lança o “Programa de Desenvolvimento Econômico para Zona Leste”. Dentre outras medidas, no Programa de Desenvolvimento Econômico para Zona Leste constava a execução do Parque Linear Rio Verde, que afetaria uma série de comunidades – dentre elas, a Comunidade Vila da Paz.

²⁹¹ De acordo com o sitio eletrônico da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB – SP), ela possui a “finalidade de favorecer o acesso à habitação digna à população de menor renda, obedecendo às normas e critérios estabelecidos pelo Governo Municipal e pela legislação federal”. Para isso, a Companhia explica que “desenvolvemos programas habitacionais, promovemos a construção de novas moradias, por meio de aquisição e comercialização de terrenos e glebas”. Disponível em: <http://cohab.sp.gov.br/Historia.aspx> (acesso em: 22/06/2015). As Companhias Metropolitanas de Habitação existem em diversas cidades do Brasil e, em geral, são um dos atores em âmbito nacional que promovem a habitação popular. No caso específico, o terreno em que se assenta a Comunidade Vila da Paz fora comprado pela COHAB muitos anos antes, com a finalidade de promover habitação popular, mas a falta de projeto no local permitiu que a população ocupasse a região.

²⁹² De acordo como os dados fornecidos pelo Plano Municipal de Habitação (PMH 2009-2024) em sitio eletrônico do município de São Paulo (www.habisp.info.br) em (PEABIRU, 2013, p. 03).

²⁹³ Entrevista SP – João, Morador Comunidade 03/31; Entrevista SP – Pedro, Servidor Público, 04/40; (Gonsales, 2014, p. 10).

²⁹⁴ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/31; Entrevista SP – Pedro, Servidor Público, 04/40; (Gonsales, 2014, p. 10).

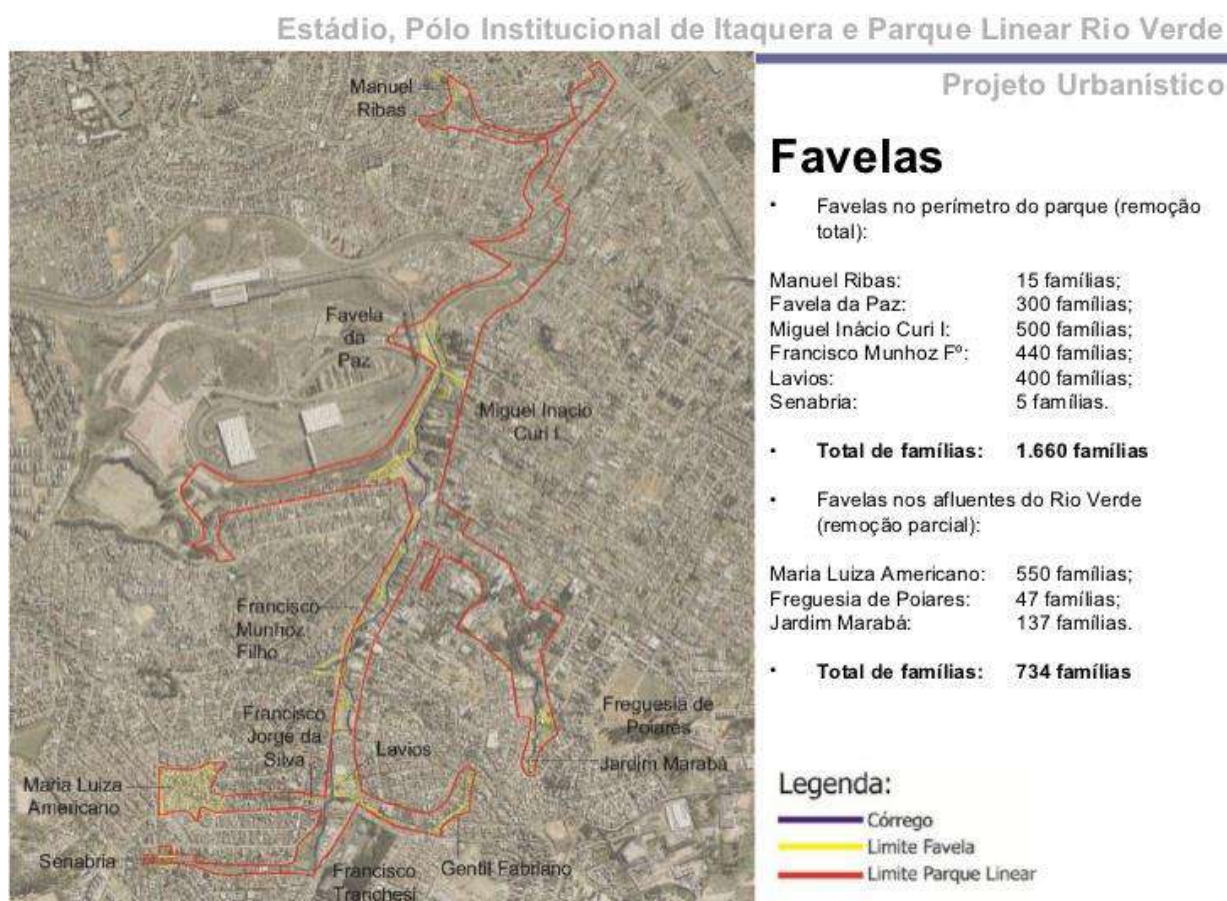
²⁹⁵ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/31; Entrevista SP – Pedro, Servidor Público, 04/40; (Gonsales, 2014, p. 11).

²⁹⁶ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/31; Entrevista SP – Pedro, Servidor Público, 04/40.

²⁹⁷ Lei Municipal nº 13.872 de julho de 2004.

É importante salientar como se deu a apresentação do Programa de Desenvolvimento. Conforme expõe Talita Gonsales, tal apresentação ocorreu em 09 de maio de 2011, apenas para convidados, sem a participação dos moradores impactados (Gonsales, 2014, p. 07).²⁹⁸ A autora informa que uma cópia do programa foi conseguida por um morador “infiltrado” e, com a finalidade de dar publicidade às medidas, uma reportagem investigativa foi feita pelo jornalista Ciro Barros para a Agência Pública.²⁹⁹ Merece destaque o mapa abaixo, parte da apresentação do programa, que versa sobre o perímetro do Parque Linear Rio Verde e o seu impacto nas comunidades da região.

Figura 35 - Perímetro do Parque Linear Rio Verde



²⁹⁸ Disponível em <http://megaeventos.etter.ippur.ufrj.br/pt-br/os-conflitos-da-paz-o-descolamento-de-aspectos-ambientais-e-sociais-na-comunidade-da-paz-itaquera-no> (acesso em 25.07.2016)

²⁹⁹ Disponível em: <http://apublica.org/2012/08/copa-do-mundo-2014-remocoes-em-itaquera-comunidade-da-paz-vive-escuro/> (acesso em 20.06.2016)

Legenda: Vermelho – Limite do Parque Linear. Amarelo – Limite Favelas. Azul – Córrego.

Fonte: Agencia Pública³⁰⁰

Não houve, portanto, diálogo com a população diretamente afetada, majoritariamente de baixa renda, o que demonstra planejamento urbano voltado ao desenvolvimento do capital em detrimento do humano. Para além disso, Talita Gonsales destaca que é possível perceber que “o perímetro do parque tende a acompanhar o trajeto do córrego, porém em determinados momentos, desvia-se deste trajeto, e entre estes desvios, engloba comunidades que não se localizam em sua margem” (Gonsales, 2014, p. 08). Ademais, por mais que a construção de espaços públicos, como um parque linear, seja sempre relevante ao desenvolvimento urbano de uma região, não se pode ignorar o impacto social que a remoção de quase duas mil e quatrocentas famílias ocasionaria.

Observa-se, assim, que o Parque Linear Rio Verde encontra-se dentro de uma dinâmica de valorização imobiliária da região de Itaquera e, nesse sentido, em diálogo com as políticas especulativas do então prefeito Gilberto Kassab. Inclusive, ciente dessa realidade, o presidente do Corinthians Andrés Sanchez afirma em reportagem que “muitos vão sorrir, mas alguns vão chorar” com o impacto que a Arena Corinthians traria para a Itaquera, e complementa que o choro seria resultado do “preço a pagar pelo desenvolvimento”.³⁰¹

A referida reportagem explicita que pelo menos 5.200 pessoas estão ameaçadas de despejo por obras em torno da Arena Corinthians, dentre elas, os moradores da Vila da Paz. A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente confirma que as obras são relacionadas ao Parque Linear Rio Verde, o qual o “governo admite fazer parte dos projetos da Copa”. A reportagem também traz a fala de uma moradora, que merece destaque:

Estou aqui há 16 anos, já perdi dois barracos em incêndios e ninguém me ajudou a reconstruir.

³⁰⁰ Disponível em <http://www.slideshare.net/agenciapublica/apresentao-rio-verde-itaquera> (acesso em 20.06.2016)

³⁰¹ Disponível em <http://veja.abril.com.br/esporte/obras-da-copa-desalojam-65-000-pessoas/> (acesso em 02.06.2016).

Agora que vai ter Copa, chegam aqui e dizem que temos de sair. Falam que é por causa do córrego (Rio Verde), mas não para onde vamos.

Na busca de triangular a informação da relação entre a Copa do Mundo 2014 em São Paulo e a tentativa de remoção da Comunidade, questionou-se ao morador João, que vivia há mais de 14 anos na Comunidade, se já havia pressão do poder público para a remoção de moradores antes do megaevento e obteve-se a seguinte resposta: “já tinha, mas foi na época da Copa que estourou mesmo, teve a reintegração de posse”.³⁰² Abordado a seguir, o tema da reintegração de posse³⁰³ da área da Comunidade Vila da Paz também é interessante para demonstrar as dinâmicas associativas entre a expropriação de moradias precárias e a gestão executiva do megaevento.

Assim, mesmo que a previsão do Parque Linear para a região já estivesse prevista no Plano Diretor Estratégico, de 2002, e na Operação Urbana Consorciada Rio Verde, de 2004, até pelo menos 2011 nenhum grande movimento para remoção ou melhoria das condições da Comunidade havia sido realizado. Tal fato é possível de ser percebido na seguinte fala de uma moradora: “o nosso sofrimento era de água e luz (...) tinha dia que a gente ali no ferro velho, nós pegavavamos água ali. Pegava em balde de lá. Nós sofremos muito (...) tinha que pegar água, lá às vezes não tinha, às vezes faltava, às vezes eles fechavam”.³⁰⁴

Todavia, de acordo com a militante Larrissa, a troca de centralidade da Copa do Mundo de 2014 em São Paulo do Estádio Morumbi para a Arena Itaquera coloca a “Comunidade Vila da Paz no mapa político da cidade que antes ela era somente mais uma favela de São Paulo que não tinha importância nenhuma”.³⁰⁵ No entanto, com a atenção e destaque que a Comunidade passa a ter, os moradores começam a demandar encontros

³⁰² Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/30.

³⁰³ A Ação de Reintegração de Posse consiste em uma medida judicial, na qual o possuidor do título legal da área (proprietário) demanda judicialmente a retirada de pessoas, casas, que se encontrem sob o terreno sob sua posse. É uma medida muito comum quando há a perda forçada da posse (esbulho possessório) em situações de menos de um ano, mas não tão comum em casos de uma Comunidade que possui mais de vinte anos de existência, sem nenhuma demanda do poder público.

³⁰⁴ Entrevista SP – Moradora Comunidade, 03/36. Ao serem questionados em que período ocorria essa busca de água, os moradores lembraram que ocorria nos anos de 2011 e 2012 e que a comunidade toda retirava a água daquele local.

³⁰⁵ Entrevista SP - Militante, 11/155.

com a subprefeitura, a fim de dialogar sobre o futuro de suas moradias.³⁰⁶ Os resultados dessa busca por diálogo são relatados pelo servidor público da região de Itaquera, que possui um histórico de militância na defesa dos direitos na região. Veja-se:

Pedro: Nesse período, até então havia, uma certa convivência da prefeitura e da Eletropaulo³⁰⁷ em deixar que eles puxassem aí que tinha um equipamento que fica no poste que facilitava a ligação (de luz). Depois que começa essa pressão da Comunidade para ter uma satisfação, esse aparelho é removido em um domingo à tarde pela Eletropaulo, escoltado pela polícia militar.³⁰⁸

O relato do morador João sobre as consequências do corte da luz na Comunidade é impressionante. Segundo ele, “na época, o subprefeito mandou cortar a energia elétrica aqui, ficou no escuro, à luz de vela; queimou barraco; morreu gente queimada”.³⁰⁹ Por consequência da falta de eletricidade, os moradores passaram a utilizar velas em casas de madeiras, facilmente sujeitas a incêndios. Relata-se que um adulto e uma criança morreram no período devido a tais ocorridos.³¹⁰

Em função da falta de fornecimento formalizado de eletricidade – passível, portanto, de cortes arbitrários pelo poder público –, os moradores da Comunidade Vila da Paz motivaram-se a buscar informações sobre a situação, descobrindo que a reintegração de posse já se encontrava com data marcada.³¹¹ O morador local relata como encontraram a notícia sobre a reintegração de posse: "a gente achou isso por acaso na internet",³¹² sem que a comunidade fosse ouvida ou informada da decisão.

Os entrevistados expõem, assim, que se inicia um movimento para tentar revogar a decisão judicial de reintegração de posse. Percebe-se que havia total falta de diálogo

³⁰⁶ Em entrevista, o morador João relata inclusive uma promessa do Subprefeito da região em se reunir com moradores da Comunidade Vila da Paz. Após um ano de espera, os moradores fizeram uma visita à Subprefeitura com um bolo para celebrar o primeiro ano da promessa não cumprida e, de acordo com o relato, somente foram recebidos porque havia membros da imprensa presentes. Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/34.

³⁰⁷ A empresa AES Eletropaulo é responsável pela distribuição de energia elétrica da região.

³⁰⁸ Entrevista SP – Servidor Público, 03/34. Grifo Nosso.

³⁰⁹ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/33.

³¹⁰ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/33.

³¹¹ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/34.

³¹² Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/35.

com a Comunidade, não somente por parte da Prefeitura, mas também do Poder Judiciário. Existe, todavia, um fato superveniente que altera a coalizão de interesses. Conforme já referido, em 2012 o novo Prefeito Fernando Haddad assume e se dá uma mudança na condução dos projetos no local. Veja-se o relato de um morador:

João: Nessa época [gestão Kassab] era por causa da luz, estava cheio de polícia. Não tinha acesso não³¹³.
João: Essa melhoria vem depois que o Haddad entrou. Na época do Kassab, a gente não tinha acesso informação, a Prefeitura não recebia a ninguém (...). Não tinha acesso, não podia, aí quando o Haddad entrou, aí abriu possibilidades de a gente negociar, aí as coisas melhoraram, abriu as portas à informação e hoje tá tudo no sistema tudo, o que se faz aqui, eles convidam a gente (...). A gente vai sabendo de tudo, a gente fala com eles tudo, as coisas que tem aqui é informado, ele se forma a gente, a gente forma eles e vamos lutando. Temos um cadastro de 157 famílias para ir para Iguape-B. Se sair um dia é para lá.³¹⁴

Mais uma vez, resta evidente a ausência de diálogo das políticas urbanas passíveis de associação com a gestão executiva do megaevento que, até o momento, era fortemente impulsionada pelo poder público local, que cedia – se não comandava –, à coalizão de interesses especulativos e hegemônicos na região de Itaquera. Há, contudo, o mencionado abalo estrutural à base da coalizão de interesses que ocorre com a mudança do governo municipal do Prefeito Gilberto Kassab para o Prefeito Fernando Haddad. Tal diferença pode ser nitidamente percebida na gestão executiva do megaevento com relação à Comunidade Vila da Paz.

A primeira mudança notável diz respeito ao acesso à informação e ao diálogo com os moradores da comunidade, conforme visto no relato acima. Ao entrevistar moradores da região, inclusive, é possível depreender que, após a troca de governo municipal, os moradores da Comunidade passam a ter encontros sistemáticos na Prefeitura e, com isso, dialogar sobre as próximas etapas do processo de implantação do Parque Linear.

³¹³ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/34.

³¹⁴ Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/33.

A segunda mudança que se verifica a partir dessa nova reconfiguração da coalizão de interesses é a desistência da Ação de Reintegração de Posse que tinha o objetivo de remover de forma imediata a totalidade da Comunidade da Vila da Paz. Ainda sob a justificativa de implantar o Parque Linear Rio Verde, passa-se a negociar a remoção dos moradores do local em três etapas: a primeira etapa seria a mudança de 101 famílias que viviam à margem do Rio Verde, sob a justificativa da falta de segurança das habitações e da degradação ambiental do córrego; a segunda etapa, mais diretamente relacionada ao Parque, consistiria em reassentar 137 famílias para Iguape B; por fim, o restante dos moradores da Comunidade seria reassentado em local ainda a se definir, mas em região próxima. Assim, de acordo com o entrevistado Pedro, com essa nova coalizão de interesses, duas conquistas são percebidas: “primeiro, a da remoção ocorrer para uma casa, chave por chave e numa região vizinha, a outra é de quem fica, fica em melhores condições, porque você tem uma urbanização, a ligação regular da água e da luz”.³¹⁵

Até o fim da escrita desse trabalho, somente a primeira etapa da remoção de moradores da Comunidade havia sido executada, sendo que o morador João informou que não havia nenhum prazo estabelecido para saírem.³¹⁶ Também de acordo com o morador, já estavam estabelecidos regularmente o fornecimento de água e luz, bem como o sistema de esgoto estava sendo finalizado. Durante a investigação de campo, observou-se que estava sendo construído um posto de saúde novo próximo à Comunidade e, ao se questionar o morador se a Arena Corinthians havia modificado alguma dinâmica na Vila da Paz, obteve-se como resposta de João:

“Mudou! O Estádio ajudou a divulgar o nosso sofrimento, o sofrimento da gente (...). Ajudou pelo seguinte: é que divulgou a gente, o sofrimento, a luta da gente, que tava abafada, ninguém sabia, daí começou a vir gente e trouxe reportagens”.³¹⁷

Por fim, é interessante trazer a honesta resposta do morador da região quando questionado qual seria a solução ideal para ele:

³¹⁵Entrevista SP – Pedro, Servidor Público, 03/34.

³¹⁶Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/31.

³¹⁷Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/31.

O ideal mesmo bom seria ficar (...). A gente queria um dia, se pudesse, ficar aqui. Cada um pagar o seu pedacinho, em cinco, dez anos.³¹⁸

Síntese do Capítulo:

Ao se chegar à conclusão do quinto capítulo e, conseqüentemente, à conclusão da exposição sobre as investigações de campo do Brasil, alguns pontos devem ser ressaltados. Primeiramente, é importante destacar que o estudo da gestão executiva da Copa do Mundo 2014 no Rio de Janeiro traz uma série de elementos que distanciam o fenômeno de um desenvolvimento urbano que atente para os paradigmas da melhora da qualidade de vida e do aumento da justiça social. Tal realidade é melhor cristalizada ao considerarmos que dois megaeventos foram realizados nessa cidade-sede. Percebeu-se um contexto de alta repressão social na Cidade Maravilhosa, o que pôde ser observado através dos eixos temáticos. Por exemplo, as obras de reforma do Maracanã e de construção do Parque Olímpico da Barra da Tijuca afetaram, de forma direta, tanto populações em situação de moradia precária (Comunidade do Metro Mangueira e Vila Autódromo) quanto os aparelhos públicos e de uso comunitário do Complexo Maracanã (Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Júlio Delamare, a Escola Municipal Friedenrich e a Aldeia Maracanã). As justificativas para tais intervenções foram escassas ou destoaram da realidade dos casos.

Com relação à temática do trabalho informal, há muito pouco o que se versar. Embora a informalidade do trabalho seja realidade presente no cotidiano do Rio de Janeiro, não foi observada em ambos os megaeventos. Não houve permissão para participação dos trabalhadores informais em qualquer dos espaços ou instâncias associadas aos megaeventos.

³¹⁸Entrevista SP – João, Morador Comunidade, 03/36. Grifo nosso.

No que se refere à mobilidade, aspecto que poderia servir como um alento às experiências de megaevento na cidade-sede, não se percebeu grandes melhorias. A implementação das quatro linhas do modal BRT insere-se dentro de um potencial de melhora na mobilidade dos moradores da Zona Oeste para a Barra da Tijuca e para o Centro, sem que haja passagem, todavia, pela região nobre da Zona Sul. Nesse sentido, insere-se em um contexto maior, sobre o qual se versará no próximo capítulo. Por sua vez, a extensão da linha quatro do metrô (do bairro de Ipanema à Barra da Tijuca) representa uma inversão de prioridade, pois pouco contribui para o deslocamento das populações com maior necessidade, enquanto o novo modal VLT atende somente ao turismo da região do centro da cidade. Há, assim, pouca contribuição para uma mudança da divisão socioeconômica da cidade. A ausência de dados seguros fornecidos pelo poder público e pela gestão executiva dos megaeventos prospecta um desenvolvimento ainda pior não que diz respeito à temática.

Com relação ao estudo de caso da gestão executiva da Copa do Mundo 2014 na cidade-sede de São Paulo, observou-se inicialmente que o megaevento se insere dentro de interessante expansão da cidade global para a região operária e de baixa renda da Zona Leste. Há, todavia, a manutenção da opressão a comunidades em situação de precariedade associada a obras realizadas por razão do megaevento, como bem evidenciam os fatos associados aos moradores da Vila da Paz. No que tange a essa temática, mesmo sendo a Vila da Paz o único dos casos de estudo em que não houve piora nas condições de moradia, essa realidade não aconteceu sem a retirada temporária de eletricidade como forma de pressão para a saída da comunidade. Ademais, a permanência da Comunidade no local ainda não encontra-se estabelecida e os moradores ainda correm riscos de remoção.

Pouco há para comentar em relação à temática da mobilidade. Os raros investimentos direcionados à mobilidade associada ao fenômeno contribuíram parcamente para o incremento da qualidade de vida e da justiça social na região e, devido a sua escala reduzida, também não foram expressivos em nível metropolitano.

Por fim, a temática do trabalho informal apresentou-se como mais interessante por razão de sua inclusão, embora de forma ainda muito limitada. As inúmeras dificuldades,

com ganhos variados e ausência de comprometimento com a sociedade civil com um todo, bem como a ausência de continuidade da inclusão dos trabalhadores informais em outros eventos de grande escala, como por exemplo, no carnaval, demonstram essa como uma experiência isolada e com pouco contributo transformativo no que se refere à repressão dessa classe trabalhadora.

É possível perceber ao final do quinto capítulo, que é também a conclusão das exposições dos estudos de campo, que, mesmo existindo uma gramática fenomenológica, há elementos que fornecem um protocolo de diálogo e transferibilidade entre os casos. Reserva-se, assim, essa reflexão analítica ao próximo capítulo.

Capítulo Seis – A Copa do Mundo FIFA e o Desenvolvimento Urbano

Após apresentar o estudo de campo da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, em duas de suas edições, em 2010 na África do Sul e em 2014 no Brasil, por meio de investigações promovidas nas cidades de Joanesburgo, da Cidade do Cabo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, abordadas respectivamente nos capítulos quarto e quinto da presente tese, avança-se ao sexto e capítulo do estudo.

O sexto capítulo objetiva, no entanto, não somente apresentar uma síntese analítica da *coleção específica de casos*, mas avançar, em uma perspectiva sociológica crítica, na compreensão qualitativa da sistemática fenomenológica (*quintain*), com a finalidade de fornecer uma reflexão acerca do seguinte questionamento: “como o megaevento contribui para a mudança da cidades-sede?”. Assim, ao investigar-se o desenvolvimento urbano associado à fenomenologia, por meio de estudos de casos e, portanto, através de contextos particulares, produziu-se uma série de dados qualitativos transferíveis, que foram divididos, neste último capítulo, em quatro grandes pontos analíticos: (i) a gestão empreendedora neoliberal; (ii) a urbanização capitalista; (iii) a normatização do abissal e (iv) a intensidade democrática.

O presente capítulo se estrutura, assim, em sessões que abordam estes aspectos, buscando retomar as questões que orientaram este estudo e que foram explicitadas na introdução: por meio de quais estratégias de desenvolvimento urbano o fenômeno altera a qualidade de vida na cidade-sede? Qual o horizonte político-filosófico que suporta tais medidas? Qual o contributo para a justiça social que detém a produção normativa associada à Copa do Mundo FIFA?

Os pontos analíticos acima foram propostos tendo em consideração teorias e estratégias de desenvolvimento, com especial atenção aos parâmetros substantivos da qualidade de vida e da justiça social. O desenvolvimento urbano é, assim, pensado como o desenvolvimento socioespacial *na e da* cidade sob influência fenomenológica e detém

como indicador essencial o incremento nas autonomias individuais e coletiva, conforme apresentado por Marcelo Lopes de Souza (Souza, 2010), ou na emancipação social, como proposto por Boaventura de Sousa Santos (B. D. S. Santos, 2002; 2006b, 2007a, 2009, 2011).

Dessa forma, como bem expressa Marcelo Lopes de Souza, “mais justiça social e uma melhor qualidade de vida são, de um ponto de vista operacional, parâmetros subordinados àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento socioespacial, que é a autonomia” (Souza, 2010, p. 66). Assim sendo, a compreensão do *quintain* invariavelmente passa por investigar em que medida a autonomia individual e coletiva foi promovida pela fenomenologia, visto que “o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançar mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso” (Souza, 2010, p. 66).

6.1 A Governança Empreendedora Neoliberal

O primeiro ponto analítico do presente capítulo aporta dados observados em relação à postura da gestão executiva do megaevento. Sob um enfoque, portanto, voltado a modelos de governança urbana e, de forma mais incisiva, aos padrões da coalizão transescalar de forças que regem o fenômeno, o presente subcapítulo busca enquadrar, dentro de uma inegável gramática fenomenológica, a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA em sua escala local e metropolitana.

Dessa forma, duas perspectivas são estruturais e relevantes. Por primeiro, a concepção do sistema-mundo, com destaque para os estudos de Immanuel Wallerstein e sua divisão do mundo em níveis hierárquicos (centro, periferia e semiperiferia) (Wallerstein, 1974). Por segundo, o pensamento de Norte/Sul Global de Boaventura de Sousa Santos, a qual atesta que, mesmo que se possa fazer divisões em níveis hierárquicas globais, violações e abusos provenientes de um pensamento moderno abissal são presentes e cotidianos contemporaneamente em todos os países (B. de S. Santos, 2007b).

Tendo em consideração ambas perspectivas, deposite-se de um contexto de governança globalizada, para assim, enfoca-se nas dinâmicas de gestão urbana das cidades-sede, na medida em que é nessa escala, de forma efetiva, que as transformações urbanas associadas a fenomenologia ocorrem.

Dessa forma, os dados observados sobre a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA terão enfoque na governança urbana, mesmo que se reconheça a relevante contribuição fenomenológica para dinâmicas do capitalismo em escala global – conforme expõem tanto Andrew Jennings, no livro *Player and Referee* (Herzenberg, 2010) e Dale McKinley em seu artigo sobre acumulação e esporte em (Cottle, 2011).

Assim, os estudos sobre governança urbana demonstram que, nos países do capitalismo avançado, entre as décadas de 1960 e 1970, houve uma reorientação das posturas com relação à gestão do espaço urbano, que eram até então voltadas a uma abordagem “administrativa”, para dar lugar a novas formas de gestão “empreendedoras” (Harvey, 2005a, p. 167). Esse novo padrão de governança urbana, na perspectiva empreendedora emergente nos países centrais, é também associado à ascensão global do neoliberalismo (Hackworth, 2007; Harvey, 2005a). Orlando Santos, por sua vez, relaciona esses dois fenômenos (governança empreendedora e neoliberalismo). Ele denomina esse padrão de governança como “empreendedorista neoliberal” e expõe que “neoliberalização, portanto, seria caracterizada por uma dinâmica que envolveria a destruição/criação de instituições, marcos regulatórios e estruturas urbanas adequadas à dinâmica de acumulação de capital em um mercado desregulamentado, funcionando com base nos princípios neoliberais” (Santos Júnior, 2015).

Nessa perspectiva, a ascensão e a gramática plural do neoliberalismo já foram abordadas no segundo capítulo e estão diretamente relacionadas à redução da intervenção reguladora do Estado de bem-estar social; para a criação, assim, de um ambiente favorável a políticas de mercado, através da destruição de barreiras existentes ao desenvolvimento capitalista. Por sua vez, a governança urbana, sob a postura empreendedora, passa a moldar processos de gestão capazes de dinamizar a doutrina socioeconômica neoliberal, da qual David Harvey destaca três pontos centrais (Harvey, 2005a, p. 167).

O primeiro desses pontos consiste na formação de uma coalizão de forças que sustenta uma governança urbana de postura empreendedora e que detém, como elemento central, a noção de “parceria público-privada”, com a finalidade de atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos e novas fontes de empregos (Harvey, 2005a, p. 167). Nesse sentido, a governança empreendedora neoliberal, através de uma imbricada relação entre gestão pública e gestão privada, passa a promover uma aliança empreendedora entre governos locais e agentes financiadores externos. David Harvey, todavia, adverte que “a formação da coalizão e da aliança é tarefa muito delicada e difícil” (Harvey, 2005a, p. 167). Como se conclui nessa investigação, a dificuldade é menor quando há uma Copa do Mundo FIFA pela frente.

Nesse sentido, é possível perceber que o megaevento não somente facilita, mas efetivamente constitui uma coalizão de forças empreendedoras. Esta coalizão de forças empreendedoras é composta majoritariamente por agentes dos governos e agentes externos, através de um enlace tão proeminente (e desigual) entre o público e privado (internacional, nacional, regional, local) que tal divisão público/privado perde substrato analítico na investigação sobre a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. De forma alguma a categoria de público perde sentido quando se versa sobre os bens comuns envolvidos na gestão empreendedora associada ao megaevento, contudo, quando se investiga a coalizão de forças que promove o megaevento, essa divisão entre público e privado torna-se obsoleta.

Assim, o papel do Estado é costumeiramente mediador nas relações entre capital e trabalho, mas em certos momentos pode agir com um duplo agente “Estado local como um árbitro” e “Estado local como um empreendedor” (Hackworth, 2007, p. 26). O que se observa é que dentro da realidade do megaevento é que o Estado – sempre mais percebido em sua esfera local – pende por completo para o lado do empreendedor. O Estado perde, assim, a capacidade de mediador e/ou árbitro do capital, especialmente devido ao formato particular e estrutural do megaevento – que, através de seus protocolos, assegura as garantias necessárias já quando o país candidata-se para ser sede Copa do Mundo FIFA. O megaevento, portanto, já salvaguarda de antemão a redução da soberania nacional,

regional e, em especial, local, a fim de que os investimentos associados à fenomenologia não deixem de fornecer os retornos lucrativos previstos.

Obviamente, existem diferentes capacidades e interesses políticos de acordo com a conjuntura nacional/regional/local dos países e cidades-sede da Copa do Mundo FIFA, o que permite determinados ajustes do megaevento ao caso concreto. A variação de aplicabilidade da normativa legal das Zona de Exclusão comercial aos trabalhadores informais representa exemplo fático desses ajustes. Entretanto, há um núcleo duro estrutural que molda a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA a uma governança empreendedora neoliberal, através das garantias de lucros, reserva de mercado, redução de direitos e investimentos setorizados.³¹⁹

A formação do Comitê Organizador Local para a Copa do Mundo FIFA também consiste em outro ponto estrutural do megaevento que assegura, no território do país-sede, uma gestão empreendedora neoliberal. Responsável pela promoção do megaevento, o COL, em ambas as experiências (África do Sul e Brasil), representa muito mais o capital do que a busca por melhores condições de vida e de justiça social para as pessoas da cidade-sede. A própria composição de seus quadros e a sua estrutura verticalizada atestam essa realidade.

Nessa perspectiva, o caso da Cidade do Cabo é paradigmático para demonstrar, através do seu ponto de rotação, a dinâmica de gestão do espaço urbano, a partir da imbricada relação público/privado característica da governança empreendedora neoliberal. No caso de tal cidade sul-africana, é possível observar que o descompasso entre governo local e ator internacional na definição do território de interação fenomenológico pende na direção do ator internacional. A escolha do reforço da centralidade do *Sea Point* pela FIFA evidencia o poder decisório e empreendedor do ator internacional e a intenção de (re)mercantilizar área já nobres da cidade. Isso não significa, todavia, que ações empreendedoras e hegemônicas deixaram de ser promovidas na região de Athlon pelo governo local, como demonstra a remoção dos moradores da *Spec Bona Hostel* para Blikkiesdorp.

³¹⁹ Os investimentos setorizados consistem no terceiro ponto da governança empreendedora neoliberal descrita por David Harvey, que será referido brevemente.

No caso do Rio de Janeiro, o empreendedorismo urbano assume escala regional nos casos do Museu do Índio e do entorno do Estádio do Maracanã. A definição da demolição do Museu do Índio, que é inicialmente exposta como uma imposição do ator internacional, posteriormente desmentida, bem como a busca por transformar a região em volta do Estádio em estacionamento, mesmo que a área possuísse importantes aparelhos esportivos utilizados pela população local, revelam que a coalizão de forças empreendedoras e neoliberais também pode atuar em uma escala regional na busca de atração de investimentos e parcerias público-privadas.

Por sua vez, quando se analisa a gestão executiva associada ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca, observa-se que a coalizão de forças, através do governo local, privatizou, por meio de uma parceria público-privada, uma gigantesca área pública para promover os Jogos Olímpicos no local. Para além das graves consequências aos moradores da comunidade da Vila Autódromo, a privatização de áreas públicas representa uma das características mais emblemáticas da governança do empreendedor neoliberal e que, no caso do Rio de Janeiro, é bastante evidente.

No caso de São Paulo, disputas e acordos entre a coalizão de forças despontam na gestão empreendedora e em investimentos associados ao megaevento na região proletária de Itaquera, visto que o nodo central da cidade já se encontrava saturado, tanto no que se refere à densidade urbana, quanto no que diz respeito a investimentos. Para além dos ganhos políticos associados ao ponto de rotação, a territorialização do fenômeno em Itaquera representa a expansão da megalópole, com a utilização de investimentos associados à Copa do Mundo FIFA para criar novos espaços e condições para a reprodução e circulação de capital dentro do território urbano.

A governança empreendedora neoliberal, no caso de Joanesburgo, evidencia-se de forma bastante paradigmática através do projeto de revitalização do bloco prioritário. A fim de modificar a realidade social do espaço próximo a um dos estádios da Copa do Mundo de 2010, o governo local comprou propriedades desde muito abandonadas, com o intuito de construir, junto com investimentos da iniciativa privada, novas moradias e estabelecimentos comerciais. Em nenhum momento, contudo, tal revitalização e projetos de novas edificações levaram em consideração a população que se encontrava

estabelecida naquele local há muitos tempo. Esse caso evidencia como o poder público, a partir de uma gestão empreendedora neoliberal, é capaz de abandonar por completo o papel de mediador entre os interesses do capital e a promoção justiça social. Marcelo Souza evidencia que para o aumento da justiça social deve-se “estabelecer que a satisfação das necessidades básicas dos grupos menos privilegiados terá prioridade sobre a satisfação das necessidades não-básicas dos grupos mais privilegiados” (Souza, 2010, p. 64), realidade que passa muito distante de todas as experiências dessa trabalho.

Em continuidade, o segundo ponto da governança empreendedora neoliberal descrito por David Harvey relaciona-se à gestão de riscos nas atividades empreendedoras público-privadas (Harvey, 2005a, p. 173). De acordo com o autor, a promoção de atividades empreendedoras através de uma coalizão de forças público-privadas, dista do desenvolvimento racionalmente planejado e, por esse motivo, encontra-se sujeita aos riscos e obstáculos especulativos que, com frequência, recaem como responsabilidades ao setor público. Essa característica da governança empreendedora neoliberal é também possível de ser transposta à fenomenologia, visto que, mesmo que exista uma imbricada relação entre público e privado na gestão executiva do megaevento, no momento de assumir os riscos operativos da ação empreendedora, esse risco recai, quase em toda a sua totalidade, sobre o setor público.

Um dos temas que mostra tal realidade diz respeito à isenção de cobrança de impostos, taxas e outras formas de tributações relacionadas à FIFA e aos seus subsidiários e parceiros. Nessa perspectiva, o risco operativo relacionado à gestão do megaevento garante ausência de contributos ao país-sede em todas as operações relativas ao fenômeno. Quando se observa o lucro obtido com as duas edições da Copa do Mundo FIFA, percebe-se que, sem a cobrança de impostos, quem estava vinculado ao ator internacional e à fenomenologia maximizou seus lucros. Não é à toa que o lucro total da FIFA no megaevento África do Sul foi de 4,1 bilhões de dólares e na do Brasil foi 5,7 bilhões de dólares.³²⁰

³²⁰ <http://globoesporte.globo.com/blogs/especial-blog/dinheiro-em-jogo/post/mais-lucrativa-da-historia-copa-do-mundo-de-2014-gera-r-18-bilhoes-para-fifa.html> (data de acesso 07/05/2016).

Todavia, não é somente a isenção de impostos e de taxas que atesta essa realidade. A responsabilização pública das ações empreendedoras associadas à fenomenologia pode ser também observada nos investimentos deficitário relacionados ao Estádio *Green Point*; nos financiamentos públicos e isenções tributárias associadas à construção supervalorizada tanto do Estádio em Itaquera, quanto da reforma do Estádio do Maracanã; no valor exorbitante da construção do Rea Vaya em Joanesburgo. Há que se considerar, ainda, a absurda privatização de terras públicas associadas à construção do Parque Olímpico da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro.

Obviamente, o fato de que as obrigações relacionadas ao risco operativo sejam atribuídas ao setor público está diretamente relacionado à promoção da gestão executiva do megaevento por uma coalizão de forças público-privadas (ponto anterior), que busca não separar públicos e privados, no plano de interesses, mas direciona os riscos inerentes da atividade empreendedora ao público – temática que conduz ao terceiro ponto descrito por David Harvey.

O terceiro ponto descrito por David Harvey como elemento central da governança empreendedora neoliberal e que pôde ser percebido nos estudos de caso consiste na promoção de projetos em lugares específicos da cidade, em detrimento de ações que lidem com necessidades do território metropolitano como um todo (Harvey, 2005a, p. 173/4). Com a intenção de atrair financiamentos externos, característica da governança empreendedora neoliberal, busca-se a “construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico”, no qual “os projetos específicos em determinado local também têm o hábito de se tornarem o foco da atenção pública e política, desviando a atenção e até recursos de problemas mais amplos” (Harvey, 2005a, p. 173).

Não é de difícil observação que a Copa do Mundo FIFA direciona seus investimentos a territórios específicos da cidade. Inclusive, por esse motivo que, em cada um dos estudos de caso, definiu-se, de forma concomitante com a divisão socioeconômica da cidade-sede, o território do megaevento. Nesse sentido, o terceiro ponto da governança empreendedora neoliberal exposto por David Harvey é base estrutural da fenomenologia e se encontra diretamente associado à promoção de dinâmicas de urbanização capitalistas,

abordadas no próximo subcapítulo. O sociólogo Orlando Santos Jr reflete sobre esse tema:

A governança da cidade cada vez mais se assemelharia à governança das empresas privadas, o que permitiria caracterizá-la como uma governança empreendedorista corporativa empresarial, ou de governança empreendedorista neoliberal. Nessa perspectiva, a ênfase da gestão recairia sobre os lugares ou áreas da cidade capazes de atrair investidores, e não mais sobre o conjunto do território, o que poderia agravar as desigualdades intraurbanas e gerar processos de decadência ou abandono das áreas negligenciadas (Santos Júnior, 2015, p. 23).

Sob essa perspectiva, é possível compreender que a gestão empreendedora neoliberal que caracteriza o pensamento associado à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA reconceitualiza a cidade sob a perspectiva de criação de novas condições para a reprodução e circulação de capital dentro do território urbano. Estimula-se, assim a concepção da cidade como uma unidade de valor de troca e, dessa forma, uma unidade competitiva, na qual “o investimento assume cada vez mais a forma de negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais (que fazem o possível para maximizar a atratividade do local como chamariz para o desenvolvimento capitalista)” (Harvey, 2005a, p. 168/9).

A partir do enfoque empreendedor neoliberal, portanto, a cidade passa a participar de concorrência interurbana com outras cidades na busca por investimentos. No fenômeno de estudo, isto é emblematicamente caracterizado pela fala do urbanista governamental Steward, que expõe que a Cidade do Cabo, por estar competido com a Cidade de Durban para sediar de uma das partidas da semifinal da Copa do Mundo FIFA de 2010, deveria construir um novo aparelho esportivo. Assim, as cidades, dentro das concorrências interurbanas, competem por investimentos e vendem as suas localizações – e a fenomenologia representa de forma categórica essa realidade.

É relevante ainda ressaltar que o lema “World African Class City” da cidade de Joanesburgo expressa também, de forma contundente, a gestão empreendedora neoliberal por meio da temática das competições interurbanas, visto que, sob essa proposta, as cidades africanas devem elevar-se a um padrão de competição global para destacar-se,

assim, em um cenário de cidades de classe mundial. Inclusive, esse é provavelmente o motivo pelo qual todos os entrevistados da cidade de Joanesburgo, independentemente de sua categoria (acadêmico, militante/impactado, governo/FIFA), foram unânimes em afirmar a íntima conexão entre a Copa do Mundo FIFA e o lema “World African Class City”.

É possível perceber, portanto, que o megaevento trafega, de forma majoritária, em uma fronteira de interesses transnacionais e interesses locais para a execução de um projeto de reestruturação da cidade que visa a fortalecer sua capacidade competitiva no contexto global. A Copa do Mundo FIFA é, destarte, um negócio cujo ponto de fusão encontra-se em um duplo empuxo: a promoção dos interesses locais que precisam legitimar o projeto de reestruturação da cidade por meio do megaevento e a promoção dos interesses transnacionais que necessitam de um local para realizar seu megaevento e executar seu negócio. Esse duplo empuxo é, então, promovido através de uma gramática fenomenológica fundamentalmente assentada em uma governança empreendedora e neoliberal.

6.2 Urbanização Capitalista

O primeiro subcapítulo desta sexta parte promoveu uma reflexão sobre a associação entre a governança empreendedora neoliberal e a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA de 2010 e 2014. Sob os parâmetros substantivos da melhoria das condições de vida e da justiça social, apontou-se que a postura geral da coalizão de forças transescalar associada à fenomenologia possui pouco – quiçá nenhum – compromisso com o incremento de autonomias individuais e coletivas no processo de gestão executiva do megaevento.

O presente subtítulo, por sua vez, ainda sob os mesmos parâmetros substantivos, segue reflexão analítica direcionada à urbanização associada à fenomenológica e, portanto, espacializa a governança empreendedora neoliberal da Copa do Mundo FIFA. Para isso, utiliza como aporte duas dinâmicas de acumulação (primitiva e expandida) já

referidas ao longo do trabalho, a fim de ponderar sobre as reconfigurações espaciais e sobre a produção das cidades enquanto sede do megaevento.

Com esse intuito, parte-se do pensamento de que os processos de urbanização fazem parte da historiografia humana, de modo que os estudos desses processos de aglomerações humanas em determinadas áreas fornecem mecanismos analíticos de compreensão da realidade sócio-política do local. Assim, o entendimento da produção e do controle do espaço urbano traz um escopo da materialidade histórica do lugar, na qual a urbanização deve ser considerada como “um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas” (Harvey, 2005a, p. 169/70).

A urbanização produz, assim, diversos “*artefatos*: formas construídas, espaços produzidos e sistema de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva” (Harvey, 2005a, p. 170).³²¹ Na gramática fenomenológica, tais artefatos centram-se nos entornos dos Estádios, nas comunidades que sofreram processos ou tentativas de remoções, nos locais em que foram reassentadas, na produção e restrição de acesso a espaços urbanos e em novos modais de locomoção no tecido urbano.

É sob a produção desses artefatos, portanto, que uma mirada de perspectiva sociológica crítica e de promoção desigual do espaço deve realizar-se. Há também que se ter em consideração que esses artefatos fenomenológicos representam um inerente projeto de renovação e reestruturação das cidades-sede. Assim, para além do projeto da promoção de um megaevento esportivo, há também um projeto de intervenção urbana que é justificado pelo mesmo e que segue três direções não excludentes: (i) o fortalecimento de centralidades já existentes; (ii) a revitalização de centralidades decadentes; (iii) a promoção de novas centralidades (Santos Júnior, 2015, p. 28). Orlando Santos é preciso em conceituar o que se considera como centralidade:

Por centralidade, considera-se os núcleos de negócios e de relevância econômica, que exercem uma influência sobre

³²¹ Grifo nosso

um determinado entorno, que pode ser considerado como sua periferia. Nesse sentido, a centralidade remete a um papel de comando sobre os processos de acumulação de capital e de reprodução social, e está associada à intensidade de fluxos de dinheiro, mercadorias e pessoas (Santos Júnior, 2015, p. 28).

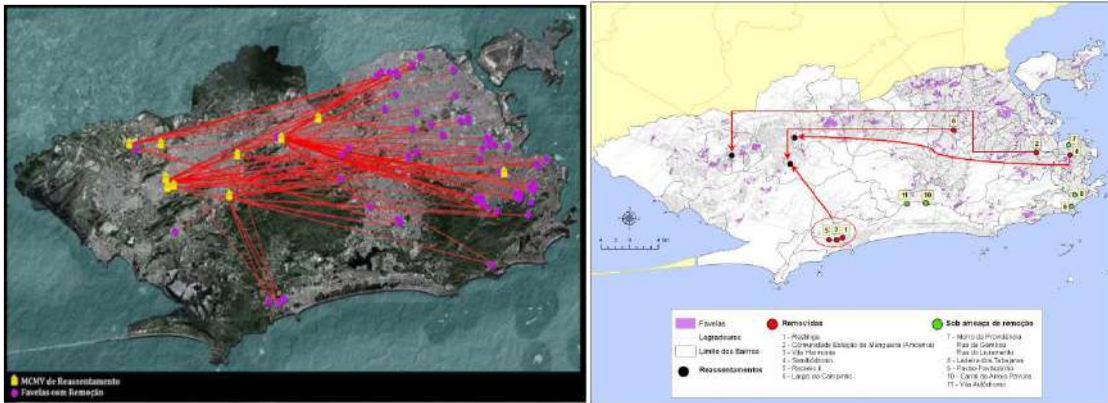
Assim, o diálogo entre artefatos fenomenológicos dentro da dinâmica de centralidade/periferia das cidades-sede é fundamental para compreender a urbanização associada ao megaevento. Por esse motivo, por primeiro são expostos alguns artefatos relevantes à fenomenologia, a fim de preparar o terreno analítico da urbanização em dinâmicas de centralidade/periferia.

Sob essa perspectiva, o primeiro artefato resultante da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA aponta que, em todos os estudos de casos, os espaços compostos de moradias precárias territorializadas próximas aos Estádios vinculados ao megaevento sofreram processos ou de remoções (Bloco Prioritário, *Spec Bona Hostel*, Metrô-Mangueira) ou de tentativas de remoções (Vila da Paz). A dinâmica de desposseção habitacional encontra amplo substrato factual dentro da fenomenologia e evidencia que a gestão empreendedora neoliberal associada ao megaevento promove ou ao menos estimula a produção desigual do espaço urbano.

Obviamente, pode-se considerar que esses processos de urbanização hegemônica por desposseção de moradias precárias não se encontram restritos à gestão executiva do megaevento, de modo que são, assim, produzidos fora do escopo fenomenológico. Tal assertiva encontra-se correta e o estudo de caso sob o eixo da moradia precária no Rio de Janeiro é paradigmático ao demonstrar isso. Os dois mapas abaixo representam as remoções e seus consequentes reassentamentos, sendo que o da esquerda representa-os de forma genérica durante o período e o da direita representa-os especificamente associados ao fenômeno.

Mapa: Reassentamentos Gerais
Rio de Janeiro

Mapa: Reassentamentos Rio de Janeiro
Copa do Mundo FIFA (2011)



Legenda Mapa da Esquerda: Ponto em Roxo – locais onde residiam os moradores removidos.

Pontos em Amarelos – locais para onde foram removidos os moradores.

Legenda Mapa da Direita: Pontos Vermelhos – locais onde residiam os moradores removidos.

Pontos em Verde – Locais onde residem moradores ameaçados de remoção. Pontos em Preto –

Locais para onde os moradores foram removidos.

Fonte: SMH 2016: Remoções no RJ Olímpico³²² Fonte: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas

Rio de Janeiro 2012

O artefato fenomenológico relaciona-se à ideia de que, mesmo que os processos de urbanização desigual do espaço urbano existam como uma constante dentro das cidades globalizadas, sua produção ganha força com o fenômeno em função da coalizão transescalar empreendedora neoliberal. Áreas que anteriormente sofriam pressões para reurbanização, como, por exemplo, a Vila Autódromo no Rio de Janeiro e o bloco prioritário em Joanesburgo, adquirem um novo impulso de despossessão. Nos mapas do Rio de Janeiro acima é possível ver a grande maioria das remoções foram direcionadas a região da Zona Oeste, região mais empobrecida e distante da centralidade econômica da Cidade Maravilhosa.

Nesse sentido, a normatização (ideológica/legal/social) do abissal é comum ao fenômeno e será pauta do próximo subcapítulo. Inclusive, sob essa perspectiva e com o suporte do recorte de transferibilidade qualitativa, é muito provável que as cidades-sede da Copa do Mundo de 2018, na Rússia, estejam passando por semelhantes artefatos de despossessão.

³²² Adaptado de Azevedo, Lucas; Faulhaber, Lena, SMU 2016: remoções do Rio de Janeiro Olímpico, Rio de Janeiro: Mórula, 2015, p 67, (Azevedo & Faulhaber, 2016).

Assim, mover a população de menor poder aquisitivo para a periferia dos centros urbanos é uma tradicional inflexão da produção desigual dos espaços urbanos e do desenvolvimento capitalista, mas somente pode ser efetivamente concretizada se outro artefato é promovido: melhoria nos modais de transporte. O sistema capitalista, neste subtítulo representado pela urbanização capitalista, invariavelmente necessita de mão-de-obra de forma constante e desvalorizada por processos de desemprego. Essa realidade sistemática e estrutural não tem somente impacto na temática da mobilidade, mas também no tema do trabalho informal abordado em seguida.

Nesse sentido, com relação à fenomenologia e à urbanização capitalista, concomitantemente com dinâmicas de despossessão das moradias precárias em *áreas de investimentos setorizados* – terceiro ponto da governança empreendedora neoliberal – criam-se novos modais que facilitam o deslocamento da mão-de-obra da periferia aos centros urbanos. Há, assim, um evidente diálogo entre a dinâmica de acumulação primitiva, através da despossessão, e da acumulação expandida, por meio do incremento de modais de transporte dentro da fenomenologia.

É evidente que melhorias na mobilidade urbana com promoção de novos modais, em especial do BRT, promovem incrementos na qualidade de vida e na justiça social. Todavia, quando o artefato da mobilidade é sobreposto com o artefato da despossessão das moradias precárias, a coalizão transescalar empreendedora neoliberal cristaliza-se. O direito à cidade apregoado por Lefebvre (Lefebvre, 2004) desaparece, na medida em que os pobres devem morar em Blikkiesdorp, no Soweto e na Zona Oeste do Rio de Janeiro e, assim, deslocar-se de forma eficiente às centralidades da cidade, a fim de manter a acumulação de capital expandido.

Sobre essa temática, o caso de São Paulo pode ser pensado como particular, embora não esteja muito distante dos mesmos artefatos. O ponto de rotação que espacializou a fenomenologia na periferia, que já era provida de um modal (metrô) eficiente de transporte da mão-de-obra ao centro da cidade, dispensou a implantação do BRT. No caso de São Paulo, portanto, a fenomenologia representa a expansão da cidade global e da acumulação por capital expandido sobre a região proletária, motivo pelo qual a Comunidade Vila da Paz também sofre inflexões de despossessão. Inclusive, a

específica reorganização na coalizão de forças devido à mudança de governo local – que melhora as condições na Comunidade, com um incremento de diálogo entre agentes públicos e moradores, bem como com o estabelecimento de acessos permanentes a água e luz – não extingue o projeto anterior de remoção dos moradores do local. Assim, mesmo que o caso de São Paulo tenha dispensado o artefato da mobilidade para a manutenção da acumulação de capital expandido, em virtude do já eficiente sistema de transporte de massas, mantém-se o artefato de despossessão das moradias precárias no inerente projeto de renovação e reestruturação das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA.

Outro artefato relevante da espacialização fenomenológica consiste no procedimento de proteção e exploração dos direitos comerciais através da constituição de Zonas de Restrição Comercial: as Zonas de Exclusão. Excelente definidora também da gestão executiva do megaevento como empreendedora neoliberal, a promoção das Zonas de Exclusão próximas aos Estádios, às Fan Fest e a algumas outras áreas oficiais da Copa do Mundo FIFA permite análises interessantes.

O primeiro desses pontos, amplamente descrito na literatura por Giorgio Agamben, refere-se à espacialização, nas democracias contemporâneas, de locais onde se promovem “Estados de Exceção” a determinados sujeitos biopolíticos, a fim de restringir seus direitos civis (Agamben, 1998, 2005). Esses espaços de exceção descritos por Giorgio Agamben são comumente associados a aeroportos e a prisões, nas quais a (suposta) necessidade de Guerra contra o Terrorismo permite inclusive a normatização de abissalidades.

O empreendedorismo neoliberal associado ao fenômeno, por sua vez, inova ao espacializar zonas de “Estado de Exceção” e, portanto, de suspensão de direitos civis, com a finalidade de repressão de condutas capazes de promover algum tipo de afronta à proteção e à exploração de seus direitos comerciais. Nesse sentido, o megaevento atribui particular faceta à urbanização capitalista ao instaurar barreiras espaciais temporárias em zonas de domínio tanto público, quanto privado, com a finalidade da garantia de seu acúmulo de capital.

O segundo ponto interessante consiste no fato de que, mesmo garantindo a normatização legal dos espaços de “Estado de Exceção”, a sua aplicabilidade é

discricionária, ou seja, a FIFA assegura a exceção como regramento geral e faculta a prática de acordo com o contexto local. Sob essa prerrogativa, foi possível observar a alteração no raio da restrição comercial no entorno do Ellis Park Stadium, por razão de encontrar-se dentro do CBD em Joanesburgo, bem como verificar mudanças nas condições gerais das Zonas de Exclusão nos casos da Cidade do Cabo e de São Paulo. No entanto, alterações de aplicabilidade aos espaços de “Estado de Exceção” pela gestão executiva da Copa do Mundo FIFA foram sempre promovidas por meio de decisões individualizadas em cada uma das cidades-sede e ocorreram após pressão de determinados grupos sociais, em geral dos trabalhadores informais, juntamente com o apoio dos governos locais. Inclusive, pode-se projetar de forma especulativa que, por ser uma decisão discricionária do ator internacional, a completa falta de apoio aos trabalhadores informais por parte do governo local e regional do Rio de Janeiro pode ter sido um dos componentes centrais da manutenção do regramento de exceção como normativa geral daquela cidade-sede.

Ademais, ao se espacializar a fenomenologia, há de se considerar também o projeto de reestruturação das cidades-sede em diálogo com suas centralidades. Assim, como bem expõe David Harvey, não é novidade que processos de (re)urbanização das cidades podem configurar-se como destacado mecanismo de investimento do capital acumulado para fins não só de criação dos pressupostos espaciais para a acumulação capitalista, mas como uma técnica de absorção do capital excedente, através um sistema de financiamento/dívida de melhoria das infraestruturas urbanas (Harvey, 2012, p. 07). Tal situação já foi evidenciada em 1853, quando Luís Napoleão Bonaparte convidou Georges-Eugène Haussmann para reurbanizar Paris, com a intenção de “ajudar a resolver a necessidade de investir o capital excedente e o problema do desemprego através da urbanização” (Harvey, 2012, p. 07).

Ao se transportar a (re)urbanização associada à fenomenologia, é possível perceber que as dívidas acumuladas para melhorias de infraestruturas urbanas são eminentemente públicas, bem como o contributo para desemprego é pequeno, na medida em que as obras são pontuais e, assim, de pouco alcance estrutural a problemática. Não há, dessa forma, um projeto de base para transformação da realidade de oferta de emprego

nas cidades-sede. Pode-se, inclusive, verificar aumento da repressão ao emprego informal, visto que as obras, apesar de efetivamente gerarem um aumento de vagas de trabalho, têm um período de duração de poucos anos.

Essa realidade torna-se evidente e paradigmática no caso de Joanesburgo, onde há um evidente fortalecimento da centralidade já existente do CBD. A promoção de infraestruturas, sob uma perspectiva hegemônica, no entorno do Ellis Park Stadium, bem como a tentativa de redução da violência por meio de remoções e do embranquecimento da região, reforçam a condição do CBD como barreira espacial entre Sandton e Soweto. Da mesma forma, não há nenhuma evidência que mostre que o *Soccer City Stadium* e as obras em seu entorno possam ter contribuído para redução da dinâmica de centralidade e poder econômico escalonar entre Soweto, CBD e Sandton. Nesse sentido, os novos modais de transporte também colaboram para a manutenção e fortalecimento da centralidade centro/norte ao fornecer, através dos BRTs, deslocamento de mão-de-obra de forma rápida entre o Soweto e o CBD, da mesma forma que promovem um novo transporte seguro e elitizado do CBD aos bairros do norte, através do Rea Vaya.

Ainda nesse enfoque, o caso da Cidade do Cabo é também muito interessante. Para além da já versada capacidade do ator internacional de diretamente influenciar o projeto de reestruturação da cidade-sede e, portanto, a urbanização associada à fenomenologia, é possível observar o interesse do ator internacional em fortalecer a centralidade já existente no *Sea Point* e a disposição do governo local em promover uma nova centralidade na região do Athlon. Nota-se, assim, que através do ponto de rotação fenomenológica, os dois projetos (reforçar centralidade e promover nova centralidade) são executados, mesmo que em diferentes escalas. O reforço da centralidade da Cidade do Cabo ocorre através da construção do *Green Point Stadium* na região central do *Sea Point*, com justificativas formais estéticas, mas de fundo socioeconômico (*table mountain* e periferia). Por sua vez, o estímulo de uma nova centralidade é produzido na região de Athlon, embora em menor escala. É interessante observar, ainda assim, que mesmo que a nova centralidade tenha sido efetivada em menor escala, a mesma foi produzida de forma hegemônica, como bem demonstra a remoção dos moradores do *Spec Bona Hostel* para Blikkiesdorp.

Por sua vez, o caso do Rio de Janeiro evidencia um projeto reestruturação da cidade associado à fenomenologia com um duplo empuxo. O primeiro desses empuxos consiste na revitalização de centralidades decadentes, sendo a reforma do Maracanã e entorno paradigmática, inclusive, com a remoção da Comunidade Metrô-Mangureira. A revitalização dessa região decadente encontra-se associada ao projeto maior de renovação de toda região central e do início da zona norte da cidade-sede.³²³

O segundo empuxo fenomenológico do caso do Rio de Janeiro é mais diretamente associado ao megaevento Olímpico, mas também passível de vinculação a Copa do Mundo FIFA, em especial, pela temática da mobilidade (BRTs e Metrô). Ele diz respeito ao estabelecimento de uma nova centralidade na região da Barra da Tijuca, que passa a dialogar com a centralidade já constituída da Zona Sul. A extensão da linha quatro do metrô evidencia essa realidade. Assim, a cidade maravilhosa, através da gestão empreendedora neoliberal associada ao(s) megaevento(s), estrutura uma nova centralidade na Barra da Tijuca e promove, sempre que possível, uma divisão desigual do território com remoções de populações vulneráveis para a Zona Oeste.

Por fim, o que se pode observar com a espacialização da fenomenologia no caso de São Paulo é a busca da construção de uma nova centralidade na região de Itaquera. Proveniente do ponto de rotação do território da Copa do Mundo FIFA 2014 na cidade-sede de São Paulo, o megaevento estimula uma produção e expansão da cidade global, a fim de criar novos espaços de produção e acúmulo de capital na megalópole. É possível observar, no entanto, que essa inflexão da cidade-sede em direção a Itaquera é promovida sob a manutenção estrutural e de dependência da antiga centralidade. É, assim, a urbanização de nova centralidade vinculativa e que mantém presente as dinâmicas de despossessão de habitações precárias, vide o caso da Comunidade Vila da Paz.

³²³ Essas reformas fazem referência à região central e início da zona norte da cidade do Rio de Janeiro e englobam inclusive as reformas relacionadas ao projeto “Porto Maravilha”. O projeto “Porto Maravilha” consiste em um plano de reestruturação de toda a região portuária da cidade e, por encontrar-se fora do escopo fenomenológico, não foi abordado pela investigação. É um projeto contestado por não trazer os benefícios prometidos. Mais referências de perspectiva crítica ao projeto do “Porto Maravilha” em: https://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf (data de acesso 10/08/2016).

Portanto, ao se espacializar as distintas experiências da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, observa-se que o megaevento atua como um catalizador de reformas e intervenções urbanas, em uma perspectiva de urbanização capitalista que estimula processos de despossessão (moradia precária e trabalho informal), a fim de criar condições de produção do ambiente urbano favoráveis ao acúmulo de capital expandido. Inclusive, mesmo nos casos de estímulo ou de efetiva promoção de novas centralidades urbanas, políticas abissais foram mantidas, razão pela qual se aborda no próximo subcapítulo de síntese a normatização do abissal.

A partir desse olhar, portanto, a gramática da fenomenologia contribuiu com poucos artefatos que possam realmente efetivar incrementos na autonomia individual e coletiva das populações das cidades-sede e, conseqüentemente, gerar melhoras substantivas na qualidade de vida e na justiça social. Uma ressalva deve ser elencada nessa temática: a promoção de políticas de mobilidade nas cidades-sede detém um substrato de incremento de autonomia, mas, quando sobreposto com a realidade das remoções, sua perspectiva emancipatória perde substancial intensidade.

6.3 Normatização do Abissal

O terceiro subcapítulo do sexto título pode vir a ser, de alguma forma, o mais sensível da presente investigação, visto que se propõe a tratar da evidente ambigüidade entre a fenomenologia e suas promessas de desenvolvimento urbano que, nesta tese, são consubstanciadas pelos parâmetros da melhoria nas condições de vida e na justiça social. Sob essa perspectiva, portanto, sedimentou-se no primeiro subtítulo que a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA evidencia uma postura passível de associação ao que a literatura denomina de governança empreendedora e neoliberal, mas com particular configuração operativa transescalar de forças.

O segundo subtítulo, por sua vez, explorou as reconfigurações espaciais associadas à fenomenologia, a fim de consolidar dinâmicas acumulativas (primitiva e expandida) na produção das cidades enquanto sedes do megaevento. A governança e a

especialização da fenomenologia foram, assim, etapas fundamentais para a promoção de um avanço lógico e acumulativo da síntese analítica do fenômeno, a qual produz, nesse momento, o capítulo teórico da normatização do abissal.

Tanto a temática da abissalidade quanto a dos estudos normativos foram apresentadas no segundo capítulo e constituem-se como perspectiva teórica fundamental para a compreensão do presente subtítulo. Nesse sentido, retoma-se brevemente que os pilares da formação da modernidade, trazidos por Boaventura de Sousa Santos, distinguem dois sistemas, duas lógicas operativas das relações sociais: (i) as relações formadas através dos princípios da regulação e emancipação, encontradas nas sociedades metropolitanas; (ii) as relações promovidas através dos princípios da violência e da apropriação, pertencentes às dinâmicas coloniais (B. de S. Santos, 2007b). Conforme versado no segundo capítulo da tese, a modernidade, assim, constituiu-se dentro de uma lógica ambivalente de promessa e negação (2006; Elísio Macamo, 2005, 2010), na medida em que promoveu uma narrativa de desenvolvimento emancipatório e de expansão das expectativas sociais, mas também produziu contextos coloniais de violência e apropriação.

Nesse sentido, sob os preceitos de Rosa Luxemburgo, pensadora que expressa que a acumulação primitiva é condição inerente ao desenvolvimento capitalista e, portanto, é tanto estrutural quanto presente na transição de economias não-capitalistas à realidade do sistema acumulativo (Luxemburg 1951, 350-1), bem como de David Harvey, que, através do conceito de acumulação por despossessão, expõe um número variado de processos de reprodução da acumulação primitiva contemporaneamente (Harvey, 2005b, p. 145), investiga-se a promoção do pensamento abissal, através de lógicas de violência e apropriação, dentro da fenomenologia. Sob essa perspectiva, os eixos temáticos da moradia precária e do trabalho informal são ambos apropriados e emblemáticos para se inquirir sobre o pensamento abissal dentro dos processos de acumulações despossessórias associados à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. Inicia-se, portanto, por discorrer sobre o eixo temático da moradia precária e a promoção de dinâmicas despossessórias – tema inclusive já abordado no subtítulo anterior.

A gestão empreendedora e neoliberal do espaço associada ao megaevento, apesar de sua gramática fenomenológica, produz uma série de artefatos urbanísticos, dentre eles, um padrão repetido de remoções e tentativas de remoções de moradias precárias localizadas nos entornos dos estádios vinculados ao megaevento. As dinâmicas despossessórias de moradias precárias associadas à fenomenologia são evidentes e incontroversas no processo investigativo. Por tal motivo, busca-se, neste subcapítulo, explicar sua normatização. Todavia, antes de avançar no tema da normatização do abissal, torna-se relevante adensar algumas das lógicas e das dinâmicas de abissalidade associadas ao processo de despossessão.

A primeira dessas lógicas passível de observação é a dinâmica de não fornecimento de informações precisas aos moradores em situação de precariedade, em especial, quando do início do processo despossessório. É possível verificar que, após vários anos de ocupação das moradias precárias no entorno dos aparelhos esportivos, com pouca ou nenhuma promoção de políticas públicas no local, certo dia, normalmente de três a quatro anos antes do megaevento, representantes do setor público comparecem ao local e informam sobre a necessidade de reuniões com os moradores, a fim de organizar a remoção das pessoas do local. Após essa primeira visita, o processo subsequente consiste em reuniões que se estruturam da seguinte maneira:

- (i) de forma coletiva, através de audiências públicas, mas sem a possibilidade de grandes intervenções dos moradores;
- (ii) de forma individual, na qual acertos individualizados são promovidos para o convencimento à mudança.

Após iniciadas as reuniões (individuais e coletivas), em nenhum momento informa-se que o processo de remoção é associado à Copa do Mundo FIFA. Durante o período de reuniões há, inclusive, uma constância de marcações em “X” nas casas sem que os moradores saibam disso, tanto na África do Sul, quanto no Brasil.

Em média, o período de reuniões dentro da fenomenologia se estende por um período variável entre um e dois anos, visto que as remoções devem ser prévias ao megaevento. Dessa forma, durante o período de reuniões, algumas dinâmicas de pressão são produzidas para a formalização de acordos e mudança dos moradores. A mais comum delas, já se iniciando a demonstração de padrões de abissalidade no recorte investigativo, consiste na interrupção do fornecimento regular de água e energia elétrica, ou seja, em todos os casos de estudos, a fenomenologia promoveu o corte do fornecimento de bens fundamentais (água e luz) como fato agravante das condições da moradia precárias e como pressão para o aceite da remoção.

Na presente investigação, foi possível observar, também, como tática de pressão e, em especial, de redução da capacidade de resistência coletiva dos moradores, uma frequente perseguição a militantes envolvidos com a temática da moradia e com disposição a organizar a comunidade. O caso emblemático neste trabalho é o da prisão de um ativista relacionado na causa da moradia, que ficou encarcerado por quatro anos, sem julgamento, em Joanesburgo.

Por fim, foi possível observar a igualmente abissal prática de não recolhimento dos entulhos provenientes das habitações demolidas após a remoção das famílias. A finalidade de manutenção dos entulhos a céu aberto é a de criar condições de insalubridade e, assim, pressionar os moradores resistentes à remoção. A proliferação de animais e a degradação das condições de vida provenientes do acúmulo de entulhos foram percebidas nos estudos de caso no RJ (Metrô-Mangueira e Vila Autódromo), mas situações de casas vazias que criavam insalubridade nos locais próximos também foram observadas no caso de Joanesburgo (Bloco Prioritário).

Outra dinâmica de abissalidade comum aos processos de despossessão de moradias precárias durante a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA consiste em que, sempre que possível, os moradores removidos são realocados em regiões distantes de suas antigas habitações. Apesar da garantia de remoção para locais próximos ser comum nos contextos estudados, a conjuntura do megaevento tem o potencial de produzir um véu de invisibilidade à existência política, capaz de transformar aqueles moradores em não-seres. Não há, assim, um esforço efetivo de melhorar as condições de vida das pessoas que

vivem em situação de moradia precária e, conseqüentemente, de promover um incremento na justiça social da cidade-sede. O intuito é, sempre que possível, afastar esses não-seres para o mais longe, de preferência, para a violenta Zona Oeste do Rio de Janeiro ou para “campos de concentração” como Blikkiesdorp.

Sob essa perspectiva, o megaevento enseja duas lógicas abissais dentro da sua gramática de despossessão de habitações precárias. Por primeiro, através de um projeto urbano de renovação e reestruturação das cidades-sede, promovido e justificado pelo megaevento, moradores de habitações precárias das áreas de intervenção são conduzidos à condição de não-sujeitos e, sob essa condição, são expostos a passíveis abusos como cortes de água/luz, a viver entre escombros e a perseguições e prisões.

Entretanto, é necessário fazer uma ressalva dentro dessa primeira lógica abissal, pois, mesmo que uma coalizão transescalar de forças empreendedoras e neoliberais venha impor condições de não-seres a humanos, isso não significa que os mesmos percam sua capacidade de agência e de reivindicação de melhores condições de vida – como prova disso, citam-se os quilombos existentes durante o período escravocrata no Brasil. Sob essa perspectiva, muitos moradores resistiram à condição de não-sujeitos. O caso do Metrô-Mangueira é paradigmático, visto que os moradores que aceitaram as condições hegemônicas impostas acabaram por ir morar na Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto os que resistiram foram removidos para região próxima. Nesse sentido, a responsabilidade da produção dessas abissalidades é única e exclusiva da coalizão de forças, em especial, dos governos locais que produziram essa fenomenologia.

Por sua vez, a segunda lógica abissal dentro da gramática de despossessão de habitações precárias consiste na produção de espaços de abissalidades. Assim, após a promoção da primeira dinâmica abissal, que é tornar sujeitos em não-seres para promover a despossessão de suas habitações precárias, uma segunda dinâmica abissal consiste em removê-los para locais de reprodução de violência e apropriação. Na perspectiva da segunda dinâmica abissal, a fenomenologia, quando não diretamente produz, estimula a produção de locais de abissalidades que, nesse caso, possuem início com a dinâmica de despossessões de habitações precárias associadas ao megaevento.

Assim, observa-se que a temática das desposseções das habitações precárias na gestão executiva da Copa do Mundo FIFA demonstra uma ideologia normativa capitalista bastante evidente associada à gestão empreendedora neoliberal. O estudo verifica, portanto, que, através da desposseção de moradias precárias, essa normatização ideológica produz, pelo menos, duas lógicas abissais relacionadas a dinâmicas acumulativas. No entanto, nota-se que em nenhuma normativa legal proposta pela FIFA e assinada pelo país-sede havia previsão legal de deslocamento de populações em situação de moradia precária, sendo tal fenômeno produzido por uma normatização ideológica que se impõe diretamente à normatização social, com o apoio de instituições sociais de nível local, regional e nacional.

Ao considerar a normativa ideológica, portanto, é possível afirmar que a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA remove populações em situação de habitação precária, com a finalidade de reduzir barreiras para a economia capitalista e produzir espaços para investimentos urbanos, através da reestruturação hegemônica das cidades-sede. Tal situação evidenciou, assim, normatizações do abissal como fatos presentes na fenomenologia.

É possível observar, no entanto, que a normatização do abissal em relação à moradia precária não representa realidade isolada ao fenômeno, visto que a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA também produz lógicas e dinâmicas do pensamento abissal no que diz respeito aos trabalhadores informais. Nesse caso, a produção normativa do abissal estende-se, inclusive, à normatização legal, sendo esse o ponto de partida analítico da temática.

Com exposição já iniciada no terceiro capítulo (3.3), o ponto de referência do tema consiste no procedimento de proteção e exploração dos direitos comerciais da FIFA, instituído pela garantia número 8, nas cláusulas XII, XIV e XV, das garantias e proteção dos direitos comerciais assinadas pelo Brasil, mas muito semelhante ao texto normativo da África do Sul.³²⁴ Através da produção de Zonas de Exclusão, referidas no subcapítulo anterior como barreiras espaciais temporárias que especializam zonas de “Estado de Exceção”, a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA suspende direitos civis com o

³²⁴ Legislação disponível no Anexo II.

objetivo de reprimir medidas que venham a afrontar a proteção e a exploração de seus direitos comerciais.

Sob essa perspectiva, duas lógicas abissais podem ser observadas em relação aos trabalhadores informais e ao procedimento de proteção e de exploração dos direitos comerciais. A primeira é estabelecer um espaço da cidade em que os trabalhadores informais não podem exercer sua atividade econômica. É incontroverso que a realidade de vida, inclusive de segurança alimentar, dos trabalhadores informais é uma das mais duras e precárias dentro da estrutura de classe das democracias contemporâneas, na qual essa classe assume, não raramente, a condição de informalidade como única forma de sobrevivência.

A segunda abissalidade consiste em instituir norma legal que permita a “concessão de poderes especiais aos oficiais locais”, que podem promover processos de desposseção de forma discricionária e, assim:

Sem mandado, buscar e deter qualquer pessoa suspeita de violação, confiscar quaisquer materiais suspeitos de estarem sendo usados com relação à violação e eliminar e/ou destruir materiais usados ou criados em relação a violação (no momento da detenção por violação).³²⁵

Inclusive, sobre a promoção de “times de patrulha do programa de proteção aos direitos durante as Competições”³²⁶. O respeito a bens pessoais e a espaços privados sempre foi uma das proteções mais tradicionais das democracias contemporâneas, contudo, a abissal normatividade do fenômeno permite, sem o devido processo legal (mandado judicial), a eliminação/destruição de mercadorias e a violação do espaço privado.

³²⁵ Cláusula XVIII, das Garantias Governamentais, Versão Brasileira, Anexo II.

³²⁶ Cláusula XIX, das Garantias Governamentais, Versão Brasileira, Anexo II.

No entanto, duas ressalvas devem ser observadas. Esta tese possui uma perspectiva crítica e reconhece que garantias constitucionais não são aplicadas da mesma forma a diversas classes sociais, especialmente no que se refere aos trabalhadores informais. Muito da discricionariedade proveniente do pensamento abissal é imposto a essa classe de trabalho na ordem cotidiana das cidades. O fenômeno é capaz de produzir, todavia, um avanço no que diz respeito à normatização ideológica ao instituir normas legais de conteúdo abissal com relação à proteção e exploração dos seus direitos comerciais.

Sob essa perspectiva, é relevante trazer a segunda ressalva: em dois (Cidade do Cabo/São Paulo) dos quatro casos, a normatização do abissal ideológica e legal da proteção e exploração dos direitos comerciais foi relativizada e produziu, assim, uma normatização social mais branda relacionada ao fenômeno. Todavia, mesmo que a normatização do abissal possa ter sido implementada de forma mais amena em certos casos, essa conjuntura promove, de forma inegável, um aprendizado normativo de repressão aos trabalhadores informais, que nesse trabalho tem como exemplo paradigmático a operação Limpeza por Varredura, (*Cleansweep*) promovida três anos depois pela cidade de Joanesburgo.

Nesse sentido, ao investigar-se a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, tanto em seus marcos gerais, quanto nos dois dos eixos temáticos (moradia precária e trabalho informal) propostos por essa tese, percebe-se uma série de violações de direitos concebidos como direitos fundamentais, direitos humanos ou, no presente estudo, consideradas violações através do pensamento abissal. Mesmo que a normatização desses abusos, violações e invisibilizações não tenha sido por agência direta do fenômeno, os mesmos, de forma inegável, são resultado de sua existência. Dessa forma, portanto, mesmo que a normatização do abissal não se constitua como fato inerente à fenomenologia, ela é bastante comum. E traz, assim, duras consequências às democracias contemporâneas, tema do próximo subtítulo.

6.4 Intensidade Democrática

Uma tese deve ser, sem dúvida, avaliada por seu todo. Contudo, se existe uma contribuição de significativa monta do presente estudo, pode-se dizer que esse aporte refere-se à inter-relação da teoria da democracia e do desenvolvimento urbano associado ao fenômeno – objetivo central desse quarto e último subcapítulo.

Com tal propósito, por primeiro adensou-se a síntese analítica sobre a postura de governança empreendedora neoliberal da gestão executiva da Copa do Mundo FIFA, bem como sobre a urbanização capitalista promovida por meio de dinâmicas de acumulação (primitiva/despossessão e de capital expandido). Após esses dois pontos analíticos de relevante significado sintético da fenomenologia, avançou-se na exposição de como a gestão executiva do megaevento é capaz de normatizar, de forma hierárquica (ideológica>legal>social), lógicas e dinâmicas provenientes de um pensamento abissal.

Nesse sentido, trazer o abissal para dentro da síntese fenomenológica não significa deixar de reconhecer sua presença cotidiana nas relações de poder existentes no espaço urbano. Representa um esforço em compreender não somente a ambivalência do desenvolvimento urbano associado à Copa do Mundo FIFA, mas também investigar por meio de que estratégias o regime político democrático permite a convivência da violência e da apropriação (acumulação primária) dentro de um desenvolvimento fenomenológico eminentemente capitalista. Dessa forma, avançar na compreensão das engrenagens fenomenológicas para produção do abissal dentro de democracias contemporâneas é, assim, ponto crucial do presente subcapítulo e, claro, do estudo como um todo.

No segundo capítulo, especialmente, versou-se que após a Segunda Guerra Mundial, a democracia consolidou-se como regime político global. No entanto, para ajustar a sua inerente capacidade distributiva no sistema capitalista, também em expansão no período, desenvolve-se uma concepção reducionista e hegemônica de democracia: a democracia (neo)liberal. Assim, para evitar essa possível “sobrecarga democrática” (Sousa & Avritzer, 2002, p. 59–60), uma dupla estratégia foi estabelecida, com as ideias de que:

- (i) O acúmulo de capital deve ser priorizado frente à redistribuição social
- (ii) A participação cidadã tanto individual quanto coletiva nos processos decisórios deveria ser limitada.

Inclusive, a participação cidadã individual ou coletiva exposta pelo ponto (ii) possui visível correlação analítica com os parâmetros substantivos da melhoria das condições de vida e da justiça social, através do incremento do poder de decisões de autonomias individuais e coletivas.

O presente estudo já abordou extensamente a acumulação de capital como prioridade fenomenológica, que possui direta relação com a gestão empreendedora neoliberal, a urbanização capitalista e a normatização do abissal, todas com particular influência também nos processos decisórios associados à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA. Nesse sentido, busca-se inicialmente compreender o grau de abertura para a participação popular que possuem as políticas urbanas relacionadas à fenomenologia, como primeiro passo de avanço analítico das engrenagens fenomenológicas de produção do abissal em democracias contemporâneas.

A literatura específica de avaliação da participação popular, com especial suporte em Marcelo Lopes de Sousa (Souza, 2010, p. 200/7) e Sherry Aristein (Aristein, 1969, p. 216/24), propõe uma escala de avaliação da participação popular constituída por oito categorias:

- (i) Coerção;
- (ii) Manipulação;
- (iii) Informação;
- (iv) Consulta;
- (v) Cooptação;
- (vi) Parceria;
- (vii) Delegação de poder;
- (viii) Autogestão.

A partir dessas categoriais, uma escala de efetiva participação popular segue ordem crescente (i a viii), sendo que a coerção e a manipulação representam situações de não-participação, enquanto a informação, a consulta e a cooptação se dão em conjunturas que possuem graus de pseudoparticipação e a parceria, a delegação de poder e a autogestão acabam por significar graus de participação autêntica.³²⁷

Em nenhuma política pública, intervenção urbana e remodelação das cidades-sede associada ao fenômeno foi possível observar processos de autogestão e delegação do poder, pelo menos em relação à participação popular, visto que em relação à FIFA e a outros atores da coalizão transescalar de forças, os processos (vii) e (viii) foram amplamente observados. No que se refere aos processos de participação popular enquadrados na categoria de parceria (vii) dentro do fenômeno, dois contextos valem ser investigados: a participação dos trabalhadores informais nos arredores dos locais oficiais do megaevento, tanto no estudo de caso da Cidade do Cabo, quanto no estudo de caso de São Paulo.

Ao observar-se com mais atenção ambos os casos, é possível depreender que tanto a autorização de comercializar em regiões reservadas à FIFA quanto a seleção dos trabalhadores informais que receberiam permissão para vender nesses espaços foi definida em diálogo com os trabalhadores da categoria. Dessa forma, em um primeiro momento, observa-se um contexto que pende por efetivar processos de participação popular na categoria de parceria. Esse enquadramento, contudo, torna-se difícil de ser sustentado quando se verifica que a seleção do tipo de mercadoria, no caso da Cidade do Cabo,³²⁸ e a seleção do tipo de mercadoria e seu valor de venda, no caso da Cidade de São Paulo,³²⁹ foram decididos com pouca – ou nenhuma – ingerência dos trabalhadores informais. Assim sendo, é possível afirmar que os dois contextos de maior participação

³²⁷Para descrição detalhada e abrangente de cada uma das escalas de participação, consultar (Souza, 2010, p. 200/7).

³²⁸ Entrevista Cidade do Cabo, Josias, Agente da FIFA, 09/75.

³²⁹ Entrevista São Paulo – Mariano, Servidor Público, 07. Entrevista São Paulo – Carla, Trabalhadora Informal, 09.

popular dentro do estudo fenomenológico possuem mais correspondência com processos de participação na categoria de informação do que na categoria de parceria.

Ao seguir a análise na temática do trabalho informal, os casos de Joanesburgo e do Rio de Janeiro apresentam contextos de coerção, manipulação e pouca informação aos trabalhadores dessa categoria. Vale ressaltar, no entanto, que em algumas situações esporádicas dinâmicas de consultas dos trabalhadores informais foram desenvolvidas pela coalizão transescalar de forças que regia o fenômeno.

Nesse sentido, algumas dinâmicas de consultas também foram observadas no caso da remoção da Comunidade Vila da Paz, durante a gestão do prefeito Fernando Haddad, embora com escalas anteriores de coerção, manipulação e pouca informação. As categorias de coerção, manipulação e informação foram percebidas nos outros quatro casos de remoções estudados (Bloco Prioritário, *Spec Bona Hostel*, Metrô-Mangureira e Vila Autódromo), visto que mesmo quando houve processos de audiências públicas com os moradores em situação de remoção, pouco ou nenhum espaço para uma participação efetiva foi observado.

Com relação às políticas associadas aos marcos gerais da Copa do Mundo FIFA, dentre eles o próprio COL, bem como a temas relacionados à infraestrutura (estádios, mobilidade BRTs e VLTs, locais de eventos), seguiram padrões gerais de informação à população, com nenhum instrumento efetivo de participação. Em certos contextos, as políticas associadas aos marcos gerais e à infraestrutura sofreram, com relação à participação popular, dinâmicas de manipulação e coerção.

É possível observar, portanto, uma baixa participação popular relacionada ao fenômeno. Nesse sentido, ao se avaliar a participação popular dentro da fenomenologia, por meio da escala de avaliação proposta por Marcelo Lopes de Sousa (Souza, 2010, p. 200/7) e Sherry Aristein (Aristein, 1969, p. 216/24), percebe-se que não houve nenhuma experiência de participação popular autêntica, tendo em consideração que a parceria com os trabalhadores informais nos casos da Cidade do Cabo e de São Paulo foi também revestida de fortes processos de informação e, assim sendo, de ausência de capacidade decisória frente à conjuntura de análise. Em alguns contextos foram observadas realidades

de pseudoparticipação através de consultas e informações, mas também estiveram fortemente presentes no estudo do desenvolvimento urbano associado à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA situações de não participação, com coerções e manipulações.

A redução, quando não exclusão, da participação popular nos processos decisórios relacionados ao fenômeno consiste na primeira engrenagem de produção da democracia (neo)liberal com lógicas abissais. O fenômeno compreende o regime democrático de forma reductiva, como se fosse somente responsável por um conjunto de regras e procedimentos eleitorais, o que tornaria a eleição de corpos representativos como fim último e, assim, passível de inflexões de violências e apropriações. Há, todavia, que se explorar mais profundamente a relação entre os ritmos das continuidades e descontinuidades proposto por Lefebvre (Lefebvre, 2004, p. 51/7) e o desenvolvimento urbano associado ao fenômeno, a fim de averiguar os seus contributos para as abissalidades dentro das democracias.

Com esse objetivo, inicia-se por trazer as intertemporalidades associadas à fenomenologia e seus contributos para o contexto. A gestão executiva da Copa do Mundo FIFA é, dessa forma, um fenômeno muito particular nas dinâmicas urbanas cotidianas, pois, apesar de ser um fenômeno cíclico, que acontece a cada quatro anos, possui um tempo linear curto de preparação (03/04 anos) e ínfimo de execução (01 mês).

Nesse sentido, muito deve ser feito pela cidade-sede para adequar-se à realidade do megaevento e, conforme já mencionado no ponto 6.2, um projeto de reestruturação da cidade é posto em prática, conduzido (ponto 6.1) por uma coalizão transescalar de forças empreendedora e neoliberal. Nesse contexto, portanto, há uma alteração de ritmo na produção desigual da cidade, por meio de investimentos setorizados no tecido urbano. Um singelo resultado dessa alteração na produção da cidade é quem em todas as cidades-sede, em função de suas inúmeras obras, o preço do cimento sobe vertiginosamente, duplicando, triplicando e até mesmo quadriplicando de preço. Não raramente, a promoção do megaevento altera-se para os países-sede de um contexto de oportunidade de investimentos para um contexto de obrigação previamente assumidas.

É possível perceber, portanto, que o ritmo das continuidades e descontinuidades da produção do espaço urbano altera-se por meio da construção de uma cidade com menor barreiras ao sistema capitalista. Dessa forma, através de compromissos assumidos com o megaevento, ou mesmo pela narrativa de possíveis compromissos, mesmo que não tenham sido firmados,³³⁰ catalisam-se uma série de políticas urbanas hegemônicas, que dificilmente seriam produzidas em conjunto caso não houvesse o fenômeno em questão. O megaevento atua, assim, como catalisador do desenvolvimento desigual da cidade. É fundamental, todavia, aprofundar-se nesse ponto!

É central na presente tese a investigação acerca do desenvolvimento urbano associado à gestão executiva da Copa do Mundo FIFA através dos parâmetros substantivos da melhoria das condições de vida e do incremento da justiça social. Neste sexto capítulo, a tese sustenta que o fenômeno apresenta-se como produtor de realidades que distam de um verdadeiro desenvolvimento urbano fundado nos dois parâmetros substantivos acima. Na verdade, o que se tem observado é exatamente o oposto, com a promoção, inclusive, do pensamento abissal na reestruturação da cidade associada à fenomenologia.

A Copa do Mundo FIFA estrutura, assim, contextos e narrativas que catalisam o desenvolvimento desigual da cidade, no qual catalisar torna-se, junto com a falta de participação popular, mais uma das engrenagens fenomenológicas para produção do abissal em meio às democracias contemporâneas. Nesse sentido, o megaevento como um catalisador promove a redução cânone da negociação política, elemento fundamental para a aceleração do desenvolvimento desigual.

Nesse sentido, utiliza-se como referência analítica o papel dos catalizadores em uma reação química, que, no presente caso, é sociopolítica. Para uma reação química acontecer, torna-se necessário produzir uma *energia de ativação* com suficiente potência para a ativação química dos reagentes. No estudo em tela, a reação química representa as

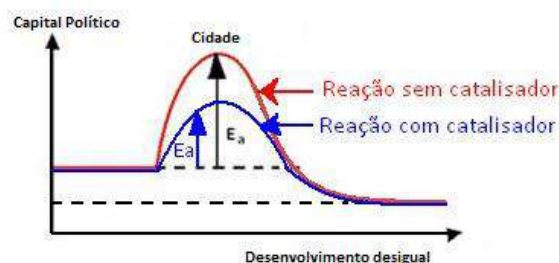
³³⁰ Vale lembrar o caso da Aldeia Maracanã, em que o governo estadual afirmou a necessidade de remoção por solicitação da FIFA, o que foi desmentido posteriormente. <https://www.youtube.com/watch?v=KxPIHIqUfkc> Vídeo de Eduardo Paes.

políticas associadas ao desenvolvimento desigual da cidade e a energia de ativação representa a soma do capital político necessário para a produção dessas medidas. O papel do catalisador, portanto, é reduzir a necessidade dessa energia de ativação e, assim, produzir a reação química com um menor esforço. Ou seja, o megaevento reduz o esforço político frente à produção desigual da cidade-sede. Os dois gráficos abaixo exemplificam esse pensamento em uma perspectiva comparativa.

Figura 36 Catalisador de Reação Química



Figura 37 Catalisador Desenvolvimento Desigual



Fonte: Manual de Química³³¹

Fonte: Autor

É possível perceber, através da reflexão analítica e da representação gráfica proposta, que a reação com catalisador (megaevento) permite a produção da cidade através do desenvolvimento desigual por meio de uma menor taxa de capital político. De forma a melhor exemplificar a compreensão do megaevento como catalisador do processo de produção desigual da cidade, imagina-se o caso de uma comunidade composta de moradias precárias cuja remoção é buscada por forças de uma visão hegemônica da cidade. No entanto, essa perspectiva hegemônica não consegue ser levada adiante porque há resistência política de diversas instâncias: a comunidade resiste, não há acordo no parlamento, não há verba para remoção, ou seja, a soma de capital político deve ser muito alta e não permite, assim, a remoção. No entanto, em um determinado momento da vida dessa cidade, surge um fato superveniente que é a promoção de um megaevento e, por

³³¹Disponível em <http://manualdaquimica.uol.com.br/fisico-quimica/catalisador.htm> (data de acesso 27/12/2016).

meio dele, uma coalizão transescalar de forças estrutura-se. Assim, com a finalidade de promover a gestão executiva desse megaevento e, através das políticas necessárias ou não para a sua efetivação, catalisa-se aquela (e todas as outras) antigas propostas hegemônicas de cidade. O megaevento reduz, assim, a necessidade de entalpia para o desenvolvimento desigual da cidade-sede. Inclusive, o caso descrito acima se assemelha ao ocorrido no processo de remoção da comunidade da Vila Autódromo, sendo que, no caso dessa comunidade, a remoção não foi uma política necessária para a efetiva construção do Parque Olímpico da Barra da Tijuca.

Obviamente, a redução cômica da negociação política para a aceleração do desenvolvimento desigual dentro de regimes democráticos não é, todavia, dinâmica fácil de ser produzida, visto que em regime normal de temperatura e pressão política,³³² conforme já exposto, somam-se resistências ao processo. No entanto, quando se adiciona um dos componentes centrais do catalisador (megaevento), que é a formação de uma coalizão transescalar empreendedora e neoliberal de forças, a conjuntura para reduzir a taxa de capital político para o desenvolvimento desigual torna-se extremamente favorável.

O texto do qual se retirou o gráfico “catalisador da reação química” exposto logo acima possui interessante descrição sobre o que é um catalisador: “um catalisador é uma substância capaz de acelerar a velocidade em que se processam determinadas reações químicas sem sofrer alterações, ou seja, não é consumido, mas regenera-se completamente no final”.³³³ No presente estudo, portanto, “um catalisador é um fenômeno capaz de acelerar a velocidade em que se produz o desenvolvimento desigual da cidade sem sofrer perdas, ou seja, não é consumido, mas acumula grande montante de capital no final”.

Ao final desse subcapítulo, portanto, foi possível observar duas engrenagens que a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA promove como estímulos a um regime

³³²Livre referência a condições normais de temperatura e pressão (CNTP) comum às ciências exatas.

³³³ Disponível em <http://manualdaquimica.uol.com.br/fisico-quimica/catalisador.htm> (data de acesso 27/12/2016).

democrático (neo)liberal com lógicas abissais. A primeira dessas engrenagens consiste na falta de participação popular nos processos decisórios relacionados à remodelação da cidade-sede, enquanto a segunda engrenagem refere-se ao megaevento como um catalisador de determinadas políticas urbana. No estudo, a soma dessas duas engrenagens particulares resultou em uma redução da democracia a baixa intensidade e em uma catastrófica produção acelerada do desenvolvimento desigual das cidades-sede.

Conclusão da Tese

Ao final deste capítulo de síntese, que também é o final do presente estudo, é necessário fazer referência a algumas questões. O primeiro desses pontos consiste em ponderar que a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA é um fenômeno muito particular da organização do capital que visa a um desenvolvimento eminentemente capitalista nas cidades-sede. Conforme já visto, o sistema econômico capitalista possui a criação destrutiva como lógica e como condição inerente e estrutural. No presente estudo, tal realidade pode ser percebida através da reorganização das forças e das espacialidades nas cidades-sede. Sob essa perspectiva, a formação de uma coalizão transescalar de forças associadas ao fenômeno promove um modelo de cidade que, em diferentes intensidades, altera o espaço urbano em direção a um agravamento de sua divisão socioeconômica.

Obviamente, a produção do desenvolvimento geográfico desigual não é um processo linear e, por esse motivo, o seu contexto associado ao fenômeno apresenta nuances em cada um dos casos. É possível afirmar, no entanto, que mesmo dentro de uma gramática fenomenológica, a gestão executiva da Copa do Mundo FIFA piora, em certas situações consideravelmente, a qualidade de vida e as condições da justiça social nas cidades-sede.

Nesse sentido, os elementos substantivos do desenvolvimento urbano acabam por sofrer reduções qualitativas através de estratégias de produção da cidade pela mercantilização, resultado de alianças entre os atores que controlam os grandes interesses econômicos vinculados às cidades e ao megaevento. Nessa conjuntura, as estratégias de mercantilização das cidades-sede produzem não somente processos de acumulação por capital expandido, mas também lógicas e dinâmicas de acumulação primitiva de capital, em especial, por meio de ações despossessorias.

Assim, mesmo que as acumulações primitivas existam de forma cotidiana dentro de nossas democracias (neo)liberais, o fenômeno produz particular geografia do desenvolvimento desigual através de uma conjuntura perversa e, em especial, pelas incontáveis narrativas ambíguas de promessas e de posteriores negações de um

desenvolvimento urbano com melhora dos seus parâmetros substantivos. A partir de tal perspectiva, portanto, o fenômeno encontra-se em um horizonte político-filosófico de radicalização de políticas urbanas (neo)liberais, as quais encontram no megaevento a legitimação de projeto hegemônico de cidade-sede. Essa legitimação hegemônica associada ao megaevento acaba por ser constituída por meio da imagética da competição global e dentro de um mundo simbólico forte que é o futebol.

Portanto, sob o disfarce fundado na ideia-força de que a Copa do Mundo FIFA produz um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico das cidades-sede, catalisam-se transformações urbanas fundadas em um horizonte político-filosófico (neo)liberal que se apropria da imagética da competição de futebol global e da cidade global para promover quebras de barreiras e a expansão e a consolidação do sistema capitalista. Inclusive, a condição de tempo cíclico do megaevento contribui para essa perspectiva analítica, pois permite observar transferibilidades na produção fenomenológica, mesmo que as cidades-sede se encontrem em diferentes tempos lineares.

A presente tese não pode deixar de concluir que a Copa do Mundo FIFA e a sua consequente gestão executiva inserem-se, dessa forma, dentro da geografia do capitalismo contemporâneo como fenômeno particular capaz de radicalizar transformações hegemônicas das cidades e, através disso, produzir um incremento de injustiças sociais e piora nas condições de vida das populações vulneráveis. Nesse contexto, a forma com que a Copa do Mundo FIFA vem sendo produzida dentro das cidades-sede representa um obstáculo a ser combatido por todos que acreditam na possibilidade de uma efetiva emancipação social, através da construção de um mundo mais justo e solidário.

Bibliografia

Agamben, G. (1998). *Homo sacer: sovereign power and bare life*. Stanford University Press.

Agamben, G. (2005). *State Of Exception*. University of Chicago Press.

Anderson, P. (1995). Balanço do Neoliberalismo. In E. Sader & P. Gentile (Orgs.), *Pós-Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Aristein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American institute of planners*, 35, 216–224.

Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. (2012). Plano Popular da Vila Autódromo: Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural. Plano Popular.

Avritzer, L. (2007). Civil society, participative institutions, and representation: from authorization to action legitimacy. *Dados*, 50(3), 443–464.

<https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000300001>

Azevedo, L., & Faulhaber, L. (2016). *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.

Barcelos, C. (1992). *Rota 66 - A História da Polícia que Mata*. São Paulo: Globo.

Bobbio, N. (1997). *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo* (Paz e Terra). São Paulo.

Brenner, N. (2013). Theses on Urbanization. *Twenty First Century Urbanism*, 25(Duke University Press), 85/114.

Bruijn, R. de. (2010). *Claiming the Right to the City Contesting Forced Evictions of Squatters in Cape Town during the run-up to the 2010 FIFA World Cup* (Master Thesis). University of Amsterdam, Amsterdam.

Burawoy, M. (1998). The Extended Case Method. *Sociological Theory*, 16(1), 04/33.

- Camões, L. de. (1846). *Os Lusíadas*. Paris: Typographia rollandiana.
- Carvalho, M. (2000). Cidade Global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em perspectiva*, 14(4), 70–82.
- Carvalho, M., & Galhiardi, C. (2015). A “cidade global” avança sobre a “cidade operária”: a recepção da Copa do Mundo em São Paulo. In *Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo* (p. 19–34). São Paulo: Olho d’Água.
- Centre on Housing Rights and Evictions (COHRE). (2007). Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights - opportunities for the olympic movement and others.
- Cidade do Cabo. (2015). Five Year Integrated Development Plan 2012-2017: 2015/16 Review and Amendments.
- City of Johannesburg. (2008). Bertrams Priority Block: Draft support documentation to the recommendati to SAHRA for the Priority Block, Bertrams, Johannesburg. City of Johannesburg.
- City of Johannesburg. (2009). 2010 Case Study - Report 2. Mayor Office.
- Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do RJ,. (2016). *Olimpíadas Rio 2016, os jogos da Exclusão* (Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro) (p. 181). Rio de Janeiro.
- Comitê Popular da Copa SP. (2015). *Copa pra quem? Dossiê do Comitê Popular da Copa SP: a Copa do Mundo FIFA 2014 numa perspectiva abaixo e à esquerda*. São Paulo.
- Cottle, E. (Org.). (2011). *South Africa`s World Cup: A Legacy for Whom?* South Africa: University of KwaZulu-Natal Press.

- Couto, C. G. (2015). A disputa política em torno do Estádio em São Paulo. In *Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo* (p. 216). São Paulo: Olho d'Água.
- Currie, P. K., Musango, J. K., & May, N. D. (2017). Urban metabolism: A review with reference to Cape Town, referência. *Cities*, 70(October), 91–110.
- Engels, F. (2015). *Para a Questão da Habitação*. São Paulo: Brochura.
- Fanon, F. (2008). *Pele Negra Mascaras Brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Fernández, R. L. (2008). Plurinacionalidad: una propuesta constitucional emancipadora. In R. Á. Santamaría (Org.), *Neoconstitucionalismo y Sociedad* (p. 311/50). Quito,: Ministro de Justicia y Derechos Humanos.
- FIFA. (Tudo sobre a FIFA). Tudo Sobre a FIFA: Desenvolver o Esporte, Melhor Tocar o Mundo, Construir um Futuro. FIFA Communication & Public Affairs Division.
- FIFA. (History of FIFA - Foundation). Recuperado de <http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/history/index.html> (data de acesso em 20/06/2016)
- FIFA. (History of FIFA - FIFA Takes Shape). Recuperado de <http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/history/fifa-takes-shape.html> (data de acesso 06/06/2016)
- FIFA. (History of FIFA - A New Era). Recuperado de <http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/history/new-era.html> (data de acesso - 10/06/2016)
- FIFA. (2005). Make the World a Better Place: Mission, goals and programmes of the FIFA Football for Hope movement.
- FIFA. (2007). Ellis Park Stadium. Recuperado 28 de novembro de 2017, de <http://www.fifa.com/worldcup/news/y=2007/m=5/news=ellis-park-stadium-523138.html>
- FIFA. (2014). Relatório Final do Comitê Organizador Local. FIFA.

- FIFA. (2016). FIFA Statutes: Regulations Governing the Application of the Statutes.
- Frank, A. G. (2011). *World Accumulation, 1492-1789*. Monthly Review Press.
- Fraser, N. (1992). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In C. Cal (Org.), *Habermas and The Public Sphere* (p. 56–80). Cambridge: MIT Press.
- Frúgoli Jr, H., & Rolnik, R. (2001). Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole*, 6º(2º), 43–66.
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man*. Free Press.
- Gonsales, T. A. (2014). Os Conflitos da Paz: O Descolamento de Aspectos Ambientais e Sociais na Comunidade da Paz – Itaquera, no contexto de megaeventos. Apresentado em II Conferência Internacional sobre Megaeventos, Rio de Janeiro.
- Gordon, L. R. (2005, Summer). Through the Zone of Nonbeing: A Reading of Black Skin, White Masks in Celebration of Fanon’s Eightieth Birthday. *The C.L.R. James Journal*, p. 1–43.
- Gramsci, A. (1971). *Letters from Prison*. Nova York: Harper&Row.
- Hackworth, J. (2007). *The Neoliberal City: Governanc, Ideology and Development in American Urbanism*. New York: Cornell University Press.
- Harrell, M. C., & Bradley, M. A. (2009). *Data Collection Methods: Semi-Structured Interviews and Focus Groups*. California: RAND Corporation.
- Harvey, D. (2004). *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (2005a). *A Produção Capitalista Do Espaço* (1º). São Paulo: Annablume.
- Harvey, D. (2005b). *The New Imperialism*. Oxford University Press.
- Harvey, D. (2006). *Spaces of Global Capitalism*. New York: Verso.
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. New York: Verso.

- Hayek, F. A. (2010). *O Caminho da Servidão*. Instituto Ludwig von Mises.
- Herzenberg, C. S. (2010). *Player and Referee: Conflicting interests and the 2010 FIFA World Cup*. Institute for Security Studies.
- Jennings, A. (2012). *O Jogo Sujo (foul)– O Mundo Secreto da FIFA: Compra de Votos e Escândalo de Ingressos*. Rio de Janeiro: Panda Books.
- Jones, J. (1998). AFRICAN HISTORY TIMELINE: Europeans in 19th Century South Africa.
- Kelsen, H. (1955). Foundations of Democracy. *Ethics*, p. 1–102.
- Kelsen, H. (1979). *Teoria Pura Do Direito*. Arménio Amado.
- Koga, D. (2015). Dinâmicas socioterritoriais da Zona Leste de São Paulo a partir do Censo 2010. In *Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo* (p. 216). São Paulo: Olho d'Água.
- Konzen, L. (2013). *Norms and Space: Understanding Public Space Regulation in the Tourist City* (Tese de Doutorado). Universidade de Milão, Milão.
- Lefebvre, H. (2004). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Luxemburgo, R. (1951). *The accumulation of capital. Translated from the German by Agnes Schwarzschild. With an introd. by Joan Robinson*. Yale University Press.
- Macamo, E. (2005). *Negotiating Modernity: Africa's Ambivalent Experience*. Zed Books.
- Macamo, E. (2006). The Hidden Side of Modernity - Domesticating Savages Lives in Africa. In S. Costa (Org.), *The Plurality of Modernity: Decentring Sociology*. Munique: Rainer Hampp Verlag.
- Macamo, E. (2010). Making Modernity Asscountable: A case study of youth in Mozambique. *Cadernos de Estudos Africanos*, (18/19), 2/20.

- Macamo, E., & Neubert, D. (2008). The New and its Temptations: Products of Modernity and Their Impacts on Social Change in Africa. *Unpacking the New: Critical Perspective on cultural syncretization in Africa and beyond*, (Adome), 267/99.
- Maldonado, F. G. (2016). COPA DO MUNDO FIFA: Um Contributo Marxista. In *CIDADE GLOBAL: Segregação e Espetáculo*. Montes Claros/MG – Brasil e Lisboa – Portugal: Unimontes.
- Maricato, P. (Org.). (2009). Fighting for Just Cities in capitalism's periphery. In *Searching for the Just City: Debates in Urban Theory and Practice* (1^o ed, p. 195–213). Routledge.
- Marques, E. (Org.). (2007). *Assentamentos Precários no Brasil Urbano* (Brasília). 2007: Ministério das Cidades e Centro de Estudos da Metrópole.
- Marx, K. (1996). *O capital: A Critique of Political Economy* (Vol. Vol I). Nova Cultural.
- McGrew, A. (1997). Democracy beyond borders? Globalization and the reconstruction of democratic theory and politics. In *The Transformation of Democracy?* Cambridge: Polity.
- McMichael, C. B. M. (2012). *Green Zone Nation: The Securitisation and Militarisation of the 2010 FIFA World Cup, South Africa* (Tese de Doutorado). Rhodes University, South Africa.
- Mendes, J. M. (2003). Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficina do CES, 194*(Centro de Estudos Sociais), 01/20.
- PEABIRU. (2013). PEABIRU - TCA: Plano Popular Alternativo para a Comunidade da Paz.
- Pereira, A. D. (2010, novembro). A (Longa) História de Desigualdade na África do Sul. *Mal-estar na Cultura*.
- Puello-Socarrás, J. F. (2013). Ocho tesis sobre el Neoliberalismo (1973-2013). In *O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise* (Vol. 1, p. 13/57). São Leopoldo: Unisinos – Editora Oikos Ltda.

- Roche, M. (1994). Mega-eventos and Urban Policy. *Annals of Tourism Research*, Vol. 21, 1-19.
- Rolnik, R. (1997). *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP.
- Sader, E. (2002). Para outras democracias. In *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (p. 649–675). Civilização Brasileira.
- Santos, B. D. S. (2002). *Toward a New Legal Common Sense: Law, Globalization, and Emancipation*. Cambridge University Press.
- Santos, B. de S. (1983, março). Os Conflitos Urbanos no Recife: O caso do Skylab. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (11), 09/60.
- Santos, B. de S. (1995). *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge. New York.
- Santos, B. de S. (2003a). Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (65), 3–76.
- Santos, B. de S. (2003b). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Santos, B. de S. (2006a). *A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2006b). Uma sociologia da ausências e uma sociologia das emergências. In *A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política* (p. 87/125). Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2007a). Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to Ecologies of Knowledges. *Review*, XXX(1), 45–89.

- Santos, B. de S. (2007b). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3–46.
- Santos, B. de S. (2009). *Sociología Jurídica Crítica: Para un nuevo sentido común en el derecho*. Madrid: Trotta.
- Santos, B. de S. (2011). *Derecho y Emancipacion*. Quito: RiperGraf C.A.
- Santos, B. de S., & Avritzer, L. (2005). Introduction: Opening up the Canon of Democracy. In B. de S. Santos (Org.), *Democratizing Democracy. Beyond the Liberal Democratic Canon* (Vol. 1, p. XXXIV–LXXIV). London.
- Santos, C. A. (2015). Reconfiguração das práticas esportivas: o caso da Arena Corinthians em Itaquera. In *Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo*. São Paulo: Olho d'Água.
- Santos Júnior, O. (2015). Metropolização e Megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 no Brasil. In *Brasil: Os Impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016* (p. 21/41). Rio de Janeiro.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York: Taylor & Francis.
- Sevensson, M., & Hyden, H. (2009). The Concept of Norms in Sociology of Law. *Contributions in Sociology of Law: Remarks from Swedish Horizon*, 29(Lund University), 29–46.
- Simmel, G. (2013). Sociologia do espaço. *Estudos Avançados*, 27(79).
- Smith, A. (2006). *A Riqueza das Nações* (Vol. 1). Curitiba: Jurua.
- Smith, N. (1988). *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Soares, E. T. (2015). Quando a Leste vira o Centro: o Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste. In *Megaprojetos, megaeventos, megalópole: a produção de uma nova centralidade em São Paulo* (p. 216). São Paulo: Olho d'Água.

- Socarrás-Puello, J. F. (2008). *Nueva Gramática del Neo-Liberalismo: Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas*. Bogotá: Digiprint Editores E.U.
- Sousa, B. de S., & Avritzer, L. (2002). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (p. 35–69). Portugal: Edições Afrontamento.
- South Africa, S. and R. (2010). *2010 FIFA World Cup Country Report*. South Africa: Republic of South Africa.
- Souza, M. J. L. (2010). *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos* (7 ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Stake, R. (2006). *Multiple Case Study Analyses*. New York: The Guildford Press.
- Taal, M. (2011). Their Cup Runnet Over: Constructions Companies and the 2010 FIFA World Cup. In *South Africa`s World Cup: A Legacy for Whom?* (p. 73–100). Africa do Sul: Eddie Cottle.
- Toulmin, S. E. (1990). *Cosmopolis: The Hidden Agenda of Modernity*. University of Chicago Press.
- Visentini, P. G. F., & Pereira, A. D. (2010). *África do Sul: História, Estado e Sociedade*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- Wallerstein, I. (1974). *The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press.
- Willemse, L. (2010). *Community/neighbourhood park use in Cape Town: A class-differentiated analysis* (Mestrado em Geografia e Estudos Ambientais). Universidade de Stellenbosch, Africa do Sul.
- Wilson, T. D. (2011). Primitive Accumulation and the Labor Subsidies to Capitalism. *Review of Radical Political Economics*. <https://doi.org/10.1177/0486613411423896>

Wittrock, B. (2000). Modernity: One, None, or Many? European Origins and Modernity as a Global Condition. *Daedalus*, 29(1), 31–60.

Yin, R. (2001). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (2º Edição). São Paulo: Bookman.

Anexo

Anexo I - Tabelas Entrevistados (Data, Categoria, Iniciais e Nomes Fictícios)

JOANESBURGO				
Nº da Entrevista	Data da Entrevista	Categoria do Ator	Iniciais Entrevistado	Nome Fictício
01	12.08.2015	Servidores Públicos	AL	Alfred
02	12.08.2015	Impactados e Associações Cívicas	M1 e M2	Joana/Carlos
03	18.08.2015	Impactados e Associações Cívicas	SS	Carla
04	19.08.2015	Impactados e Associações Cívicas	BP	Josias
05	19.08.2015	Impactados e Associações Cívicas	SK	Thomas
06	20.08.2015	Agente FIFA	GF	Christopher
07	26.08.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	CH	Barend
08	26.08.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	DE	Chandre
09	02.09.2015	Servidores Públicos	SL	Sumari
10	10.09.2015	Servidores Públicos	EM	Rindi
11	10.09.2015	Impactados e Associações Cívicas	SM	Carlos
12	11.09.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	KT	Riana
13	13.09.2015	Impactados e Associações Cívicas	EE	Paul
14	12.09.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	DM	Maryke
15	14.09.2015	Servidores Públicos	JD	Maria

CIDADE DO CABO				
Nº da Entrevista	Data da Entrevista	Categoria do Ator	Iniciais Entrevistado	Nome Fictício
01	27.08.2015	Impactados e Associações Cívicas	JD	Patrus
02	28.08.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	KS	Sara
03	31.08.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	CW	Marcela

04	02.09.2015	Impactados e Associações Cíveis	LI	Paula
05	02.09.2015	Servidores Públicos	PVH	Steward
06	02.09.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	PVR	Christian
07	04.09.2015	Servidores Públicos	LP	Letícia
08	04.09.2015	Agente FIFA	LR	Josias
09	04.09.2015	Servidores Públicos	NN	Kobus
10	05.09.2015	Impactados e Associações Cíveis	AC	Tyron
11	05.09.2015	Impactados e Associações Cíveis	W1/W2	Paula/Nádia
12	08.09.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	JS	Drikus

RIO DE JANEIRO				
Nº da Entrevista	Data da Entrevista	Categoria do Ator	Iniciais Entrevistado	Nome Ficto
01	24.11.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	DC	Carlos
02	24.11.2015	Impactados e Associações Cíveis	MM	Patrícia
03	25.11.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	RC	Joaquim
04	14.12.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	GM	Rodrigo
05	15.12.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	JR	Rogério
06	17.12.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	CV	Marcelo
07	21.12.2015	Impactados e Associações Cíveis	MBE	Daniel
08	02.02.2016	Impactados e Associações Cíveis	AO	Francisco
09	15.02.2016	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	LC	Antônio
10	17.02.2016	Agente da FIFA	RT	Paulo
11	23.02.2016	Servidores Públicos	IMJ	Fernando

12	25.02.2016	Servidores Públicos	CD	Mario
13	25.02.2016	Servidores Públicos	LM	Rafael
14	26.02.2016	Servidores Públicos	IBJ	Miguel
15	04.03.2016	Impactados e Associações Cívicas	MLF	Manoela

SÃO PAULO				
Nº da Entrevista	Data da Entrevista	Categoria do Ator	Iniciais Entrevistado	Nome Ficto
01	30.11.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	MC	Paula
02	01.12.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	RA	Mauro
03	02.12.2015	Impactados e Associações Cívicas	P/VC	João/Pedro ³³⁴
04	02.12.2015	Servidores Públicos	VC	Pedro
05	03.12.2015	Acadêmicos (literatura e/ou militância)	EZ	Carlos
06	04.12.2015	Agente da FIFA	MR	Manoel
07	08.12.2015	Servidores Públicos	AC	Mariano
08	09.12.2015	Impactados e Associações Cívicas	MV	Helen
09	11.12.2015	Impactados e Associações Cívicas	VS	Carla
10	11.12.2015	Impactados e Associações Cívicas	VS/J	Carla/Marcela
11	22.12.2015	Impactados e Associações Cívicas	JB	Larissa

³³⁴ Pedro (VC) encontrava-se junto na entrevista ao João (P) e se manifestou em determinadas perguntas. Posteriormente, Pedro (VC) foi entrevistado de forma individual.

Anexo II – Garantias Governamentais Copa do Mundo FIFA

Versão Brasileira das Garantias Governamentais³³⁵

(...) “asseguramos [que] as seguintes medidas serão implementadas e operativas, de acordo com legislação especial específica se necessário, pelo menos doze (12) meses antes do início da Copa das Confederações FIFA 2013:

- (i) Marketing de emboscada por associação em relação à Competição e/ou à FIFA será proibido por lei;
- (ii) Marketing de emboscada por intrusão em relação à Competição e/ou à FIFA será proibido por lei;
- (iii) O uso não autorizado da propriedade intelectual da FIFA em relação às Competições será proibido por lei;
- (iv) A proibição de todo e qualquer ato de “concorrência desleal” (como entendido pelas leis da União Europeia) em relação à Competição e/ou a FIFA;
- (v) A implementação de procedimentos de exame expedito e registro para a marca registrada, desenho e (se relevante) aplicações de direitos autorais da FIFA nas Competições;
- (vi) A implementação de procedimentos de exame expedito e oposição para as marcas registradas, desenho e (se relevante) aplicações de direitos autorais relacionados à FIFA e/ou às Competições emitidos sem a autorização por escrito da FIFA;
- (vii) A implementação de procedimento de execução judicial expedito em relação ao cumprimento pela FIFA ou seus direitos legais relativos às Competições.
- (viii) A criação de um status “protegido” oficial para os direitos de propriedade intelectual da FIFA relativos às Competições, tal status “protegido” concede ao direito de propriedade intelectual protegido os direitos equivalentes a marcas registradas;
- (ix) O registro e o uso comercial ou promocional de nomes de domínio que consistem em ou contêm marcas registradas da FIFA será proibido por lei;
- (x) A revenda ou distribuição de ingressos para jogos ou ingressos para eventos auxiliares (a não ser que sejam expressamente autorizados por escrito pela FIFA) será proibido por lei;
- (xi) O uso de ingressos para os jogos ou ingresso para eventos auxiliares em competições, sorteios, promoções, etc. (a não ser que sejam expressamente autorizados por escrito pela FIFA) será proibido por lei;
- (xii) A implementação e execução de uma zona de comércio de rua e publicidade dentro de e no espaço aéreo de 2 km da zona de exclusão em torno de cada local oficial, no qual o direito de atividades comerciais é reservado à FIFA e seus indicados;
- (xiii) As autoridades dos estádios e dos times associados a tais estádios serão exigidos por lei a mudar o nome do estádio para todos os efeitos relativos às Competições e a garantia de

³³⁵ Versão brasileira das Garantias Governamentais disponível online em http://www.direitoamoradia.fau.usp.br/wp-content/uploads/2012/04/garantias_fifa_portugu%C3%AAs.pdf, (data de acesso 19/09/2017).

que o nome do estádio durante as Competições (ou o nome existente quando usado em relação às Competições) não seja usado pelas autoridades dos estádios, os times ou seus licenciados;

- (xiv) A criação de um comitê de Programa de Proteção de Direito não mais tarde que cinco (5) anos antes das Competições e que consista de membros de departamento/agência de governo relevantes (como departamento de comércio e indústria, o escritório de propriedade intelectual, serviços de alfândega, ministério público, órgãos de aplicação da lei, etc.). O objetivo do comitê nacional de proteção dos direitos é se reunir uma vez a cada seis (6) meses (e com mais frequência durante o período imediatamente anterior às Competições) e analisar, com o objetivo de implementar melhoras e iniciativas e proteger a propriedade intelectual da FIFA e
- (xv) Seus direitos comerciais, programas de proteção de direitos FIFA;
- (xvi) A criação de comitês regionais de programa de proteção aos direitos para cada cidade anfitriã, que devem consistir de membros locais de órgãos importantes como os citados acima;
- (xvii) A criação de uma infração da lei para qualquer violação das proibições listadas acima, com uma penalização severa e adequada para desencorajar quaisquer violações deliberadas;
- (xviii) A concessão de poderes especiais aos oficiais locais que aplicam as leis para reforçar a proibição e zonas de exclusão mencionadas acima, permitir a eles entrar nas premissas sem mandado, buscar e deter qualquer pessoa suspeita de violação, confiscar quaisquer materiais suspeitos de estarem sendo usados com relação à violação e eliminar e/ou destruir materiais usados ou criados em relação à violação (no momento da detenção por violação);
- (xix) A alocação de um número adequado de oficiais locais de aplicação da lei para trabalhar com a FIFA, participar de reuniões e participar fisicamente das preparações do programa de proteção dos direitos da FIFA, antes, e em times de patrulha do programa de proteção aos direitos durante as Competições;
- (xx) A alocação de um número suficiente de oficiais da alfândega para controlar propriamente a importação de produtos falsos e piratas; e
- (xxi) Confirmação que o endosso, legislação ou apoio de governo/agências regionais, municipais e/ou locais para as medidas resumidas acima sejam obtidas em um tempo oportuno.”

Versão Sul-africana das Garantias Governamentais ³³⁶

³³⁶ Versão sul-africana das Garantias Governamentais foram retiradas diretamente do Bid Book. Infelizmente, não há acesso online para tal documento que foi reproduzido diretamente dos arquivos pessoais do autor.



Government Guarantees

- 4.1 ENTRY AND EXIT PERMITS
- 4.2 WORK PERMITS
- 4.3 CUSTOMS DUTIES AND TAXES
- 4.4 OTHER TAXES, DUTIES AND LEVIES
- 4.5 SAFETY AND SECURITY
- 4.6 BANK AND FOREIGN EXCHANGE OPERATIONS
- 4.7 TELECOMMUNICATIONS, INFORMATION AND TECHNOLOGY
- 4.8 INTERNATIONAL BROADCASTING CENTRE (IBC)
- 4.9 MEDIA CENTRE
- 4.10 TRANSPORT
- 4.11 IMMIGRATION, CUSTOMS AND CHECK-IN PROCEDURES
- 4.12 PRICING POLICY
- 4.13 FIFA'S OWNERSHIP OF MEDIA AND MARKETING RIGHTS
- 4.14 EXPLOITATION OF MARKETING RIGHTS
- 4.15 INDEMNITY
- 4.16 NATIONAL ANTHEMS AND FLAGS
- 4.17 MEDICAL CARE

4

Government Guarantees

INTRODUCTION

The Government of the Republic of South Africa has submitted a declaration to FIFA to issue all guarantees required in the List of Requirements to ensure the success of the 2010 FIFA World Cup™.

The Government Guarantees cover the provisions specified under points 4.1 to 4.17 and are issued as individual and separate guarantees by the relevant Government authority in accordance with all applicable laws. Furthermore, SAFA has issued corresponding guarantees to comply with the FIFA requirements.

Please refer to Annex A for details of the SAFA guarantees.

4.1

The Government guarantees that visas shall be issued unconditionally to the entire FIFA Delegation, FIFA's Commercial Affiliates, the Broadcast Right Holders, including the Host Broadcaster, and the Media representatives, regardless of nationality, race and creed. This provision shall also apply to foreign visitors to the 2010 FIFA World Cup™.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Home Affairs.

4.2

The Government guarantees that, if required by local law, work permits shall be issued to all of the following groups of people:

- ◆ the FIFA Delegation
- ◆ representatives of FIFA's Commercial Affiliates
- ◆ Media Representatives
- ◆ representatives of the Broadcasters (including the Host Broadcaster), and other Broadcast Rights Holders, including technical personnel
- ◆ team doctors and FIFA medical officers, including, if necessary, the issuing of medical licences.

The Government guarantees that any existing labour legislation that could restrict the above groups of people from performing their duties (such as limited working hours) shall be suspended for the length of their stay, should the need arise.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Home Affairs.

4.3 CUSTOMS DUTIES AND TAXES

The Government guarantees that the import and subsequent export of goods belonging to the FIFA Delegation, the Commercial Affiliates, the Broadcast Rights Holders, the Media, the spectators and others travelling into the country in conjunction with the 2010 FIFA World Cup™, such as, but not limited to the following goods, be permitted, free of customs duties, taxes, and any other costs and levies:

- ◆ personal belongings of all those accredited for the 2010 FIFA World Cup™,
- ◆ technical equipment for players and officials,
- ◆ technical equipment (such as film and playback equipment, films, lighting, etc.) for broadcast rights holders including, in particular, the entire technical equipment required by the Host Broadcaster for the production of unilateral television and radio coverage,
- ◆ the entire technical equipment as specified by the Host Broadcaster, required for the production and transmission of the multilateral international television and radio signal, as well as for the construction, equipment and operations of the International Broadcast Centre and other broadcast centres at the venues,
- ◆ technical equipment of other representatives of media (telecommunications equipment, cameras, small computers, etc.) belonging to other Media representatives,
- ◆ the entire technical equipment required for the production of the official FIFA World Cup film,
- ◆ medical equipment and pharmaceuticals for the teams and representatives of the FIFA Medical Committee,
- ◆ food (with some exceptions),
- ◆ other technical equipment and material belonging to the FIFA Delegation and the Broadcast Rights Holders, including the Host Broadcaster required in the Headquarters and various organisational centres (such as photocopying machines, typewriters, telefax machines, telecommunication equipment, mobile phones, etc.),
- ◆ technical equipment (such as footballs, nets, equipment for the teams, etc.) needed by FIFA and/or SAFA,
- ◆ equipment from Commercial Affiliates required by FIFA and/or SAFA for the implementation of any and all marketing rights in connection with the 2010 FIFA World Cup™, including but not limited to, advertising and promotional material for the 2010 FIFA World Cup™ (including Preliminary Draw, Final Draw, Workshops and the Final Competition),
- ◆ material for the operative implementation of the contracts with Commercial Affiliates (including advertising boards, decorations and promotional material),
- ◆ office material for the FIFA general secretariat,
- ◆ official awards, trophies, medals, gifts, flags, etc., and
- ◆ any other material needed by the FIFA Delegation and the Host Broadcaster for the organisation and staging of the 2010 FIFA World Cup™.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Finance.

4

Government Guarantees

4.4 OTHER TAXES, DUTIES AND LEVIES

The Government guarantees that South Africa and its tax authorities (including any governmental authority with jurisdiction over the assessment, determination, collection or imposition of any taxes, duties or other levies) shall not impose any kind of taxes, duties, or other levies on FIFA, FIFA's subsidiaries, the FIFA Delegation and the Host Broadcaster. They are to be treated as tax-exempt persons/entities.

In particular South Africa and its tax authorities recognise:

- ◆ that FIFA and FIFA's subsidiaries neither constitute a permanent establishment in South Africa, nor are they in any way subject to taxation in the country.
- ◆ that the exploitation of FIFA's Marketing and Broadcasting Rights shall not subject FIFA, FIFA's subsidiaries and the Host Broadcaster to any kind of taxation in the country.
- ◆ that the sale of tickets or levying of any other entry fee does not subject FIFA and FIFA's subsidiaries to any kind of taxation in the country.
- ◆ that the country does not levy any kind of withholding taxes and source taxes on payments to and from FIFA, FIFA's subsidiaries and /or the FIFA Delegation.

The government guarantees that it will, if required by FIFA, issue in advance written, unconditional and binding tax rulings on the above or any other tax issues relating to FIFA.

In addition, the Government, as well as SAFA, guarantees that they will provide FIFA, the Commercial Affiliates and the Broadcast Rights Holders, including the Host Broadcaster, with the highest level of administrative assistance and support with regard to the handling of any tax issues related to the organisation of the 2010 FIFA World Cup™.

The Government guarantees that Government charges of any kind, including handling charges, debited to the purchaser of tickets by SAFA or any ticket sales organisation retained by SAFA, shall not exceed 10% of the face value of the ticket (regardless of type of sale).

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Finance and a letter from SAFA.

4.5 SAFETY AND SECURITY

The Government guarantees to undertake all security measures necessary to guarantee the 2010 FIFA World Cup™ general safety and personal protection, especially at airports, inside and outside hotels, Stadiums, training grounds, the International Broadcasting Centre, Media centres, any official areas and other areas where accredited persons and/ or spectators are present.

The Government guarantees safety and security to the FIFA Delegation, Media Representatives and all accredited persons before, during and after matches, and while travelling around the country.

The Government also guarantees that a detailed written security plan shall be developed and implemented in conjunction with SAFA, taking into consideration the experience gained at previous major sporting events, as well as national security guidelines.

In addition to the above, the Government guarantees that police escorts will be available for use by teams, referees and members of the FIFA Delegation. The precise number and types shall be finalised at a later stage in accordance with FIFA's instructions.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Minister of Safety and Security and the National Commissioner of the South African Police Service together with a letter from SAFA.

4.6

The Government guarantees the unrestricted import and export of all foreign currencies to and from the country, as well as the exchange and conversion of these currencies into US dollars, Euros or Swiss Francs. These currencies shall also be exchangeable in the country at the conditions prevailing on the international foreign exchange market. Furthermore, the Government guarantees to provide written authorisation for payments to be transferred abroad at the official rate.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Finance.

4.7 TELECOMMUNICATIONS, INFORMATION TECHNOLOGY

The Government guarantees to provide, at no specific costs to the users, a telecommunications infrastructure, including, but not limited to, all necessary networks (wireless and wireline), terminal equipment and codecs that will enable all kinds of telecommunication, including wire and wireless national and international telephone, data, audio and video exchanges for the 2010 FIFA World Cup™. The Government confirms that the telecommunications infrastructure shall conform to the highest standards and requirements applicable at the time of the 2010 FIFA World Cup™ and to specific requirements that FIFA may define from time to time.

The telecommunications infrastructure shall in particular provide at least dual route secured high-speed, high-availability link circuits between each of the 2010 FIFA World Cup™ venues, the IBC and International Gateways.

International audio and video connections shall provide fully reliable backup connections from the IBC to international cable networks and to the main satellites, including dial-up linking facilities (at the IBC and fixed earth stations).

The users at the 2010 FIFA World Cup™ shall have state-of-the-art telecommunications technology (for voice and data) at their disposal at all FIFA World Cup™ venues and offices, including but not limited to the team bases, FIFA headquarters, referees' headquarters, the VIP hotels, the IBC and other Media Centres.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Communications.

4

Government Guarantees

4.8

The Government guarantees that it shall provide all assistance reasonably required by SAFA to enable the setting up of an International Broadcasting Centre (IBC), the requirements for which are contained in a document entitled "2010 Technical Annex".

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Communications and a letter from SAFA.

4.9

The Government guarantees that it shall provide all assistance reasonably required by SAFA to enable the setting up of the Main Media Centre, which shall ideally also encompass the IBC, and comply with the needs of television, press and photographers on a suitable site. Similar working facilities (subsidiary Media Centres) shall be made available at all venues in the Stadiums or in their vicinity, complying with the needs of television, radio, press and photographers.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Communications and a letter from SAFA.

4.10

The Government guarantees that South Africa shall have the necessary national airport, road and rail infrastructure required to provide an efficient transport system, taking into account the organisational, technical and spectator transport needs of the 2010 FIFA World Cup™.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Transport.

4.11

The Government guarantees the provision of priority treatment for the teams and the FIFA Delegation as well as for all accredited persons for the 2010 FIFA World Cup™ through the provision of special immigration, customs and check-in procedures.

Please refer to Annexure A for a letter of guarantee from the Ministry of Home Affairs.

4.12

The Government pledges to enact laws to ensure that hotel prices for the FIFA Delegation, representatives of FIFA's Commercial Affiliates, the Host Broadcaster, and accredited Media shall be frozen as of 1 January 2010. The Government guarantees that it will, in conjunction with SAFA, ensure that the hotel prices for the FIFA Delegation are 20% less than the frozen rate on 1 January 2010.

The Government guarantees that the FIFA Delegation will be charged only for the actual number of hotel room nights used and that no minimum stay requirement will be imposed (except for the final match, where a minimum of three nights may be required).

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Environmental Affairs and Tourism and a letter from SAFA.

4.13

The Government guarantees to unconditionally acknowledge, in accordance with applicable laws, particularly in the field of intellectual property, FIFA's legal and beneficial ownership of all Broadcast Rights, Marks and other intellectual property rights.

The Government shall, to the extent necessary, pass special laws designed to prevent ambush marketing of the 2010 FIFA World Cup™ in the country and shall provide FIFA with the support of officers of relevant authorities, such as police and customs, to assist in the protection of the Marketing and Broadcast Rights.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Communications and from the Department of Trade & Industry.

4.14

The Government guarantees to ensure that there are no legal restrictions or prohibitions on the sale or distribution of Commercial Affiliates' products, including food and beverage, in the Stadium for the 2010 FIFA World Cup™.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Trade and Industry.

4.15

The Government guarantees to indemnify FIFA and defend and hold it harmless against all proceedings, claims and related costs (including professional advisor's fees), which may be incurred or suffered by or threatened by others against FIFA in relation to the organisation and staging of the 2010 FIFA World Cup™.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Justice and Constitutional Development.

4.16

The Government guarantees that the national anthem of each competing team may be played before kick-off at every match and the respective national flags flown inside the Stadiums.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Foreign Affairs.

4

Government Guarantees

4.17 MEDICAL SERVICES

The Government guarantees the availability of a comprehensive medical service (including 24-hour emergency treatment) for every participant accredited for the tournament in each venue. An emergency service shall also be on stand-by and ready for action, especially on match days, to treat anyone inside and outside the Stadiums.

Please refer to Annex A for a letter of guarantee from the Ministry of Health.

CONCLUSION

These guarantees shall be valid and operable, irrespective of any change in Government or its representatives. The Government shall ensure that all special laws, regulations and decrees necessary to establish the conditions required for organising and staging the 2010 FIFA World Cup™ are enacted and enforced.



